

Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira

AGESPI

Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira

FASE 1

Diagnóstico e Concepção da Estratégia de Desenvolvimento

Aprovado pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo em 9 de fevereiro de 2015

Junho de 2013



Índice

Sumário Executivo.....	1
Introdução.....	5
Objectivos.....	6
Metodologia e Orientação Estratégica	7
Caracterização da Ilha Terceira	8
Geografia.....	8
Meio Social.....	10
Resumo Histórico da Terceira	15
Síntese da Caracterização	15
Conjuntura Social e Económica.....	17
Desenvolvimento Económico.....	17
Actividade Empresarial.....	22
Emprego	26
Comércio Externo.....	30
Programas Estruturais de Financiamento	31
Orientações Políticas para o Desenvolvimento	35
Síntese da Conjuntura	42
Análise da Estrutura Económica.....	44
Agricultura.....	44
Pecuária.....	55
Pescas.....	64
Indústria	69
Construção	70
Comércio	72
Turismo.....	77
Energia.....	84
Transportes e Logística.....	93
Serviços Financeiros	96
Exploração de Novos Recursos Marítimos.....	97
Artesanato e Actividades Tradicionais	102
Análise da Estrutura Social.....	105
Associativismo e Actividades Extra-Profissionais.....	105

Actividades Culturais e Criativas	106
Património.....	113
Educação e Formação Profissional.....	114
Habituação e Urbanismo.....	117
Desporto.....	119
Ciência	120
Mobilidade e Transportes	127
Protecção Civil e Bombeiros.....	129
Análise da Estrutura Ambiental.....	130
Ordenamento do Território	130
Mar e Recursos Oceânicos	133
Gestão de Resíduos	133
Qualidade da Água	135
Qualidade do Ar	136
Biodiversidade.....	137
Riscos de Alterações Ambientais	138
Factores de Desenvolvimento.....	141
Organização Institucional para o Desenvolvimento	141
Empreendedorismo.....	142
Universidade e Conhecimento.....	144
Inovação e Marketing.....	146
Novas Tecnologias.....	149
Eficiência Logística.....	150
Parques Empresariais.....	152
Estudo de Casos	155
Diagnóstico Estratégico.....	174
Factores Distintivos	174
Sector de Actividade de Elevado Potencial	175
Oportunidades de Melhoria e Constrangimentos	177
Principais Riscos no Desenvolvimento	178
SWOT.....	179
Estratégia de Desenvolvimento	182
Próximos Passos / Orientação para o Plano de Acção.....	185
Constituição de Associação de Coordenação do Desenvolvimento da Ilha Terceira	185

Fase 2 – Plano de Acção	186
Anexos	187
Abreviaturas	187
Entrevistas Realizadas	188
Principais Fontes de Informação Estatística.....	188

Sumário Executivo

O sucesso do desenvolvimento económico da ilha Terceira local não reside num único factor, mas depende em grande parte de uma maior abertura da economia local às trocas comerciais com o exterior. Por um lado, no aumento de valor das exportações para o mercado internacional incrementado o valor das exportações tradicionais (fileiras do leite, da carne e florestal), suportado pelo conhecimento obtido na participação em redes internacionais de investigação aplicada ao desenvolvimento desses produtos e, por outro lado, no comércio inter-ilhas de produtos agrícolas e agro-industriais bem como no desenvolvimento do sector turístico. Todas as actividades económicas são importantes, desde que sustentáveis do ponto de vista económico, financeiro e ambiental, mas as que referimos acima farão a diferença entre a estagnação e a modernização do tecido económico da ilha Terceira na próxima década.

O planeamento estratégico, enquanto metodologia de apoio à definição das metas e aspirações da comunidade, assume uma maior relevância no contexto de ambiente de incerteza e variabilidade em que assenta a conjuntura actual.

Por estes motivos, assume grande importância esta iniciativa da AGESPI e dos seus associados, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Câmara Municipal da Praia da Vitória, Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo e Administração dos Portos dos Açores.

O objectivo principal do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira é ser um pilar fundamental na orientação de políticas, iniciativas e acções para o desenvolvimento sustentável da Terceira, bem como um veículo de comunicação interna e externa orientador para os potenciais investidores.

A elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Terceira considerou uma abordagem com base nas múltiplas vertentes que contribuem para o desenvolvimento sustentável, de modo a assegurar o contributo positivo de todas e os impactos adversos nas suas interações, nomeadamente através da análise das vertentes económica, social e ambiental do desenvolvimento local.

Este documento, que materializa o trabalho realizado na fase inicial dedicada ao diagnóstico e definição a alto nível da estratégia de desenvolvimento, encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Caracterização da Ilha Terceira – elabora uma identificação geral dos principais aspectos de caracterização geográfica e social da Ilha Terceira;
- Conjuntura Social e Económica – análise da conjuntura económica e social da Terceira, sobre os aspectos relacionados com a actividade empresarial, emprego e enquadramento macroeconómico da actividade local, incluindo uma análise das orientações políticas para o desenvolvimento, a nível local, regional, nacional e da União Europeia;
- Análise da Estrutura Económica – estudo dos principais sectores, fileiras e “clusters” económicos da Ilha Terceira;

- Análise da Estrutura Social – estudo dos principais aspectos sociais da Ilha Terceira, considerando as actividades culturais, a educação, saúde, transportes e qualidade de vida;
- Análise da Estrutura Ambiental – apreciação das condições de ordenamento do território, protecção ambiental, impacto de alterações climáticas e gestão de recursos naturais;
- Estudo de Casos – estudo comparativo de casos de sucesso, nacionais e estrangeiros, com potencial aplicação local na busca de soluções para o desenvolvimento da economia da Ilha Terceira;
- Diagnóstico e Estratégia de Desenvolvimento – resumo do diagnóstico e definição a alto nível da estratégia e opções preconizadas para o desenvolvimento da Ilha Terceira.

A conjuntura económica adversa que se vive em Portugal, e de forma mais generalizada na Europa, tem um forte influência sobre a economia da ilha Terceira, afectando a actividade empresarial, gerando desemprego e prejudicando a melhoria e mesmo a manutenção dos níveis de vida alcançados nas últimas décadas.

O modelo de desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores, apesar de claramente equilibrado do ponto de vista social e sustentado do ponto de vista económico e financeiro, não tem sido especialmente favorável à ilha Terceira. A ilha Terceira terá maior vantagem competitiva no contexto regional e nacional se conseguir construir uma identidade própria (um espaço próprio) dentro de uma estratégia de desenvolvimento regional.

Uma das ineficiências do modelo económico regional tem sido a queda na última década do comércio interno na Região, a qual decorre, por um lado, da abertura da economia ao exterior e, por outro das opções políticas tomadas em meados da década de 90 relativamente ao modelo de transporte marítimo que sustenta as trocas comerciais com o exterior.

Esse modelo privilegiou a estabilidade nos serviços de transporte marítimo com o Continente e a sustentabilidade económica das empresas operadoras, em detrimento da flexibilidade para fazer face às mudanças no comércio nacional e internacional. Assim, para suportar o seu sector exportador a Região conta apenas com ligações a dois portos (Lisboa e Leixões), qualquer deles com ligações internacionais de segundo nível, de tal forma que para chegar à Ásia, à América do Sul e do Norte ou à Costa Ocidental Africana as mercadorias (os contentores) sofrem ainda operações de transferência em portos do Norte da Europa, em Algeciras ou em Tânger.

Neste contexto, qualquer empresa da ilha Terceira, que queira exportar uma mercadoria em contentor para Angola ou para os Estados Unidos, está em clara desvantagem perante outras regiões insulares Atlânticas, como as Canárias ou Região Autónoma da Madeira, que têm ligações directas a portos de primeiro nível nas rotas internacionais. Exportar nestas condições é uma actividade de elevado risco comercial e financeiro. A ultraperiferia não decorre apenas da localização geográfica, ela é principalmente um problema de serviço de transporte marítimo para acesso eficaz ao mercado internacional. A Região Autónoma dos Açores não pode ser encarada apenas como uma região a abastecer, tem de ser encarada como uma região económica que tem de se integrar na economia internacional de forma a concretizar o

seu potencial exportador. Se esta for a orientação para o futuro da Região, a economia da Ilha Terceira tem tudo para ter sucesso.

Por outro lado, o modelo de transporte marítimo ao obrigar os navios a escalar pelo menos cinco ilhas quando em viagem com origem no continente, tirou espaço ao comércio inter-ilhas. Apesar da posição geográfica do porto de Praia da Vitória ser vantajosa, esse modelo reduziu praticamente a zero o comércio da Terceira com as ilhas do Grupo Ocidental e estagnou o comércio com as restantes ilhas do Grupo Central.

A análise da conjuntura económica Ilha Terceira dá indicações muito claras no sentido da conquista de uma melhor posição no mercado regional e um maior peso nas exportações da Região.

Com vista à elaboração da estratégia, identificaram-se um conjunto de elementos diferenciadores da Ilha Terceira, que permitem construir os fundamentos de uma estratégia de desenvolvimento competitiva e sustentável com base nos seguintes factores:

- Localização Geoestratégica
- Infra-estruturas de Transportes Intercontinentais
- Agro-indústrias e Condições Edafo-climáticas
- Cultura e Património Edificado e Imaterial
- Qualidade Ambiental
- Mar

Com base no diagnóstico e na reflexão sobre a conjuntura, factores diferenciadores, perfil socioeconómico, orientação político-estratégica para o território, resultam orientações para o desenvolvimento da Ilha Terceira:

Construir uma Economia Moderna

- Desenvolver as actividades nas fileiras tradicionais (no sector primário) na potenciação das exportações de produtos de maior valor acrescentado e no abastecimento do mercado local e regional de produtos de qualidade.
- Posicionar a ilha Terceira como um território privilegiado para a localização de actividades científicas de investigação e desenvolvimento, em particular as que tenham impacto directo na concepção e desenvolvimento de produtos premium.
- Acompanhar o desenvolvimento de oportunidades dos novos sectores de exploração marinha (minerais e biotecnológicos), nos aspectos logísticos, industriais, científicos e de formação profissional.
- Desenvolver as infra-estruturas básicas de suporte às actividades económicas, através da expansão e modernização dos parques industriais, parques empresariais e comerciais, bem como parques de suporte ao empreendedorismo e actividades de incubadoras de novas iniciativas empresariais.
- Constituição de uma associação com a missão de suporte à coordenação do desenvolvimento estratégico da ilha Terceira, mobilizando os principais

intervenientes na acção e coordenando a estratégia e a sua implementação na Terceira.

Alcançar uma Posição de Relevância no Comércio Marítimo Internacional

- Valorizar o potencial local no desenvolvimento dos transportes e logística a nível regional e intercontinental (porto de Praia da Vitória), potenciando a expansão da integração económica entre a Europa e a América.

Desenvolver um Turismo Diferenciado pela Natureza e pela Cultura

- Apostar no sector do turismo numa perspectiva de equilíbrio sustentável com o ambiente, por ser o sector com maior potencial de geração de oportunidades de emprego e promotor do desenvolvimento social e cultural da ilha Terceira.
- Valorizar o posicionamento geoestratégico da região enquanto local de encontro das culturas dos continentes Europeu e Americano.
- Criação de redes de produção cultural, em articulação com a actividade turística, geradora de animação turística, tirar proveito das oportunidades emergentes nas industriais culturais e criativas e, também, fomentadora da promoção e integração social.

Garantir a Coesão Social e a Promoção do Empreendedorismo

- Combater ameaças demográficas, oferecendo condições de vida propícias ao rejuvenescimento da população e atraindo novos residentes.
- Aumentar a colaboração local entre capacidade de concepção, produção e comercialização numa perspectiva de melhoria da competitividade e inovação.
- Promover a integração das instituições locais em redes internacionais.

Com o trabalho realizado nesta fase inicial de diagnóstico e prospectiva estratégica, pretendeu-se suportar a elaboração de um plano de acção estratégico a ser elaborado na fase subsequente deste projecto, para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira.

Introdução

No âmbito da sua actividade e missão, a AGESPI tomou a iniciativa de elaborar um Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Terceira, considerando as vertentes específicas de cada município na sua elaboração.

Pretendeu-se, com este trabalho, elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Terceira com base num trabalho de consulta e envolvimento dos agentes económicos e sociais da Terceira, que permita perspectivar o desenvolvimento dos concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória a médio/longo prazo. Este Plano Estratégico deverá, no futuro, desempenhar uma referência orientadora das acções de desenvolvimento da Terceira. Para este fim, o Plano define uma visão geral da estratégia de desenvolvimento da Terceira, bem como as linhas de orientação estratégica para as principais actividades da região e o plano detalhado de implementação das acções e iniciativas necessárias à prossecução dos objectivos estratégicos definidos no plano.

Para quê um Plano de Desenvolvimento Estratégico? A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Estratégico é um processo de diagnóstico, decisão estratégica, participação das partes interessadas (“stakeholders”) e realização de acções conducentes ao desenvolvimento económico e social. A partir da análise da sua base económica, a comunidade local ganha maior compreensão das oportunidades e obstáculos ao crescimento e ao investimento. Com esse conhecimento é possível expandir a base económica e o emprego através da elaboração e execução de programas e projectos estratégicos para remover os obstáculos e facilitar o investimento.

Sendo uma região com passado expressivo, as forças vivas e agentes de mudança e desenvolvimento, onde se demarca a AGESPI e os seus associados, percebem a necessidade de criar bases para o seu crescimento económico e promoção do emprego, como principais requisitos do desenvolvimento da Terceira.

A Terceira possui um legado histórico notável, repleto de feitos reveladores da coragem e capacidade de enfrentar as adversidades que a terra e a vida foram trazendo ao território. Este legado, de património, valores, cultura e populações, são o ponto de partida para a criação de factores diferenciadores e para a promoção do progresso, nas vertentes de crescimento económico e do emprego, num quadro de sustentabilidade e equilíbrio económico, social e ambiental.

Partindo do legado histórico e da conjuntura actual, as linhas de desenvolvimento estratégico deverão considerar os quadros de referência estratégicos regionais, nacionais e europeus.

A promoção da Terceira no quadro da Região Autónoma dos Açores é uma vertente fundamental na construção do Plano de Desenvolvimento Estratégico, procurando igualmente a sua valorização a nível nacional e internacionalmente, numa economia cada vez mais aberta e globalizada.

Objectivos

O Plano fundamenta-se na procura de atractividade económica e social do território e no aumento da competitividade da Terceira na captação de investimento e no desempenho nos mercados em que actua.

Objectivos do Plano:

- Promover o emprego
- Apoiar o crescimento económico
- Promover o contributo dos parques empresariais para o desenvolvimento
- Aumentar a atractividade e competitividade da região
- Dinamizar a cooperação entre agentes locais no desenvolvimento

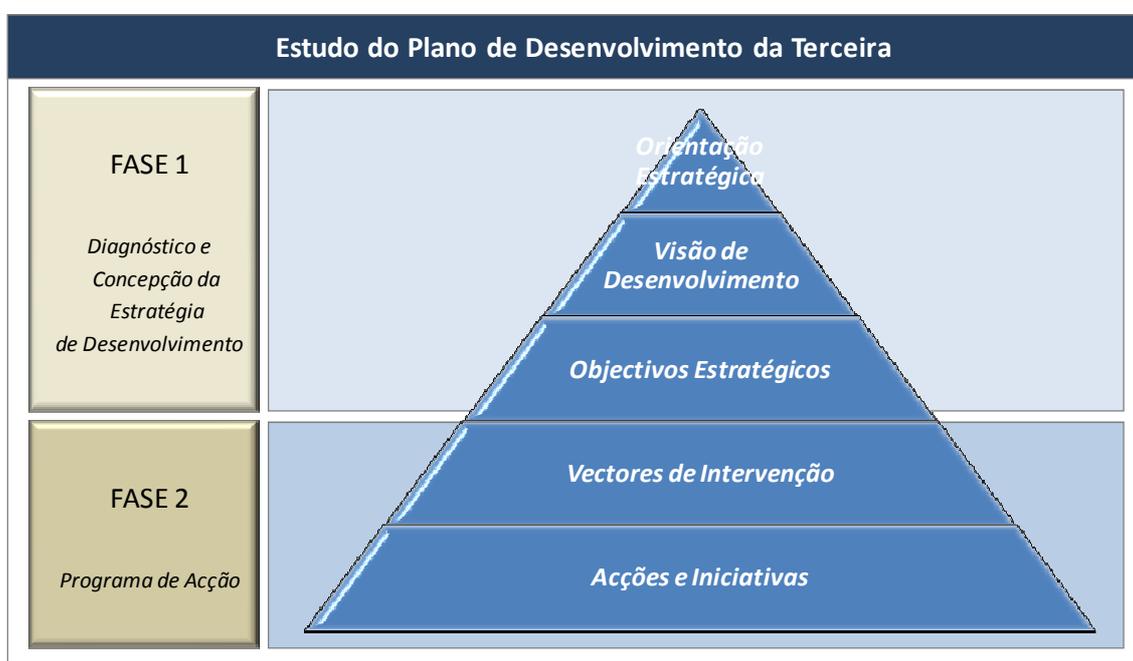
O Plano procura criar os alicerces para um processo de participação pública dos agentes locais de desenvolvimento e de partes interessadas, agregador das diversas vontades e capacidade, sendo um veículo da definição do que será a Terceira no futuro, definindo os objectivos e metas que se pretendem para o seu desenvolvimento.

A elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Terceira deverá resultar numa capacidade de apropriação do seu programa de acção por parte dos agentes locais e das entidades a convocar para a participação no desenvolvimento da Terceira. Para este efeito, a sua fundamentação possui como base de partida a auscultação dos agentes locais e a valorização da sua visão de desenvolvimento, considerando as oportunidades e obstáculos identificadas por estas.

Metodologia e Orientação Estratégica

O projecto de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento será estruturado em duas fases, desde a definição da orientação estratégica ate à determinação de acções e iniciativas que asseguram a prossecução dos objectivos estratégicos.

No desenvolvimento deste trabalho foi utilizada como referência de estruturação do trabalho a metodologia LED (Local Economic Development) do World Bank , adaptada às necessidades específicas deste contexto, sendo estruturada de acordo com a organização apresentada no diagrama seguinte.



Caracterização da Ilha Terceira

A ilha Terceira integra-se no arquipélago dos Açores, um território autónomo da República Portuguesa com condições específicas de organização política e administrativa, denominada Região Autónoma dos Açores. Os Açores integram a União Europeia com o estatuto de região ultraperiférica do território da União.

O arquipélago dos Açores compõe-se por nove ilhas, localizadas a 1.300 Km a Oeste do continente português, no Oceano Atlântico, com uma área total de 2.247 km².

O espaço marítimo correspondente à Zona Económica Exclusiva dos Açores é superior a 950.000 km², é um recurso de elevada potencialidade para o futuro dos Açores. Esta área poderá vir a ser expandida no futuro, em conformidade com a proposta apresentada na ONU para a extensão da plataforma continental.

Os Açores possuem um indiscutível papel geoestratégico no relacionamento entre a Europa e a América do Norte. Este aspecto tem sido explorado em várias vertentes da actividade dos Açores, quer civis quer militares, e constitui um recurso de elevada importância e potencial.

Geografia

Localização

Os Açores situam-se no Atlântico Norte, sendo o território que medeia os continentes Europeu e Norte-Americano.

A elevada dispersão e fragmentação geográfica do arquipélago dos Açores é consequência da sua configuração, com distância entre extremos de cerca de 630km. Acresce a esta configuração o posicionamento excêntrico no arquipélago da ilha de maior dimensão e população, São Miguel.



Açores, uma terra rodeada de mar com o mundo à volta!

O arquipélago dos Açores distancia-se cerca de 1.500km do principal ponto de interligação de funções administrativas, serviços, comércio e transportes, Portugal continental. A esta conformidade associa-se o facto de os transportes serem de duas horas de voo ou de 3 dias de transporte marítimo para interligação ao continente.

Território

A ilha Terceira possui uma superfície total de 403 km², uma extensão da orla costeira de 125km, largura de 19km e comprimento de 30km e tem como ponto culminante a Serra de Santa Bárbara com uma altitude de 1.020 metros. (Fonte: Univ. Açores / CLIMAAT)

A ilha é atravessada pelo rifte da Terceira, uma estrutura geológica associada à junção tripla entre as placas tectónicas euroasiática, africana e americana.



Ilustração 1 - Organização Administrativa do Território

A organização administrativa do território em composta pelos dois concelhos, Angra de Heroísmo e Praia da Vitória, que contêm 30 freguesias (19 em Angra do Heroísmo e 11 na Praia da Vitoria).

Os principais aspectos geomorfológicos estão identificados com a reserva geológica do Algar do Carvão, Furnas do Enxofre, a zona balnear dos Biscoitos, abundante vegetação com destaque para as criptomérias na zona ocidental, a Serra de Santa Bárbara a Oeste e a Serra do Cume a Este, a planície da Achada e a existência de lagoas, caldeiras e outros vestígios de erupções vulcânicas.

Associado ao território a Terceira partilha as águas da zona económica exclusiva dos Açores que totalizam uma região de quase um milhão de km². Esta área poderá vir a ser aumentada segundo os estudos de extensão da plataforma continental levados a cabo pela Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar para avaliação pela ONU.

Clima

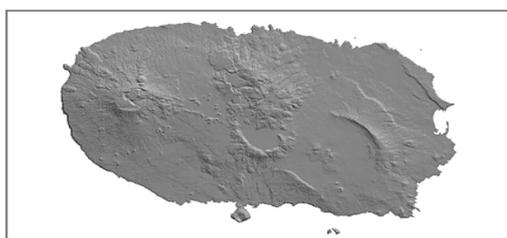
O clima é temperado, registando-se temperaturas médias de 13 °C no Inverno e 24 °C no Verão. A Corrente do Golfo, que passa relativamente perto, mantém as águas do mar a uma

temperatura média entre os 17 °C e os 23 °C. O ar é húmido com humidade relativa média de cerca de 75%.

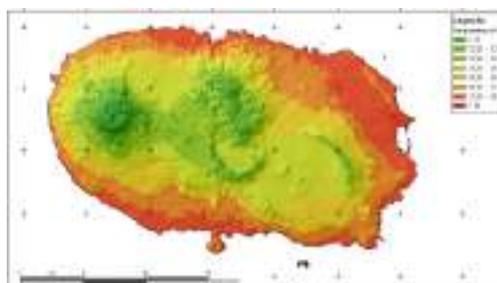
A região tem vindo a ser visitada por tempestades tropicais, incluindo algumas com intensidade suficiente para serem consideradas como furacões.

No geral, a Terceira possui condições climáticas adequadas para a maioria das actividades económicas, sendo que, no entanto, algumas actividades deverão evitar as zonas que possuem maiores índices de humidade e precipitação, especialmente as que requerem armazenamento exterior de materiais que poderão ser sensíveis aa estes factores (p. ex. madeiras, pinturas, etc.). A precipitação é também uma desvantagem nas actividades de comércio e serviços ao público. De igual modo são preferíveis as zonas mais cálidas por questões de economia de energia e conforto pessoal.

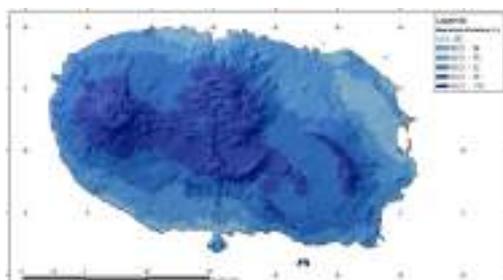
Orografia



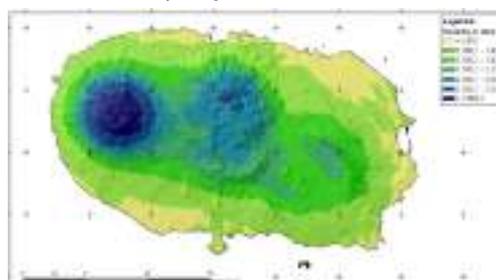
Temperatura Média Anual



Humidade Relativa Média Anual



Precipitação Média Anual



Fonte: CLIMAAT / Universidade dos Açores

Meio Social

Demografia

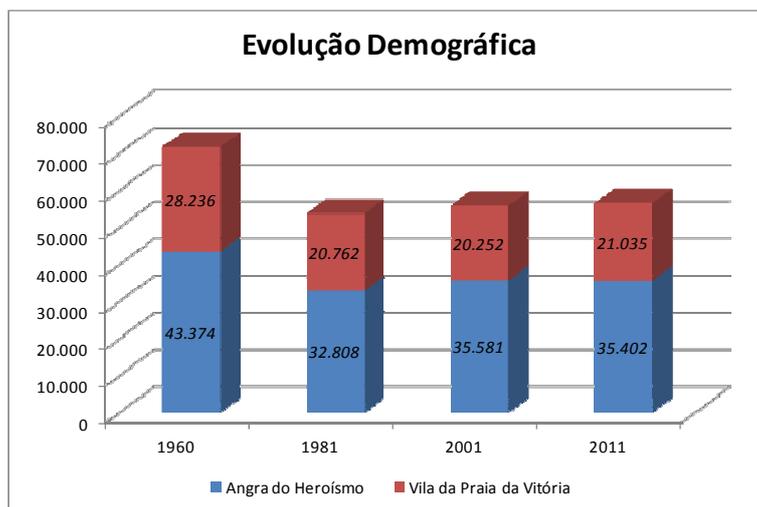
A população da ilha Terceira encontra-se estabilizada, após uma diminuição acentuada nos anos 60, período marcado por forte emigração.

Tabela 1 - Evolução Demográfica

Anos	1960		1981		2001		2011	
Território	Hab	Var	Hab	Var	Hab	Var	Hab	Var
Angra do Heroísmo	43.374	-	32.808	-24,36%	35.581	8,45%	35.402	-0,50%

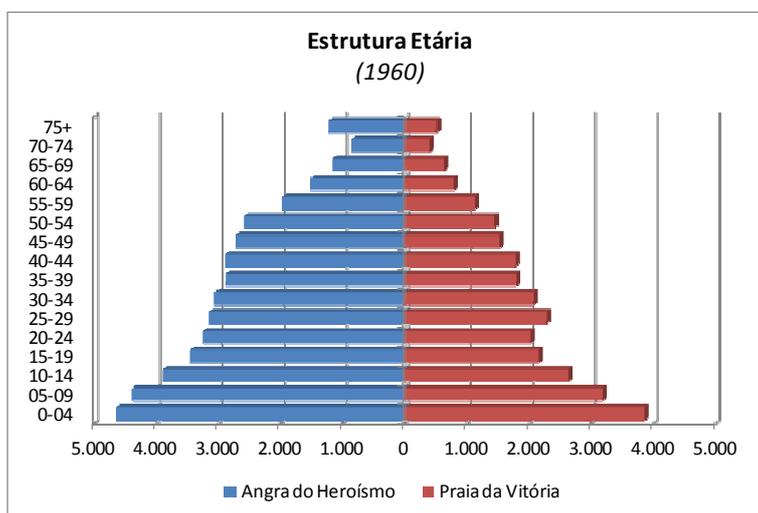
Vila da Praia da Vitória	28.236	-	20.762	-26,47%	20.252	-2,46%	21.035	3,87%
Ilha Terceira	71.610	-	53.570	-25,19%	55.833	4,22%	56.437	1,08%

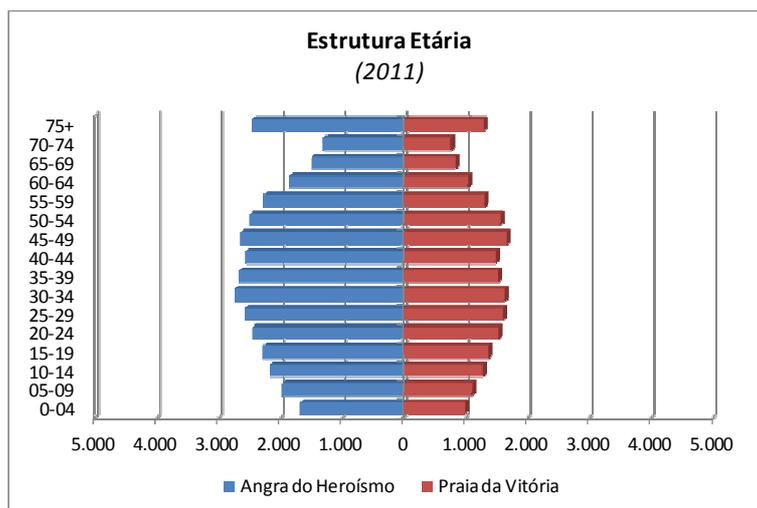
Fonte: Pordata



Fonte: Pordata

Um aspecto crítico na evolução demográfica da ilha Terceira encontra-se na estrutura etária da população onde, de uma estrutura piramidal nos anos 60, passou-se a uma estrutura de população em envelhecimento, com diminuição da taxa de reposição populacional.





Fonte: Pordata

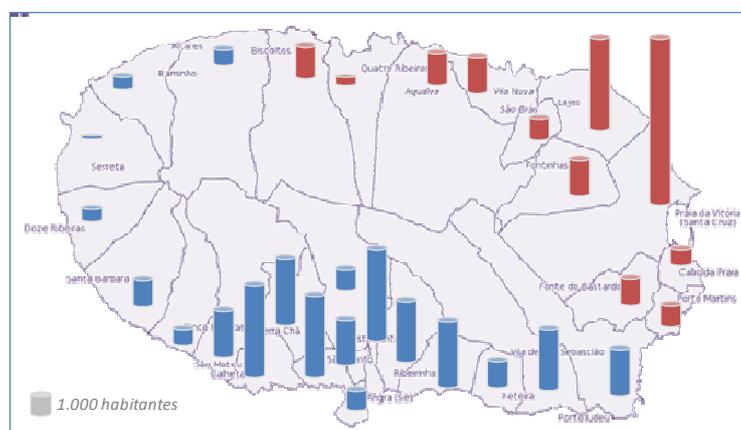
O arquipélago dos Açores possui uma escala populacional reduzida distribuída pelas 9 ilhas, mas com concentração em duas ilhas (São Miguel e Terceira) onde habita mais de 75% da população total.

Tabela 2 - População da Região Autónoma dos Açores

Região Autónoma dos Açores (2011)	Hab	%
São Miguel	137.830	55,9%
Terceira	56.437	22,9%
Faial	14.994	6,1%
Pico	14.148	5,7%
São Jorge	9.171	3,7%
Santa Maria	5.552	2,3%
Graciosa	4.391	1,8%
Flores	3.793	1,5%
Corvo	430	0,2%
Total	246.746	100,0%

Fonte: INE

A distribuição da população na ilha concentra-se nas freguesias da zona urbana da cidade de Angra do Heroísmo e as de Santa Cruz e Lajes na Praia da Vitória.



Fonte: INE

Um dos indicadores disponíveis para avaliação do impacto ambiental na Terceira é a densidade populacional da região, enquanto facto de pressão sobre os meio natural a vulnerabilidade sistemática (ambiente, sociedade e economia) daí decorrente.

Tabela 3 - Impacto Ambiental

<i>Região</i>	Crescimento Populacional (2000-2007)	Densidade Populacional (hab/ km²; 2007)
Canárias	2,7%	265,2
Guadalupe	0,7%	262,1
Martinica	0,5%	353,4
Guiana	4,5%	2,6
Reunião	1,6%	319,4
Portugal	3,7%	114,7
Madeira	0,3%	297,4
Açores	0,3%	104,9
Terceira	1,9%	140,4

Fonte: Comissão Europeia ("Growth Factors in the Outermost Regions", 2011), INE

Migrações

A evolução do saldo migratório nos Açores tem vindo a registar uma evolução negativa, correspondendo a um maior número de saídas do que de entradas de migrações internas ou internacionais. No espaço da ilha Terceira, o concelho da Praia da Vitória tem alcançado um saldo positivo, que no entanto está em decréscimo. Por outro lado, o concelho de Angra do Heroísmo tem um "deficit" migratório num quadro mais alargado temporalmente.

Tabela 4 – Estatísticas do Saldo Migratório

<i>Saldo Migratório</i>	2000	2005	2010
Portugal	47.000	38.400	3.815
Região Autónoma da Madeira	-1.233	654	266
Região Autónoma dos Açores	-1.036	455	153
Ponta Delgada	-533	-371	-434
Angra do Heroísmo	-28	-1	-45
Vila da Praia da Vitória	-104	105	79

Fonte: INE

Condições de Vida

As condições de assistência medica na ilha Terceira apresentam indicadores com valores reduzidos relativamente ao continente.

Tabela 5 – Médicos por Habitante

<i>Médicos Por Habitante</i>	2011
Portugal	4.1
Região Autónoma dos Açores	2.3

Ponta Delgada	4.2
Angra do Heroísmo	2.9
Vila da Praia da Vitória	1.6

Fonte: SREA

Em consequência da cobertura médica do território, o número de consultas por habitantes é reduzido comparativamente com o continente. Em parte, este indicador revela a necessidade de consultas de especialidade realizadas fora do território da ilha Terceira.

Tabela 6 - Consultas médicas por habitante

Consultas Médicas por Habitante	1999	2011	Var
Portugal	2,6	2,7	3,8%
Região Autónoma da Madeira	1,0	1,4	40,0%
Região Autónoma dos Açores	1,3	1,2	-7,7%
Ponta Delgada	0,8	0,9	12,5%
Angra do Heroísmo	0,8	0,8	0,0%
Vila da Praia da Vitória	1,0	1,1	10,0%

Fonte: Pordata

Rendimento das Famílias

O poder de compra dos habitantes da ilha Terceira situa-se abaixo da média nacional, com diferença significativa entre os dois concelhos da ilha, apesar do progresso significativo realizado na última década, especialmente na Praia da Vitória.

Tabela 7 - População da Região Autónoma dos Açores

Poder de compra per capita (Índice Nacional)	2000	2009	Var.
Portugal	100,00	100,00	-
Região Autónoma da Madeira	72,46	94,74	22,28
Região Autónoma dos Açores	65,51	86,14	20,63
Ponta Delgada	95,43	117,74	22,31
Angra do Heroísmo	71,78	95,74	23,96
Vila da Praia da Vitória	49,80	75,97	26,17

Fonte: INE

Os indicadores de apoio social ao rendimento demonstram a existência de uma população carenciada em proporção muito superior à do continente, apesar de a ilha Terceira se encontrar com valores abaixo da média da Região Autónoma dos Açores. No entanto, regista-se uma evolução positiva no concelho da Praia da Vitória.

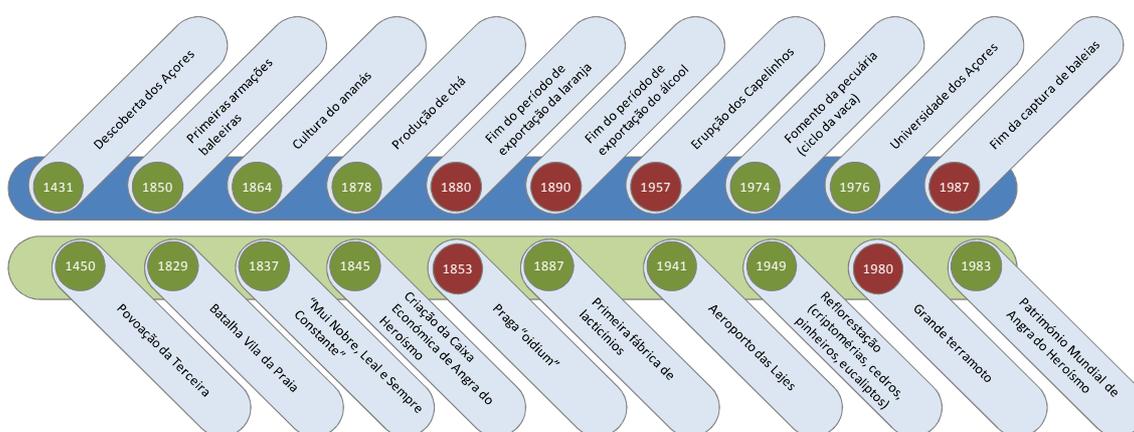
Tabela 8 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes em idade activa (‰)	2007	2011	Var
Portugal	41,21	49,87	21,0%
Região Autónoma da Madeira	45,72	41,68	-8,8%
Região Autónoma dos Açores	109,4	116,01	6,0%
Ponta Delgada	103,49	115,72	11,8%
Angra do Heroísmo	91,25	94,59	3,7%
Vila da Praia da Vitória	97,63	91,18	-6,6%

Fonte: INE

Resumo Histórico da Terceira

A Terceira possui um legado histórico notável, repleta de feitos reveladores da coragem e capacidade de enfrentar as adversidades que a terra e a vida foram trazendo ao território. Este legado, de património, valores, cultura e populações, são o ponto de partida fundamental para a criação de factores diferenciadores e para a promoção do progresso, nas vertentes de crescimento económico e do emprego, num quadro de sustentabilidade e equilíbrio económico, social e ambiental.



O conhecimento e difusão da história da ilha Terceira é um aspecto fundamental da sua promoção. O investimento, ainda não atingido, de elaboração de estudos e publicações de ampla divulgação que ajudem a conhecer a história deste território, deverá ser encarado como um estímulo à aderência aos valores culturais dos terceirenses mas também como um veículo de captação de novos visitantes motivados pelo valor histórico da ilha Terceira.

Síntese da Caracterização

A análise dos principais aspectos de caracterização da Ilha Terceira, nas vertentes geográfica e social, permite identificar os principais pontos estruturados no quadro seguinte.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Mediação intercontinental entre a Europa e a América • Condições climáticas (temperatura do ar e da água) e edafo-climáticas • Acesso aos recursos da Zona Económica Exclusiva marítima 	<ul style="list-style-type: none"> • Distância ao continente e consequente custo de transporte de pessoas e mercadorias aos principais mercados • Dimensão da ilha • Descontinuidade do mercado interno do arquipélago

<ul style="list-style-type: none"> • Ligação às comunidades da diáspora através de laços familiares, institucionais e económicos • História repleta de eventos relacionados com a História nacional • Acontecimentos naturais históricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassa percepção da distinção da História da Terceira vs. História dos Açores • Baixo nível de rendimentos e bolsas de carência social • Reduzida escala populacional • Cobertura de serviços de saúde
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da integração dos sistemas infra-estruturais (transportes, energia, comunicações) • Atracção de população exterior (regional, nacional e estrangeira) • Maior divulgação da História da Terceira • Promoção turística com base nos eventos e locais relacionados com a História da Terceira, Açores e Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Riscos naturais: sismos, furações e vulcões • Alterações climáticas • Envelhecimento • Emigração • Concentração regional da população em São Miguel

Conjuntura Social e Económica

Desenvolvimento Económico

A Economia da R.A. dos Açores

Na economia da Região destacam-se dois aspectos estruturais:

- **Terciarização**

Analisando a repartição do VAB por sectores e actividades económicas verifica-se que a terciarização da economia da R.A. dos Açores se tem vindo a acentuar. Os serviços representavam 72% do VAB em 2000, sendo esse valor de 79% em 2010.

- **Peso do sector de Administração Pública**

As actividades ligadas á Administração Pública, Educação, Saúde e Apoio Social (O, P e Q) são as que têm maior peso na estrutura da economia açoriana, cerca de 29% do VAB e 26% do emprego (os valores repartidos são de 2008). A nível nacional aqueles sectores representam apenas 21% do VAB e 19% do emprego.

Tabela 9 Estrutura VAB Regional

VAB por Sectores de Actividade na Região Autónoma dos Açores	2000		2010	
	Milhares de Euros	%	Milhares de Euros	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	278	11.5%	273	7.2%
Indústria, Energia, Água, Resíduos e Construção	396	16.4%	532	14.0%
Serviços	1.747	72.2%	2.995	78.8%
Total	2.431		3.800	

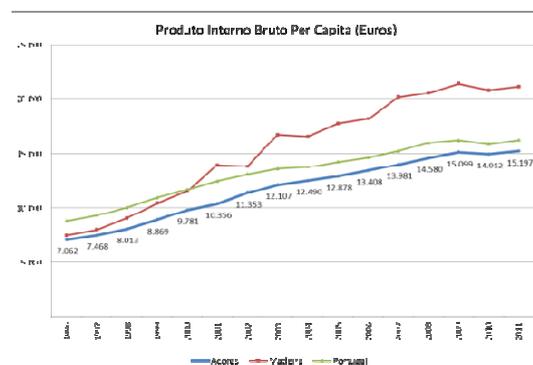
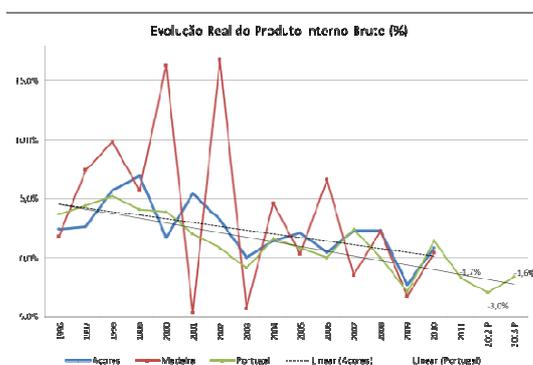
Fonte: SREA

De acordo com aos dados dos últimos 15 anos (1996-2011) a evolução do PIB em termos reais da R.A. dos Açores apresenta três aspectos significativos:

- Uma tendência decrescente, de valores anuais acima dos 4%, na segunda metade da década de 90, para valores abaixo dos 2% na década seguinte.
- Uma correlação forte entre o crescimento real do PIB da R.A. dos Açores e do País (73%).
- Uma diferença nítida entre a evolução na R.A. dos Açores e na R.A. da Madeira, apresentando esta última uma dinâmica bastante irregular, com crescimento de 15% seguidos de quebras de 5%.

Apesar de uma evolução convergente para o valor nacional durante a última década, o PIB “per capita” situava-se em 2011 em 15.197 Euros, cerca de 6% abaixo do valor nacional.

O cenário macroeconómico das Grandes Opções do Plano para 2013 do XIX Governo Constitucional apontam para uma contracção do PIB nacional em 3% em 2012 e de 1% em 2013. Essa contracção não é superior porque se espera compensar a quebra na procura interna com uma forte dinâmica das exportações nacionais.



Os indicadores de conjuntura recentes para a R.A. dos Açores apontam para uma contracção do PIB da Região não inferior á que se projecta a nível nacional.

No ano de 2012, os indicadores ligados ao sector de construção e obras públicas tiveram uma quebra drástica (-35,2% na venda de cimento e -31,3% no número de edifícios de construção licenciados), a produção de energia baixou 4,2% e as dormidas em estabelecimentos hoteleiros tiveram uma quebra de 7,5%.

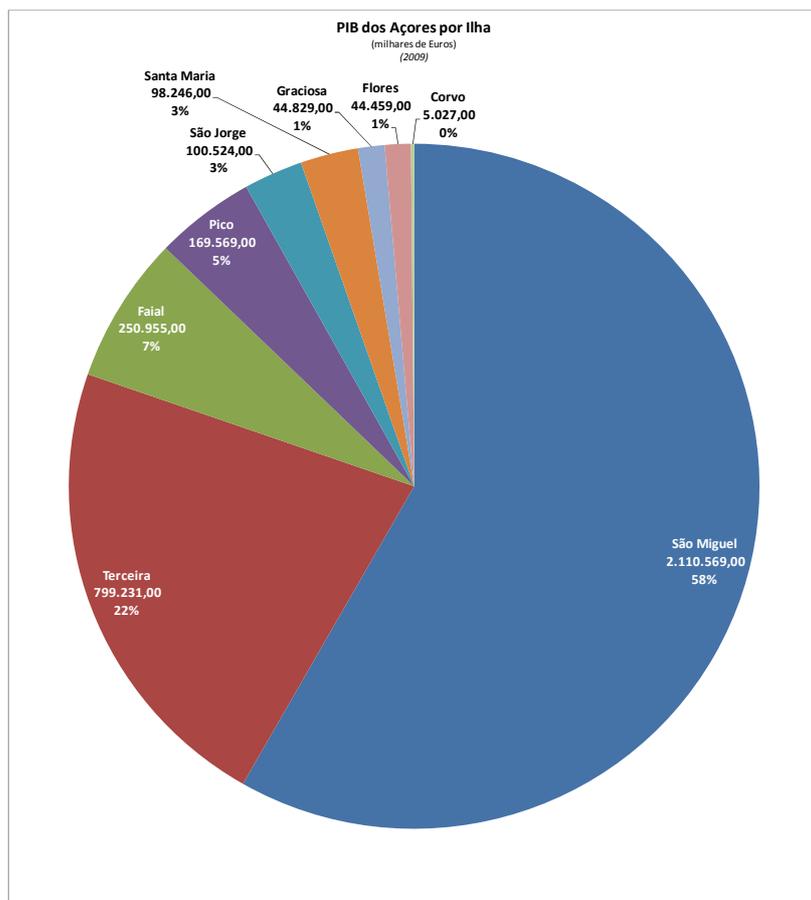
Nesse mesmo período, os aspectos mais positivos da economia da Região estão na fileira do leite e da carne: a produção de leite de vaca entregue nas fábricas teve um crescimento de 4,1%, o abate de carne (bovinos, suínos e aves) cresceu 2,2% e a produção de leite para consumo aumento 2,0%

A taxa de desemprego na R.A. dos Açores passou de 11,6% no final de 2011 para 15,4 em Setembro 2012, com uma população desempregada de 18.605 indivíduos.

A Economia da Ilha Terceira

O VAB das empresas do sector não agrícola da ilha Terceira representava em 2009 cerca de 17% do total da R.A. dos Açores. O município de Angra do Heroísmo pesava 74% no total da ilha.

Estimativas da SREA efectuadas em 2009 apontam para que a ilha Terceira tenha uma participação no PIB da Região da ordem dos 22%, ou seja cerca de 800 milhões num total de 3.650 milhões de Euros.



Fonte: SREA

Em 2011, o PIB da Região foi de 3.701 e o PIB da Terceira terá sido da ordem dos 815 milhões de Euros. Nesse mesmo ano, o PIB per capita da Região foi de 15.069 Euros.

Tabela 10 PIB Região Autónoma dos Açores

PIB (Euros)	2009	2010	2011
PIB Região Autónoma dos Açores	3.650.000.000	3.743.000.000	3.701.000.000
PIB per capita	14.912	15.260	15.069
População da Ilha Terceira			56.437
Extrapolção PIB da Ilha Terceira			814.220.000

Fonte: SREA

Tabela 11 Indicadores de Conjuntura da Actividade Económica

Indicadores de Conjuntura Económica na Ilha Terceira	2011	2012	Var.
Produção de leite de vaca (milhões de litros)	138,9	137,2	-1,2%
Abate de carne - bovinos (ton)	4.075,0	4.366,8	7,2%
Abate de carne - suínos (ton)	897,1	977,7	9,0%
Abate de carne - frangos (ton)	781,5	872,9	11,7%

Produção de ovos (milhões)	12,0	9,3	-22,5%
Valor de pesca (peixe e marisco) descarregado em lota (M€)	5,0	4,3	-14,0%
Licenças de construção concedidas	253	190	-24,9%
Passageiros desembarcados (aéreo)	217 748	203 738	-6,4%
Dormidas (dias.hóspede)	140.675	135.388	-3,8%
Proveitos do Alojamento (k€)	4.939	4.852	-1,8%

Fonte: SREA

Analisando a repartição do VAB por sectores e actividades económicas verifica-se que a terceirização da economia da R.A. dos Açores se tem vindo a acentuar. Os serviços representavam 72% do VAB em 2000, sendo esse valor de 79% em 2010.

As actividades ligadas á Administração Pública, Educação, Saúde e Apoio Social (O, P e Q) são as que têm maior peso na estrutura da economia açoriana, cerca de 29% do VAB e 26% do emprego (os valores repartidos são de 2008). A nível nacional aqueles sectores representam apenas 21% do VAB e 19% do emprego.

O VAB das empresas do sector não agrícola da ilha Terceira representava em 2009 cerca de 17% do total da R.A. dos Açores. O município de Angra do Heroísmo pesava 74% no total da ilha.

Tabela 12 Estrutura do VAB Sectorial

<i>VAB por Sector na Região Autónoma dos Açores (Milhares de Euros) (2009)</i>	VAB (milhares de euros)	%
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	273,2	8,5%
B - Indústrias extrativas	13,9	0,4%
C - Indústrias transformadoras	170,0	5,3%
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	79,1	2,5%
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	36,8	1,1%
F - Construção	226,3	7,0%
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclo	431,2	13,4%
H - Transportes e armazenagem	221,1	6,9%
I - Alojamento, restauração e similares	156,7	4,9%
J - Actividades de informação e de comunicação	66,5	2,1%
K - Actividades financeiras e de seguros	122,9	3,8%
L - Actividades imobiliárias	249,3	7,7%
M - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	55,7	1,7%
N - Actividades administrativas e dos serviços de apoio	44,7	1,4%
O - Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	448,2	13,9%
P - Educação	275,7	8,6%
Q - Actividades de saúde humana e apoio social	254,7	7,9%
R - Actividades artísticas, de espetáculos, desportistas e recreativas	18,4	0,6%
S - Outras actividades de serviços	28,4	0,9%
T - Actividades das famílias empregadoras de pessoal	48,7	1,5%

doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio		
U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	0,0%
Total	3.221,5	

Fonte: SREA

Na estrutura sectorial da actividade económica da ilha Terceira, analisada em função do VAB, excluindo a actividade agrícola, predominam as actividades de comércio, especialmente em Angra do Heroísmo, e de construção, sendo esta com maior peso proporcional na Praia da Vitória.

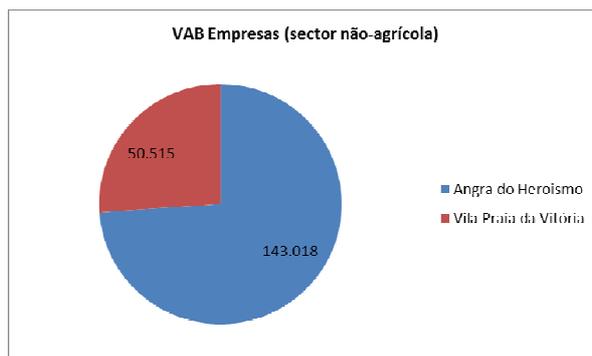
Tabela 13 Estrutura do VAB Sectorial

VAB por Sector (Milhares de Euros) (2010)	Ilha Terceira	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
Comércio por grosso e a retalho	66.749	49.535	17.214
Construção	30.521	16.457	14.064
Indústrias transformadoras	21.907	17.315	4.592
Actividades de saúde humana e apoio social	16.105	14.154	1.951
Transporte e armazenagem	14.139	8.394	5.745
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	14.028	11.545	2.483
Alojamento, restauração e similares	13.588	9.288	4.300
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	6.554	4.456	2.098
Captação, tratamento e distribuição de água	5.001	5.001	-
Outras actividades de serviços	2.977	1.881	1.096
Actividade de Informação e comunicação	2.833	2.658	175
Educação	2.747	1.321	1.426
Pesca	2.145	895	1.250
Actividades imobiliárias	1.289	874	415
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	715	574	141
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	-
Total	201.298	144.348	56.950

Fonte: PORDATA

(Nota: não se encontram disponíveis nesta fonte para este indicador os sectores de agricultura, pecuária, floresta, actividades financeiras, administração pública, defesa, segurança social, pessoal doméstico e actividades para uso próprio das famílias, o que origina diferença comparativamente aos valores totais apresentadas em quadro anterior para a RAA)

No território da ilha Terceira, o VAB é maioritariamente gerado no concelho de Angra do Heroísmo (74%), sendo na Praia da Vitoria cerca de um quarto do total da ilha (24%).



A análise do VAB sectorial da ilha Terceira em comparação com o VAB regional (excluindo as actividades agrícolas e pecuárias) apresenta um peso relativo superior nos sectores de comércio e serviços de saúde. Por outro lado, os sectores energéticos, transportes, indústrias transformadoras e construção possuem um VAB na Terceira inferior á média da região (neste aspecto deverão ser consideradas as condicionantes estatísticas de apuramento de indicadores pela localização da sede das empresas, o que é relevante especialmente nas grandes empresas de energia e de transportes)

Tabela 14 – Estrutura VAB Sectoriais



Fonte: Pordata

Actividade Empresarial

De acordo com os indicadores de 2009 existiam na Ilha Terceira 4.639 empresas, 3.123 em Angra do Heroísmo e 1.516 em Praia da Vitória.

Nos sectores Serviços, Indústria e Construção (não incluindo Agricultura e Pecuária), do total das empresas na ilha Terceira cerca de 95% tinham menos de 10 trabalhadores e apenas 15

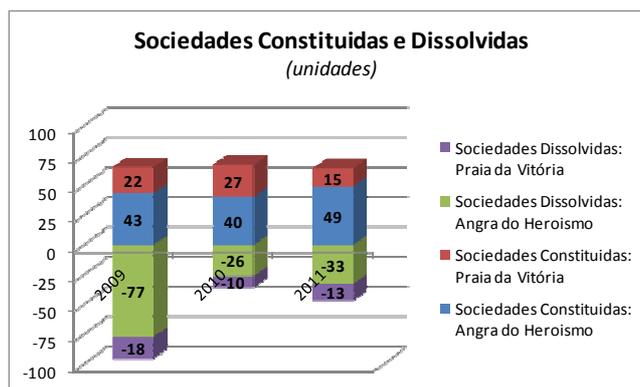
empresas tinham mais de 50 trabalhadores (entre 50 e 240 trabalhadores). Em média, as empresas da ilha Terceira têm ao seu serviço 2,8 pessoas.

Tabela 15 Número de Empresas por Município

<i>Empresas por Município da Sede por CAE (2009)</i>	Região Autónoma dos Açores	Ilha Terceira	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
Pesca e aquicultura	486	88	65	23
Indústrias Extractivas	18	3	2	1
Indústrias Transformadoras	1.131	254	167	87
Electricidade, vapor, água quente e fria e ar frio	6	2	2	-
Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	19	9	5	4
Construção	2.932	570	360	210
Comércio por Grosso e Retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3.923	1.044	692	352
Transportes e armazenagem	663	145	75	70
Alojamento, restauração e similares	1.446	302	183	119
Actividades de informação e comunicação	230	54	34	20
Actividades imobiliárias	267	53	35	18
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.708	431	341	90
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	751	205	86	119
Educação	1.276	310	227	83
Actividades de saúde humana e apoio social	1.121	275	214	61
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	681	161	112	49
Outras actividades de serviços	3.145	733	523	210
Total	19.803	4.639	3.123	1.516

Fonte: SREA

Após um período de recessão da actividade empresarial em 2009, relativamente ao saldo de constituição e dissolução de sociedade, assistiu-se a uma estabilização da dinâmica de constituição de sociedade na ilha Terceira.



Fonte: Pordata

Indicadores de empresas (sector não agrícola)

Na ilha Terceira existem cerca de 11 empresas por Km², um valor bastante acima da média da Região.

Cerca de 82% das empresas são em nome individual.

Em média, as empresas da ilha Terceira têm ao seu serviço 2,8 pessoas.

Empresas (Sector Não-Agrícola)

No ano do 2009, existiam na ilha Terceira 4.639 empresas, na sua maioria localizadas em Angra do Heroísmo.

O sector de comércio e reparação de veículos englobava 22% do total de empresas, seguido do sector da construção (12%).

Empresas Industriais

No sector industrial destacam-se as empresas na indústria alimentar.

Empresas - Pessoal ao Serviço (sector não agrícola)

Em 2009, na ilha Terceira, 95,5% das empresas tinham menos de 10 pessoas ao serviço.

Apenas uma empresa em cada um dos dois municípios tinha mais de 250 trabalhadores.

Na ilha Terceira, de um total de 12,753 trabalhadores por conta de outrem ao serviço das empresas (sector não agrícola), 9.054 (71%) tinham ocupação no sector de serviços.

O sector de comércio ocupava 29% do total de t.c.o. em Angra do Heroísmo e 25% em Vila Praia da Vitória.

O volume de negócios total das empresas do sector não agrícola na ilha Terceira era cerca de **1.000 milhões de euros**, dos quais 79% em Angra do Heroísmo e 21% em Vila Praia da Vitória.

Tabela 16 Volume de Negócios das Empresas

<i>Volume de Negócios das Empresas por Município da Sede (2010) (Milhares de Euros)</i>	R.A. Açores	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	244.928	35.086	16.731
B - Indústrias extrativas	14.858		
C - Indústrias transformadoras	758.640	88.504	30.557
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	221.019		
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	24.018	8.195	
F - Construção	734.798	79.810	31.617
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclo	2.408.153	494.325	104.016
H - Transportes e armazenagem	517.507	28.136	12.788
I - Alojamento, restauração e similares	186.756	22.167	11.370
J - Atividades de informação e de comunicação	45.446	5.922	327
L - Atividades imobiliárias	64.193	3.037	742
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	96.003	18.174	6.250
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	85.518	16.104	3.038
P - Educação	17.392	1.992	4.037
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	176.784	51.402	3.652
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportistas e recreativas	12.895	1.516	446
S - Outras atividades de serviços	28.232	5.342	2.176
Total	5.637.140	859.712	227.747

Fonte: SREA

Tabela 17 Indicadores das Empresas

<i>Indicadores das Empresas (2009)</i>	R.A. Açores	Terceira	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória	Portugal
Densidade de empresas (n/km ²)	8,5	11,6	13,1	9,4	11,5
Proporção de empresas individuais	79,38 %	81,61 %	80,24 %	84,43 %	67,05 %
Proporção de empresas com menos de 250 colaboradores	99,9 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

Proporção de empresas com menos de 10 colaboradores	95,4 %	95,5 %	95,3 %	96,0 %	95,6 %
Pessoal ao serviço por empresa	3,3	2,8	3,0	2,5	3,5
Volume de negócios por empresa (kEuros)	257,4	212,9	249,4	137,6	316,6
Indicador de concentração de volume de negócios das 4 maiores empresas	10,9 %	23,8 %	30,1 %	27,7 %	5,1 %
Indicador de concentração de valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas	12,0 %	18,7 %	22,2 %	31,8 %	4,1 %

Fonte: SREA

Tabela 18 Empresas segundo o Escalão de Pessoal, por Município

<i>Empresas segundo o Escalão de Pessoal, por Município – Sectores Não-agrícolas (2009)</i>	R.A. Açores	Terceira	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
Menos de 10	18.893	4.431	2.976	1.455
10 – 49	778	191	135	56
50 – 249	114	15	11	4
250 ou mais	18	2	1	1
Total	19.803	4.639	3.123	1.516

Fonte: SREA

Emprego

Emprego na Região Autónoma dos Açores

No final de 2012, a taxa de emprego (15 a 64 anos) era de 56,3% neste trimestre, enquanto a taxa de emprego total (15 e mais anos) situou-se em 49,4%.

A taxa de emprego dos homens (56,2%) é superior à das mulheres (42,7%) e é mais expressiva na população adulta (onde a taxa mais alta, com 73,1%, é no escalão dos indivíduos com idade entre 35 e 44 anos) do que na população jovem (22,1% nos indivíduos com idade entre os 15 e os 24 anos).

A Região Autónoma dos Açores no final de 2012 registou uma taxa de desemprego de 16,2%, mais 1,1% do que no final de o mesmo trimestre de 2011. A nível nacional a taxa de desemprego situou-se em 16,9%, mais 1,1 p.p. do que no trimestre anterior e 2,9 p.p. do que no trimestre homólogo.

O total de desempregados no final de 2012 nos Açores está estimado em 19 354 indivíduos, o que compara com 18 177 do 4º trimestre de 2011.

Tabela 19 Indicadores Regionais de Emprego

Indicadores Regionais do Emprego	2011				2012			
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
População Activa	119.397	121.113	121.728	120.124	120.503	121.458	120.991	119.605

População Empregada	88.840	91.315	89.164	84.310	82.266	82.982	83.038	80.390
População Desempregada	11.334	11.709	14.171	18.177	16.716	18.999	18.605	19.354
Taxa de Desemprego	9,5%	9,7%	11,6%	15,1%	13,9%	15,6%	15,4%	16,2%

Fonte: SREA

Tabela 20 Estrutura do Emprego Sectorial

<i>Emprego por Sector na Região Autónoma dos Açores (2010)</i>	Emprego (milhares de empregados)	%
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7.158	9,9%
B - Indústrias extrativas	257	0,4%
C - Indústrias transformadoras	7.697	10,7%
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	720	1,0%
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	672	0,9%
F - Construção	11.921	16,6%
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclo	16.287	22,6%
H - Transportes e armazenagem	3.875	5,4%
I - Alojamento, restauração e similares	5.495	7,6%
J - Atividades de informação e de comunicação	615	0,9%
L - Atividades imobiliárias	432	0,6%
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.855	4,0%
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4.826	6,7%
P - Educação	1.721	2,4%
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	4.723	6,6%
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportistas e recreativas	843	1,2%
S - Outras atividades de serviços	1.870	2,6%
Total	71.967	100%

Fonte: SREA

Emprego na Terceira

Em 2009, na ilha Terceira, de um total de 12,753 trabalhadores ao serviço das empresas (sector não agrícola), 9.054 (71%) tinham ocupação no sector de serviços.

O sector de comércio ocupava 29% do total de trabalhadores por conta de outrem em Angra do Heroísmo e 25% em Vila Praia da Vitória.

De acordo com os indicadores do mercado de trabalho por município de 2009, os trabalhadores por conta de outrem na ilha Terceira tinham uma Ganho Médio Mensal de 903,5 Euros (913,9 no município de Angra do Heroísmo e 875,3 no município de Praia da Vitória).

O desemprego é um dos principais factores, na conjuntura actual, de obstáculo ao desenvolvimento e, em alguns casos, de emergência social. Existe um conjunto de programas nacionais e regionais de combate ao desemprego que ainda não surtiram o efeito desejado.

De acordo com as estatísticas de Desemprego Registrado do IEFP, no final de 2012, existiam 2.972 desempregados registados no Centro de Angra do Heroísmo (engloba as ilhas de Terceira, Graciosa e S. Jorge), dos quais 17,4 % na faixa de menos de 25 anos (517 indivíduos), 28,9% entre 25 e 34 anos, 44,0% entre 35 e 54 anos e 9,7% na faixa de mais de 55 anos. Da população de desempregados registados na zona abrangida pelo registo IEFP, 2.119 (71,3%) são desempregados registados há menos de um ano e 853 (28,7%) são desempregados registados há mais de um ano nos centros de emprego.

Tabela 21 - Desempregados Registrados

<i>Desempregados Registrados</i>	2010	2011	Var 2011/2010	2012	Var 2011/2010
Portugal (Continente)	519 888	576 383	10,87%	675 466	17,19%
RA Açores	6.304	9.735	54,43%	11.445	17,57%
Terceira, Graciosa e São Jorge (unidade estatística do IEFP)	1.519	2.637	73,60%	2.972	12,70%

Fonte: IEFP

No ano de 2009 registavam-se cerca de 12.750 empregados em sectores não agrícolas e pecuários, sendo a maioria dedicados ao comércio, construção e serviços de saúde e apoio social.

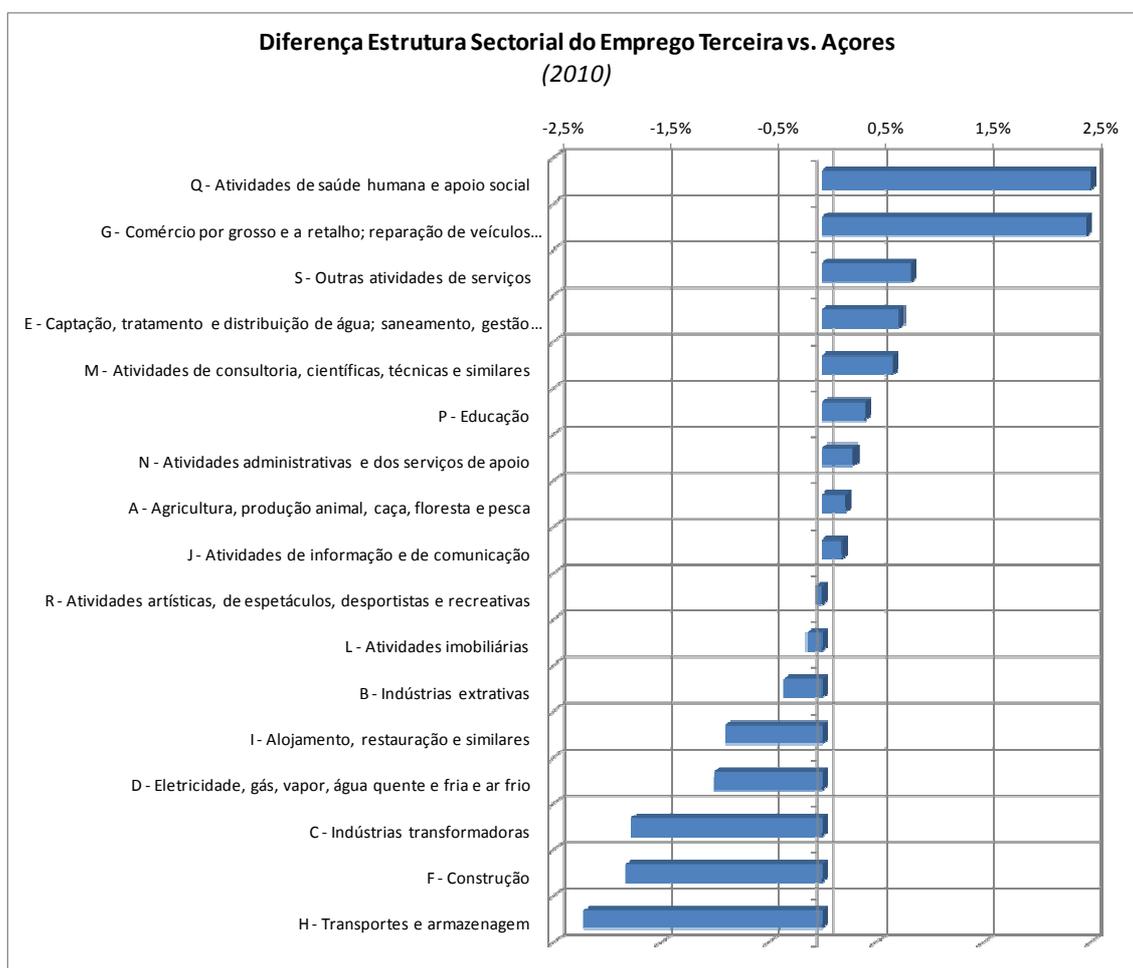
Tabela 22 Pessoal aos Serviço nas Empresas

<i>Pessoal ao Serviço nas Empresas por Município da Sede por CAE (2009)</i>	Açores	%	Terceira	%	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7.158	9,9%	1.486	10,2%	924	562
B - Indústrias extrativas	257	0,4%	0	0,0%	---	---
C - Indústrias transformadoras	7.697	10,7%	1.305	8,9%	860	445
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	720	1,0%	0	0,0%	---	---
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	672	0,9%	241	1,6%	241	
F - Construção	11.921	16,6%	2.155	14,7%	1.200	955
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclo	16.287	22,6%	3.668	25,1%	2.722	946
H - Transportes e armazenagem	3.875	5,4%	463	3,2%	276	187
I - Alojamento, restauração e similares	5.495	7,6%	985	6,7%	643	342
J - Atividades de informação e de comunicação	615	0,9%	152	1,0%	128	24
L - Atividades imobiliárias	432	0,6%	67	0,5%	42	25
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.855	4,0%	676	4,6%	540	136

N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4.826	6,7%	1.022	7,0%	709	313
P - Educação	1.721	2,4%	408	2,8%	255	153
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	4.723	6,6%	1.329	9,1%	1.220	109
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportistas e recreativas	843	1,2%	163	1,1%	117	46
S - Outras atividades de serviços	1.870	2,6%	500	3,4%	349	151
Total	71.967	100%	14.620	100%	10.226	4.394

Fonte: SREA

A análise do da estrutura laboral sectorial da Terceira em comparação com a estrutura laboral regional apresenta um peso relativo superior nos sectores dos serviços de saúde e apoio social e no comércio. Por outro lado, os sectores da indústria, transportes e construção na Terceira possuem um nível de emprego inferior á média da região.



O grau de habilitações dos trabalhadores da ilha Terceira não varia substancialmente em relação à média da RAA. No entanto, assiste-se à existência de níveis superiores no concelho de Angra do Heroísmo comparativamente ao da Praia da Vitória, onde o grau de habilitações dos trabalhadores é inferior.

Tabela 23 Trabalhadores segundo o Nível de Habilitações

Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações (2009)	R.A. Açores		Terceira		Angra do Heroísmo		Praia da Vitória	
Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	494	1,2%	139	1,5%	103	1,5%	36	1,4%
1º ciclo do ensino básico	8.343	20,1%	2.113	22,9%	1.489	22,0%	624	25,1%
2º ciclo do ensino básico	8.844	21,3%	1.783	19,3%	1.339	19,8%	444	17,8%
3º ciclo do ensino básico	10.90	26,3%	2.422	26,2%	1.690	25,0%	732	29,4%
Ensino Secundário	8.420	20,3%	1.781	19,3%	1.272	18,8%	509	20,5%
Ensino Superior	4.219	10,2%	982	10,6%	763	11,3%	123	4,9%
Trabalhadores com níveis de habilitação desconhecidos	251	0,6%	25	0,3%	101	1,5%	20	0,8%
Total	41.471		9.245		6.757		2.488	

Fonte: SREA

Comércio Externo

As exportações da R.A. Açores atingiram em 2011 o total de 117,9 milhões de Euros, dos quais 51% para o mercado comunitário. Nesse total a Ilha Terceira ocupou apenas 6,4%, cerca de 7,6 milhões de Euros.

Nas importações para a R.A. Açores o valor total em 2001 foi de 118,3 milhões de Euros, dos quais 73% do mercado comunitário, A ilha Terceira ocupou 17,5% do total, cerca de 20,8 milhões de Euros.

O grosso das exportações da Região são Produtos Alimentares e de Bebidas, cerca de 63% do total. É interessante referir que 30% das exportações da R.A. Açores se referem a Combustíveis e Lubrificantes (35,8 milhões de Euros), produtos que são abastecidos a partir do Continente para serem fornecidos a navios e aviões estrangeiros. Uma actividade relevante mas que tudo indica decorrer em S. Miguel e não ter peso expressivo na ilha Terceira.

O grosso das importações são Produtos Alimentares e Bebidas, cerca de 41% do total.

Em 2011, o principal mercado de destino comunitário foi a Espanha (31,6%), que foi também o principal mercado de origem (39,3% das importações).

Na importação destacam-se os mercados de França e Estados Unidos.

As exportações da R.A. Açores cobrem 99,6% das importações, taxa de cobertura que representa um interessante equilíbrio nas trocas comerciais com o exterior. Em grande parte esse equilíbrio decorre da ausência de serviços regulares de transporte marítimo para outras origens/destinos que não o Continente. No relativo á ilha Terceira a taxa de cobertura fica-se pelos 36,6%.

Tabela 24 – Comércio Internacional

Comércio Internacional (2011) Milhares de Euros	Exportações			Importações			Cobertura
	Total	Intra-comunitário	Extra-comunitário	Total	Intra-comunitário	Extra-comunitário	
Portugal	42.870.151	31.910.218	10.959.933	59.242.900	43.624.091	15.618.809	72,4%
Região Autónoma dos Açores	117.861	60.225	57.636	118.275	86.618	31.656	99,6%
Ponta Delgada	57.786	12.024	45.762	38.130	26.376	11.754	151,5%
Angra do Heroísmo	2.273	2.078	195	10.484	9.251	1.233	21,7%
Vila da Praia da Vitória	5.323	5.276	47	10.279	9.078	1.201	51,8%

Fonte: SREA

Programas Estruturais de Financiamento

O Quadro de Referência Estratégico dos Açores (QRESA) é o instrumento programático de aplicação dos fundos estruturais europeus na Região Autónoma dos Açores. O QRESA aplicou cerca de 1.500 milhões de euros de verbas comunitárias para o desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores, com aplicação até 2013. Está dividido em quatro programas operacionais:

- ProConvergência, destinado ao desenvolvimento económico numa perspectiva de convergência com o nível de desenvolvimento comunitário europeu.
- ProEmprego, destinado à promoção e qualificação do emprego.
- ProRural, para o desenvolvimento rural.
- ProPescas enquadra as políticas de desenvolvimento para o sector das pescas.

QRESA Projectos Aprovados (até 31-Dez-2011)				
	PROCONVERGENCIA	PROEMPREGO	PROPESCAS	PRORURAL
Número de Projectos Aprovados	956	698	74	1.503
Custo Total Elegível (M€)	1.082	238	25	287
Despesa Pública (M€)	958	237	22	222

PROCONVERGENCIA

Proconvergência - Relatório Anual de Execução 2011

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência, o PROCONVERGENCIA, é um programa operacional inserido no QREN 2007-2013, participado pelo fundo estrutural FEDER, enquadrado no objectivo comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores. com uma dotação de 966,3 milhões de euros de fundo comunitário, a que corresponde uma despesa pública global de 1,2 mil milhões de euros.

A execução financeira do PROCONVERGENCIA, entre reembolsos de despesa realizada e adiantamentos aos beneficiários, proporcionou desde o início da execução até Dezembro de 2011 a injeção de 485,3 milhões de euros na economia açoriana, dos quais 143,9 milhões de euros foram pagos aos beneficiários durante o ano.

Significativo ainda, é o peso relativo das operações em que o grupo-alvo são os beneficiários “Privados” por via do seu enquadramento em sistemas de incentivos e as Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público, com 8,8% e 7,9%, respectivamente.

Em termos de análise da repartição da contribuição comunitária por Actividade Económica realça que, um pouco mais de 35% do valor do Fundo aprovado, diz respeito a operações que se enquadram na actividade económica 12 “Construção”, o equivalente a um montante aprovado de 273 milhões de euros.

SIDER

Com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentável da economia regional, o reforço da produtividade e competitividade das empresas, foram implementados pelo GRA um conjunto de medidas neste sentido concretizadas no sistema SIDER (Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores) em 2007. Este sistema estrutura um conjunto de incentivos ao investimento orientado pelos seguintes subsistemas de apoio específico:

- Desenvolvimento Local;
- Desenvolvimento do Turismo;
- Desenvolvimento Estratégico;
- Desenvolvimento da Qualidade e Inovação.

Este sistema de incentivos apoia o investimento através da atribuição de subsídios reembolsáveis e não reembolsáveis, participando no investimento.

Incentivo ao investimento (Terceira):

- Subsídio não-reembolsável 15% a 40% (mais majorações até + 10%)
- Subsídio reembolsável com financiamento a 10 anos

Com o objectivo de “reforçar a competitividade das empresas regionais e potenciar a sua capacidade para gerar emprego conformando o investimento privado à atual conjuntura, nomeadamente através de uma reorientação para áreas consideradas estratégicas, como é o caso de fomentar indústrias de base económica de exportação, e de reordenar ou de reformar procedimentos que justificavam melhoria.”, foram implementadas novas medidas de “flexibilização das condições de acesso das empresas, com uma redução significativa nos valores mínimos de acesso, um incremento no incentivo atribuído a projectos que contribuam para a utilização de recursos endógenos, que acompanham a revisão dos critérios de avaliação dos projetos apresentados a este subsistema.”, através dos decretos regulamentares regionais:

- Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2012/A - atualização da regulamentação do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico
- Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2012/A - atualização da regulamentação do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local
- Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2012/A - atualização da regulamentação do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento da Qualidade e Inovação
- Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2012/A - atualização da regulamentação do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo

Tabela 25 Execução SIDER Terceira

<i>Sectores de Actividade</i>	Valor dos Projectos de Investimento	%
Alojamento, restauração e similares	31.836.219,42 €	34,2%
Indústrias transformadoras	22.672.167,60 €	24,3%
Comércio por grosso e a retalho	14.814.058,74 €	15,9%
Outras actividades de serviços	8.063.863,09 €	8,7%
Construção	5.128.297,98 €	5,5%
Transporte e armazenagem	4.606.260,89 €	4,9%
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	3.477.482,17 €	3,7%
Indústrias extractivas	1.409.475,00 €	1,5%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	974.116,18 €	1,0%
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	127.025,00 €	0,1%
Actividades de saúde humana e apoio social	113.000,00 €	0,1%

Total	93.221.966,07 €
--------------	-----------------

Fonte: CCAH (processamento próprio)

Outros Incentivos

Decreto Legislativo Regional n.º 25/2010/A - Empreende Jovem — Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo - estimular uma cultura de risco e vontade empreendedora, ao promover a criação de empresas de carácter inovador, contribuindo assim para a diversificação e renovação do tecido empresarial.

Expande as condições de apoio para:

- Idade 18-35
- Subsídio não reembolsável (Terceira) até 50 % mais majorações até +20%

Portaria n.º 39/2012 de 29 de Março de 2012 - Sistema de apoio à promoção de produtos açorianos

- Até 75% (Terceira)

ProRural

No PRORURAL, Programa de Desenvolvimento Rural para o período 2007-2013, estima-se uma despesa pública de 322 milhões de euros para os sete anos, a que corresponde 274 milhões de euros de contribuição FEADER. O PRORURAL foi aprovado pela Decisão C (2007) 6162, de 4 de Dezembro de 2007, da Comissão Europeia.

Tabela 26 ProRural

<i>Eixos</i>	Despesa Pública	Contribuição FEADER	Taxa de Contrib. FEADER	Peso FEADER por Eixo
Eixo 1. Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal	151.176.470,59 €	128.500.000,00 €	85%	46,82%
Eixo 2. Melhoria do ambiente e da paisagem rural	135.294.117,65 €	115.000.000,00 €	85%	41,90%
Eixo 3. Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural	10.262.216,47 €	8.722.884,00 €	85%	3,18%
Leader	22.026.922,35 €	18.722.884,00 €	85%	6,82%
Assistência Técnica	4.131.655,29 €	3.511.907,00 €	85%	1,28%
Total	322.891.382,35 €	274.457.675,00 €	85%	100,00%

Fonte: SRRN/ProRural

Relativamente ao Eixo 3 “Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural”, até final de Fev/2013, tinham sido recebidos pela entidade avaliadora (Grater) cerca de 10 M€ em projectos recebidos para avaliação. Destes, cerca de metade (4,48 M€) tinham já sido aprovados e o investimento executado, até á referida data era de 3,38 M€.

Tabela 27 Execução ProRural Eixo 3

<i>Medidas e Acções no Âmbito do Eixo 3 do ProRural</i>	Investimento Realizado (até Fev/2013)	%
3.1.1 Diversificação de Actividades não Agrícolas na Exploração	444.785,49 €	13,2%
3.1.2 Criação e Desenvolvimento de Microempresas em Meio Rural	2.034.965,34 €	60,2%
3.1.3 Incentivo a Actividades Turísticas e de Lazer no Espaço Rural	58.252,35 €	1,7%
3.2.1 Serviços Básicos para a Economia e População Rurais	271.307,80 €	8,0%
3.2.2 Conservação e Valorização do Património Natural	573.017,77 €	16,9%
Total	3.382.328,75 €	

Fonte: Grater

Os incentivos existentes, especialmente as iniciativas mais recentes relativamente ao apoio ao empreendedorismo jovem, tem prestado um contributo importante. Por outro lado, não se tem assistido a evolução significativa no empreendedorismo de origem científica nas transposição para a actividade económica da relevante produção científica que é realizada, em varias áreas, na ilha Terceira.

Neste aspecto, a existência de um ninho de empresas de caractere científico e tecnológico poderia ser um potenciador da geração de actividade empresarial neste sector.

Com a cessação do actual quadro comunitário de apoio e a transição para o quadro futuro (2014-20), perspectiva-se um período de redução de apoios ao investimento (públicos e provados), num momento de especial conjuntura adversa. Esta transição de ciclo, poderá adiar investimentos e, conseqüentemente, reduzir a capacidade de criação de emprego local.

Orientações Políticas para o Desenvolvimento

Politica Europeia de Integração das Regiões Ultraperiféricas

A UE tem vindo a dar cada mais relevância à política regional e ao desenvolvimento das regiões ultraperiféricas da EU. Os principais objectivos estratégicos determinados pela política europeia (COM 343 / 2004) são:

- Redução do deficit de acessibilidades e os efeitos de outros constrangimentos geográficos
- Aumentar a competitividade das regiões ultraperiféricas
- Fortalecer a integração regional

A UE integra 8 regiões ultraperiféricas europeias (RUP). Trata-se de territórios geograficamente distantes do continente europeu, mas que são parte integrante dos países da UE a que pertencem.

As economias das regiões ultraperiféricas tem vindo a demonstrar a capacidade de crescer acima das taxas médias da UE e dos países a que pertencem. Os Açores têm acompanhado esta tendência, apesar de com taxas mais moderadas, impulsionadas sobretudo pelo crescimento do emprego.

Tabela 28 Indicadores de Desenvolvimento Economico nas Regiões Ultraperiféricas

<i>Regiões Ultraperiféricas EU Valores Médios de Variação (2001-2007)</i>	Crescimento Médio PIB	Produtividade Laboral	Crescimento do Emprego	Crescimento Populacional	PIB Per capita
EU27	2.3	1.0	1.2	0.4	1.9
Espanha	3.7	-0.5	4.3	1.6	1.8
Ilhas Canárias	3.2	-1.2	4.7	2.5	0.6
França	1.9	0.5	1.4	0.7	1.1
Regiões ultramarinas francesas	3.4	1.0	2.2	1.3	1.9
Guadalupe	3.0	2.5	0.4	0.6	2.3
Martinica	2.6	1.6	0.9	0.5	2.0
Guiana Francesa	2.9	0.3	2.5	4.2	-1.1
Reunião	4.2	0.1	4.1	1.5	2.5
Portugal	1.0	0.8	0.2	0.6	0.4
Açores	2.1	0.5	1.5	0.4	1.6
Madeira	4.2	2.6	1.4	0.4	3.6

Fonte: "Growth Factors in the Outermost Regions" EU (2011) / Eurostat

Para além dos indicadores apresentados, a análise comparativa das regiões ultraperiféricas da UE identifica os Açores como uma região com:

- A cobertura das importações pelas exportações é comparativamente elevada;
- A actividade turística nos Açores é comparativamente mais reduzida que as restantes regiões ultraperiféricas
- O grau de auto-suficiência de consumo de produtos alimentares locais é elevado, o que permite assegurar um contributo relevante aos rendimentos dos estratos sociais mais débeis.

Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial

O Governo Regional dos Açores apresentou, em Dezembro de 2012, um conjunto de medidas orientadoras da actividade executiva, no sentido de combater aquele que foi considerado pelo GRA como principal desafio: a criação de emprego. As medidas encontram-se estruturadas no documento “Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial”. Esta agenda envolve um vasto conjunto de medidas que vão de encontro a diversos eixos de actuação, abrangendo um leque bastante diversificado de iniciativas, que se enquadram nos seguintes domínios de intervenção:

- Nova política de Incentivos;
- Fomento das Exportações e Promoção da Região;
- Promoção da Inovação e do Empreendedorismo;
- Medidas de Apoio ao Emprego e Formação Profissional;
- Gabinete da Empresa;
- Novos Instrumentos Financeiros;
- Revitalização dos centros urbanos e reabilitação urbana.

Esta agenda vem definir a nova estratégia de apoio ao investimento no sentido de “criar um ambiente estimulante da eficiência empresarial, que proporcione uma acrescida dinamização **da iniciativa privada** na vida económica regional, através do fortalecimento da respectiva estrutura empresarial e da promoção do **reforço da base produtiva** local.”

A estes eixos acresce a introdução da **Marca Azores**, como veículo de valorização da notoriedade dos Açores e promoção integrada dos produtos açorianos.

Orientações de Médio Prazo GRA 2013-2016

Nas Orientações e Médio Prazo 2013-16, o GRA define dois objectivos principais: objectivo global de ultrapassagem dos efeitos da crise que se atravessou no processo de desenvolvimento dos Açores e a concepção do planeamento considerando o início de um novo período de programação de fundos comunitários, associado a novas orientações de política europeia de coesão.

No diagnóstico elaborado nas Orientações e Médio Prazo 2013-16, identifica-se a “necessidade de formulação de políticas activas de fomento da actividade económica privada, competitiva e geradora de valor e de emprego”.

As grandes linhas de orientação estratégica para 2013-2016 são:

- Aumentar a competitividade e a empregabilidade da economia regional
- Promover a qualificação e a Inclusão Social
- Aumentar a coesão territorial e a sustentabilidade
- Afirmar a identidade regional e promover a cooperação externa

As Orientações e Médio Prazo 2013-16 definem o valor do investimento público a realizar pela Administração Regional, no quadriénio 2013-2016, que ascenderá a perto de 2.937 milhões de euros, o que representa um investimento médio anual de 734 milhões de euros. Em termos mais restritos e no que respeita a despesas inscritas exclusivamente no orçamento regional, apura-se um esforço financeiro global de mais de 1,9 mil milhões de euros.

Carta Regional de Competitividade da Região Autónoma dos Açores

Tem por objectivos monitorizar a competitividade regional, identificar desafios à competitividade e identificar novas oportunidades para o desenvolvimento da região foi elaborado, à semelhança do realizado nas outras regiões nacionais, a carta de competitividade dos Açores, pela Camara de Comércio e Industria dos Açores e com o apoio do Governo Regional.

Em síntese, a Carta da Competitividade define os seguintes pontos forte e fracos da competitividade açoriana:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Posição geoestratégica no Atlântico Norte com potencialidades a explorar para o euro-atlantismo associado à opção europeia; • Forte presença do Mar, Zona Económica Exclusiva (ZEE) de grande dimensão; condições naturais para o desenvolvimento das fileiras da pesca e do eco-turismo; • Potencialidades singulares para actividades relacionadas com o Espaço; • Inserção numa rede intercontinental de comunicações através de cabo submarino de fibra óptica; • Recursos geotérmicos de alta entalpia e potencialidades de outras energias renováveis; • Condições edafo-climáticas propícias à fileira agro-pecuária e para a química fina e biotecnologia; • Elevado valor paisagístico e acervos históricos e culturais de grande riqueza, com adesão da população a manifestações de expressão cultural e à valorização do património cultural; • População jovem no contexto europeu; • Forte potencial de cooperação universitária e económica a partir dos fortes elos de ligação a países de destino da emigração e, em particular as comunidades açorianas nos EUA e no 	<ul style="list-style-type: none"> • Posição periférica em relação aos grandes centros da UE e descontinuidade territorial; • Dimensão reduzida dos centros urbanos, povoamentos com alguma dispersão e, conseqüentemente, custos acrescidos de infra-estruturação; • Fragmentação do mercado regional em micro mercados, afastados dos grandes centros produtores e consumidores; • Multiplicação de infra-estruturas portuárias e aeroportuárias e subutilização das mesmas ainda que justificadas pelas populações das diversas ilhas; • Reduzido potencial demográfico, exigindo-se, por isso, uma aposta excepcional na qualificação dos jovens e da população activa, recorrendo a metodologias inovadoras; • Elevada especialização da base económica, com dificuldades em diversificar a produção e em favorecer um terciário moderno; • Debilidade de consórcios públicos e público -privados no domínio das aplicações do conhecimento; • Dependência exagerada do transporte marítimo e aéreo nas trocas e conseqüente fraca mobilidade com influência nos custos-benefícios;

<p>Canadá;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Paisagens únicas (fauna e flora), terrestres e marítimas, nas nove ilhas com características específicas, com elevado potencial de atractividade internacional; • Identidade cultural forte, potenciadora de atracção turística, de actividades de lazer e de qualidade de vida; • Nova carteira de actividades associadas ao potencial inerente ao alagamento da plataforma continental, em curso; • Governo autónomo próprio com possibilidades de maior capacidade de decisão, próxima dos cidadãos, e, em particular, da comunidade empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vulnerabilidade dos sistemas ambientais e dos recursos hídricos; • Grande variabilidade das forças da Natureza; • Fragilidade da cultura de internacionalização, quer a nível de empresas, quer a nível das instituições; • Ligação às comunidades de emigração açoriana mais afectiva do que económica.
--	---

A estratégia preconizada pela Carta da Competitividade da RRA assenta no modelo de triângulo com 3 vectores estratégicos: Conectividade, Conhecimento e Natureza. Estes vectores tem um investimento associado em: qualificação, atracção de talentos, tecnologia, empreendedorismo, inovação e I&D, qualidade, atracção de IDE e na propriedade intelectual. “tríplice hélice”. Para se atingirem os níveis de competitividade desejados, preconiza-se a mobilização e interacção inteligente dos agentes políticos, empresariais e académicos, ou seja, um alicerçamento dinâmico e inteligente na “tríplice hélice”: Governo - Indústria - Universidade.

Política de Coesão da União Europeia 2014-20¹

A 6 de Outubro de 2011, a Comissão Europeia adoptou um pacote legislativo provisório para enquadramento da política de coesão da UE para o período de 2014-2020.

A Comissão propôs uma série de alterações importantes ao modo como a política de coesão está concebida e é implementada, nomeadamente:

Prioridade para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo	Introdução do Quadro Estratégico Comum, Contratos de Parceria e um menu de objectivos temáticos enquadrados com a estratégia Europa 2020 e as respectivas orientações integradas.
Recompensar o bom desempenho	Fixação de condições ex-ante, as quais têm de se verificar antes da atribuição de fundos, e as chamadas condições ex-post, que levarão à atribuição de fundos adicionais em função do desempenho.
Apoiar a programação integrada	Regras financeiras e de elegibilidade comuns e introdução de programas multifundos opcionais para o FEDER, FSE e Fundo de Coesão.
Focalizar os resultados	Monitorizar o progresso em direcção a objectivos

¹ “Política de Coesão 2014 -2020, Investir no crescimento e em empregos”, Comissão Europeia, Dez 2011.

	acordados.
Reforçar a coesão territorial	Privilegiar acções que contribuam para a diversificação e modernização das economias das regiões ultraperiféricas, com especial ênfase para a investigação e inovação, tecnologias da informação e da comunicação e competitividade das PME.
Simplificar a execução	Para facilitar a absorção do financiamento, a Comissão propõe limitar as taxas de co-financiamento ao nível do eixo de cada prioridade dos programas operacionais a 75-85 % em regiões menos desenvolvidas e ultraperiféricas e 75 % para programas de Cooperação Territorial Europeia.

A arquitectura legislativa da política de coesão inclui:

Uma regulamentação global que estabelece as regras comuns para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP) e regras gerais complementares para o FEDER, FSE e Fundo de Coesão;

Três regulamentações específicas para o FEDER, FSE e Fundo de Coesão;

Duas regulamentações sobre o objectivo de cooperação territorial europeu e o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT).

Todas as regiões europeias podem beneficiar do apoio do FEDER e do FSE. Contudo, haverá uma distinção entre regiões menos desenvolvidas, em transição e mais desenvolvidas com vista a assegurar a concentração dos Fundos segundo o nível de Produto Interno Bruto (PIB).

Numa simulação de elegibilidade apresentada no documento a **Região Autónoma dos Açores** enquadra-se na categoria de Região Menos Desenvolvida (categoria de regiões cujo PIB per capita é inferior a 75 % do PIB médio da UE27). O apoio às regiões menos desenvolvidas continua a ser uma prioridade essencial para a política de coesão.

ARQUITECTURA DA POLÍTICA DE COESÃO				
2007-2013		2014-2020		
Objectivos		Metas	Categorias de regiões	Fundos
Convergência	FEDER FSE	Investir no Crescimento e em Empregos	Regiões menos desenvolvidas	FEDER FSE
Saída gradual da convergência			Regiões em transição	
Competitividade Regional e Emprego Entrada gradual				
	Fundo de Coesão			Fundo de Coesão
Competitividade Regional e Emprego	FEDER FSE		Regiões mais desenvolvidas	FEDER FSE
Cooperação Territorial Europeia	FEDER	Cooperação Territorial Europeia		FEDER

Segundo o documento “Posição dos serviços da Comissão sobre a evolução do Acordo de Parceria e os programas em Portugal para o período de 2014-2020”, publicado em 6 de Novembro de 2012, apesar de insistir a necessidade de fortes mecanismos de coordenação a nível nacional, a Comissão prefere que o investimento do FEDER e do FSE para a Região Autónoma dos Açores se faça através de **programas regionais** (financiados por um ou mais fundos), visto que a região tem autonomia para definir as suas políticas em função das especificidades próprias e para gerir os seus orçamentos regionais.

De acordo com o mesmo documento, os desafios e os domínios de intervenção para Portugal correspondem aos seguintes objectivos temáticos:

Prioridades de financiamento	Objectivos temáticos conexos
<p>Maior competitividade da economia portuguesa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; • Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade; • Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas, do sector agrícola, das pescas e da aquicultura; • Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; • Reforçar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública;
<p>Combater o desemprego, em especial entre os jovens, e melhorar a qualidade da educação e da formação e a integração das pessoas em risco de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; • Promover a inclusão social e combater a pobreza; • Investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida;

pobreza e de exclusão social	
Uma economia ecológica e eficiente que inclua uma utilização adequada dos recursos marinhos	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores; • Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos; • Proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos; • Promover os transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infra-estruturas de rede.

A 7 e 8 de Fevereiro, os chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE) chegaram a acordo sobre o orçamento comunitário plurianual 2014-2020. No entanto, na sua sessão plenária em Março, o Parlamento Europeu não aceitou o orçamento “na sua forma actual” e iniciou novas negociações com os governos dos Estados-Membros.

Síntese da Conjuntura

Em síntese, constata-se que a ilha Terceira tem um peso no espaço económico da Região Autónoma dos Açores inferior ao seu peso demográfico. Assim poderá considerar-se que o modelo de desenvolvimento económico da Região não tem sido favorável á ilha Terceira e que esta terá toda a vantagem em construir uma identidade própria (um espaço próprio) dentro de uma estratégia de desenvolvimento regional.

A Ilha Terceira tem peso dominante no comércio interno com o Grupo Central (em particular Graciosa, S. Jorge e Pico) mas, apesar da sua vantagem geográfica evidente, tem uma posição fraca nas trocas com as ilhas do Grupo Ocidental (Flores e Corvo). Esta situação, representa uma ineficiência do modelo económico regional que sendo corrigida trará vantagens para toda a Região.

Por outro lado, o reduzido peso da Ilha Terceira no comércio internacional da Região, em particular nas exportações para o mercado comunitário não decorre de factores geográficos ou económicos. Como veremos mais á frente, e como decorre das opiniões recolhidas de vários empresários, o sistema de transportes marítimos ao relegar a ilha Terceira para um plano secundário desincentiva o esforço de exportação.

Esta dupla desvantagem, face ao mercado interno e face ao mercado internacional, tem de ser corrigida para proporcionar á ilha Terceira uma posição competitiva razoável no contexto da Região.

Em resumo, a análise da conjuntura económica Ilha Terceira dá indicações muito claras no sentido da conquista de uma melhor posição no mercado regional e um maior peso nas exportações da Região.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
---------------	---------------

<ul style="list-style-type: none"> • Uma tradição de empreendedorismo que se traduziu, em diferentes momentos da história económica da Terceira, na criação de empresas locais para dar resposta a novas necessidades, por exemplo nos sectores de construção e obras públicas, agro-industrial e serviços (turismo). • Disponibilidade de produção de serviços para prestação externa (saúde, ciência, actividades culturais) • A comparação com outras ilhas da RAA indicia o potencial de incremento das exportações da ilha Terceira 	<ul style="list-style-type: none"> • A reduzida dimensão do mercado, limitação que só pode se minorada através da inserção das empresas da Terceira em redes nacionais e internacionais que permitam realizar na totalidade o potencial de projectos inovadores. • VAB não-agrícola com expressão regional inferior à dimensão económica e social regional da Terceira • Grande desequilíbrio na criação de VAB entre os concelhos de Angra de Heroísmo e Praia da Vitória • Baixa cobertura de exportações pelas importações na ilha Terceira
<p>Oportunidades</p>	<p>Ameaças</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção dos sectores com potencial de exportação (bens e serviços) • A necessidade de reforçar o tecido empresarial da ilha Terceira nos sectores tecnológico, de logística e transportes e tecnologias de informação tendo em vista, nomeadamente, melhorar a produtividade nos sectores económicos tradicionais (agricultura, pescas e fileiras do leite e da carne). • Diversificação de mercados de destino e redução de riscos cambiais (intra e extra zona Euro) • Redução da dependência alimentar externa por aumento da auto-suficiência 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte dependência de sectores muito afectados pela conjuntura económica adversa (comércio e construção) • A pressão para soluções imediatas e chave-na-mão, baseadas na importação de serviços (capacidades técnicas especializadas), não dá tempo ao desenvolvimento de meios humanos locais e põe em causa a instalação de empresas de base regional.

Análise da Estrutura Económica

Agricultura

Apesar de ao longo das 3 últimas décadas se ter assistido nos Açores a uma concentração da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), com redução do número de explorações mais pequenas e aumento do número de explorações maiores, a estrutura fundiária da região caracteriza-se, ainda, pela pequena dimensão e elevada fragmentação das explorações.

Os agricultores têm beneficiado de programas de apoio do Governo para a compra de terras agrícolas destinadas a acções de emparcelamento. Até Maio 2012, segundo informação do Governo, foram investidos 15 milhões de euros em programas de apoio à compra de terrenos agrícolas, que permitiram reestruturar 1.200 hectares. Desse investimento resultou um aumento da área média de exploração, que duplicou em 10 anos, e uma redução de blocos por exploração, o que aumentou a viabilidade e a sustentabilidade económica das explorações.

A agricultura da região caracteriza-se pelo forte peso da produção animal na produção final total e, dentro da produção animal, destaca-se, claramente, o sector do leite e lacticínios. Segue-se a produção de carne de bovino.

Tabela 29 Indicadores da Agricultura

Indicador (2009)	Unid	Portugal	R.A. Açores	Terceira	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por exploração	ha	12,0	8,9	7,8	9,3	5,7
Blocos por Exploração	unid.	5,89	6,07	4,95	5,41	4,32
Valor da Produção Padrão Total por Exploração	€	15.199,0	25.916,30	27.430,40	31.449,10	21.887,80
Valor da Produção Padrão Total por Hectare de SAU	€	1.264,90	2.914,40	3.513,40	3.364,90	3.850,10
Explorações com Rendimento do Produtor Agrícola Singular Exclusivamente da Exploração	%	5,8	11,9	9,7	10,1	9,1
SAU em Conta Própria	%	72	46	38	37	41
Bovinos por Exploração	unid.	28,6	32,0	32,2	35,3	27,8
Vacas Leiteiras por Exploração	unid.	26,7	28,2	30,7	34,0	26,0

Fonte: SREA

A agricultura da ilha Terceira apresenta uma SAU (Superfície Agrícola Utilizada) por exploração de 7,8 Hectares, inferior á da RAA (8,9h), embora superior no município de Angra do Heroísmo (9,3h).

Destaca-se o elevado valor da produção total por exploração na ilha Terceira (Euros 27.430), superior em 80% à média nacional (15.199 Euros).

A exploração por conta própria tem no total da SAU no município de Angra do Heroísmo um peso de 35%, valor muito inferior ao nacional (72%) e da RAA (46%).

Tabela 30 Explorações por Município

<i>Explorações por Município (unidade base hectares) (2009)</i>	Portugal	R.A. Açores	Terceira	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
Terra Arável	32,0 %	10,0 %	13,3 %	12,4 %	15,4 %
Horta Familiar	0,5 %	0,4 %	0,5 %	0,4 %	0,7 %
Culturas Permanentes	18,8 %	1,7 %	1,8 %	1,5 %	2,2 %
Prados e Pastagens Permanentes	48,7 %	87,9 %	84,5 %	85,7 %	81,7 %

Fonte: SREA

Na Ilha Terceira prevalecem as explorações especializadas em bovinos de leite com um valor superior à média dos Açores. É ainda de referir a importância que assumem os sistemas policulturais e as explorações de bovinos para gado e leite. É uma ilha que apresenta um razoável grau de diversificação da agricultura.

Tabela 31 Explorações por Município Segundo a Natureza Jurídica

<i>Explorações por Município Segundo a Natureza Jurídica (2009)</i>	Unid	Portugal	R.A. Açores	Terceira	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
Número		305.266	13.541	2.993	1.735	1.258
Hectares		4.709.131	130.463	24.044	16.715	7.329
Natureza Jurídica						
Produtor Singular	Unid	297.381	13.360	2.958	1.708	1.250
	ha	3.218.332	116.755	22.803	15.786	7.017
Sociedade	Unid	6.776	133	21	16	5
	ha	1.221.813	5.086	1.072	781	291

Fonte: SREA

Na ilha Terceira concentram-se 22% do total das explorações agrícolas do arquipélago. De um total de 2.993 explorações a larga maioria são produtores singulares e apenas 21 assumem a natureza de sociedades, 16 no município de Angra do Heroísmo e 5 em Praia da Vitória. As sociedades gerem explorações com uma média de 51 hectares, enquanto as produções singulares ocupam uma média de 8 hectares.

Tabela 32 Indicadores da Agricultura e Floresta por Município

<i>Indicador (2009)</i>	Unid	Portugal	R.A. Açores	Terceira	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
Produtores agrícolas singulares com actividade a tempo completo na exploração	%	21,2	23,7	23,3	24,9	21,0
Produtores agrícolas singulares mulheres	%	31,2	16,2	10,2	8,8	12,2
Produtores agrícolas singulares com formação profissional agrícola	%	10,9	11,7	13,9	17,9	8,4

Produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior	%	8,6	7,4	7,4	8,9	5,3
Idade média do produtor agrícola singular	Anos	63	54	54	54	55
População agrícola familiar por 100 habitantes	Unid	7,5	17,3	17,3	16,5	18,6
Idade média da mão de obra agrícola familiar	Anos	56	48	48	47	49

Fonte: SREA

De entre os indicadores sobre a mão-de-obra agrícola destaca-se a idade média que apesar de elevada é razoavelmente inferior ao valor nacional.

Na ilha Terceira, de uma mão-de-obra total de 2.396 indivíduos apenas 13% são mulheres, valor muito baixo comparativamente com o indicador nacional de 43%.

A remuneração atribuída aos trabalhadores agrícolas – em trabalhos gerais/sazonais – é, na ilha Terceira, substancialmente inferior aos valores praticados em geral na RAA, sendo na região a menor. O valor mais elevado pratica-se na ilha do Pico. Este indicador indicia a existência de uma actividade agrícola (excluindo pecuária) menos intensa e de menor valor-acrescentado na ilha Terceira.

Tabela 33 Salários Diários Médios dos Trabalhadores Agrícolas

Salários Diários Médios dos Trabalhadores Agrícolas (Trabalhos Gerais) (Euros) (2012)	Sta. Maria	S. Miguel	Terceira	Graciosa	S. Jorge	Pico	Faial	Flores
Janeiro	40,0	37,5	30,0	40,0	45,0	55,0	45,0	50,0
Fevereiro	40,0	37,5	30,0	40,0	45,0	55,0	45,0	50,0
Março	40,0	37,5	30,0	40,0	45,0	55,0	45,0	50,0
Abril	40,0	37,5	30,0	40,0	45,0	55,0	45,0	50,0
Maio	40,0	37,5	30,0	40,0	45,0	55,0	45,0	50,0
Junho	40,0	37,5	35,0	40,0	45,0	55,0	45,0	50,0
Julho	40,0	37,5	35,0	40,0	45,0	55,0	45,0	50,0
Agosto	40,0	37,5	30,0	40,0	45,0	60,0	45,0	50,0
Setembro	40,0	37,5	30,0	40,0	45,0	60,0	45,0	50,0
Outubro	40,0	37,5	30,0	40,0	45,0	50,0	45,0	50,0
Novembro	40,0	37,5	30,0	40,0	45,0	50,0	45,0	50,0
Dezembro	40,0	37,5	30,0	40,0	45,0	50,0	45,0	50,0

Fonte: SREA

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Os apoios do Governo ao sector têm resultado no aumento da área média das explorações o que melhorou a sua produtividade. 	<ul style="list-style-type: none"> Fraco acesso a serviços de transporte e logística que sustentem uma comercialização eficaz no mercado regional, nacional e internacional.

A maior percentagem de jovens a trabalhar no sector agrícola em comparação com a média nacional.	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • A existência na Terceira de uma forte tradição na actividade agrícola permite manter activa e disponível mão-de-obra capaz de sustentar novos projectos no sector (por exemplo, produção de produtos agrícolas diferenciados e de alta qualidade). • Potencial de valorização da marca Açores demonstrada por experiências recentes. • Existência de uma bolsa de terras públicas para disponibilização a jovens agricultores (Programa Terra Açores). 	<ul style="list-style-type: none"> • A crescente concorrência no mercado internacional. • A volatilidade dos preços.

Fileira Florestal

Na R.A. dos Açores o sector florestal é dominado pela espécie **criptoméria Japónica** que ocupa cerca de 15.000 hectares ou seja mais de 50% da floresta de produção regional. As restantes espécies com alguma expressão são o **eucalipto** e o **pinheiro**.

O sector florestal produtivo caracteriza-se pela existência de uma área importante de floresta plantada (31% da floresta na Região Autónoma dos Açores), com destaque para as plantações de Criptoméria. Introduzida nos Açores há cerca de 200 anos, são muitas as vantagens comparativas desta essência florestal para a região: um ciclo de produção relativamente reduzido (30-40 anos), boa adaptação às condições ecológicas de altitude (resistência aos ventos fortes) e elevados crescimentos anuais.

Hoje, a floresta de Criptoméria representa cerca de 60% da floresta produtiva e constitui um activo da economia rural regional, nomeadamente na ilha de São Miguel, onde existem alguns recursos próprios de uma fileira florestal assente na transformação de madeira.

Na **ilha Terceira** domina a exploração do eucalipto, existindo uma propriedade com 180 hectares que exporta para a produção de pasta de papel.

Tabela 34 Áreas florestais por ilha e por espécie (ha)

Espécie	Faial*	Flores**	Pico*	São Jorge*	São Miguel*	Terceira*	Graciosa***	Santa Maria	Corvo	Total
Criptoméria	852	281	837	182	7.556	1.610	64			11.382
Eucalipto		4	152	102	676	2.575	118			3.627
Folhosas diversas	236		5	8	207	48				504
Robinia	3									3
Vegetação Natural	722	2.054	4.233	4.200	4.568	3.774	196			19.748
Acácia		72	508	325	2.273	174	5			3.357
Incenso	1.767	788	11.495	2.021	2.914	1.348	424	Não determinada		20.757
Pinheiro japonês			116		8					124
Pinheiro bravo	45		658	20	2	104	2			832
Resinosas diversas	5				24	19	62			110
Faia da terra	140	32	947	1.035	165	29				2.349
Vinhático	20				2		148			169
Camaciparis					15	6				20
Total	3.790	>3.230	18.951	7.895	>18.409	9.687	1.020	-	-	62.982
Área ilha	17.306	14.096	44.480	24.365	74.459	40.027	6.066	9.689	1.711	232.199
Taxa de arb.	22%	>23%	43%	32%	>25%	24%	17%	-	-	>27%

Fonte: Inventário Florestal da Região Autónoma dos Açores

De entre os subsectores da fileira florestal destacam-se a serração e a carpintaria e marcenaria.

Na **ilha Terceira** destacam-se as actividades de carpintaria e marcenaria. Uma parte da madeira utilizada na ilha Terceira provem de outras ilhas.

A madeira de criptoméria é utilizada em tectos, estruturas e revestimento e ainda para carpintaria.

O sector florestal possui atractividade demonstrada por várias empresas com o intuito de se instalarem na Terceira para exploração florestal. Entre outras, encontram-se as empresas produtoras de “pellets”. Este produto possui uma elevada apetência em várias regiões da Europa, onde é utilizado como combustível natural de elevada eficiência. Este poderá ser um sector de desenvolvimento da fileira florestal da Terceira. Complementarmente, a produção deste combustível poderá ser uma maior difusão e aplicação na Terceira como fonte energética renovável, permitindo a redução de consumo de combustíveis fósseis localmente.

A Agenda da Competitividade vem promover, com um plano ambicioso “9.8 – Rentabilizar Fileira da Madeira”, o desenvolvimento desta fileira enquanto contributo para o desenvolvimento económico e criação de emprego na região. Serão rentabilizados cerca de 4.500 ha de matas de criptoméria, gerando mais de 1.000 novos postos de trabalho. Igualmente pretende-se potenciar os canais de exportação das madeiras. A Terceira deverá procurar não perder a oportunidade de, com esta iniciativa, adicionar à actividade de corte de madeira outras actividades de atribuição de maior valor acrescentado a este produto natural, como sejam a utilização em marcenaria, carpintaria, artesanato e valorização energética de produtos e resíduos florestais.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Existência na Terceira de prestação de serviços de natureza florestal (nas áreas de plantação e corte) e actividades a 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzida dimensão da área florestal na Terceira.

jusante (serração, carpintaria e marcenaria).	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • O interesse manifestado por diferentes empresas em instalar-se na exploração florestal na Terceira atraídas pelas condições naturais existentes. • Estratégia do Governo de rentabilizar as matas de criptoméria propriedade da Região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzido interesse dos compradores de eucalipto para produção de pasta de papel devido á conjuntura de mercado.

Fileira da Agricultura Biológica

Os Açores possuem condições naturais ímpares, nomeadamente o clima e o terreno, que são excepcionais para a produção agrícola de forma biológica. Na R.A. dos Açores a Agricultura Biológica com certificação começou a ser praticada em 1997.

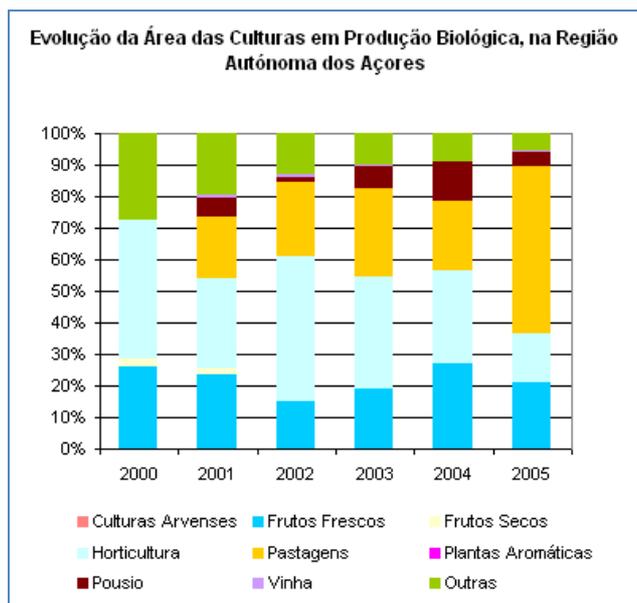
Em 2006 existiam 20 unidades certificadas, num total de 66,5 ha, distribuídas por 3 ilhas: S. Miguel (28,6 ha) S. Jorge (26,9 ha) e Terceira (11 ha).

O número de produtores que se dedica à agricultura biológica nos Açores mais do que duplicou em menos de cinco anos, mas continua a ter uma expressão reduzida no arquipélago, existindo atualmente apenas 46 produtores certificados.

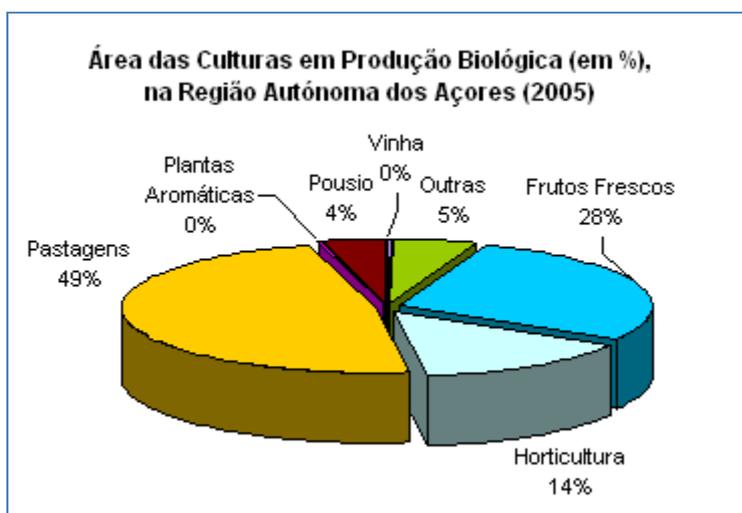
A maioria dos produtores, segundo dados divulgados nas Jornadas de Agricultura Biológica de **Novembro 2011**, encontra-se em S. Miguel (23), seguindo-se S. Jorge (10), **Terceira** (7) e Faial (6), num total de 263,73 hectares de área cultivada.

Existem apoios financeiros para incentivar o aparecimento de mais produtores nesta área. A União Europeia reserva, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), um lote de apoios à produção biológica, dirigidos à comercialização, produção e certificação.

Em 2010, em Portugal, as vendas de alimentos produzidos em regime biológico ascenderam a 25 milhões de euros, num mercado que cresce, a nível europeu, entre 10 e 15 por cento ao ano.



Fonte: Guia das Explorações de Agricultura Biológica (Projecto GABI)



Fonte: Guia das Explorações de Agricultura Biológica (Projecto GABI)

As potencialidades que as ilhas oferecem à prática da agricultura biológica são enormes, mas a insularidade, agravada pela dispersão das ilhas, e uma menor dinâmica dos fluxos turísticos, por comparação com a Madeira, dificultam o escoamento dos produtos.

Na verdade, muitos são os produtos que poderiam obter uma mais-valia se transformados e certificados em Agricultura Biológica. Salientamos os **lacticínios**, nomeadamente os **queijos da ilha**, que gozam já de grande reputação e que, pelas exigências postas no seu fabrico, seriam de fácil reconversão ao modo biológico. O mesmo se espera, num futuro próximo, quanto à produção de carne. E por que não a piscicultura em modo biológico, aproveitando as excelentes condições naturais para o efeito e as expectativas de crescimento do mercado de produtos biológicos, que é manifestamente carente neste tipo de produtos.

Explorações na Ilha Terceira

Fonte: GABI

BioBiscoitos

A Biobiscoitos é uma exploração de cerca de 7 ha, localizada numa área bastante arborizada, que proporciona um ambiente ideal para a produção em modo biológico. Predominam as pomóideas (variedades Royal Gala, Reineta e Prima), os citrinos e as frutas tropicais (anona). Para além das frutas e de alguns produtos hortícolas, também produz compotas (ameixa, maçã e meloa).

Este agricultor iniciou a sua actividade em modo de produção biológico em 1999, por ter começado a sentir problemas na produção em modo convencional.

Produtos: Frutas, produtos hortícolas e compotas.

Comercialização: no comércio local.

BioFontainhas

A exploração Biofontainhas distingue-se das demais porque o seu proprietário pratica permacultura, um modo de produção desenvolvido por Bill Mollison, na Austrália, que se inspirou na prática agrícola dos aborígenes para criar uma técnica económica em termos de trabalho e de consumo de recursos. Como exemplo desta prática cita-se a criação dum futuro bosque produtivo, que será plantado sobre uma base constituída por luzerna e cartão, que irão preparar o solo de forma a este não necessitar de ser cavado. Só depois se introduzem as árvores e o allium, para protecção.

O conhecimento adquirido faz deste agricultor uma referência para quem se interessa por formas alternativas de produção, tendo proferido várias palestras na Universidade dos Açores, em Angra do Heroísmo, e colaborado num curso de hortas ecológicas, na Horta, a convite dos serviços da Secretaria Regional de Agricultura. A sua exploração é frequentemente visitada por pessoas oriundas das mais diversas proveniências.

Outro motivo de interesse é a grande variedade de produtos, alguns difíceis de encontrar nas nossas explorações, como é o caso do daikon, da jicama, do espinafre de Malabar, num total de 156 espécies, das quais 56 variedades de saladas.

Esta biodiversidade é essencial para manter o equilíbrio da sua exploração e constitui um atractivo para a restauração, que fornece na Praia da Vitória e em Angra do Heroísmo.

Produtos: vários.

Comercialização: na própria exploração.

André Botelho Caria

Um pomar implantado em cerca de 1 ha e certificado desde 1999. Pretende, de futuro, introduzir maior variedade de fruteiras e flores exóticas.

Produtos: Castanhas, clementinas, laranjas, mandarinas, tangerinas.

Comercialização: na própria exploração.

Avelino dos Santos Contente

A exploração do Sr. Avelino Contente tem apenas 0,72 ha, mas aqui crescem vários produtos, entre os quais feijão, cenouras, cebolas e abóbora. A certificação da sua actividade é de 2005.

Produtos: Abóbora, Cebolas, Cenouras, Feijão.

Comercialização: na própria exploração.

Quinta do Martelo

A quinta do Martelo é um interessante empreendimento turístico, que a par da actividade de hotelaria e restauração, constitui um riquíssimo espólio histórico e cultural de carácter etnográfico.

Com uma área agrícola pouco superior a 2,5 ha, a quinta tenta ser o mais auto-suficiente possível, produzindo todo o ano os produtos que são utilizados na confecção das refeições servidas na sua unidade de turismo rural, que conta com 12 quartos, não tendo por isso venda ao público. A certificação da produção em modo biológico é recente (2002/3).

A par dos produtos agrícolas diversificados e alguns animais de capoeira, a quinta tem também algumas das plantas que os colonos encontraram nos Açores, como é o caso do pastel.

Produtos: produção para autoconsumo.

Comercialização: produção para autoconsumo.

Segundo Avelino Ormonde (Correio dos Açores, Novembro 2012), produtor e empresário agrícola da ilha Terceira:

Vantagens da agricultura biológica: o valor nutritivo, a biodiversidade, sabor, garantia de saúde, ruralidade, água pura e mais emprego para a ilha.

Perfil do consumidor: ser consumidor de produtos biológicos significa ser activo e atento, ser convicto da necessidade de preservação do meio ambiente, ser sensível ao pormenor e à diferença. Ser capaz de apostar em produtos locais de sabor distinto, e na prevenção para garantir mais saúde, energia e equilíbrio.

Em Setembro 2012, teve lugar a abertura do **Mercado de Produtos Biológicos** na Praia da Vitória tendo por objectivo ser um elo fundamental na cadeia de comercialização dos produtos biológicos. O projeto foi uma iniciativa da Câmara Municipal da Praia da Vitória, tendo como parceiros a cooperativa BioAzórica e a associação ambientalista G-Questa. Situado junto ao

Clube de Naval e à zona verde, o mercado de produtos biológicos possui um escritório, uma cozinha para demonstrações e instalações de frio.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento adquirido em alguns projectos. • Crescente interesse dos agricultores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida área de terras disponível para este tipo de processo de produção. • Limitações da cadeia de comercialização nos mercados regional e exterior. • Fraca ligação às actividades de turismo.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Estão identificados diversos produtos hortícolas e frutícolas cujo valor de mercado pode aumentar se forem produzidos em modo de produção biológico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concorrência no mercado exterior.

Floricultura, Hortifruticultura e Apicultura

Existem na R.A. dos Açores 50 floricultores que trabalham uma área global de 100 hectares.

A Terceira tem condições naturais para desenvolver actividades agrícolas que permitem substituir as importações de produtos hortícolas (alfaces, tomate, feijão verde, etc.) e frutícolas (maçãs, bananas, pêsegos e laranjas), contribuindo para aumentar a autonomia alimentar do arquipélago.

No entanto, a instalação de novas explorações agrícolas vocacionadas para aquelas actividades e outras como a agricultura biológica e a floricultura, defronta-se com um problema: a disponibilidade de terras.

Desde 2008, o Governo desenvolveu acções de emparcelamento, isto é tendentes a corrigir a dispersão, a fragmentação, a configuração das explorações agrícolas. Essas acções poderiam agora ser continuadas de forma a potenciar a utilização de terras para outras actividades agrícolas que não apenas as tradicionais associadas á pecuária (por exemplo, a produção de milho).

Por outro lado, experiências realizadas nomeadamente no Continente e na Europa, como a criação de uma “bolsa de terras públicas” ou a promoção de “fundos privados de terras” deveriam ser estudadas e adaptadas á ilha Terceira.

Na floricultura dos Açores, sobressai a produção de próteas, um cultura que tem vindo a enraizar-se na Região de tal modo que já existem plantas muito bem adaptadas ao clima açoriano, fruto de ensaios realizados com apoios governamentais dedicados ao conhecimento, bem como os programas operacionais dedicados aos incentivos ao investimento privado nesta cultura, aos mais variados níveis.

A produção de próteas destaca-se por ser uma cultura em expansão nos Açores e o seu produto ser de exportação para os principais mercados europeus, como por exemplo da

Holanda e de França com a Região a exportar mais de um milhão e duzentas mil hastes florais para o mercado holandês.

Na ilha Terceira destacam-se as actividades da FRUTERCOOP – Cooperativa de Hortofruticultores da Ilha Terceira, fundada em 1992, começando a sua laboração a 1 de Janeiro de 1993.

A cooperativa tem como linha principal de orientação o desenvolvimento da horticultura, fruticultura, floricultura e apicultura a nível de comercialização, nomeadamente na concentração dos produtos produzidos pelos seus cooperadores, sua selecção e armazenamento, e respectiva comercialização.

Devido à grande variabilidade de produtos agrícolas comercializados, e por uma questão de organização interna, a Frutercoop está estruturada em vários sectores de trabalho com centros de custo, como sejam:

- sector da banana;
- sector horto-frutícola;
- sector da apicultura;
- sector da floricultura;

Possui 98 cooperadores na sua totalidade, numa área total de produção de aproximadamente 112ha, e na apicultura, um efectivo de 500 colmeias.

Constata-se que a produção hortofrutícola, ainda que conjugada com a produção em regime biológico, não possui peso expressivo na economia local. Esta vertente agrícola possui amplo espaço de oportunidade de produção para abastecimento local e ao mercado interno regional, considerando consumo das populações locais e abastecimento às unidades turísticas com produtos de elevada qualidade, de modo a oferecer as oportunidades de emprego e empresariais que o sector possui e a fim de contribuir para a redução da dependência de produtos alimentares provenientes do exterior. Para atingir estes objectivos este sector carece de melhores condições de acesso a terras, meios de rega modernizados, canais de distribuição e logísticos adequados aos mercados de destino (internos e externos à ilha Terceira) e acções de formação profissional que capacitem os trabalhadores do sector com técnicas modernas de produção e gestão da actividade agrícola.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none">• Sucesso na diversificação da produção e comercialização do sector de floricultura• Características edafo-climáticas favoráveis à produção da floricultura, hortofruticultura e apicultura	<ul style="list-style-type: none">• Visão de mercado, restantes subsectores não atingiram o grau de desenvolvimento de produção e comercialização que a floricultura conseguiu atingir• Acesso a terras para produção agrícola• Falta de meios de rega e captação de águas modernizados• Canais de distribuição (pontos de venda em mercados tradicionais e no grande comércio)• Logística de suporte e rede de frio

	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades de formação profissional no sector (técnica e de gestão)
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Colocação de produções locais no mercado interno do arquipélago para consumo das populações locais e abastecimento as unidades turísticas com produtos de qualidade • Redução de ocupação de carga aérea com produtos de baixa densidade de valor no abastecimento à Terceira • Estudo de adaptação à Terceira de novas modalidades de gestão da terra disponível para exploração agrícola 	<ul style="list-style-type: none"> • A orientação dos apoios públicos a outros sectores (p.ex. produção de leite) condiciona as opções de produção dos agricultores locais • Abertura ao investimento externo poderá ameaçar a iniciativa local, frágil e de reduzida capacidade de investimento para competir com “players” internacionais

Produção de Vinho

A cultura do vinho na Terceira possui reduzida expressão económica local. No entanto, há considerar a existência da região demarcada dos Biscoitos com Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada (VQPRD), que produz vinhos apreciados localmente e pelos mercados turísticos e da dispora. Por outro lado, esta cultura contribui significativamente para a valorização paisagística da região para a sua valorização cultural e turística.

Pecuária

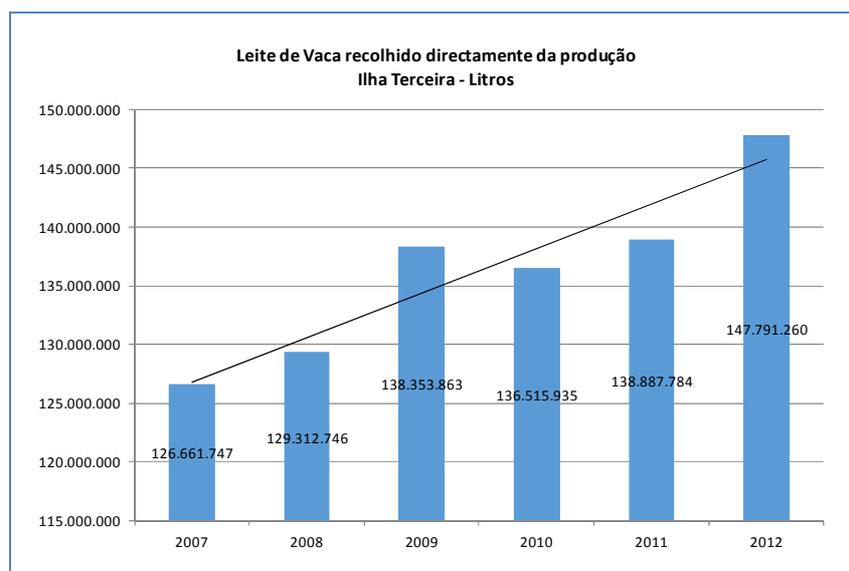
Fileira do Leite de Vaca

A produção de leite na ilha Terceira apresenta entre 2008 e 2012 uma TCMA (taxa de crescimento médio anual) de 3,6% tendo atingido em 2012 um máximo absoluto de produção. O peso da ilha Terceira na produção total da R.A. dos Açores atingiu em 2012 os 26,1%.

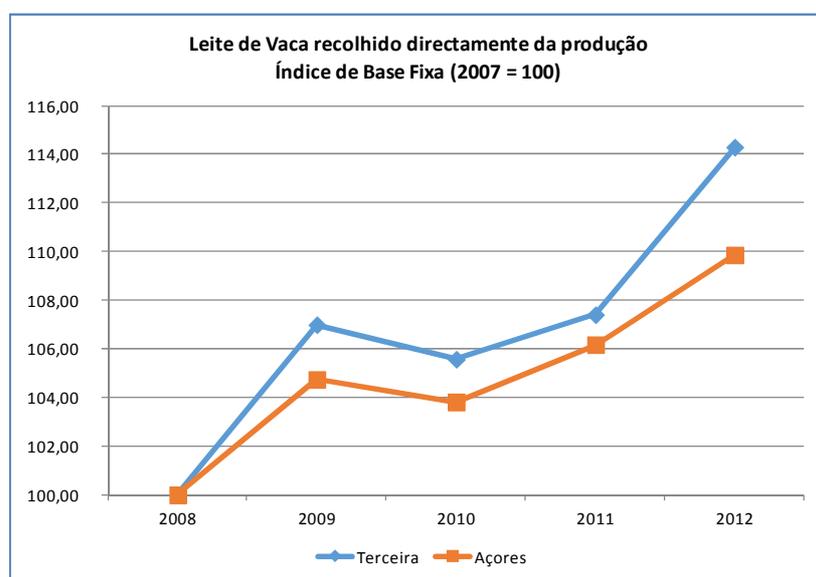
Tabela 35 Leite de Vaca Recolhido da Produção

Leite de Vaca recolhido directamente da Produção (milhões de litros)	2008	2009	2010	2011	2012
Portugal	1.960,9	1.938,6	1.860,6	1.860,8	nd
Açores	515,7	540,2	535,4	547,6	566,6
Terceira	129,3	138,6	136,6	138,9	147,8
Quota Regional da Terceira	25,1%	25,6%	25,5%	25,4%	26,1%

Fonte: SREA



Fonte: SREA



Fonte: SREA

No quadro da União Europeia, a produção de leite está sujeita ao designado **Regime de Gestão das Quotas Leiteiras**, que tem por objectivo reduzir o desequilíbrio entre a oferta e a procura de leite e produtos lácteos, evitando o crescimento da produção leiteira e os excedentes. Estão definidas penalizações pecuniárias sobre as quantidades de leite recolhidas, ou vendidas directamente, que excedam as Quotas Nacionais estabelecidas para cada Estado-Membro. O sector do leite foi um dos primeiros a ser regulado no âmbito da Política Agrícola Comum. A Organização Comum de Mercado (OCM) do Leite e Produtos Lácteos data de 1968, destacando-se, entre as profundas alterações que foram introduzidas, o regime de quotas leiteiras instituído em 1984.

Segundo a Associação Nacional dos Produtores de Leite, no plano da reforma da PAC em curso, é fundamental garantir a manutenção das quotas leiteiras para lá de 2015, ou a existência de mecanismos que garantam uma concorrência leal entre os produtores dos vários países (com níveis de apoio similares) de forma a assegurar a manutenção da produção de

leite nas diversas regiões europeias e concretamente nos países do sul da Europa (soberania alimentar).

Na realidade, o sector leiteiro açoriano apresenta vantagens competitivas em relação a grande parte do tecido produtivo do Continente. No entanto, os produtores da Região temem que a liberalização do mercados lhes seja desfavorável face aos baixos índices de concentração, á especialização produtiva acentuada e às reduzidas economias de escala em comparação com os produtores dos países do Norte da Europa,

Segundo Relatório divulgado pela Comissão Europeia em 11 de Dezembro 2012, sobre as condições de preparação do sector para o fim das quotas, em 2015, a produção de leite em Portugal deverá ficar, em 2011-2012, 9,7% abaixo da quota.

O relatório conclui que a eliminação progressiva (“phasing out”) das quotas leiteiras será concretizada tendo em conta que na grande maioria dos Estados-membros, as quotas já não são relevantes para a limitação da produção e o preço da quota (pago por agricultores que querem ultrapassar o limite) é zero ou perto de zero.

Na apresentação do relatório o comissário europeu para a Agricultura manifestou-se satisfeito com o ponto de situação do Mercado e anunciou que o próximo relatório, a publicar em meados de 2014, "dedicará particular atenção às **regiões desfavorecidas**, apresentando potenciais incentivos a acordos de produção conjunta".

O Governo Regional tem defendido um maior equilíbrio entre os diversos agentes nas mais-valias geradas na fileira do Leite: rendimentos dos produtores, da transformação e da distribuição.

No relativo ao provável desmantelamento das quotas leiteiras o Governo tem afirmado que o fundamental é as explorações continuarem o caminho da modernização, criando condições para serem cada vez mais produtivas e competitivas, aumentando, assim, o rendimento.

Ilha Terceira

A UNICOL – União das Cooperativas de Lacticínios Terceirense, UCRL., cujas raízes datam de 1946 na então Federação de Cooperativas de Lacticínios do Distrito de Angra do Heroísmo, conta hoje com 23 cooperativas filiadas e cerca de 900 produtores associados e, por conseguinte, assume um papel fundamental da fileira do leite na ilha Terceira. A maioria das explorações são de natureza familiar.

A UNICOL intervém nas seguintes áreas: recolha e tratamento do leite junto dos produtores, comercialização de produtos lácteos, produção e comercialização de factores de produção, comercialização e distribuição de gasóleo agrícola, comercialização de carne, assistência veterinária e inseminação artificial.

Na actividade de recolha e tratamento do leite junto dos produtores está apoiada numa excelente rede de postos que se encontra espalhada por toda a ilha.

Na década de 1990 a Unicol deu início ao fornecimento de factores de produção, sendo que nos primeiros anos limitava-se a importar os produtos e a comercializá-los junto dos criadores as rações necessárias à manutenção das suas explorações.

A decisão de produzir as suas próprias rações surgiu mais tarde, no final do séc. XX, mantendo-se até aos dias de hoje num ritmo crescente e com resultados francamente positivos.

A PRONICOL - Produtos Lácteos, S.A., empresa cujo capital é detido pela Lactogal (51%) e pela Unicol (49%), absorve o grosso da produção de leite da Ilha Terceira, através de uma parceria com a Unicol.

A PRONICOL, tendo em 1995 comprado a concorrente a ELA (Empresa de Lacticínios dos Açores) é hoje a única empresa de transformação de leite da ilha Terceira.

Na fábrica da Quinta S. Luís, em Angra do Heroísmo, produz-se leite UHT, leite em pó, leite pasteurizado, lactosoro em pó, queijo flamengo bola e barra e queijo prato, manteiga e nata pasteurizada.

A maioria do leite produzido na Terceira e colocado no mercado de Portugal continental não apresenta denominação de origem, o que se pode configurar numa perda de valor perceptível junto do consumidor, considerando que a região Açores possui elevada notoriedade relativamente à qualidade de natureza dos seus produtos, especialmente os lácteos.

O Grupo Barcelos – Açorcarnes, deu início em 2004 ao projecto que está hoje associado á marca “Quinta dos Açores” com o objectivo de criar produtos recorrendo ao leite fresco e utilizando uma tecnologia pioneira em Portugal, o tratamento por microfiltração, um tratamento de membranas cerâmicas em que se extrai 99,9% dos microorganismos do leite.

Em Julho de 2012, na ilha Terceira foi apresentada a marca "**Quinta dos Açores**" como uma “linha de produtos que combina a excelente matéria-prima dos Açores com a inovação tecnológica proporcionando sabores autênticos”. A Quinta dos Açores definiu como Missão: “afirmar-se com a percepção de uma marca inovadora, com os melhores produtos e a apresentação mais diferenciada e cuidada, em cada segmento que está presente”.

A relação entre produtores (Associação Agrícola da Ilha Terceira, cooperativas e UNICOL), industriais (PRONICOL) e distribuidores (entre outros a LACTOGAL) não é pacífica.

REGIME DE IMPOSIÇÃO SOBRE OS EXCEDENTES NO LEITE - CAMPANHA 2011/2012		
COMPRADORES DE LEITE ACTIVOS		
	Data Aprov.	
Açorcarnes, Lda.	01.01.11	Angra do Heroísmo
José Henrique Melo Cota	01.10.09	Angra do Heroísmo
Q.P. - Queijaria do Pico, Lda	01.04.02	Praia da Vitória
Soterlac - Sociedade Terceirense de Lacticínios Lda	01.04.02	Angra do Heroísmo
UNICOL - União de Coop. de Lacticínios Terceira Lda.	01.04.93	Angra do Heroísmo
COMPRADORES DE LEITE QUE DEIXARAM DE SER APROVADOS		
Lactilhéu - Lacticínios, Sociedade Unipessoal, Lda		Angra do Heroísmo
<i>Fonte: Ministério da Agricultura</i>		

Os produtores, pela voz Associação Agrícola da Ilha Terceira manifestam frequentemente a sua decepção por não terem qualquer influência na comercialização do leite que produzem. Segundo a AAIT a parceria entre a Unicol e Pronicol, onde a Lactogal tem maioria, não contribui para valorizar o produto da Ilha Terceira cuja imagem se esbate em marcas não regionais.

Na opinião do Presidente da Associação Agrícola terceirense, existem várias formas de garantir aos produtores mais alguns ganhos, que, hoje, se perdem entre a transformação e a comercialização, nomeadamente, que algumas que ainda a ilha e a actividade não tem actualmente. Temos duas queijarias privadas na ilha, que, pelo que sabemos, têm a sua produção vendida. Mas o grosso da produção é absorvido pela Pronicol, através de uma parceria de venda com a Unicol. Essa produção resulta em produtos sem marca que poucas valias trazem. Penso que a própria Unicol terá de repensar a sua posição junto da Pronicol e começar a avançar para uma produção com a marca Açores, uma marca que vende lá fora. Sabemos que os produtos produzidos na Região e com a marca Açores são alvo de apoios importantes, sobretudo ao nível do transporte. Sendo tudo isto mais-valias que não estão a ser aproveitadas.

Em Abril 2009, a AAIT anunciou o arranque de um projecto para uma nova fábrica de leite e queijo da ilha Terceira (denominação TERLEITE), a construir em terreno localizado na zona industrial de Angra do Heroísmo, num lote de 5 mil m², com capacidade de produção de 40.000lt/dia. A sua produção seria lançada no mercado com a marca “O LEITE DA ILHA”.

As últimas notícias sobre este projecto vieram a público no final de 2010, data em que se aguardava pela conclusão do projecto para posteriormente ser aprovado pela Câmara Municipal de Angra e pelo Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas. Nessa altura o arranque da produção estava previsto para 2012.

Na realidade, os aspectos críticos da fileira do leite na R.A. Açores e na ilha Terceira, onde o peso da fileira do leite na economia local é significativo, são o preço por litro pago ao produtor (preço base padrão e outros itens) e as ajudas á produção (ajuda por vaca leiteira equivalente).

A produção leiteira tem, por natureza, uma acentuada sazonalidade. Para moderar este efeito são apresentados aos produtores preços diferenciados para Verão e Inverno.

Os produtores têm vindo a ajustar-se às quotas que lhes estão atribuídas, apesar de anteriormente terem comprado quotas entre produtores regionais e também a produtores do continente para poderem escoar a produção.

Existe a expectativa de que após o regime de quotas actual na EU venham a existir outros apoios aos produtores em função das quotas agora existentes (p.ex. através dos apoios aos produtos lácteos). No futuro considera-se que, devido à alteração do regime de quotas, as margens de comercialização serão mais reduzidas o que poderá vir a tornar esta actividade menos rentável. Em alternativa à produção leiteira, os produtores locais poderão vir a diversificar a actividade para: produção de carne, flores ou hortofrutícolas.

A fileira do leite integra a montante a produção local rações para o gado, produzidas a partir de cereais (milho, cevada e outros) importados para a Terceira para este fim.

Tecnicamente, é possível considerar a existência de capacidade local para a expansão da produção, no entanto, condicionada pela rentabilidade das produções em função do preço do leite e, por outro lado, a limitação de espaço existente associada ao modelo de produção extensiva. Esta capacidade de extensão está longe de ser esgotada mas colide com a possibilidade de expansão de gado para produção de carne que também possui uma natureza de produção extensiva na ilha Terceira.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Fileira do leite estruturada, com uma indústria modernizada e com peso ao nível da fileira nacional. • Existência de dois produtos DOP (Denominação de Origem Protegida). • Boa qualidade do leite e produtos lácteos. • Empresários em nome individual e empresas industriais com influência crescente a nível nacional. • Melhoria do dimensionamento médio do efectivo por exploração. • Efeito positivo de alguns projectos inovadores. • Melhoria das condições de produção e de trabalho • Condições edafoclimáticas muito favoráveis. • Recurso endógeno – pastagem. • Potencial papel fundamental da Universidade, Governo Regional e Indústria, numa actuação concertada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente valorização da qualidade do leite e produtos lácteos • Predominância de produtos de baixo valor acrescentado e fraca capacidade de inovação • Fraca valorização dos produtos DOP • Pressão ambiental (sobre a qualidade da água, sobre os solos, sobre a biodiversidade, sobre a atmosfera), sobretudo, em zonas de produção mais intensiva. • Explorações agrícolas com pequena dimensão física e dispersas no território • Água e electricidade. Acessibilidades • Fraca capacidade de inovação.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Concentração de cerca de 30% da produção nacional de leite o que permite criar uma marca forte associada à “imagem dos Açores”. • Potencial de valorização e diferenciação das produções por via da qualidade e da “imagem dos Açores”. • Aumento da procura de produtos lácteos no mercado internacional. • Evolução da política da PAC após 2015 que poderá ou não manter as quotas leiteiras (flexibilidade de produção). • Modernização, e inovação do nível dos produtos, respondendo às novas procuras de mercado: produtos saudáveis e de fácil uso. 	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução da política da PAC após 2015 que poderá ou não manter as quotas leiteiras (concorrência acrescida). • Aumento dos preços de transporte. • Epidemias que afectam a produção de gado bovino (exemplo da BSE).

Fileira da Carne

A fileira da carne é dominada pela carne de bovino. O investimento na remodelação e construção de matadouros tem contribuído decisivamente para aumentar o abate local (e a exportação de carne) e para reduzir a expedição de gado vivo para o exterior.

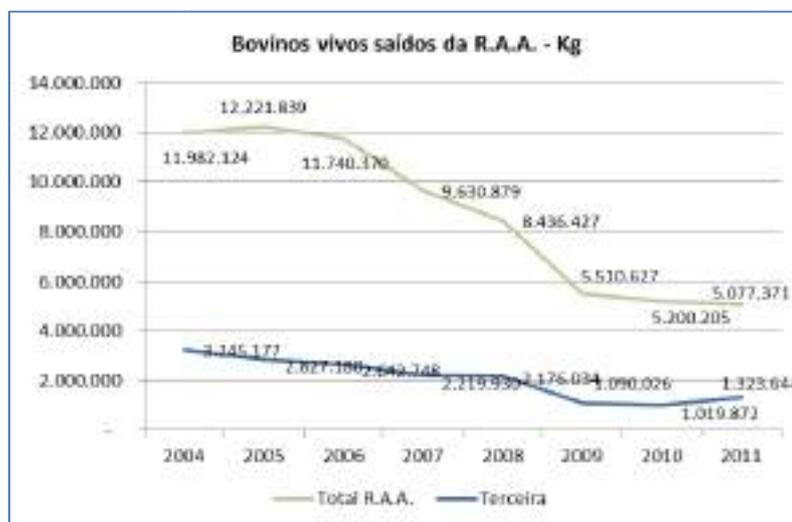
No último recenseamento agrícola (2009) a ilha Terceira representava 24% no total do efectivo bovino (Nº) da R.A. dos Açores.

Efectivo Bovino (Nº)		
R.A. Açores	248.763	100%
Terceira	58.802	24%
Angra do Heroísmo	37.771	15%
Praia da Vitória	21.031	8%

Fonte: Recenseamento agrícola 2009

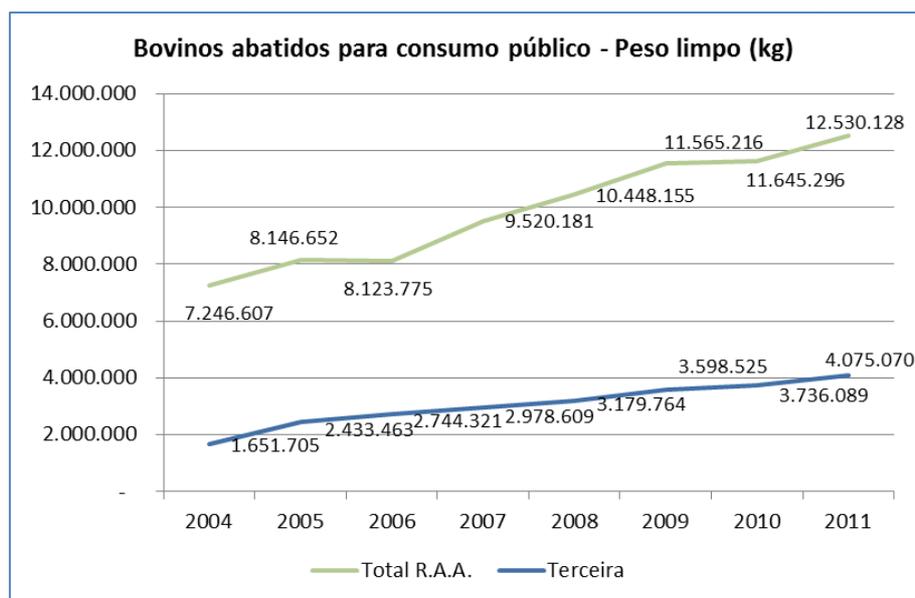
Entre 2004 e 2011 verificou-se uma redução significativa na expedição de gado bovino vivo na R.A. dos Açores (-58% em Kg) para o exterior, o mesmo acontecendo na ilha Terceira (-59%).

No entanto, em 2011, a ilha Terceira ainda exportou 4.445 cabeças de gado bovino, com um peso total de 1.324 toneladas. A saída de gado bovino vivo da ilha Terceira representou em 2011 cerca de 26% do total da R.A. Açores.



No mesmo período (2004 a 2011), o indicador “Bovinos abatidos para consumo público (em Kg)” evoluiu a uma taxa de crescimento média anual de 10% na R.A. dos Açores.

Na ilha Terceira essa taxa foi mais do dobro (21%). Este é considerado um bom indicador para o sucesso da exportação de carne.



Bovinos vivos saídos da R.A.A. - Kg									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 Set.
Santa Maria	434.819	659.566	545.961	539.649	431.333	435.096	344.186	360.083	315.960
São Miguel	3.859.172	3.723.683	3.675.973	2.587.154	2.157.899	812.286	943.755	1.119.259	1.069.795
Terceira	3.245.177	2.827.188	2.642.748	2.219.930	2.176.034	1.090.026	1.019.872	1.323.644	825.804
Graciosa	418.953	610.211	358.363	397.623	528.365	554.144	549.254	419.191	392.997
São Jorge	951.891	1.142.455	1.212.645	1.453.036	1.132.306	1.023.685	768.967	623.149	307.678
Pico	1.612.846	1.626.727	1.870.830	1.333.998	865.973	488.860	599.431	440.692	341.982
Faial	1.002.456	1.175.634	1.039.026	678.097	870.120	698.659	654.379	491.497	335.816
Flores	388.368	395.851	336.563	368.066	232.079	407.871	308.841	299.158	285.243
Corvo	68.442	60.524	58.261	53.326	42.318	-	11.520	698	-
Total R.A.A.	11.982.124	12.221.839	11.740.370	9.630.879	8.436.427	5.510.627	5.200.205	5.077.371	3.875.275

Bovinos abatidos para consumo público - Peso limpo (kg)									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 Set.
Santa Maria	137.021	136.675	149.577	151.600	157.885	194.493	172.617	178.666	121.220
São Miguel	3.979.432	4.078.036	3.773.210	4.889.060	4.736.913	4.819.762	5.035.325	5.283.981	3.826.991
Terceira	1.651.705	2.433.463	2.744.321	2.978.609	3.179.764	3.598.525	3.736.089	4.075.070	3.333.454
Graciosa	89.503	86.480	105.797	88.315	88.171	82.061	84.895	78.591	60.869
São Jorge	231.266	214.140	261.475	300.039	322.593	359.304	456.758	606.566	352.406
Pico	499.510	460.846	438.032	532.720	1.307.271	1.691.609	1.522.761	1.491.778	1.044.181
Faial	520.766	590.619	504.371	450.135	464.760	582.385	499.825	643.617	524.470
Flores	128.565	137.355	137.777	123.350	180.263	225.718	126.258	163.411	94.936
Corvo	8.839	9.038	9.215	6.353	10.535	11.359	10.768	8.448	4.817
Total R.A.A.	7.246.607	8.146.652	8.123.775	9.520.181	10.448.155	11.565.216	11.645.296	12.530.128	9.363.344

O matadouro industrial da Ilha Terceira, localizado no Parque Industrial de Praia da Vitória, foi inaugurado em Setembro de 2004. Em 2005 foi homologado para a exportação de carne para a União Europeia ou países terceiros.

A carne com Indicação Geográfica Protegida (IGP) dos Açores foi lançada na ilha Terceira em Fevereiro de 2007. A carne produzida sob o selo IGP é acompanhada e certificada desde a

pastagem até ao matadouro, seguindo estritas regras de qualidade. A marca IGP serve para designar um produto de uma determinada região, cuja qualidade, características e reputação se devem ao local de origem. Os produtos certificados com o selo IGP gozam de protecção comunitária, estando proibida a utilização de indicação geográfica semelhante em outros produtos, tal como qualquer imitação.

Esta fileira de actividade na ilha Terceira tem aplicado elevados níveis de inovação na criação de novos produtos, embalagens, técnicas de produção e mercado de distribuição, contribuindo para a expansão e sucesso desta actividade económica com reconhecimento pelo mercado, parceiros comerciais e também na obtenção de prémios de reconhecimento destas iniciativas inovadoras.

A fileira da carne tem atingido novos canais de distribuição através de parcerias com alguns dos principais agentes, em dimensão e exigência de qualidade, do mercado nacional e mercados externos, como sejam as grandes empresas de distribuição e as grandes cadeias internacionais de “food service/fast food”.

A carne de origem açoriana possui elevada notoriedade no mercado de Portugal continental. O mercado da Madeira também possui elevada atractividade pela carne produzida nos Açores.

As características organolépticas da carne produzida nos Açores são de elevado valor nutricional e de procura pelos consumidores (p.ex. ómega-3), no entanto, esta informação geralmente não é veiculada para os consumidores, perdendo-se um potencial de valorização intrínseca deste produto.

Este tem-se mostrado ser um sector promissor na economia da Terceira, com elevada capacidade de crescimento.

Alguns obstáculos com que este sector se depara com vista à sua expansão estão relacionados com o nível de serviço e custo do transporte para os mercados de destino, dada a exigência de condições logísticas (rede de frio de qualidade assegurada) exigidas pelos produtos comercializados.

A implementação do Laboratório Regional de Veterinária é também um contributo para o desenvolvimento local, potenciando as melhores condições de qualidade dos produtos, capacidade de combate e prevenção das patologias animais, controlo da higiene alimentar, desenvolvimento da investigação científica, contributo para a projectação e notoriedade das marca “Açores”. Esta unidade permitira a certificação dos produtos locais em condições de colocação mais vantajosa nos mercados exteriores.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Rede pública de abate com boas condições técnicas de trabalho. • Evolução positiva na produção bovina e de outras carnes. • Existência de Identificação Geográfica Protegida (IGP) e Denominação de Origem Protegida (DOP) – “Carne dos Açores”. 	<ul style="list-style-type: none"> • Débil organização da fileira. • Elevada atomização empresarial do sector. • Fraca valorização dos produtos DOP. • Baixa produtividade. • Reduzida orientação para o mercado. • Reduzida participação da produção a

<ul style="list-style-type: none"> • A experiência de comercialização através do Clube de Produtores Continente (grupo Sonae). • A utilização de embalagem inovadora (cuvetes do tipo “skin pack”) que garante à carne uma tenrura e um sabor distinto e alcançar uma validade de 25 dias. 	<p>jusante: o nível de articulação com a indústria é muito baixo.</p>
<p>Oportunidades</p>	<p>Ameaças</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do consumo de carne de bovino a nível mundial. • No longo prazo espera-se um aumento do consumo de carne nos países em desenvolvimento cuja taxa de urbanização cresce rapidamente (previsões FAO). • Aumento da importação em novos mercados (África). • Aposta na criação de marcas. • Desenvolvimento e valorização dos produtos transformados. • Aposta no modo de produção de carne biológica. 	<ul style="list-style-type: none"> • A conotação do consumo de carne com problemas de saúde (por exemplo, com a obesidade). • Flutuações do preço no mercado internacional. • Epidemias que afectam a produção de gado bovino (exemplo BSE).

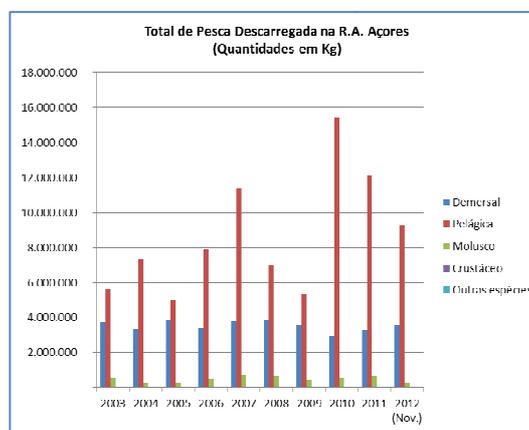
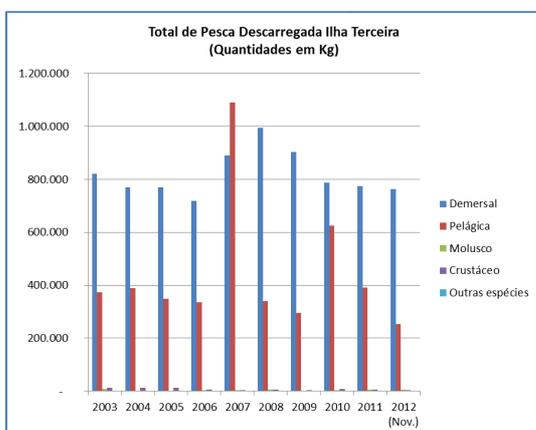
Pescas

Fileira das Pescas

Entre 2003 e 2011, o valor da pesca descarregada nos Açores, revelou uma taxa de crescimento médio anual (TCMA) de 6%. O volume de pesca apresentou nesse período uma TCMA de 7,6%.

Na ilha Terceira o valor da pesca descarregada apresentou entre 2003 e 2011 uma TCMA de 0,3%. O volume de pesca apresentou nesse período uma TCMA de -0,4%.

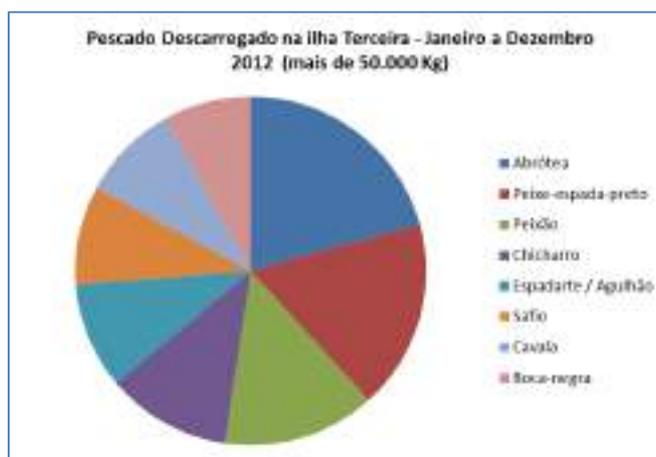
Tendo tido um máximo em 2007 a actividade de pescas na ilha Terceira diminuiu a partir daí e apresenta uma tendência para a uma quebra em valor e em volume.



Total de Pesca Descarregada Ilha Terceira (Quantidades em Kg)										
Espécies	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (Nov.)
Demersal	821.762	770.186	770.669	718.832	890.569	994.086	902.556	787.472	774.182	764.132
Pelágica	373.246	389.915	349.194	335.975	1.089.768	341.301	295.665	625.851	391.090	252.419
Molusco	8.740	2.066	1.699	3.490	2.891	6.220	2.410	4.433	6.922	6.243
Crustáceo	12.799	12.369	11.839	5.293	4.581	5.847	4.104	7.344	6.639	3.705
Outras espécies	-	3	1	-	-	-	-	-	-	1
Total	1.216.547	1.174.539	1.133.402	1.063.590	1.987.809	1.347.454	1.204.735	1.425.100	1.178.834	1.026.499
Taxa de Crescimento Médio Anual 2003-2011:			-0,39%							

Enquanto na R.A. dos Açores predomina a pesca de espécies pelágicas (peixe que vive e se alimenta na coluna de água entre os 0 e os 200m - por exemplo o atum, cavala, liris, serras, anchovas, bicudas, etc.), na ilha Terceira domina a pesca de espécies Demersal (ou peixe de fundo, que vive ou se alimenta no fundo entre os 0 e os 200m - por exemplo, a Abrótea, Alfonsim, Boca Negra, Imperador, etc.).

Total de Pesca Descarregada Ilha Terceira (Valor em Euros)										
Espécies	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (Nov.)
Demersal	4.249.146	4.521.599	4.726.613	4.892.998	5.512.236	5.632.034	4.864.906	4.525.685	4.179.434	3.374.830
Pelágica	584.241	570.362	556.537	619.367	958.719	491.814	533.933	1.021.555	696.880	630.612
Molusco	27.412	9.883	10.277	21.826	18.159	34.381	13.144	24.706	42.020	38.244
Crustáceo	49.937	87.604	34.610	17.823	20.457	26.919	25.952	94.586	105.299	50.221
Outras espécies	-	8	2	-	-	-	-	-	-	1
Total	4.910.736	5.189.456	5.328.039	5.552.014	6.509.571	6.185.148	5.437.935	5.666.532	5.023.634	4.093.907
Taxa de Crescimento Médio Anual 2003-2011:			0,29%							



Dois lotas (PVT e São Mateus) e 5 postos de recolha de peixe (Pipas, Porto Judeu, Porto Martins, Vila Nova e Biscoitos). A lota de Praia da Vitória (delegação) apesar de ter 14 anos é funcional e está bem equipada (incluindo túnel, duas câmaras de congelação e 1 viveiro de crustáceos). A lota classifica o peixe de acordo com os padrões definidos (espécie, grau de frescura, etc.) e fornece gelo para os pescadores com certificação HACCP. O porto de S. Mateus constitui um nicho específico porque naquela zona domina a pesca do Chicharro e do Cherne.

Os compradores do peixe na lota são intermediários que vendem quer para o mercado nacional, quer para exportação. Estão divididos em: intermediários para o mercado local, intermediários para segundos compradores (exterior) e mistos. Os compradores exportam por avião, com armazenagem nos armazéns frigoríficos alugados pela Lotaçor ou directamente da lota/leilão para o avião. Destinos de exportação 2012: Espanha, Itália e EUA.

A pesca de atum, peixe migratório com grande incerteza nas capturas, é vendido na lota para uma pequena fábrica de conserva na Ilha ou para um intermediário que vende para a Madeira.

Armazéns da Lotaçor em Praia da Vitória: 1 utilizada pela Lotaçor e 7 alugados ao mês pelos exportadores.

O circuito de exportação funciona muito bem quando, peixe vendido na lota, transportado pelo aeroporto, embarcado no avião. Por vezes, não existe capacidade em avião, outras a capacidade não é utilizada porque não há peixe.

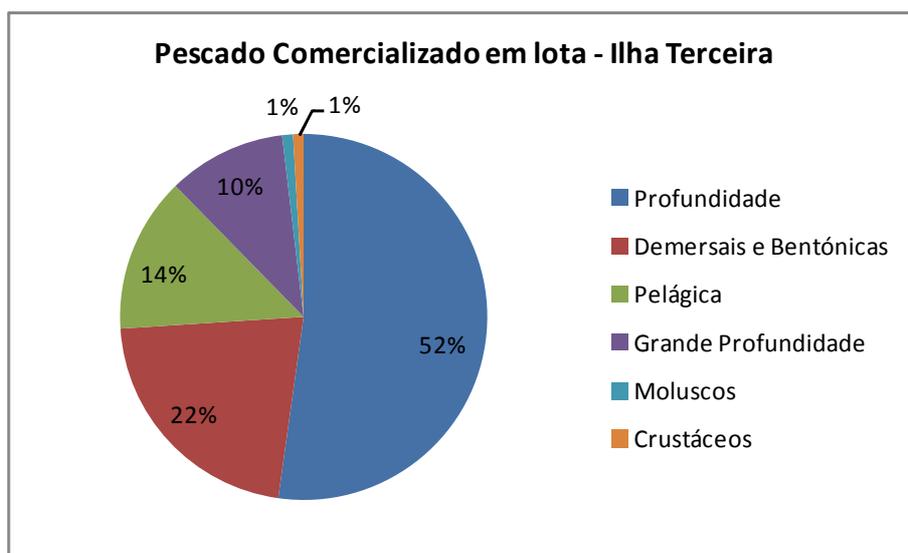
Até ao momento não existe qualquer experiência na Ilha em aquicultura.

Estaleiro de construção e reparação naval: constroem um tipo de barco em alumínio, o barco (cabinado) vem por módulos pronto a montar do Continente (SICNAVE).

Foram referidos problemas com falhas de energia da rede pública que são colmatadas com gerador próprio.

<i>Pescado Comercializado em Lota na Ilha Terceira (2012)</i>				
Espécie		Peso (kg)	Valor (Euros)	Preço Médio (Euros)
Crustáceos	Total	3.231	37.251 €	11,53 €
Demersais e Bentónicas	Total	274.489	875.920 €	3,19 €
	Abrótea	132.236	331.515 €	2,51 €
	Raia	23.265	4.297 €	0,18 €
	Cântaro	17.443	80.821 €	4,63 €
	Cação	14.222	17.054 €	1,20 €
	Rocaz	13.795	154.099 €	11,17 €
	Outros	73.529	288.133	3,92 €
	Grande Profundidades	Total	120.207	419.656 €
Peixe-Espada-Preto		54.267	147.189 €	2,71 €
Alfonsim		48.235	132.282 €	2,74 €
Imperador		11.414	128.585 €	11,27 €
Outros		6.291	11.599	
Moluscos	Total	6.304	38.609 €	6,12 €
Pelágicas	Total	218.346	552.938 €	2,53 €
	Chicharro	73.551	208.021 €	2,83 €
	Cavala	57.496	108.064 €	1,88 €
	Espadarte	29.237	108.239 €	3,70 €
	Outros	58.061	128.613	2,22 €
Profundidade	Total	341.827	2.103.531 €	6,15 €
	Peixão	90.339	578.549 €	6,40 €
	Safio	58.678	54.419 €	0,93 €
	Boca-Negra	51.751	225.896 €	4,37 €
	Goraz	47.986	661.214 €	13,78 €
	Cherne	47.036	488.340 €	10,38 €
	Outros	46.037	95.113	2,07 €
Total		964.403	4.027.905	4,18 €

Fonte: Lotaçor (Praia da Vitória)



A ilha Terceira possui sete portos de pesca, dos quais três – São Mateus, Porto Pipas e Porto Judeu, pertencem ao concelho de Angra do Heroísmo e os restantes – Porto Martins, Praia da Vitória, Vila Nova e Biscoitos, pertencem ao concelho da Praia da Vitória.

Os portos da Praia da Vitória e de São Mateus são os maiores e com a maior parte das **118 embarcações** registadas na Terceira. Estes dois portos abrigam as duas lotas da Terceira. Ambas possuem leilão electrónico, estão informatizadas e transaccionam pescado capturado por embarcações de pesca local, costeira; na lota da Praia da Vitória também se transacciona pescado de embarcações industriais.



Nas duas lotas da ilha da Terceira, a de Praia de Vitória e de S. Mateus, o tipo de pescado é diferente: o peixe-espada-preto e o espadarte dominam em Praia da Vitória, e a Abrótea e o Chicharro dominam em S. Mateus.

A frota pesqueira da Terceira é composta na sua maioria por barcos de reduzidas dimensões: 58% das embarcações têm comprimento de 6 a 9 metros, 21% situa-se no intervalo de 3 a 6 metros, e apenas 21% das embarcações têm comprimentos superiores a 9 metros.

Por decisão da Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT), em Novembro de 2011, a captura de atum bonito, a espécie com maior rendimento na região e

que abastece a indústria conserveira do arquipélago não teria limites. Em Novembro 2012, a ICCAT também decidiu manter as quotas de pesca de atum-rabilho (os países signatários, incluindo Portugal, concluíram que as capturas recentes permitem a reprodução sustentável da espécie protegida.

Novos projectos no sector, por exemplo a recente compra da Cofaco por um grupo empresarial angolano que pode ser a ponte para a frota atuneira açoriana pescar atum em Angola. Na sua rota migratória, os cardumes de atum passam muito mais cedo nos mares de Angola, permitindo que a frota de salto e vara se possa deslocar para os mares angolanos e tenha em terra toda a logística de que necessita para fazer grandes capturas com o método de salto e vara. Assim, a frota dos Açores poderia iniciar a safra do atum muito mais cedo, eventualmente no final de Janeiro, princípio de Fevereiro e estar nos Açores em Março que é quando, em condições normais, os cardumes começam a passar nos mares da Região muito próximos das ilhas.

As Orientações de Médio Prazo do RAA para 2013-16 definem os grandes objectivos para o sector da pesca neste período:

- Garantir a sustentabilidade da actividade da pesca,
- Valorizar o sector das pescas e da aquicultura,
- Valorizar as profissões da fileira da pesca,
- Manutenção da frota,
- Manutenção das infra-estruturas de apoio,
- Aumento da segurança no mar.

Para a fileira das pescas, a “Carta Regional de Competitividade da Região Autónoma dos Açores” também identifica debilidades na rede de frio de suporte à actividade, a dimensão da frota desadequada ao potencial de capturas, recomendando que será “fundamental reorganizar toda a fileira da pesca na região, desde a formação de pescadores, à comercialização do pescado e ao redimensionamento da frota”.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Existe uma tradição de pesca. Maior em S. Miguel e no Pico do que na ilha Terceira. • Está disponível uma frota de pesca (nos Açores 816 embarcações registadas, com um total de 10.671 GT). Existem infra-estruturas para refrigeração e congelação. Investimentos recentes em S. Mateus e Porto Judeu (construção de um molhe cais com espaço para atracação de embarcações) melhoraram as condições para a pesca artesanal na ilha Terceira. • Segundo estudos técnicos, nomeadamente na ilha Terceira, a pesca artesanal é mais eficiente e mais rentável do que a pesca industrial (a pesca com embarcações até aos doze metros gasta 	<ul style="list-style-type: none"> • Descontinuidade dos bancos de pesca para a captura de espécies demersais. • Grandes flutuações na captura de atuns. • Comercialização do pescado no exterior dependente de empresas no exterior da R.A. Açores. • Conjuntura de redução de capturas pelas condições meteorológicas

<p>menos combustível, emprega mais gente, tem menos pesca accidental e rende mais por tonelada).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma classe piscatória relevante (2.658 pescadores matriculados). • A Lotaçor proporciona, directa e indirectamente, apoio social, económico e financeiro a pescadores e armadores. • A eficácia das missões de vigilância e de fiscalização do espaço realizadas pela Marinha. 	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • O potencial da maior Zona Económica Exclusiva de espaço marítimo da Europa (200 milhas marítimas mais a plataforma continental que desce até uma profundidade de 200 metros atingindo as bacias oceânicas). • Elevado consumo de pescado no mercado regional e nacional. • Crescimento do consumo em alguns mercados de exportação para peixe fresco, peixe congelado e conservas (por exemplo, em África). • Melhoria nos níveis de pesca sustentáveis para algumas espécies. • Novos projectos na indústria conserveira. Provável utilização de técnicas modernas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sobreexploração de algumas espécies (exemplos do chicharro, sardinha e cavala, que alguns dizem ser resultado de ser um alimento dos golfinhos) • Aumento do custo dos factores de produção (combustíveis). • A fixação de quotas para algumas espécies pela EU (exemplo recente do atum patudo) • Concorrência com embarcações comunitárias. A gestão dos recursos biológicos marinhos é actualmente da competência exclusiva da UE. Isso levou a uma abertura parcial da pesca a embarcações de pesca da UE, nomeadamente espanholas, entre as 100 e as 200 milhas náuticas.

Indústria

Destacam-se as atividades industriais associadas às fileiras do carne e do leite, incluindo o fabrico de rações e alimentos para o gado e para animais de criação, a moagem e panificação, o fabrico de equipamentos e produtos para a construção civil (alumínios, carpintaria, marcenaria, etc.), o fabrico de mobiliário e a confeção de vestuário e artigos de pele.

Na generalidade produz-se quase exclusivamente para o mercado da ilha e para outras ilhas do Grupo Central (em particular, Graciosa e S. Jorge).

EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS POR MUNICÍPIOS DA SEDE, SEGUNDO A CAE-REV.3, 2009					
Unid: número de empresas		R.A. Açores	Terceira	Angra do Heroísmo	Vila Praia da Vitória
TOTAL		1.131	254	167	87
10	Indústrias alimentares	272	52	37	15
11	Indústria das bebidas	30	4	2	2
12	Indústria do tabaco	1	-	-	-
13	Fabricação de têxteis	49	12	9	3
14	Indústria do vestuário	36	17	12	5
15	Indústria do couro e dos produtos do couro	1	-	-	-
16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	253	55	30	25
17	Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	3	1	-	1
18	Impressão e reprodução de suportes gravados	42	10	10	-
20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	1	-	-	-
22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	2	-	-	-
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	69	17	12	5
24	Indústrias metalúrgicas de base	1	-	-	-
25	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	178	42	28	14
26	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos	2	-	-	-
27	Fabricação de equipamento eléctrico	3	2	1	1
28	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	9	4	3	1
29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	4	3	1	2
30	Fabricação de outro equipamento de transporte	15	3	-	3
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	35	10	6	4
32	Outras indústrias transformadoras	74	15	13	2
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	51	7	3	4

Fonte: SREA

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade de mão-de-obra qualificada em sectores como a construção e o mobiliário e carpintaria. 	<ul style="list-style-type: none"> Elevada concentração em actividades ligadas ao sector de construção e obras públicas na Terceira.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Potencial de crescimento das indústrias associadas aos sectores agrícola e florestal (indústria alimentar e indústria da madeira e mobiliário). Potencial decorrente da exploração de recursos minerais submarinos (tratamento de minérios). 	<ul style="list-style-type: none"> Situação de recessão no sector de construção e obras públicas.

Construção

O sector da construção, fortemente afectado pela conjuntura económica, é um sector de relevância estrutural na sua relação com o investimento em novas estruturas de actividade para o relançamento económico, reabilitação e conservação de estruturas existentes e, ainda, caracteriza-se pela função especial que representa perante o emprego local.

A evolução do licenciamento de construções identifica a evolução adversa que o sector tem tido recentemente.

Tabela 36 Evolução do Licenciamento à Construção

Licenciamento	Total	Construções Novas	Alterações e
---------------	-------	-------------------	--------------

(2011)	Edifícios			Reconstruções	
		Total	%	Total	%
Portugal	25.035	16.065	64,2%	7.351	29,4%
Ponta Delgada	205	169	82,4%	36	17,6%
Angra do Heroísmo	133	76	57,1%	53	39,8%
Praia da Vitória	110	66	60,0%	48	43,6%

Fonte: SREA

Tabela 37 Evolução do Licenciamento à Construção

Licenças de Construção concedidas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Licenças	428	478	506	542	412	405	317	317	253	190
Variação Anual	---	11,7%	5,9%	7,1%	-24,0%	-1,7%	-21,7%	0,0%	-20,2%	-24,9%

Fonte: SREA

A queda do emprego no sector da construção na Região Autónoma dos Açores, que podemos extrapolar para o contexto local da Ilha Terceira, demonstra bem a contracção que o sector registou nos últimos anos e a geração de desemprego proveniente desta área de actividade.

Tabela 38 Variação do Emprego na Construção

Emprego no Sector de Construção-Açores	2009	2010	2011	2012
Número de Empregados	16.940	15.996	10.013	8.236
Var		-5,6%	-37,4%	-17,7%

Fonte: SREA

A implementação de medidas incentivadoras da construção, como por exemplo as definidas em 7.2 – Criação de um Sistema de Incentivos à Reabilitação dos Centros Urbanos” da Agenda da Competitividade, são oportunidades a explorar no sentido de desenvolver este sector, altamente potenciador da criação de emprego.

As Orientação de Médio Prazo da RAA para 2013-16 definem, para o sector de habitação uma “mudança de paradigma que aposta na reabilitação em detrimento da construção nova e ainda em favor de uma política de arrendamento e aproveitamento do edificado”. Igualmente é anunciado que “tendo em consideração a extrema necessidade de otimizar e racionalizar os recursos financeiros existentes, o Governo empenhar-se-á na elaboração da CARTA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS (...) onde se enunciarão as obras a realizar, a sua distribuição geográfica, os montantes e a duração estimados, tendo em conta o próximo quadro comunitário de apoio”.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade labora e técnica disponível • Experiência em obras públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte recessão da actividade • Capacidade disponível desajustada em relação à conjuntura e à orientação estratégica do investimento em obras publicas • Capacidade de investimento das empresas

	locais do sector
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Programas de incentivo à reabilitação urbana, com especial incidência sobre os centros históricos • Possibilidade de construção/reabilitação de grandes imóveis para reconversão para outras actividades, casos do parque imobiliário da Base das Lajes, antigo hospital e outros espaços devolutos. • Modernização dos espaços comerciais com surgimento de novas modalidades de estabelecimentos • Expansão da rede de parques de estacionamento, especialmente as associadas às zonas comerciais tradicionais • Desenvolvimento dos pontos de venda/ mercados tradicionais de produtos frescos locais (hortofrutícolas, peixe, carne) • Pontos de venda de produtos locais / artesanato • Expansão / reabilitação de espaço de apoio social, na perspectiva de melhoria de condições de vida e atracção de populações, na vertente de apoios à infância (creche / JI) e à terceira idade (residenciais, centros de dia) 	<ul style="list-style-type: none"> • Incerteza quanto à possibilidade de retoma de actividade em tempo útil para os recursos disponíveis • Dispersão das competências técnicas para outros sectores ou para saída da Terceira (pessoal e empresas)

Comércio

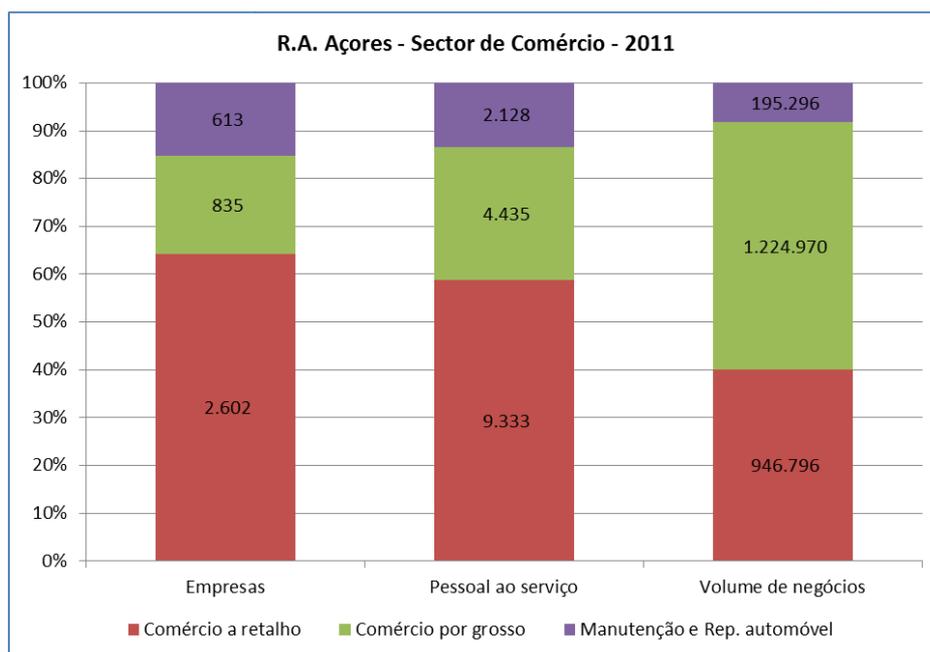
O sector de comércio na RAA envolvia 4.050 empresas e um total de 15.896 pessoas ao serviço, ou seja cerca de 16% da população empregada no final de 2011.

R.A. AÇORES - SECTOR DE COMÉRCIO - 2011						
	Empresas	Pessoal ao serviço	Remunerações	Volume de negócios	Venda de mercadorias	Custo das mercadorias vendidas
	nº	nº	10 ³ euros	10 ³ euros	10 ³ euros	10 ³ euros
R.A. Açores - Total	4.050	15.896	139.215	2.367.062	2.260.555	1.910.261
Comércio a retalho	2.602	9.333	71.802	946.796	911.729	741.457
Comércio por grosso	835	4.435	48.840	1.224.970	1.172.906	1.020.597
Manutenção e Rep. automóvel	613	2.128	18.573	195.296	175.920	148.207

Fonte: INE

Em 2011, o comércio a retalho representava 64% das empresas do sector, mas apenas 40% do volume de negócios total do sector.

No mesmo ano, o comércio por grosso assume uma posição dominante em termos de volume de negócios com 52% do total do sector.



Fonte: SREA

As UCDR (**Unidades Comerciais de Dimensão Relevante**) do sector de retalho alimentar, da R.A. dos Açores, apresentam alguns indicadores que as distinguem das UCDR a nível nacional, por exemplo “média de pessoal ao serviço por estabelecimento”, “média de vendas por m²” e “média de remunerações por trabalhador ao serviço”.

O mesmo se passa nas UCDR (Unidades Comerciais de Dimensão Relevante) do sector de retalho não-alimentar.

Nas vendas das UCDR do sector de retalho alimentar destacam-se as rubricas: “Frutos e produtos hortícolas” e “Carne e produtos à base de carne”.

Sector de Comércio a Retalho	
UCDR - Retalho Alimentar	
Produtos Alimentares, Bebidas e Tabaco	
Unidade: 10 ³ Euro	
Frutos e produtos hortícolas	22.458
Carne e produtos à base carne	23.179
Peixe, crustáceos e moluscos	12.519
Pão, produtos de pastelaria e de confeitaria	20.925
Leite, seus derivados e ovos	24.102
Outros produtos alimentares n.e.	30.505
Bebidas	20.278
Tabaco	600

Nas vendas das UCDR do sector de retalho não alimentar destacam-se as rubricas: “Vestuário e Acessórios”, “Computadores e Equipamento de Telecomunicações” e “Electrodomésticos”.

Distribuição do Volume de Vendas no Comércio a retalho não alimentar ou sem predominância alimentar, segundo a Categoria de produtos, por NUTS II - 2011

Unidade: %

Categoria de produtos	Portugal	R.A. Açores	R.A. Madeira
Total de Vendas a Retalho Não Alimentar	100,0	100,0	100,0
Produtos de higiene pessoal, cosmética, farmacêuticos e instrumentos médico-cirúrgicos	1,7	2,0	0,7
Produtos de limpeza doméstica	0,1	...	0,1
Vestuário e acessórios	24,6	38,0	39,5
Calçado, suas partes e acessórios, artigos de couro, de marroquinaria e viagem	3,5	3,8	4,2
Artigos para uso doméstico de vidro, cerâmica, metal, madeira, vime, papel, plástico, borracha, incluindo cutelaria e ornamentos, carrinhos de bebé, equipamento não elétrico e outros n.e	3,9	0,7	2,8
Mobiliário de uso doméstico, revestimentos, material de iluminação, têxteis para o lar e retrosaria	10,7	2,7	8,1
Eletrrodomésticos, pilhas e aparelhos elétricos para circuitos	7,8	12,8	8,6
Aparelhos de audio e video, suportes (cd's, dvd's, ...) gravados ou não, instrumentos musicais e partituras	6,7	9,6	8,9
Computadores, unidades periféricas, programas informáticos, equipamentos de telecomunicações e suas partes, material ótico e fotográfico	12,2	14,1	13,3
Livros, jornais, revistas e artigos de papelaria	1,8	0,2	2,0
Jogos e brinquedos	1,6	3,9	1,5
Equipamento de desporto e campismo	5,7	6,7	5,1
Bens de consumo diversos: relojoaria, ourivesaria, joalheria e bijutaria, colecionismo, velharias e antiguidades	0,7	0,4	0,1
Flores, plantas e sementes, adubos, animais de estimação e seus alimentos	0,4
Materiais de construção, ferragens e combustíveis de uso doméstico	4,0	4,3	3,8
Combustíveis para veículos	10,7
Peças e acessórios para veículos	0,6	0,4	0,1
Outros produtos não alimentares n.e.	1,4	...	1,1
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	1,7	0,4	0,1

Fonte: INE

**Empresas do Comércio por Grosso e a Retalho:
total e por escalão de pessoal ao serviço - 2010**

	Angra do Heroísmo	Vila da Praia da Vitória
Total	743	374
< 10	685	362
10-19	37	8
20-49	17	2
50-249	4	2
250+	0	0

Fonte: Pordata

Estabelecimentos de Comércio a retalho alimentar ou com predominância alimentar por NUTS II - 2011				
Variáveis/Indicadores	Unid.	Portugal	R.A. Açores	R.A. Madeira
Nº estabelecimentos	n.º	1 603	29	21
Área de Exposição e Venda				
Total	m ²	1 849 898	26 136	25 916
Média	m ²	1 154	901	1 234
Nº de Pessoas ao Serviço				
Total	n.º	70 780	1 486	1 367
Do qual:				
A tempo completo	n.º	51 510	1 049	1 047
Do sexo feminino	n.º	51 234	1 158	1 018
Média por estabelecimento	n.º	44	51	65
Nº de horas abertos ao público				
Total	h	6 939 402	107 991	104 651
Média anual por estabelecimento (a)	h	4 329	3 724	4 983
Média diária por estabelecimento	h	12	10	14
Volume de Negócios (b)	10 ³ €	10 965 968	202 541	221 774
Volume de Vendas (b)				
Total	10 ³ €	10 911 889	201 132	221 480
Média por estabelecimento	10 ³ €	6 807	6 936	10 547
Média por m ² de AEV	€	5 899	7 696	8 546
Remunerações íliquidas				
Total	10 ³ €	777 730	12 561	15 643
Média anual por pessoa ao serviço (a)	€	10 902	8 860	11 387
Média mensal por pessoa ao serviço	€	779	633	813
Número de transações				
Total	n.º	677 333 731	11 087 390	15 575 287
Média por estabelecimento	n.º	422 541	382 324	741 680
Média por m ² de AEV	n.º	366	424	601
Volume de Vendas Médio por transação (b)	€	16	18	14
Fonte: INE				
(a) - Tomando como base o funcionamento de todos os estabelecimentos durante um ano completo				
(b) - Não inclui IVA				

Estabelecimentos de Comércio a retalho não alimentar ou sem predominância alimentar por NUTS II - 2011				
Variáveis/Indicadores	Unid.	Portugal	R.A. Açores	R.A. Madeira
Nº estabelecimentos	n.º	1.631	32	45
Área de Exposição e Venda				
Total	m2	1.648.238	11.531	26.015
Média	m2	1.011	360	578
Nº de Pessoas ao Serviço				
Total	n.º	32.451	325	734
Do qual:				
A tempo completo	n.º	22.972	238	533
Do sexo feminino	n.º	21.269	231	490
Média por estabelecimento	n.º	20	10	16
Nº de horas abertos ao público				
Total	h	7.490.349	140.860	203.535
Média anual por estabelecimento (a)	h	4.592	4.402	4.523
Média diária por estabelecimento	h	13	12	13
Volume de Negócios (b)	10 ³ €	4.805.572	40.160	100.266
Volume de Vendas (b)				
Total	10 ³ €	4.754.898	40.087	99.735
Média por estabelecimento	10 ³ €	2.915	1.253	2.216
Média por m2 de AEV	€	2.885	3.476	3.834
Remunerações ilíquidas				
Total	10 ³ €	353.900	3.072	7.978
Média anual por pessoa ao serviço (a)	€	11.171	10.226	10.768
Média mensal por pessoa ao serviço	€	798	730	769
Número de transações				
Total	n.º	167.420.568	1.579.826	3.009.389
Média por estabelecimento	n.º	102.649	49.370	66.875
Média por m2 de AEV	n.º	102	137	116
Volume de Vendas Médio por transação (b)	€	28	25	33

Fonte: INE

(a) - Tomando como base o funcionamento de todos os estabelecimentos durante um ano completo

(b) - Não inclui IVA

A Agenda para a Competitividade apresenta como primeira medida no âmbito da reabilitação urbana, o ponto “7.1- Revitalização das Lojas nos Centros Urbanos” pretende “apoiar o funcionamento do Comercio Tradicional, promover a requalificação urbana e revitalização do comércio de rua”. Esta medida pretende promover a implementação de conceitos de estabelecimentos comerciais modernos, entre estes: Pop up stores; Lounge store; Lab store ou Shop spots.

Esta é uma oportunidade para a Terceira revitalizar o comércio tradicional de rua, gerador de emprego e actividade local, no sentido de promover as condições de atracção de clientes que as outras modalidades de comércio moderno propiciam, como conforto, segurança, facilidade de estacionamento e condições de actividade em horários alargados.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Modernização do sector que teve lugar nos últimos anos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Peso dos intermediários (grossistas) na cadeia de abastecimento decorrente e parte das dificuldades de transporte e infra-estruturas logísticas.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Impacto positivo dos programas de revitalização dos centros urbanos no comércio tradicional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sucessivas quebras no poder de compra da população face á diminuição dos salários em termos reais e ao desemprego.

Turismo

A visão estratégica para o desenvolvimento do turismo nos Açores e, conseqüentemente, a inserção da Terceira nesta estratégia, pode ser sintetizada na afirmação do Presidente da ART no Plano Estratégico de Animação Turística nos Grupos Central e Orienta 2011-13:” Os Açores são um destino turístico emergente, que, para se afirmar internacionalmente, deve apostar numa visão centrada na qualidade da oferta, na identidade do território e no turismo alternativo e de nichos.”

Assim, afirmam-se como estratégicos para o desenvolvimento do sector a promoção dos segmentos turísticos de: turismo na natureza, náutico, “touring”, cultural, paisagístico, saúde e bem-estar, “meeting industry”, animação cultural e da organização de eventos.

Complementarmente, assiste-se, nos Açores em geral na Terceira em especial, ao aumento da oferta de serviços de animação turística que, no caso da Terceira, têm incidido sobre: golfe, observação de cetáceos, natação com golfinhos, passeios de barco, mergulho, vela, pesca desportiva, pesca submarina, surf, passeios pedestres/bicicleta/cavalo, observação de aves, entre outros.

A estratégia para o sector do turismo na Terceira emana do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), considerando as adaptações que a evolução da actividade obriga a ponderar.

O POTRAA definiu, em 2008, o número máximo de camas, cabendo à Terceira um máximo de 3.190 para um total na região de 17.051 camas, correspondente a 18,7%.

O POTRAA “define a estratégia de desenvolvimento sustentável do sector do turismo e o modelo territorial a adoptar e tem por vocação fundamental agregar os esforços e iniciativas das administrações públicas regional e local e de toda a sociedade açoriana à volta de um conjunto de objectivos comumente partilhados”. O POTRAA vigorará até ao final do ano 2015, devendo ser revisto pelo Governo Regional até ao termo da sua vigência.

Entre outros aspectos delineados no POTRAA são de realçar, com influência no desenvolvimento da Terceira, os seguintes:

- Assume, como está consignado nos instrumentos de estratégia regional, o turismo como um vector chave da economia regional.
- Assume a necessidade de desaceleração dos ritmos de crescimento verificados nos últimos anos para níveis entre os 6,5 e 7,5 % ao ano (valores médios);
- Assume a necessidade de diversificação da oferta turística em termos de tipologias de alojamento;
- Assume a grande dependência do turismo regional do transporte aéreo e o significado de pilar estratégico deste último enquanto factor de desenvolvimento turístico;
- Assume, igualmente, a conveniência do reforço das ligações marítimas inter-ilhas, muito em especial no grupo central
- Assume o aumento do peso do turismo na estrutura produtiva regional;

Assim, para a Terceira o POTRAA define uma estratégia de articulação territorial baseada no “Reforço das ligações a São Miguel. Em plano secundário reforço das ligações ao grupo central.”. Estratégia específica da oferta/produtos:

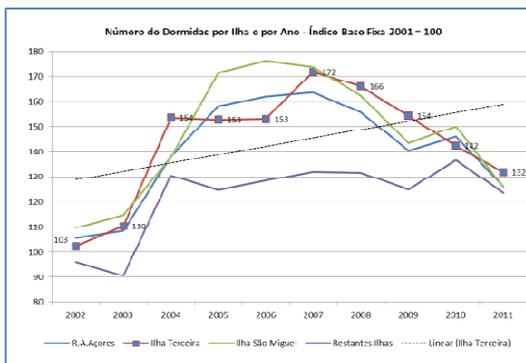
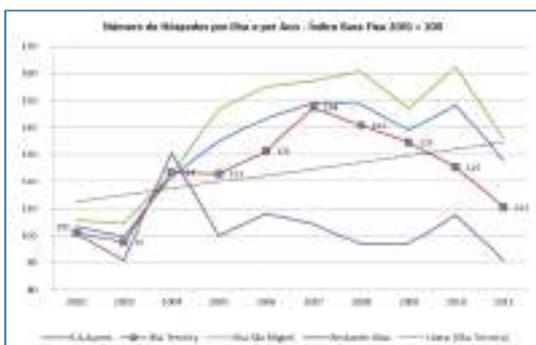
- Património edificado (Angra do Heroísmo — Cidade Património Mundial — UNESCO).
- História e manifestações culturais.
- Espírito Santo
- Vulcanismo
- MI (Meetings Industry)
- Vinha
- Golfe
- Gastronomia

Os indicadores Número de **Hóspedes** e Número de **Dormidas** nos estabelecimentos hoteleiros para a RAA depois de terem atingido um pico em 2007 apresentam desde aí uma tendência claramente decrescente.

Na Ilha Terceira, em número de Hóspedes, a quebra é mais acentuada do que para o total da Região. Em número de dormidas todas as ilhas evoluem de forma semelhante.

Em 2012, no período entre Janeiro e Outubro, o número de hóspedes na RAA caiu 5,6% e o número de dormidas caiu 7,4% (com uma quebra de 15,7% para os residentes em Portugal). Na Ilha Terceira, e no mesmo período, o número de dormidas caiu 4,9%.

Em 2012, no período entre Janeiro e Outubro, a **taxa de ocupação-cama** nos estabelecimentos da RAA foi de 25,5% e de 14,5% na ilha Terceira. A **estada média** foi de 2,9 noites na RAA e 2,1 noites na ilha Terceira.



R.A. dos Açores - Estatísticas do Turismo - HÓSPEDES											
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Ilha de Santa Maria	4.140	3.951	5.984	8.777	9.807	9.058	11.468	11.177	11.626	11.641	9.638
Ilha de São Miguel	138.916	147.011	145.348	170.515	204.019	215.398	218.383	223.105	204.292	225.671	189.025
Ilha Terceira	47.861	48.457	46.656	59.146	58.862	62.846	70.636	67.411	64.380	60.001	52.914
Ilha da Graciosa	4.446	3.832	3.763	3.869	3.660	4.119	3.802	3.932	4.562	6.078	5.320
Ilha de São Jorge	9.098	8.635	7.445	9.203	7.350	7.271	9.055	8.193	6.708	7.040	7.701
Ilha do Pico	18.020	19.254	19.118	20.154	19.163	21.673	20.073	18.285	18.216	21.471	20.107
Ilha do Faial	31.844	31.193	24.619	36.120	38.558	43.652	45.611	43.793	41.214	41.923	36.555
Ilha das Flores	2.656	3.647	3.033	5.593	5.185	4.885	4.263	5.758	5.844	6.778	6.867
Ilha do Corvo	36	105	176	29	90	58	358	440	541	659	626
R.A. Açores	257.017	266.085	256.142	313.406	346.694	368.960	383.649	382.094	357.383	381.262	328.753

R.A. dos Açores - Estatísticas do Turismo - DORMIDAS											
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Ilha de Santa Maria	9.723	9.904	18.106	26.635	31.630	23.895	28.087	33.224	33.248	33.999	29.065
Ilha de São Miguel	501.656	550.934	575.817	690.848	859.807	883.546	871.424	814.370	719.420	753.340	631.583
Ilha Terceira	102.001	104.582	112.646	156.622	155.817	156.094	175.196	169.328	157.358	145.236	134.503
Ilha da Graciosa	11.191	10.594	11.485	10.295	8.244	10.372	9.947	10.288	10.903	17.465	14.699
Ilha de São Jorge	24.399	19.877	17.518	26.667	19.005	17.568	25.190	20.672	16.691	15.963	16.915
Ilha do Pico	47.155	45.526	49.439	53.167	48.615	54.187	50.820	43.014	44.421	54.999	51.697
Ilha do Faial	82.070	79.474	61.580	104.573	102.858	113.186	113.896	110.903	101.848	101.678	88.936
Ilha das Flores	10.457	12.298	9.315	20.163	20.345	18.522	15.418	24.641	22.871	27.183	25.887
Ilha do Corvo	89	224	458	172	242	228	1.094	1.036	1.370	1.670	1.695
R.A. Açores	788.741	833.413	856.364	1.089.142	1.246.563	1.277.598	1.291.072	1.227.476	1.108.130	1.151.533	994.980

R.A. Dos Açores - Estatísticas do Turismo - CUSTOS E PROVEITOS DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR ILHA - 2012										
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Total	
Proveitos Total	220.484	231.277	297.416	379.523	533.372	709.861	996.768	1.161.790	4.530.491	
Proveitos Restauração	37.472	38.417	44.487	74.073	119.205	117.056	131.473	178.014	740.197	
Proveitos Aposento	168.046	174.274	230.854	278.902	386.056	562.388	825.153	980.601	3.606.274	
Ilha Terceira Custos Pessoal Total	206.405	177.966	186.551	174.753	168.860	177.685	196.681	214.731	1.503.632	
Custos Pessoal Directos	167.074	143.992	142.169	141.454	135.516	144.134	159.193	173.899	1.207.431	
Custos Pessoal Indirectos	39.012	32.933	32.283	33.297	31.172	31.943	37.349	40.619	278.608	
Custos Pessoal Outros	319	1.041	12.099	2	2.172	1.608	139	213	17.593	

Tabela 39 – Dormidas na Terceira por País de Origem

<i>País de Origem</i>	Dormidas (2012)	%
Portugal	63.741	52,4%
Espanha	13.702	11,3%
E. U. América	7.075	5,8%
Países Baixos	6.876	5,6%
Alemanha	6.285	5,2%
Itália	2.890	2,4%
Reino Unido	2.845	2,3%
França	2.479	2,0%
Canadá	1.845	1,5%
Bélgica	1.757	1,4%
Suíça	1.038	0,9%
Brasil	829	0,7%
Áustria	496	0,4%
Dinamarca	334	0,3%
Finlândia	183	0,2%
Noruega	158	0,1%
Suécia	98	0,1%
Outros Países	9.127	7,5%
Total	121.758	

Fonte: SREA (Jan-Nov/2012)

Tabela 40 – Capacidade de Alojamento Turístico

<i>Capacidade de Alojamento – Hotelaria Tradicional (2012)</i>	Número de Estabelecimentos	Número de Camas	Taxa de Ocupação-Cama (Média Anual)
RAA	69	8.049	31%
São Miguel	32	4.405	37%
Terceira	17	1.652	24%

Fonte: SREA

Uma vertente promissora da exploração turística da ilha Terceira é o denominado **turismo-aventura**, incluindo as vertentes de mergulho, náutica de recreio, desportos náuticos, balonismo, vulcanismo, entre outras. No entanto, esta vertente possui riscos que o turismo tradicional não possui de forma tão vincada, como sejam riscos relacionados com a instabilidade e variabilidade das condições climáticas, o que prejudica a prática de certas modalidades durante o período de permanência do turista. Uma possível alternativa é a concertação de oferta de modo a poder usufruir de alternativas em cada momento.

O POTRAA (Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores) recomenda a criação de novos Espaços Específicos de Vocação Turística para a Terceira por considerar que nesta ilha existe um nível de procura à qual os escassos espaços especificamente destinados à implementação de unidades e estruturas turísticas, não dão resposta.

Situam-se ambos na costa Leste entre as cidades de Praia da Vitória e Angra do Heroísmo.

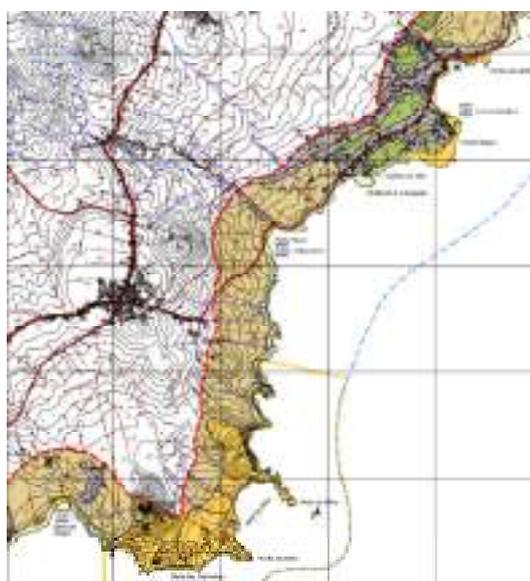
A. Faixa Porto Martins — Baía da Salga

Uma grande parte desta zona apresenta boas condições morfológicas e paisagísticas para a fixação de unidades hoteleiras e para o desenvolvimento da actividade turística.

As zonas balneares de Porto Martins, Salgueiros, Baía de Salga, e, em menor escala, Contendas, são as principais âncoras turísticas da zona. A zona a sul de Porto Martins encontra-se já comprometida com habitações, não deixando contudo, de constituir um possível atractivo turístico atendendo à curiosidade das construções terem sido erigidas entre muros de pedra seca.

Identificaram-se 2 potenciais Espaços Específicos de Vocação Turística: um mais a norte circundando as piscinas naturais de Salgueiros e um mais a sul na Baía da Salga.

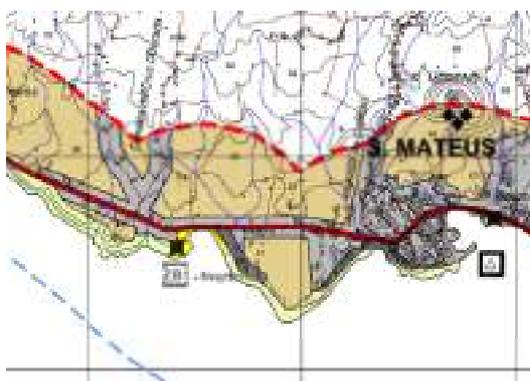
Ambas as áreas estão situadas próximas dos poucos pontos onde é possível o acesso ao mar nesta zona.



B. Zona do Negroto

A zona apresenta-se virtualmente sem condicionalismos de maior, com boa exposição e declives baixos.

A sua apetência para o turismo está directamente relacionada com a presença das piscinas naturais. Encontra-se já construída no local a **Pousada da Juventude de Angra**.



Analisando a integração de todas estas zonas no PDM de Angra do Heroísmo, verifica-se que a zona do Negroito está incluída em RAR, Espaço Agrícola não Integrado na RAR, em Espaço Urbanizável e em Espaço Urbano, enquanto as outras duas áreas na costa oriental da ilha se encontram maioritariamente integradas em RAR e em Espaço Natural (associados à zona costeira), constituindo excepção a zona imediatamente a sul da Baía de Salgueiros, que tem uma parte da área integrada em Espaço Agrícola não Integrado na RAR e a zona mais a norte (já perto do concelho de Praia da Vitória) que intersecta uma pequena mancha de Espaço Urbanizável.

Nos espaços fora da RAR é possível o licenciamento de empreendimentos ou equipamentos de cariz turístico, enquanto para proceder à ocupação de áreas desta Reserva Regional será necessário, na maioria dos casos, proceder à sua desafecção.

O Governo da República anunciou recentemente (Abril 2013) que o novo PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo) irá considerar **o património e a saúde como os dois produtos estratégicos** para o sector em Portugal.

O Turismo de Saúde e Bem-estar é um nicho de mercado que corresponde a uma vocação natural dos Açores, pois possui os recursos necessários ao seu desenvolvimento, tais como, a beleza e a variedade das paisagens, a riqueza das fontes de energia geotérmica e do oceano.

Mas não é suficiente identificar locais com potencial e divulgá-los. Para desenvolver o turismo de saúde é fundamental definir uma estratégia que englobe parcerias entre operadores privados (hotéis e redes internacionais de Clínicas Especializadas) e instituições públicas (hospitais e locais com fontes termais).

Como exemplo, as Ilhas Canárias criaram um “cluster designado” por **wellness delight** que envolve um conjunto de produtos específicos: turismo médico (hospitais com equipamentos especialistas de renome em determinadas áreas médicas), práticas desportivas dirigidas para clientes-alvo (por exemplo o nordic walking) e o turismo gastronómico (bem comer).

A talassoterapia, um produto turístico de saúde e bem-estar sendo um tratamento que utiliza água do mar, o ambiente marinho e os seus recursos (algas, esponjas, anémonas) apresenta forte potencial de desenvolvimento nos Açores.

Neste enquadramento, a estratégia preconizado pela ART e, conseqüentemente, para os principais agentes económicos no sector do turismo na ilha Terceira, são identificados nos seguintes eixos prioritários de acção:

- Empreendedorismo, especialmente potenciais a oferta de animação turística;
- Produtos de animação turística e eventos, focalizados no desenvolvimento de protuso de turismo de natureza, náutico e “touring” cultural e paisagístico;
- Qualificação de recursos humanos, desenvolvimento de cursos de formação em animação turística nas vertentes de formação especializada e de activos; Animação turística responsável e de qualidade, apoio técnico especializado às empresas e promoção e divulgação;
- Promoção e informação turística, através da implementação de um portal do turista e produção de publicação de promoção turística

- Comercialização de serviços de animação turística, através da melhoria da comercialização turística, merchandising e a dinamização de canais de quiosques e e-commerce.

As Orientações de Médio Prazo do RAA para 2013-16, pretendem:

- Rever o Plano de Ordenamento Turístico da Região,
- Consolidar o segmento natureza, através do desenvolvimento de produtos turísticos que explorem as potencialidades naturais e culturais de todas as ilhas,
- Consolidar os nossos principais mercados emissores,
- Captar o mercado não étnico dos EUA e do Canadá,
- Reforçar a angariação de cruzeiros temáticos e de eventos de projecção nacional e internacional,
- Potenciar o aumento da receita por quarto,
- Promover a requalificação do edificado hoteleiro ajustando-o à procura,
- Fomentar a formação profissional geral, especializada e contínua dirigida aos profissionais do sector,
- Conciliar a utilização dos transportes aéreos e marítimos, em pacote, e flexibilizar as correspondentes tarifas, com a introdução do conceito “last minute”,
- Apoiar a criação de operadores turísticos online regionais, assim como potenciar a entrada do destino Açores nos operadores online de referência.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • A conjugação dos atributos físicos: natureza intacta, paisagem deslumbrante e clima ameno. • A conjugação dos atributos sociais: autenticidade e hospitalidade. • Património geológico/vulcanológico e património edificado relevantes. • Reduzida intensidade turística. • Existência de agentes e operadores especializados em determinados nichos de oferta (por exemplo mergulho e whale watching). 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida notoriedade internacional. • Turismo com posicionamento de reduzida acção, animação ou emoção. • Fraca dinamização comercial e de marketing. • Oferta pouco explorada e dirigida que permita alguma diferenciação. • Forte sazonalidade da actividade com impacto na oferta da capacidade disponível e no emprego local • Modelos e técnica de gestão tradicionais que reduzem competitividade relativamente os mercados mais dinâmicos
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Uma procura crescente a nível internacional para o turismo da natureza e ecoturismo. • Uma procura dos mercados emergentes (Europa de Leste, Ásia e África) que, pela sua localização, características climáticas, dimensão populacional, capacidade económica e nível cultural, poderão ser atraídos pela proposta de valor do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> • A recessão económica na Europa. • Uma procura cada vez mais exigente que pretende uma experiência completa e não limitada a alguns aspectos. • Forte concorrência de regiões com vantagens competitivas para a mesma procura (Madeira, Açores e Cabo Verde). • Desinteresse dos operadores turísticos em função da reduzida dimensão da oferta

<p>dos Açores;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os sistemas de incentivo ao investimento no sector do turismo. • Possível melhoria e maior dinamismo dos serviços de transporte aéreo decorrente da privatização das empresas ANA e TAP. • Entrada de novos operadores internacionais de transporte aéreo na R.A. Açores. • Uma melhor coordenação da oferta de transporte inter-ilhas de passageiros resultante da fusão entre a Atlânticoline e a Transmaçor. • Desenvolvimento do turismo profissional (congressos científicos, seminários profissionais, reuniões de empresas e outros) • Revisão do POTRAA, considerando adaptações em função da revisão estratégica do sector do turismo para a ilha Terceira 	<p>turística local.</p>
---	-------------------------

Energia

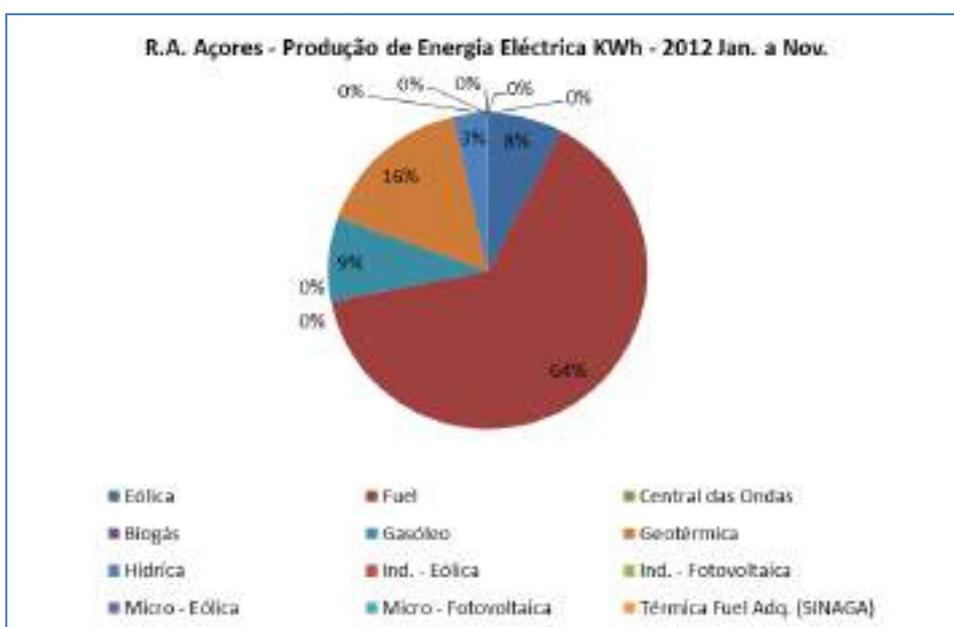
Um dos aspectos fundamentais que está associado à energia é a questão do impacto no meio ambiente, nomeadamente em termos das emissões de gases com efeito de estufa associado ao sector de energia. Por um lado, a energia é recurso indispensável do desenvolvimento socioeconómico, por outro a energia é também um factor de pressão ao meio ambiente. Esta dicotomia associada à energia e ao ambiente induz que qualquer orientação de desenvolvimento local deverá estar assente em critérios de sustentabilidade, onde a produção e o consumo inteligente de energia são vectores cruciais para nortear uma estratégia de descarbonização da economia. Esta linha orientadora é ainda mais premente em sistemas energéticos muito dependente de combustíveis fósseis, como é o caso da Ilha Terceira, onde as orientações para a diversificação energética, eficiência no consumo e fomento das energias endógenas são cruciais para a promoção da competitividade económica, gerar emprego e obter um menor impacto no ambiente, alicerces essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Uma forma de caracterizar o sector da energia na RAA é distingui-lo do lado da oferta (produção) e do lado da procura (consumo). Do lado da oferta de energia e à semelhança do contexto nacional, o sistema energético da RAA apresenta uma elevada dependência de combustíveis fósseis, o que a torna muito sensível às flutuações de preço dos produtos petrolíferos importados, pelo que a estratégia deverá passar pela diversificação das fontes de energia com incremento das energias renováveis.

De acordo com balanço energético de 2010 a RAA importou produtos petrolíferos no valor de 446.520 toneladas equivalentes de petróleo, dos quais 37% tiveram como origem o fuelóleo, 35% gasóleo, 13% Jetfuel, 8% Gasolinas e 6% de GPL.

No que diz respeito ao sector electroprodutor, as fontes de energia primária na RAA são os combustíveis fósseis importados (fuelóleo e gasóleo) e as fontes de energia renováveis como a energia geotérmica, eólica e a hídrica.

Em 2012, o peso do fuelóleo e do gasóleo no total era de 73%, valor superior ao do ano anterior que foi de 70%, o que decorre da inoperacionalidade da central geotérmica Cachaço-Lombadas (S.Miguel) entre Janeiro e Setembro 2012.



	Produção de Energia Eléctrica (MWh)			
	2011		2012 Nov.	
Fuel	516.717	61,512%	473.428	64,267%
Geotérmica	185.631	22,098%	117.620	15,967%
Gasóleo	71.170	8,472%	63.271	8,589%
Hidráulica	32.989	3,927%	25.588	3,473%
Eólica	32.980	3,926%	56.361	7,651%
Biogás	324	0,039%	161	0,022%
Térmica Fuel Adq.(Sinaga)	100	0,012%	21	0,003%
Micro - Fotovoltaica	84	0,010%	182	0,025%
Ind. - Fotovoltaica	16	0,002%	19	0,003%
Micro - Eólica	8	0,001%	3	0,000%
Central das Ondas	6	0,001%	10	0,001%
Ind. - Eólica	-	0,000%	0	0,000%
	840.025		736.664	
Fonte: SREA				

No que diz respeito ao sistema electroprodutor, nos 10 anos decorridos entre 2001 e 2011 a produção de energia eléctrica na RAA aumentou 1,5 vezes (uma TCMA, Taxa de Crescimento Média Anual, de 5,0%). Nesse mesmo período o consumo aumento 1,6 vezes (uma TCMA de 5,9%).

Em geral, o nível da qualidade de serviço do fornecimento de electricidade na Região Autónoma dos Açores, encontra-se dentro dos padrões de nível de serviço estipulados pela entidade reguladora do sector energético (ERSE). No entanto, existem aspectos a melhorar na prestação deste serviço fundamental para os agentes económicos, comparativamente às restantes regiões nacionais.

Tabela 41 Indicadores de continuidade de serviço de fornecimento de electricidade

Indicador (2009)		Portugal Continental		R.A. Madeira		R.A. Açores	
		BT	MT	BT	MT	BT	MT
Número de interrupções por ano	Zona A (RAA: Cidades de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta)	12	8	13	9	13	9
	Zona B (RAA: Localidades com um número de clientes compreendido entre 2.500 e 25.000)	21	16	25	20	28	22
	Zona C: Os restantes locais	30	25	40	34	50	44
Duração das interrupções (horas/ano)	Zona A (RAA: Cidades de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta)	6	4	4	6	6	4
	Zona B (RAA: Localidades com um número de clientes compreendido entre 2.500 e 25.000)	10	8	9	11	11	9
	Zona C: Os restantes locais	20	16	18	22	27	22

Fonte: ERSE

Do lado da procura verifica-se que em 2011 na RAA a existiam 121.921 consumidores de energia eléctrica num total 246.102 habitantes. O consumo de energia eléctrica foi de 770 GWh (EDA, "Procura e Oferta de Energia Eléctrica", 2012), dos quais 63% foi em Baixa Tensão (BT) e 37% em Média Tensão (MT) originando um consumo médio por habitante de 3.132 kWh/hab. Da percentagem de consumo de energia em BT verifica-se que maioritariamente é destinada ao sector doméstico (35%) e ao sector de comércio e serviços (18%). No que diz respeito ao consumo em MT verifica-se que o sector de comércio e serviços e industrial apresentam um consumo equiparado (cerca de 14%) vindo em seguida os serviços públicos (8,4%).

Na ilha Terceira, em 2011, o peso do fuelóleo e do gasóleo no total era de 86%, ocupando a energia eólica 13% e a hídrica 1%. Assim, a dependência energética do exterior é muito superior á média da RAA e á ilha de S. Miguel onde a fatia das energias renováveis tende a ocupar mais de metade da produção.

	MWh	
Eólica	25.910	13,3%
Térmica	166.400	85,7%
Hídrica	1.865	1,0%
Geotérmica	-	0,0%
Outras renováveis	34	0,0%
	194.209	100,0%

Fonte: SREA

Nos 10 anos decorridos entre 2001 e 2011 a produção de energia eléctrica na ilha Terceira aumentou 1,6 vezes (uma TCMA de 8,1%). Nesse mesmo período o consumo aumentou 1,8 vezes (uma TCMA de 8,1%).

Observando os consumos da Ilha Terceira verifica-se que esta apresenta no período homólogo (2011) de 195 GWh (25% do consumo total da RAA), estando este desagregado em 111 GWh (57%) em BT e 84 GWh (43%) em MT. O consumo por habitante em 2011 na Ilha Terceira foi de 3.482 kWh/hab (cerca de 11% ↑ à RAA).

Organização do sector da energia na R.A. Açores

A Empresa de Electricidade dos Açores, E.P. foi constituída pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 34/81/A, de 18 de Julho, tendo sucedido, em direitos e obrigações, à EIE – Empresa Insular de Electricidade. À EDA também foi afecto o património da Região relativo ao serviço público de electricidade, bem como as restantes instalações e serviços de produção e distribuição de energia eléctrica exploradas pelas autarquias locais.

Até 1981, a produção, transporte e distribuição de energia eléctrica nos Açores era da responsabilidade da EIE – Empresa Insular de Electricidade (Ponta Delgada) S.A.R.L., e das câmaras municipais e federações de municípios.

No entanto, é apenas em Janeiro de 1984 que o património dos Serviços Eléctricos da Câmara Municipal de Praia da Vitória é integrado na EDA.

Na altura da criação da EDA, E. P., a organização do sector estava submetida a um importante condicionalismo, que era o de este estar, por lei, vedado à iniciativa privada.

Em 1997 a EDA E.P. é transformada em sociedade anónima no contexto da criação de condições para a reprivatização. Em Dezembro de 1999 a EDP entra com 10% no capital da EDA tornando-se o seu parceiro estratégico.

Por iniciativa do Governo Regional, em Dezembro 2004 foi aprovado o Decreto-Lei que regulou a primeira fase do processo de reprivatização directa do capital social da Electricidade dos Açores, S.A. (EDA), por alienação em bloco de um lote indivisível de 4 748 100 acções, representativas de 33,92% do capital social da empresa, na titularidade da Região.

Em Janeiro 2005, dá-se a alienação por concurso de uma participação de 33,92% do capital social da EDA, concurso que foi ganho pela ESA Energia e Serviços dos Açores S.A., empresa controlada pelo Grupo Bensaúde (o Grupo detém 82% do capital da ESA). Em Setembro de 2005 tem lugar a alienação, através de oferta pública de venda, de 5,98% do capital social parte reservada a trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes.

Em 2006, a ESA reforça a sua posição ficando detentora de 39,7% do capital social da EDA.

Desde 2002 que a ERSE Entidade Reguladora dos Serviços Eléctricos tem competências de controlo e regulação sobre o sector na RAA.

Nesse contexto, a ERSE aprovou em 2001 uma revisão do Regulamento de relações comerciais do sector eléctrico contendo os seguintes aspectos relevantes para a R.A. dos Açores:

Artigo 21.º

Concessionária do transporte e distribuição da RAA

A concessionária do transporte e distribuição é a entidade a quem cabe, em regime exclusivo e de serviço público, mediante a celebração de um contrato de concessão com o Governo Regional dos Açores, a gestão técnica global dos sistemas eléctricos de cada uma das ilhas do Arquipélago dos Açores, o transporte e a distribuição de energia eléctrica nos referidos sistemas, bem como a construção e a exploração das respectivas infra-estruturas, conforme o disposto no Capítulo XV deste regulamento.

Artigo 23.º

Produtores vinculados

1 - O produtor vinculado na RAA é a entidade titular de uma licença vinculada de produção de energia eléctrica, atribuída pelo serviço competente do respectivo Governo Regional, na sequência de celebração de contrato de fornecimento de energia eléctrica vinculado ao sistema eléctrico público, aprovado pela ERSE.

Concessionária do transporte e distribuição da RAA

Artigo 249.º

Actividades da concessionária do transporte e distribuição

1 - A concessionária do transporte e distribuição da RAA desenvolve as seguintes actividades:

- a) Aquisição de Energia Eléctrica e Gestão do Sistema.
- b) Distribuição de Energia Eléctrica.
- c) Comercialização de Energia Eléctrica.

2 - A separação das actividades referidas no número anterior deve ser realizada em termos contabilísticos.

3 - O exercício das actividades de distribuição de energia eléctrica e de gestão do sistema eléctrico deve obedecer à legislação aplicável e ao disposto no Manual de Procedimentos do Acesso e Operação do Sistema Eléctrico Público da RAA previsto no Artigo 253.º.

Artigo 250.º

Aquisição de Energia Eléctrica e Gestão do Sistema

A actividade de Aquisição de Energia Eléctrica e Gestão do Sistema corresponde à compra de energia eléctrica, onde se inclui a aquisição de energia eléctrica aos produtores vinculados e aos produtores não vinculados, para fornecimento aos clientes da RAA, bem como a gestão técnica global do sistema eléctrico de cada uma das ilhas que integram a RAA.

Artigo 251.º

Distribuição de Energia Eléctrica

1. A actividade de Distribuição de Energia Eléctrica corresponde ao planeamento, estabelecimento, operação, manutenção e coordenação da rede de transporte e distribuição por forma a veicular a energia eléctrica dos pontos de recepção até às instalações dos clientes.
2. A actividade de Distribuição de Energia Eléctrica é exercida em regime exclusivo, sem prejuízo do direito de acesso às respectivas redes por terceiros.
3. No âmbito da actividade de Distribuição de Energia Eléctrica compete à concessionária do transporte e distribuição:
 - a) Receber energia eléctrica dos centros electroprodutores ligados às redes de transporte e distribuição.
 - b) Transmitir a energia eléctrica através da rede de transporte, assegurando as condições técnicas do seu funcionamento operacional.
 - c) Indicar às entidades ligadas às redes de transporte e distribuição ou que a elas se pretendem ligar, as características e parâmetros essenciais para o efeito.
 - d) Planear e promover o desenvolvimento das redes de transporte e distribuição por forma a veicular a energia eléctrica dos pontos de recepção até aos clientes em adequadas condições técnicas.

- e) Proceder à manutenção das redes de transporte e distribuição e coordenar o funcionamento das respectivas instalações.
 - f) Assegurar o cumprimento dos padrões de qualidade de serviço que lhe sejam aplicáveis.
 - g) Garantir a existência de capacidade disponível por forma a permitir a realização do direito de acesso às redes nas condições previstas no RARI.
4. Consideram-se incluídos na actividade de distribuição de energia eléctrica os serviços associados ao uso das redes de distribuição, nomeadamente a contratação, a leitura, a facturação e a cobrança, bem como as ligações às redes.

Artigo 252.º

Comercialização de Energia Eléctrica

A actividade de Comercialização de Energia Eléctrica engloba a estrutura comercial de venda de energia eléctrica aos clientes da RAA responsável pelos serviços de contratação, facturação e cobrança de energia eléctrica.

A EDA-Electricidade dos Açores, S.A. é a concessionária em “regime exclusivo e de serviço público” do transporte e distribuição de energia eléctrica na Região Autónoma dos Açores e detém também a concessão da comercialização. Para além disso a EDA exerce actividade igualmente na área da produção mas já não naquele regime.

Em 2011, o sistema electroprodutor explorado directamente pela EDA era constituído por:

- 9 Centrais Termoeléctricas com uma potência total instalada de 217MW.
- 8 Parques Eólicos nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial e Flores, com uma potência total instalada de 25,0MW, explorados pela EEG, empresa participada pela EDA.
- 12 Centrais Hídricas, com uma potência total de 8,2 MW,
- 2 Centrais Geotérmicas, pertencentes à SOGEO, com uma potência de 23,0 MW.

Na RAA a produção privada não tem qualquer impacto no sector, muito embora a EDA manifeste disponibilidade para receber as entregas de particulares.

No entanto, verificou-se nos últimos anos a entrada em exploração de novos produtores independentes (fotovoltaica, eólica) e micro produtores (fotovoltaica).

Em 2012, foi revisto sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis — PROENERGIA, criado em 2010, tendo em vista incentivar a produção de energia eléctrica e calorífica, essencialmente destinada ao autoconsumo, por parte das famílias, das empresas, das cooperativas, das associações sem fins lucrativos e das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Quadro Informativo sobre a ilha Terceira (2011)		
Superfície	Km2	399,8
População Residente (Censo 2011)	Habitantes	56.062
Nº de Instalações:	nº	27.243
Média Tensão		165
Baixa Tensão		26.701
Instalações de consumo próprio		4
IP		373
Vendas de Energia	Euros	48.668.177 €
Trabalhadores	nº	131
Potência Instalada em Centrais	kW	71.548
Redes de Transporte e Distribuição	Km	388,3
Potência Instalada em Postos de Transformação	kVA	107.950

Fonte: EDA Relatório e Contas 2011

Produção de Energia 2012	
Ilha Terceira	
(acumulado em Novembro)	
	kWh
Belo Jardim (Fuel)	165.299.950
Belo Jardim (Gasóleo)	1.055.170
Angra do Heroísmo (Gasóleo)	-
Nasce d'Água (Hídrica)	880.300
Cidade (Hídrica)	379.300
S.João (Hídrica)	605.200
Serra do Cume (Eólica)	25.909.620
Microger (Fotovoltaica)	34.178
Central Móvel (Gasóleo)	45.026

Fonte: EDA

Energia Térmica na ilha Terceira

Segundo informação da EDA:

“A Central Termoeléctrica do Belo Jardim constitui, no sistema de produção da ilha Terceira, a base da produção térmica diesel, tendo sido especialmente preparada para queimar combustível pesado.

*A construção da central remonta ao princípio da década de 1980, tendo entrado ao serviço o **primeiro** grupo de 2,8 MW em 1983, seguindo-se outros **três** grupos de 3.0 MW respectivamente em 1985, 1986 e 1990.*

A partir do início da década de 1990 e para fazer face ao crescimento do consumo de energia eléctrica na rede da ilha Terceira, foram estudadas hipóteses de expansão da capacidade de produção, optando-se pela ampliação da central do Belo Jardim por conduzir a custos de exploração mais baixos.

*Como primeira fase deste empreendimento, foi prevista a instalação de **dois** novos grupos com potência unitária de 6,0 MW e os respectivos auxiliares”.*

(Fonte: Website EDA <http://www.eda.pt/producao.php>)

Em 2010/2011 a EDA concretizou o investimento na ampliação da Central Térmica do Belo Jardim com instalação do grupo XI.

Em Setembro 2012, verificou-se uma avaria no sistema de corrente contínua que alimenta o sistema de comando e controlo de toda a central que provocou duas interrupções no fornecimento de energia eléctrica á ilha Terceira. Segundo declarações de administrador da EDA “a Central do Belo Jardim é algo complicada de gerir, dado que tem três módulos diferentes, com máquinas de potências diferentes, construções de anos diferentes e com diferentes tipos de tecnologia”.

Segundo a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo (CCAH) as falhas de energia causam um impacto muito negativo na produtividade e resultam em prejuízos directos derivados da avaria de materiais eléctricos nas empresas.

Energia Eólica na Ilha Terceira

O Parque Eólico da Serra do Cume iniciou produção em 2008 com 5 aerogeradores de tipo E44 de 900 kW fornecidos pela Enercon. Em 2011, entraram em exploração mais 5 aerogeradores do mesmo tipo.

O parque eólico da Serra do Cume, o maior da RAA com potência total de 9.000 kW, é gerido pela EEG – Electricidade e Gáz Lda, empresa do grupo EDA (100% do capital).

A produção do parque é considerada um sucesso tendo em conta que o número de horas em plena produção (48,7%) revela um índice de qualidade de vento superior ao normal.

Encontram-se em curso a implementação de mais dois parques eólicos na Terceira com capacidades de produção semelhantes ao parque existente (Serra do Cume).

Energia Geotérmica na Ilha Terceira

De acordo com informação da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, “o projecto geotérmico da Terceira, a cargo da empresa GeoTerceira – Sociedade Geoelectrica da Terceira, S.A., foi reiniciado no ano de 2000, na sequência de trabalhos preliminares efectuados desde os anos 70, com a execução de uma campanha de prospecção geoelectrica numa vasta área, para detalhe da informação geofísica já existente.

Considerando os interessantes resultados desenvolveu-se, posteriormente, uma campanha de execução de furos de medição de temperatura, para reconhecimento da sua distribuição em profundidade e estimativa do gradiente geotérmico local. Com base na informação recolhida, foi projectada a execução de um conjunto de cinco poços de avaliação que decorreu entre 2007 e 2009 e que estão a ser avaliados através de ensaios de produtividade de longa duração.

Os trabalhos realizados até à data permitiram identificar um sistema geotérmico de alta temperatura, superior a 300°C, com uma área significativa e com reservas de calor suficientes para suportar um projecto geotérmico com 10/12 MW. Todavia, a reduzida produtividade individual dos poços geotérmicos, decorrente da baixa permeabilidade encontrada, o seu comportamento cíclico e as características termodinâmicas do recurso existente, não permitem que se demonstre, no imediato, a

viabilidade de extracção do calor com uma potência idêntica à inicialmente prevista. Neste contexto, perspectiva-se dividir o projecto em duas fases, planeando-se no âmbito da primeira fase a construção de uma central com uma potência de 3MW.

Esta central piloto permitirá aferir o comportamento a longo prazo do reservatório e dos poços geotérmicos, através da monitorização de diversos parâmetros, enquanto, simultaneamente, gera receita e proporciona oportunidade de aprendizagem da equipa técnica local sobre este reservatório e a operação de centrais geotérmicas.

Presentemente, face à reconfiguração do projecto, decorre o estudo de viabilidade da instalação de uma Central Geotérmica Piloto com uma potência de 3 MW, assim como o estabelecimento de condições que suportem eficazmente o sucesso da sua exploração.

Complementarmente, perspectiva-se a possibilidade de desenvolvimento de estudos de prospecção adicionais, enquadrados no objectivo perseguido de instalação, numa segunda fase, de uma central geotérmica com a potência inicialmente prevista”.

O projecto tem desde 1996 o apoio técnico da Geothermex Inc, empresa dos EUA que presta consultoria e serviços técnicos em 53 países nas áreas petrolífera, mineração e geotermia.

A Geoterceira – Sociedade Geoelectrica da Terceira, S.A., é detida em 50,10% pela EDA sendo o restante do capital da EDP S.A.

Parceria Estratégica

A EDP sido desde o 1999 o parceiro estratégico da EDA, tendo participado em vários projectos, como por exemplo o da GEOTERCEIRA.

A participação de 10% da EDP no capital da EDA não pode ser considerada atractiva para um maior envolvimento entre as duas empresas, em particular no novo contexto accionista da EDP (em 2012 teve lugar a venda à China Three Gorges Corporation de 21,35% do capital da EDP).

Em Novembro de 2011, a Administração da EDA admitiu publicamente que a empresa tinha dificuldades de acesso a financiamento que podiam condicionar a execução do programa das energias alternativas no arquipélago, mas garantiu que empresa mantinha as metas previstas para 2015.

Projecto Valorização Energética de Resíduos

A TerAmb, gestora do aterro sanitário da Terceira, tem em curso um projecto de implementação de uma central energética com capacidade de produção de 3 MWh, cujo projecto tem previsto o arranque desta unidade para 2015.

As Orientações de Médio Prazo da RAA 2013-16, definem para a estratégia das energias:

- Melhoria das redes em algumas das ilhas;
- Maximização da produção da energia obtida a partir de fontes de renováveis;
- Incremento da eficiência e racionalização uso energético e pela revisão do quadro regulatório regional

Pontos Fortes

Pontos Fracos

<ul style="list-style-type: none"> • Experiência muito positiva no Parque Eólico da Serra do Cume. 	<ul style="list-style-type: none"> • Debilidades na rede de distribuição.
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de projectos de aumento de produção de electricidade por fontes renováveis. • Integração da Terceira em projectos de inovação e desenvolvimento tecnológico na fileira das energias renováveis a nível regional, nacional e internacional. • Aplicação de quadros especializados e jovens disponíveis no mercado de trabalho local para a orientação aos sectores de desenvolvimento das energias renováveis (promoção da política europeia de empregos verdes). • Fomento da produção descentralizada de energia eléctrica (ex. mini/microgeração) como mote para o aumento da qualidade de serviço e aumento da eficiência da rede eléctrica • Aproveitamento das condições naturais da ilha Terceira como espaço de experimentação/teste de novas tecnologias associadas às energias renováveis e à eficiência energética • Condições favoráveis à promoção de conceitos associados à mobilidade inteligente (ex. mobilidade eléctrica, transportes flexíveis). • Oportunidade de capitalização de acções promovidas por projectos internacionais no domínio da energia e do ambiente realizadas na RAA (ex. Green Islands) • Sistemas de produção energética em zonas isoladas da rede (p.ex. refrigeração de postos de leite) • Promoção da utilização de combustíveis endógenos (ex. Biomassa) 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Limitações no acesso ao financiamento em projectos com investimentos vultuosos (nomeadamente para os projectos de Energia Geotérmica). • O efeito de baixas taxas de crescimento na procura de energia poderá retrair futuros investimentos no sector • Consumo de energia muito focado no sector doméstico onde o investimento inicial é uma barreira à promoção das energias renováveis e da eficiência energética

Transportes e Logística

O sistema logístico dos Açores já foi objecto de vários estudos aprofundados, onde se destaca o Plano Açores Logístico, onde compreende as questões específicas da logística relacionadas com a actividade da ilha Terceira.

Neste estudo foi diagnosticado o modelo logístico onde existem importantes constrangimentos, fruto de um sistema de abastecimento “fechado” – desajustado em

frequência, serviços e custo face aos requisitos da economia. Foram identificados como principais obstáculos ao desenvolvimento:

- Abastecimento “fechado” à região por via marítima a partir do Continente - pouco frequente (semanal, quinzenal nas ilhas mais pequenas) e caro – implica por exemplo, rupturas de produtos perecíveis (dado o risco de obsolescência)
- Logística de importação/abastecimento complexa, com actividades grossistas dispersas pelas várias ilhas
- Rede de frio existente não suporta a actividade de exportação de produtos perecíveis – implica o processamento de produtos alimentares para exportação no dia/véspera do dia do embarque (ex. fatiamento da carne)
- Expedições aéreas das exportações subordinadas à existência de capacidade nos bellys (onde a prioridade é para bagagem destes) - frequência da oferta desajustada das necessidades da procura (ex. pescado)
- Logística de importação/exportação assente no transporte marítimo de contentores, em que a desconsolidação é efectuada em estruturas pouco eficientes, ilha a ilha

O sistema transporte de **passageiros e viaturas ligeiras**, na vertente inter-ilhas (sem ligação ao exterior da Região) foi objecto de estudo em 2010 que originou acções de investimento e reorganização das operações, que se esperam venham a melhorar a mobilidade das pessoas no grupo Central (incluindo portanto a ilha Terceira).

O sistema de transporte de **mercadorias** (contentores e carga não unitizada) envolve uma maior complexidade, pois trata-se de um sistema aberto, que tem de dar resposta tanto ao comércio inter-ilhas como ao comércio com o exterior da Região Autónoma dos Açores (cabotagem com o continente). Na realidade, mais do que um sistema de transporte o que a RAA necessita é da definição de um sistema logístico em que os fluxos de mercadorias sejam encaminhados da forma mais eficiente possível, desde a origem ao destino (sejam estes internos ou externos à Região, localizados junto aos portos ou a vários quilómetros no interior). Nesse contexto, não basta operar navios é necessário definir gateways e implementar plataformas logísticas.

Esse é o âmbito do estudo “Plano Açores Logístico”. Nesse estudo foi diagnosticado que existem no modelo logístico actual importantes constrangimentos, fruto de um sistema de transporte marítimo ineficiente e desajustado às necessidades dos carregadores (importadores e exportadores). Ineficiente, porque envolve custos elevados (decorrentes de uma frota sobredimensionada), o que se traduz em preços elevados (fretes) que retiram competitividade à economia regional. Desajustado, em termos de serviço aos carregadores por exemplo frequência de escala e “transit-time” (tempo de trânsito entre a origem e o destino).

Foram identificados no sistema de transporte marítimo vários constrangimentos ao desenvolvimento da economia da RAA. No caso particular da Ilha Terceira verifica-se:

- Em primeiro lugar, o “transit-time” na saída é superior ao razoável para a colocação de produtos nos mercados externos. Isto é, o tempo que decorre entre a preparação para o embarque das mercadorias no Porto de Praia da Vitória e o desembarque e entrega

num armazém do Continente nunca é inferior a 6 dias, o que invalida, por exemplo, a venda de carne fresca a algumas grandes cadeias de restauração no Continente.

- Em segundo lugar, sendo sempre o porto de Praia da Vitória um segundo porto de escala nos itinerários com o continente, o sistema não consegue reduzir o impacto de atrasos nas operações dos navios ou operações portuárias, quer na entrada, quer na saída da Região. Qualquer atraso tem uma repercussão maior na Terceira.
- Em terceiro lugar, o sistema corresponde mal às necessidades de comércio entre as ilhas do grupo Central e entre estas e o grupo Ocidental. Pode mesmo afirmar-se que nos últimos anos o sistema de transporte marítimo pôs um travão ao comércio regional. Embora seja evidente a proximidade geográfica da ilha Terceira em relação ao grupo Ocidental e sejam também evidentes as melhores características operacionais do porto de Praia da Vitória, o comércio marítimo entre a Terceira e as Flores/Corvo praticamente não existe. Isto porque, a ligação do continente (origem Leixões e Lisboa) se faz sempre via Ponta Delgada (“gateway” para o grupo Ocidental) e o “transit-time” entre Praia da Vitória e as Flores é sempre superior a 6 dias se as ligações anunciadas pelos armadores forem cumpridas.

São claramente três aspectos que põem em causa os esforços de desenvolvimento e crescimento da economia da Terceira, particularmente na vertente de exportação.

No sector do transporte aéreo, encontra-se previsto a implementação de um terminal de carga aérea que poderá dinamizar as exportações por esta via. Simultaneamente, o arranque de serviço de um cargueiro aéreo para a RAA, com escala na Terceira, será um potenciador da exportação de produtos locais de maior valor.

As plataformas logísticas são um factor de modernização da distribuição e um facilitador de exportações com melhores condições de movimentação de produtos, especialmente associada a uma rede de frio que assegure a cadeia de abastecimento na exportação de produtos frescos, que aportam maior valor às exportações.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas (Porto e Aeroporto) 	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de serviço de transportes aos mercados de destino de produtos locais • Custo de abastecimento à ilha • Rede logística de frio
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Projecto de expansão do porto da Praia da Vitória/Hub Intercontinental • Sistema logístico de conectividade inter-ilhas para distribuição de produções locais • Terminal de carga aérea • Cargueiro aéreo com escala na Terceira • Plataformas logísticas • Rede de frio 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos custos de transporte • Alterações na governação de empresas públicas de transporte (TAP e ANA) • Alterações ao modelo de gestão dos portos • Situação económica e de mercado dos principais operadores marítimos

Serviços Financeiros

Os municípios da ilha Terceira estão cobertos por uma rede de balçães de serviços bancários que cobrem o território, através dos serviços financeiros de várias redes bancárias: Banif, Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Geral de Depósitos, Montepio Geral, Banco Santander Totta e Caixa de Crédito Agrícola.

Apesar da expansão da rede bancaria que a ilha Terceira assistiu no passado recente, poderá no futuro haver uma racionalização de meios, á imagem do que tem acontecido no continente, que poderá vir a representar uma redução de estabelecimentos.

Tabela 42 – Estabelecimentos Financeiros

<i>Estabelecimentos (Bancos, Caixas Económicas e Caixas de Crédito Agrícola)</i>	2007	2008	2009	2010	2011	% RAA
Portugal	6.125	6.469	6.609	6.618	6.582	
RA Madeira	172	179	182	178	169	
RA Açores	177	177	180	180	182	
Ponta Delgada	53	52	54	54	58	31,9%
Angra do Heroísmo	17	19	20	20	19	10,4%
Praia da Vitória	13	13	13	13	13	7,1%

Fonte: INE

Os depósitos bancários na RA Açores iniciaram uma diminuição no ano de 2011, ao contrário do que tem vindo a acontecer no continente. Na ilha Terceira regista-se uma diferente evolução entre os concelhos de Angra do Heroísmo, onde os valores de depósitos diminuíram significativamente para valores inferiores aos de há 5 anos atrás, no concelho da Praia da Vitoria os depósitos têm registado tendência de crescimento, apesar de haver oscilações ao longo do tempo.

Tabela 43 – Depósitos Efectuados

<i>Depósitos Efectuados (M€)</i>	2007	2008	2009	2010	2011	Var (2011/07)	% RAA
Portugal	160.015	177.491	176.219	186.488	197.407	23%	
RA Madeira	15.612	13.518	11.541	13.387	11.127	-29%	
RA Açores	2.748	2.812	2.781	3.035	2.801	2%	
Ponta Delgada	1.183	1.190	1.196	1.454	1.239	5%	44,2%
Angra do Heroísmo	527	540	484	449	418	-21%	14,9%
Praia da Vitória	128	150	137	135	145	14%	5,2%

Fonte: INE

Os créditos concedidos na RA Açores registram uma quebra em 2011. Acompanhando a tendência nacional. Regista-se uma redução significativa de crédito concedido em Angra do Heroísmo, ao passo que na Parai da Vitoria regista-se uma estabilização dos valores ao longo do tempo.

Tabela 44 – Créditos Concedidos

<i>Créditos Concedidos (M€)</i>	2007	2008	2009	2010	2011	Var (2011/07)	% RAA
---------------------------------	------	------	------	------	------	---------------	-------

Portugal	327.688	352.585	364.964	353.831	347.894	6%	
RA Madeira	23.272	20.897	20.321	20.147	16.200	-30%	
RA Açores	4.470	4.725	4.526	6.773	5.053	13%	
Ponta Delgada	2.303	2.583	2.126	4.251	2.773	20%	54,9%
Angra do Heroísmo	741	713	768	825	684	-8%	13,5%
Praia da Vitória	159	195	186	194	192	21%	3,8%

Fonte: INE

O indicador de levantamentos em operações de Multibanco permite avaliar a evolução do consumo e, especialmente, a actividade do comércio local. Os valores deste indicador registam uma quebra de levantamentos na ilha Terceira em 2011.

Tabela 45 – Levantamentos em Operações Multibanco

Levantamentos em Operações Multibanco (M€)	2007	2008	2009	2010	2011	Var (2011/07)	% RAA
RA Açores	490	508	533	533	520	5,9%	
Terceira	120	124	133	134	130	8,5%	25,0%

Fonte: SREA

Pontos Fortes <ul style="list-style-type: none"> • Cobertura funcional e geográfica • Unidades financeiras de origem local, com conhecimento profundo da realidade e económica e experiência histórica na área financeira regional 	Pontos Fracos <ul style="list-style-type: none"> • Conjuntura financeira adversa • Capacidade de financiamento à actividade económica muito restringida
Oportunidades <ul style="list-style-type: none"> • Aumento de oferta de serviços financeiros e de seguros que acompanhem a actividade exportadora e a internacionalização das empresas locais • Oferta de seguros de crédito e de câmbio 	Ameaças <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades do sistema financeiro poderão ser obstáculos à aplicação de programa de apoio ao investimento

Exploração de Novos Recursos Marítimos

A iniciativa “Blue Growth”, da Direcção-Geral Europeia dos Assuntos Marítimos e das Pescas, pretende definir a dimensão marítima da Estratégia Europeia 2020. Neste âmbito foram identificados como sectores emergentes de elevado potencial, numa fase de per-desenvolvimento, na economia marítima:

- **Biotecnologia Azul** –O oceano profundo é um ecossistema de elevado potencial e interesse estratégico que também será melhor explorado no futuro. Vários estudos científicos tem vindo a demonstra a existência de novos recursos genéticos no subsolo marítimo, ricos em novas formas de vida, novas bactérias incluindo proteínas e enzimas da denominada “ biotecnologia azul”. Ainda numa fase preliminar de investigação, onde encontram-se exemplos de aplicação em bio-polímeros projectados para ser biodegradáveis em apenas algumas semanas, o que será uma melhoria

importante em relação aos polímeros petroquímicos actualmente disponíveis, que não são biodegradáveis. As principais empresas interessadas neste sector são as relacionadas com a indústria farmacêutica, química e cosméticos.

- **Energias Renováveis Oceânicas** – O potencial de energias renováveis oceânicas encontra-se numa fase em que ainda não é competitiva relativamente a outras energias alternativas. As mais promissoras são a energia das marés, das ondas, osmótica (água salgada e água doce) e por conversão térmica (quentes e frias a superfície e profundidade).
- **Mineração Marítima** – o potencial mineral do subsolo oceânico apresenta indícios de elevado valor, no entanto, os impactos no ecossistema ainda não estão suficientemente identificados para uma exploração sustentável. OS estudos apontam para que em 2020 cerca de 5% da produção mineral seja marítima e em 2030 já atinja uma quota de 10% (10 biliões de euros).

Há, no entanto, que considerar que estas actividades estão, em geral, numa fase de I&D intensivo, muitas vezes patrocinadas por empresas que impedem a divulgação pública dos resultados alcançados; carecem de elevados investimentos financeiros e, por outro lado, os impactos ambientais ainda não estão devidamente determinados, conhecendo riscos sobre o equilíbrio dos ecossistemas e a biodiversidade marinha.

Em Setembro de 2012 o Governo dos Açores anunciou o envio para publicação dos avisos públicos para a atribuição de direitos de prospecção e pesquisa em cinco áreas (Moreto, Saldanha, Famous, Verdelho e Arinto) no fundo do mar dos Açores à empresa Nautilus Minerals Inc. Na mesma altura foi aprovada legislação que estabeleceu o regime jurídico de revelação e aproveitamento de recursos geológicos do território marinho da R.A. dos Açores.

O Governo declarou que para a Região, os 3 milhões de metros quadrados da plataforma Continental em torno dos Açores abrem novos horizontes no aproveitamento de sulfuretos maciços polimetálicos com uma riqueza em cobre que é mais de uma dezena de vezes superior á do minério explorado em terra, a que acrescem concentrações de outros metais de grande valor.

A Nautilus Minerals Inc. está a desenvolver na Papua Nova Guiné o primeiro projecto mundial de extracção de ouro e cobre de depósitos submarinos de sulfuretos em sistemas hidrotermais profundos.

Neste contexto, procurou-se apresenta-se mais á frente informação constitui um referencial de comparação para um futuro projecto de mineração na R.A. dos Açores.

Potencial de Mineração Submarina nos Açores

Enquadramento

*Em Setembro de 2012 o Governo dos Açores anunciou o envio para publicação dos avisos públicos para a atribuição de direitos de **prospecção e pesquisa** em cinco áreas (Moreto, Saldanha, Famous, Verdelho e Arinto) no fundo do mar dos Açores à empresa Nautilus*

Minerals Inc. Na mesma altura foi aprovada legislação que estabeleceu o regime jurídico de revelação e aproveitamento de recursos geológicos do território marinho da R.A. dos Açores.

O Governo declarou que para a Região, os 3 milhões de metros quadrados da plataforma Continental em torno dos Açores abrem novos horizontes no aproveitamento de sulfuretos maciços polimetálicos com uma riqueza em cobre que é mais de uma dezena de vezes superior á do minério explorado em terra, a que crescem concentrações de outros metais de grande valor.

A Nautilus Minerals Inc. está a desenvolver na Papua Nova Guiné o primeiro projecto mundial de extracção de ouro e cobre de depósitos submarinos de sulfuretos em sistemas hidrotermais profundos.

Neste contexto, procurou-se recolher informação que permita constituir um referencial de comparação para um futuro projecto de mineração na R.A. dos Açores.

Experiências noutras regiões do mundo

Desde que as dragas do *HMS Challenger*, numa viagem de descoberta científica na década de 1870, levantaram das profundezas "um número imenso de nódulos de formato mais ou menos circular" que se tem conhecimento de que muitos minerais se podem encontrar no fundo do mar.

No entanto, a maioria desses objectos em forma de ameixa - conhecidos como nódulos de manganês, apesar de conterem vários outros minerais – situam-se a muitos quilómetros de profundidade. A Rússia explora alguns nas suas águas territoriais no Golfo da Finlândia e outros países possuem licenças de exploração, mas nunca foi considerado económico passar á fase de extracção.



Na década de 1960, depósitos minerais de um tipo diferente foram encontrados no Mar Vermelho, onde a expansão dos fundos oceânicos impele a separação lenta da África e da Arábia. Um alongamento semelhante ocorre sempre que duas placas tectónicas se afastam, por exemplo, no *Rift* das Galápagos ao largo do Equador, e foi aqui em 1977 que as primeiras fontes hidrotermais em águas profundas foram descobertas. Essas aberturas formam fissuras em áreas vulcânicas do fundo do oceano através as quais a água do mar se escoia, sendo aquecida por rochas quentes, por vezes em fusão. A água dissolve minerais nas profundidades

da crosta da Terra antes de subir como um géiser a partir do fundo do mar a temperaturas até 400° C.

Esse fluido de depósitos minerais, se for rico em ferro e enxofre, emerge e forma uma nuvem de "fumo" preta, a partir da qual, quando em contacto com a água fria do fundo, os minerais se precipitam. Formam-se chaminés altas, que crescem até seis metros por ano, em torno delas vivem estranhas criaturas: vermes tubulares gigantes, sem boca, estômago ou ânus, que se alimentam de micróbios cuja energia deriva não do sol, mas de compostos químicos existentes nos fluidos da crosta. Ao longo do tempo as chaminés colapsam, criando depósitos de alto teor em sulfuretos, os quais constituem hoje motivo do maior interesse por parte dos exploradores mineiros de profundidade.

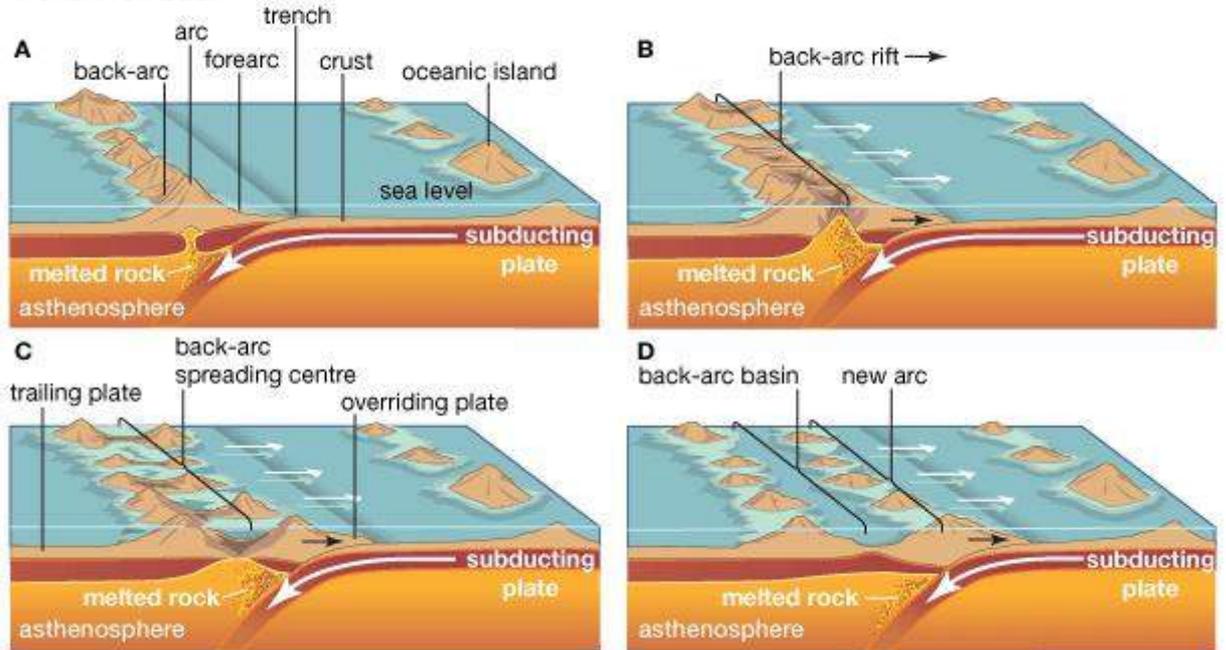
As fontes hidrotermais desse tipo encontram-se aproximadamente a cada 100 km (54 milhas náuticas), ao longo dos cerca de 65.000 km de montanhas submarinas. Elas encontram-se também em bacias vulcânicas "back-arc", bacias geológicas desenvolvidas por esforços tensionais em zonas situadas atrás do arco magmático de regiões de convergência de duas placas tectónicas. Muitas dessas bacias estão no Pacífico Ocidental, sendo parte de um enorme "anel de fogo" que se dispõe numa ferradura desde o Norte da Nova Zelândia, através da Indonésia, as Filipinas e o Japão, na direcção Leste pelas ilhas Aleutas e depois para Sul, ao longo da costa do Pacífico Norte e América do Sul, abrangendo a maioria dos vulcões activos e adormecidos do mundo.

Uma das razões porque as formações de sulfuretos maciços polimetálicos recebem tanto interesse dos exploradores é que os metais que elas contêm – nomeadamente o cobre, o ouro, o zinco e a prata são altamente concentrados. Outra é que essas formações são frequentemente de grandes dimensões, com 200 metros ou mais de largura e de comprimento, dezenas de metros de espessura, e podem conter vários milhões de toneladas de minério. Todas situadas na superfície do leito do mar, e muitas estão somente 1-2 km abaixo do nível médio das águas.

A essa profundidade a tecnologia desenvolvida para a indústria *offshore* de petróleo pode ser utilizada para a mineração. Em particular, as bombas de água e os tubos de sucção desenvolvidos para trazer petróleo para a superfície podem ser utilizados para trazer minerais (misturados com água) desde uma mina de sulfureto. A indústria de petróleo também desenvolveu veículos operados remotamente (Remotely Operated Vehicles - ROV) para construir valas para os *pipelines* no fundo do mar, que podem ser adaptados para o corte de minério, mesmo que se encontre a grandes profundidades. Em geral, a tecnologia de máquinas necessárias para a mineração em águas profundas já não é uma novidade. Existem *robots* que podem atingir profundidades de 11 quilómetros.

A De Beers, explora diamantes ao largo das costas da Namíbia e da África do Sul. No passado, estas pedras com qualidade de gemas foram transportadas pelas águas do rio Orange e, desde então, foram varridas ao longo da costa, algumas até deram á costa empurradas pelas marés e pelos ventos. Mas essa exploração fica-se pelos 100 metros de profundidade.

Trench roll back



© 2011 Encyclopædia Britannica, Inc.

Benchmarking para um projecto de mineração no mar dos Açores

Embora tratando-se de um tipo de projecto que utiliza técnicas já maduras na área de pesquisa e exploração do gás e do petróleo existem muito poucas experiências concretas. Assim, o benchmarking com o projecto Solwara 1 e as actividades da Nautilus Minerals Inc, são do maior interesse (ver " Benchmark e Estudo de Casos").

Benchmarking Estratégico

- Encontrar a melhor forma de promover o projecto de mineração a nível regional, nacional e internacional (junto de empresas mineiras e fundos financeiros).
- Preparar a interacção com outros sectores da economia da R.A. dos Açores, nomeadamente a nível industrial, energético, portuário e de transportes marítimos e logística.
- Avaliar o impacto ambiental dos projectos já estudados ou em execução.
- Encontrar as melhores formas de comunicação com as populações tendo em vista captar a adesão de todos a projectos que constituem um desafio para a economia da R.A. dos Açores.

Benchmarking Funcional

- Analisar a organização das operações de prospecção, pesquisa e mineração submarina em zonas do mar dos Açores onde existem sulfuretos polimetálicos.
- Identificar os equipamentos e sistemas utilizados pelas empresas de mineração submarina, tendo em vista preparar com antecedência os meios humanos e técnicos de que possam vir a necessitar localmente. Para a Região é de todo o interesse aumentar o valor acrescentado regional.
- Identificar as infra-estruturas que este tipo de projecto utiliza em terra (onshore)

- Identificar na R.A. dos Açores a melhor localização para essas infra-estruturas. Por exemplo, porto onde instalar base logística, com cais de descarga das barcaças com minério, parque de minério, cais para exportação, zona industrial para concentrar o minério antes de ser exportado, etc.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de infra-estruturas (portuárias e aeroportuárias) para apoio às futuras actividades de exploração de recursos subaquáticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Algumas actividades poderão ser realizadas em zonas mais distantes da Terceira que de outras ilhas dos Açores
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Suporte logístico das futuras actividades de exploração de recurso subaquáticos • Participação nas actividades científicas de biotecnologia, minerais, equipamentos de exploração e outras nos quadros das redes de I&D públicas e privadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Algumas actividades poderão ter impactos ambientais adversos que deverão ser acutelados à partida de modo a não prejudicarem o meio ambiente fundamental à ilha Terceira e eventualmente impactos adversos em outras actividades económicas locais

Artesanato e Actividades Tradicionais

O artesanato possui uma relevância especial na cultura tradicional, possui relevância económica e potencial de promoção turística e valorização das exportações e do emprego e contributo para a formação escolar.

Tabela 46 – Artesanato

Região	Unidades Produtivas Artesanais
Portugal	1865
Região Autónoma dos Açores	350
Ponta Delgada	102
Angra do Heroísmo	45
Praia da Vitória	14

Fonte: PPART- Registo Nacional do Artesanato

O artesanato na ilha Terceira pode dividir-se especialmente em duas vertentes: produtos alimentares e não-alimentares; sendo de realçar os bordados, rendas, doçaria, vestuário, (incluindo espectáculos), têxteis, trabalhos com escamas de peixe e bijutaria.

Segundo as fontes consultadas, estima-se que existam na ilha Terceira cerca de 300 bordadeiras, que trabalham geralmente sob encomendas em regime domiciliário. A maioria são domésticas com idades 40-60 anos, onde a arte foi passada de mães para filhas. Esta actividade possui duas componentes fundamentais: a produção de bordados tradicionais e a produção de peças para manufactura local sob especificação e materiais entregues por empresas estrangeiras (EUA, Canadá, Reino Unido, Irlanda e outros).

De igual modo, existe um vasto de conjunto de costureiras de elevada qualidade, que produzem trajes e outros trabalhos de costura exigentes destinados às actividades culturais e recreativas (com destaque para festividades religiosas e os bailinhos de Carnaval).

O artesanato poderá evoluir para um perspectiva mais abrangente de artes decorativas, podendo usufruir de uma relação mais colaborativa com a área de design, que poderá dar maior modernidade e espaço de mercado (interno e externo) ao produto do artesanato tradicional.

Estima-se a existência de cerca de uma centena de carpintarias/marcenarias na ilha Terceira. Sendo que a aplicação de marcenaria muito inferior ao trabalho de carpintaria realizado (tectos e pavimentos) existe, ainda assim, uma capacidade artesanal de desenvolvimento de produção neste sector com potencial de exploração. Não há indícios de que exista qualquer tipo de exportação destes produtos a partir da Terceira. Esta actividade desenvolve-se com base em pequenas unidades, geralmente 4-6 trabalhadores, sem capacidade para produção em série e com grandes limitações na capacidade de fabrico, tecnologias aplicadas e gestão comercial, limitando a possibilidade de actuar em áreas estratégicas diferenciadas que possam constituir mais-valia económica. (Fonte: Contributos para a caracterização da fileira florestal da Região Autónoma dos Açores, Serviço Florestal da Terceira/DRRF, 2004)

Poderá existir oportunidade de rentabilização da capacidade artesanal na colocação de produtos locais de marcenaria nos mercados externos, especialmente junto da diáspora açoriana.

A criação do Centro Regional de Apoio ao Artesanato, com o objectivo de concretização da política regional na área do artesanato regional, vem prestar um contributo para desenvolvimento do sector do artesanato e da valorização das actividades associadas prestando apoio aos artesãos, particularmente com o SOCA (Serviço de Orientação Criativa para o Artesanato) e através do SIDART- sistema financeiro de incentivos. Este poderá ser um veículo de suporte ao desenvolvimento deste sector na ilha Terceira, contribuindo para o financiamento da actividade, novas qualificações dos artesãos e apoio à divulgação e promoção do artesanato local.

É tempo de dar corpo a uma estratégia de valorização e credibilização das artes e ofícios, enquanto plataforma de afirmação de identidade e cultura, adicionando medidas que melhorem as competências e qualificações dos artesãos e promovam, ainda mais, o desenvolvimento do artesanato açoriano, sublinhando a importância que deve assumir na dinamização da economia local.

A Agenda da Competitividade, no ponto “1.3 – Sistema de Incentivos ao Artesanato” defini a futura criação de um Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato, que será uma alavanca ao desenvolvimento a potenciar na ilha Terceira.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none">• Notoriedade internacional e experiencia na produção de bordados• Disponibilidade de mão-de-obra ainda em numero elevado com qualidade	<ul style="list-style-type: none">• Contracção do mercado• Valorização e incerteza cambial

<ul style="list-style-type: none"> • Custos de produção competitivos • Experiência de empresas no mercado externo, natural desde o início da actividade • Actividade propiciadora de um rendimento completar para as famílias 	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Difusão internacional • Desenvolvimento dos canais web que se têm demonstrado eficazes na angariação de novos clientes internacionais • Agilização dos apoios ao transporte de exportação • Suporte ao desenvolvimento e apoio prestado pelo novo Centro Regional de Apoio ao Artesanato 	<ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento dos artesãos e não passagem da tradição para gerações mais novas

Análise da Estrutura Social

Associativismo e Actividades Extra-Profissionais

A ilha Terceira é caracterizada por um elevado nível de associativismo e participação cívica em várias actividades que mobilizam grande parte da população, destacando-se as de carácter cultural, recreativo, religioso e desportivo, bem como, por outro lado, uma dinâmica de igual expressão na actividade associativa de carácter empresarial e profissional. Este é um património imaterial dos terceirenses que importa valorizar.

Tabela 47 - Associações na Ilha Terceira

<i>Associações na Ilha Terceira (2011)</i>	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
Actividades das artes do espectáculo	2	3
Actividades de apoio social com alojamento, n.e.		1
Actividades de apoio social para crianças e jovens, com alojamento	2	
Actividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento	1	
Actividades de organizações económicas e patronais	4	
Actividades de organizações profissionais		1
Actividades de organizações religiosas		2
Actividades de organizações sindicais	1	
Actividades de protecção civil	1	1
Actividades de rádio	1	
Actividades dos clubes desportivos	4	3
Actividades fotográficas		1
Actividades tauromáquicas	3	
Aluguer de bens recreativos e desportivos	1	
Associações culturais e recreativas	15	6
Associações de defesa do ambiente	2	
Associações de juventude e de estudantes		1
Formação profissional		1
Investigação e desenvolvimento em biotecnologia	1	
Outra intermediação monetária	1	
Outras actividades associativas, n.e.	23	15
Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.	3	1
Outras actividades de diversão e recreativas, n.e.	2	1
Outras actividades de serviço de refeições	1	
Outras actividades desportivas, n.e.	7	6
Outras actividades educativas, n.e.		1
Total	75	44

Fonte: CCAH

As Orientações de Médio Prazo da RAA 2013-16 definem, no âmbito da solidariedade social, a existência de um modelo de intervenção social incentivando a prática do voluntariado e o envolvimento dos potenciais beneficiários. Neste aspecto, a ilha Terceira possui necessidades específicas de apoios sociais (p.ex. combate ao desemprego ou ao insucesso escolar), uma histórico-cultural de parceria e mutualismo no apoio social e, onde a componente de actividades associativas e de voluntariado poderá ter uma nova implantação na área social que contribua significativamente para o desenvolvimento local.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Elevado nível de participação em actividades sociais (recreativas e outras) 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida orientação institucional no sentido de mobilização organizada da actividade associativa
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização de participantes de voluntariado para actividades de resolução de problemas locais (p.ex. school peer mentoring; coaching de empresários; coaching de desempregados e famílias em situação social difícil) • Aplicação da capacidade directiva em actividades de produção económica 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de capacitação de novos associados pelo envelhecimento da população

Actividades Culturais e Criativas

A vertente cultural possui no contexto de dinâmica social uma abordagem que poderemos analisar sobre vários vectores:

- Bem social e recreativo promotor da qualidade de vida, numa vertente passiva (espectador) ou num vertente activa (participante, criativo). Nesta vertente a cultura é um importante contributo para a retenção e atractividade de habitantes.
- Actividade económica geradora de emprego, directos (produtores, actores, músicos...) e indirectos (bilheteiras, serviços técnicos...). Enquanto actividade económica, a cultura é geradora de bens transaccionais (produções audiovisuais, realização de espectáculos no exterior e outras).
- Adicionalmente a cultura possui uma função de contributo à promoção do turismo.

Na União Europeia as actividades culturais correspondem a cerca de 2,6% do PIB e empregam 3,1% da população empregada, geralmente com padrões de flexibilidade laboral e com auto-emprego em muitos casos (Fonte: The Contribution of Culture to Local and Regional Development - Evidence from the Structural Funds, Directorate-Genera of Education and Culture European Commission)

A RAA possui uma cultura característica própria fruto do paradoxo do seu isolamento insular e do cruzamento de culturas da proveniência dos seus habitantes. A ilha Terceira possui especial distinção no contexto do arquipélago dos Açores, decorrente de uma grande variedade de nacionalidades, estratos sociais, religiões e instituições que concorreram para a sua povoação ao longo dos tempos.

A escassez de informação estatística, agravada em relação ao outros sectores de actividade, no âmbito cultural dificulta um conhecimento mais profundo e factual neste âmbito, que pretenda ir para além da percepção dos intervenientes na actividade cultural local. A reduzida informação estatística decorre da própria dimensão da actividade cultural a nível local mas,

também, dos próprios mecanismos estatísticos a nível nacional não implementarem meios de recolha de informação mais amplos neste importante aspecto social.

Ainda assim, regista-se um espectro amplo de actividades culturais organizadas na ilha Terceira, com maior relevância no concelho de Angra do Heroísmo. Destacam-se, pela positiva, a existência de vários organismos dinamizadores das artes do espectáculo. Pela negativa, constata-se a ainda pouco expressiva organização de actividades de animação turística.

Tabela 48 – Organismos das Actividades Culturais

<i>Organismos das Actividades Culturais (Classificação CAE) (2011)</i>	Ponta Delgada	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória
Actividades das artes do espectáculo	21	11	8
Actividades das bibliotecas	1	1	-
Actividades de apoio às artes do espectáculo	6	2	-
Actividades dos parques de diversão e temáticos	2	-	1
Administração Pública - actividades da cultura, desporto, recreativas, ambiente, habitação e de outras actividades sociais, excepto segurança social obrigatória	2	5	-
Criação artística e literária	7	3	-
Edição de livros	-	1	-
Exploração de salas de espectáculos e actividades conexas	2	-	-
Organização de actividades de animação turística	19	5	2
Outras actividades de diversão e recreativas, n.e.	26	10	3
Produção de filmes, de vídeos e de programas de televisão	6	5	1
Projectação de filmes e de vídeos	1	-	-
Total	93	43	15

Fonte: BD CCAH

Um indicador que nos permite medir a importância comparativa da actividade cultural localmente é o valor da despesa dos municípios nas actividades culturais, embora com ressalvas sobre a qualidade da informação disponibilizada por este meio e as diferentes classificações que poderão ser aplicadas na contabilização das diversas despesas abrangidas.

Em geral, em Portugal assistiu-se a um grande incremento da despesa em actividades culturais nas últimas décadas. A RAA é exemplo disso, tendo ultrapassado entre 1995-2010 a média nacional de crescimento de despesa municipal. Os dois concelhos da Terceira foram grandes promotores da actividade cultural local, com crescimento de quase 400% em Angra do Heroísmo e de mais de 600% na Praia da Vitória. Apesar de a medição da despesa per capita ser geralmente influenciada pela dimensão do agregado local, tendendo a ser maior em locais de menor população devido ao efeito de distribuição de custos em eventos de massas, os dois municípios da Terceira possuem valores de despesa acima da média nacional.

Tabela 49 - Despesa dos Municípios em Actividades Culturais

<i>Despesas Municipais em Actividades Culturais por Região</i>	1995	2010	Var	População	Despesa Cultural per capita
Portugal	143.880	433.943	201,60%	10.562.178	41,08 €
Norte	44.514	116.859	162,52%	3.689.682	31,67 €
Centro	24.923	95.958	285,02%	2.327.755	41,22 €

Lisboa	42.091	108.584	157,97%	2.821.876	38,48 €
Alentejo	20.786	60.930	193,13%	757.302	80,46 €
Algarve	3.985	28.651	619,04%	451.006	63,53 €
Região Autónoma da Madeira	3.058	8.101	164,90%	267.785	30,25 €
Região Autónoma dos Açores	4.523	14.860	228,52%	246.746	60,22 €
Ilha de Santa Maria	1	170	21087,50%	5.552	30,53 €
Ilha de São Miguel	1.750	6.302	260,13%	137.830	45,72 €
Ilha da Graciosa	389	741	90,69%	4.391	168,80 €
Ilha de São Jorge	846	301	-64,37%	9.171	32,86 €
Ilha do Pico	188	2.093	1015,02%	14.148	147,93 €
Ilha do Faial	520	366	-29,66%	14.994	24,40 €
Ilha das Flores	65	200	206,74%	3.793	52,81 €
Ilha do Corvo	10	172	1653,06%	430	399,53 €
Ilha Terceira	755	4.515	497,82%	56.437	80,01 €
Angra do Heroísmo	422	2.106	398,72%	35.402	59,48 €
Vila da Praia da Vitória	333	2.410	623,39%	21.035	114,55 €

Fonte: INE

Ambos os municípios da ilha Terceira possuem valores de público em espectáculos ao vivo inferiores a média nacional e à média da RAA. Este importante indicador da actividade cultural e de relevância para a actividade turística poderá indiciar uma menor dinamização do potencial desta actividade. Por outro lado, os valores médios de bilhetes, especialmente em Angra do Heroísmo são muito superiores à média da RAA e próximos da média nacional.

Tabela 50 – Número de Espectadores em Espectáculos ao Vivo

Região	Espectadores (2011)	Hab	Espectadores per capita	Valor médio dos bilhetes vendidos
Portugal	8.484.295	10.562.178	0,80	16,30 €
Região Autónoma dos Açores	108.498	246.746	0,44	10,60 €
Ilha de São Miguel	44.519	137.830	0,32	7,30 €
Ilha da Graciosa	34.493	4.391	7,86	---
Ilha de São Jorge	4.280	9.171	0,47	---
Terceira	20.867	56.437	0,37	14,20 €
Angra do Heroísmo	14.672	35.402	0,41	16,10 €
Praia da Vitória	6.195	21.035	0,29	7,40 €

Fonte: Pordata (Nota: Não existem dados estatísticos para a totalidade das ilhas da RAA), SREA

A RAA possui um potencial geográfico, decorrente da sua localização entre continentes, propício à realização de eventos culturais no contexto de encontro de culturas europeias e norte-americanas.

As fontes de financiamento da actividade cultura, quer públicas quer privadas, são múltiplas e variadas no âmbito e proveniência (fundações nacionais, Fundação Calouste Gulbenkian, FLAD,

fundações estrangeiras, mecenato, organismos internacionais, ONU e outras), destinadas a organismos e a indivíduos (p.ex. bolsas, programa europeu Erasmus , entre outros²).

Apesar de o papel da cultura no desenvolvimento económico e social ser tradicionalmente relacionado com a actividade turística, uma concepção mais ampla tem vindo a surgir, por parte da União Europeia, reconhecendo o potencial da cultura em diversas áreas: reabilitação do ambiente físico, diversificação económica, promoção do crescimento local de forma criativa e inovadora, atrair e reter pessoal altamente qualificado e uma contribuição distintiva no desenvolvimento de aptidões e talentos, ao que se pode adicionar a função de promoção da inclusão social.

No período de programação 2007-2013, os fundos estruturais europeus alocaram cerca de 6.000 M€ para projectos do sector da cultura, o que representa 1,7% do orçamento total dos Fundos Estruturais, que são complementados com financiamentos destinados a outras actividades: turismo, inovação, empreendedorismo, sociedade da informação e melhoria do capital humano.

Várias entidades públicas têm vindo a contribuir localmente para a dinamização cultural da ilha Terceira:

- CulturAngra em Angra do Heroísmo, com uma vocação de valorização da cultura considerando o contributo desta para a actividade turística bem como na gestão das infra-estruturas municipais;
- Cooperativa Praia Cultura – gestão de infra-estruturas, especialmente auditório Ramo Grande, biblioteca municipal e casa Vitorino Nemésio;
- Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira – esta instituição distingue-se das anteriores por ser especialmente vocacionadas para a formação e produção de actividades artísticas e criativas.

Componente relevante da actividade cultural da ilha Terceira é também toda aquela relacionada com o património imaterial da cultura terceirense. Entre este, destacam-se os principais eventos culturais na ilha Terceira:

- Festa do Divino Espírito Santo
- Festas Sanjoaninas
- Festas da Praia da Vitoria
- Feira da Gastronomia
- Tourada à corda
- Angrajazz
- COFIT Festival Internacional de Folclore
- Extensão IndieLisboa

Adicionalmente registam-se as tradições dos Açores, que nos chegam das dezenas de filarmónicas, dos grupos folclóricos, das festas religiosas e profanas; Danças de Espada, Danças de Pandeiro e Bailinhos de Carnaval.

²EU opportunities in education, culture and youth
http://ec.europa.eu/education/pub/pdf/general/what_en.pdf

Principais espaços culturais da ilha Terceira:

- Centro Cultural e de Congressos de Angra do (aprox. 1000 lugares);
 - Teatro Angrense
 - Grande Auditório
 - Pequeno Auditório
- Instituto Açoriano de Cultura;
- Alpendre - Grupo de Teatro (aprox 100 lugares);
- Oficina d'Angra - Casa do Sal;
- Carmina Galeria - de Dimas Simas Lopes;
- Auditório do Ramo Grande (aprox. 400 lugares);
- Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira (aprox 180 + 80 lugares);

Principais associações culturais e instituições de formação artística:

- Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira
- Oficina d'Angra – Casa do Sal
- Escola Tomás de Borba
- Conservatório de Angra do Heroísmo
- Associação Cultural Burra de Milho
- Instituto Açoriano de Cultura
- CAH Cineclube de Angra do Heroísmo

Potenciais fontes de financiamento para actividades culturais:

- Financiamento público (administração central, regional e local)
- Fundos estruturais da União Europeia (previsão de expansão do apoio a actividades criativas http://ec.europa.eu/culture/news/creative-europe_en.htm)
- Fundações nacionais e estrangeiras
- Organismos internacionais (Unesco, Banco Mundial, BEI, FEI e outras)
- Mecenato e Patrocínios
- Empresas (turismo, comunicação social)
- Jogos, lotarias e apostas públicas (**obrigações da Santa Casa**)
- Crowd-funding e comunidade digital
- Auto-financiamento (bilheteira)

Um desafio que a estratégia de desenvolvimento da Terceira enfrenta é a sua integração no espaço cultural da RAA, enquanto deverá procurar a sua diferenciação dentro deste espaço, procurando os meios de programação da agenda cultural, através da promoção dos seus talentos locais e património cultural, da exploração de meios de realização de eventos culturais em parceria com os produtores e agentes capazes de organizar e difundir a produção cultural.

Em geral, constata-se que no âmbito da cultura e actividades criativas, existe também o desafio de implementação de modelos de gestão da actividade que poderão ser divergentes dos padrões gerais de gestão empresarial, pelo que assiste-se à necessidade de concepção e investigação em novos modelos de gestão para estas áreas, sendo eles próprios também

criativos, para o que poderá contribuir a Universidade dos Açores. Estes modelos de gestão deverão considerar a especificidade de actividades onde se cruzam talentos, dedicação, tecnologias, recursos económicos provados e públicos, em novos modelos de formas transversais aos modelos de gestão das restantes actividades económicas.

O Livro Verde da União Europeia sobre “Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas”, regista que “Para continuar a ser competitiva neste contexto global em evolução, a Europa tem de criar as condições certas para que a criatividade e a inovação possam florescer numa nova cultura empresarial. Existe um vasto potencial desaproveitado nas indústrias culturais e criativas para **gerar crescimento e emprego**.”.

No entanto, para o desenvolvimento sustentável das indústrias culturais e criativas (ICC) está também identificado um conjunto de obstáculos específicos destas actividades, entre os quais realça-se: “As ICC deparam-se com desafios específicos para aceder ao investimento, por diversos motivos: falta de informação e conhecimento sobre as fontes de financiamento, dificuldades no desenvolvimento e apresentação de um plano de actividades convincente ou recurso a um modelo de actividade deficiente. O mundo da criatividade e o mundo da finança – que são, muitas vezes, opostos – precisam de ajuda para encontrar uma linguagem comum, através da qual as ICC possam dispor de acesso mais equitativo ao financiamento.”.

O Livro Verde destaca que “os **equipamentos culturais** de primeira classe e os serviços de alta tecnologia, as **boas condições de vida e de lazer**, o **dinamismo das comunidades culturais** e a capacidade das ICC locais são cada vez mais vistos pelas cidades e regiões como factores de implantação indirectos que podem ajudá-las a reforçar a sua **competitividade económica**, através da criação de um ambiente propício à **inovação** e da **atração de pessoas altamente qualificadas e de empresas**”, o que, no quadro de desenvolvimento socio-económico da Terceira, são objectivos a atingir.

Estrategicamente, coloca-se ao sector das indústrias criativas e culturais o dilema de investir no desenvolvimento dos talentos locais ou na atracção de talentos externos consagrados, para o contributo ao desenvolvimento local. Eventualmente, uma terceira via poderá ser a solução de desenvolvimento, alavancando os talentos locais com o contributo de talentos consagrados para a conjugação de esforços no desenvolvimento local.

As Orientações de Médio Prazo do RAA para 2013-16 classificam a promoção das Indústrias Criativas e Culturais como um objectivo de relevo. Esta visão será consubstanciada em:

- Criação de uma Incubadora de indústrias criativas e culturais na área dos audiovisuais e multimédia, com vista a incentivar o empreendedorismo criativo - Creative Factory;
- Estímulo ao aparecimento e consolidação das designadas ‘indústrias culturais’;
- Potenciar da criatividade produtiva, através da promoção de formação artística adequada aos nossos jovens, apoiando a cultura e as indústrias criativas de forma a contribuir para o enriquecimento do indivíduo e das organizações; na organização de fóruns de debate sobre o papel das indústrias criativas e culturais como gerador de emprego;

- Mecanismos de contacto entre os Jovens empreendedores e o tecido empresarial e no fomentar do “Erasmus for young entrepreneurs” que proporcionará mobilidade e circulação de jovens, ideias e projectos.
- Promover-se-á e apoiar-se-á a formação em arte, cinema, teatro, literatura, fotografia, audiovisual e multimédia, entre outras.
- Dar-se-á, também, continuidade ao programa “Põe-te em Cena”.

As Orientações de Médio Prazo do RAA para 2013-16 prevêem a realização de “encontros regulares temáticos (artes plásticas, artes performativas, arquitectura & design e música) de periodicidade quadrienal, com o objectivo de agregar os criadores regionais, habilitando-os através da troca de experiências com criadores externos, para a penetração no mercado global”. Para este objectivo, a Terceira possui as condições materiais, humanas e a capacidade organizativa para possuir um papel de liderança nestas actividades a nível regional.

Este enquadramento abre também a possibilidade de implantação na Terceira de instituições dedicadas à formação artística e/ou cultural, promovendo o desenvolvimento das artes e da cultura. Esta actuação pode enquadrar-se na posição geoestratégia dos Açores enquanto ponto de ligação entre as culturas da Europa e da América, desenvolvendo a multiculturalidade Atlântica.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Participação da população nas actividades culturais enquanto intervenientes e associativismo cultural • Organizações das artes do espectáculo • Dinâmica de afirmação e valorização da cultura tradicional e da identidade local • Experiência da organização e produção do evento AngraJazz 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços de espectáculos • Formação artística e cultural • Inexistência de comunidade artística/criativa/cultural organizada formalmente para representação e alinhamento de capacidades
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de fontes de financiamento • Atracção e fixação de talentos para dinamização e formação da comunidade local • Desenvolvimento e articulação entre capacidade de design (gráfico, produtos) e actividades produtivas • Articulação sustentada entre interesses de desenvolvimento da actividade turística com o potencial de atractividade da actividade cultural, especialmente as artes do espectáculo, musica e produtos culturais • Dinamização das actividades de animação turística • Geração de oportunidades profissionais locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Distinção cultural no espaço da RAA (especialmente São Miguel e Pico)

- Possibilidade de complemento de rendimento para participantes em actividades culturais a tempo parcial e de associativismo

Património

O património cultural edificado da ilha Terceira é extenso e diversificado, contando com bens classificados, incluindo a classificação de património mundial da cidade de Angra do Heroísmo.

Tabela 51 - Monumentos e outros imóveis de interesse público e municipal

Região	Bens Imóveis de Interesse Classificado
Portugal	2.945
Região Autónoma dos Açores	286
Terceira	75
Angra do Heroísmo	64
Praia da Vitória	11

Fonte: SREA, Anuário Estatístico 2011

Não cabendo no âmbito deste documento um levantamento exaustivo deste património, é fundamental referir alguns elementos marcantes do mesmo:

- O centro histórico de Angra do Heroísmo, classificado Património Mundial pela UNESCO, é um legado vivo do passado histórico local;
- Sé Catedral datada do século XVI – a sua arquitectura foi inspirada no movimento Gótico do século XV;
- Conventos e Igrejas: Igreja da Nossa Sra. da Conceição, Igreja e Convento de São Francisco, Convento de São Gonçalo e muitos outros;
- Praça de Toiros;
- Museu de Angra do Heroísmo;
- Palácio dos Capitães-Generais (Colégio dos Jesuítas);
- Castelos e Fortes: Castelo de São João Baptista, Castelo de São Sebastião entre outros que ainda existem ao longo da ilha que tiveram por função prestar protecção militar, alguns com mais de 400 anos, e que são exemplos singulares de uma arquitectura militar específica;
- Alto da Memória
- Jardim Botânico
- Monte Brasil
- Paços do Concelho da Praia da Vitória
- Igreja Matriz de Santa Cruz
- Igreja da Misericórdia
- Forte de Santa Catarina

- Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Biscoitos)

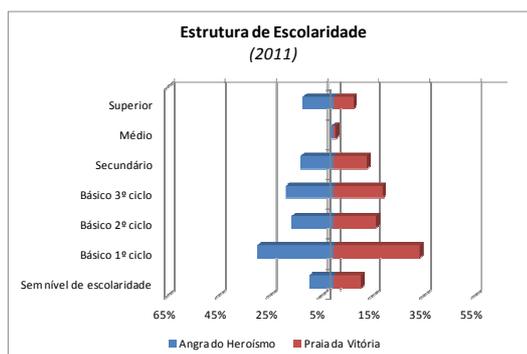
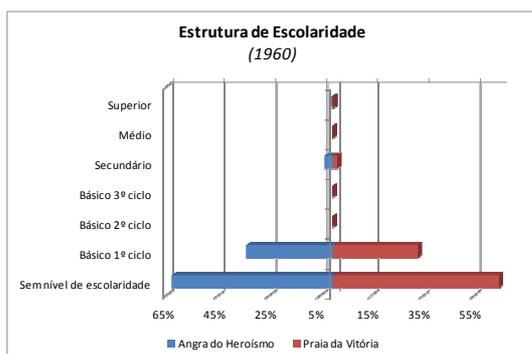
A estes deverão ser acrescidos os inúmeros “impérios” - sendo estes um dos traços mais distintivos da identidade açoriana e da sua expressão religiosa – os moinhos dispersos pela ilha e muitas outras manifestações culturais através do património da Terceira.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Amplo património classificado, de grande importância histórica e arquitectónica • Locais históricos propensos à realização de eventos de representação histórica 	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe algum elemento patrimonial individual de projecção externa (“ex-libris”)
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Exploração do património cultura na atractividade turística, nacional e estrangeira 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de manutenção especializada • Protecção contra pragas (térmitas)

Educação e Formação Profissional

Escolaridade

O nível de escolaridade é um factor determinante para o desenvolvimento económico e social da comunidade. A evolução dos níveis de escolaridade da ilha Terceira, ao longo das últimas décadas, demonstram uma progressão para níveis mais evoluídos de capacitação da população, ficando, no entanto, ainda aquém dos valores desejáveis para o maior desenvolvimento da região.



Fonte: Pordata

Tabela 52 - Grau de Escolaridade

Região	Ensino Básico ou Inferior	Ensino Secundário	Ensino Superior
EU27	24,5%	49,4%	26,1%
Portugal	69,5%	16,7%	13,8%
Açores	76,8%	13,2%	10,0%
Terceira	76,2%	13,6%	10,2%
Angra do Heroísmo	74,4%	13,6%	12,0%

Praia da Vitória	79,2%	13,5%	7,3%
------------------	-------	-------	------

Fonte: Pordata

O território da Terceira possui uma cobertura ampla de todos os níveis de escolaridade básica e secundária. No concelho de Angra do Heroísmo existe uma maior cobertura de estabelecimentos de “Jardim de Infância”.

Tabela 53 – Estabelecimentos de Ensino

Estabelecimentos de Ensino (Públicos e Privados) (2011)	Jardim de Infância	Escola Básica	Escola B+S	Escola Secundária	Escola Profissional
Região Autónoma dos Açores	62	180	13	8	18
São Miguel	30	90	4	5	12
Terceira	16	41	1	2	3
Angra do Heroísmo	12	23	1	1	2
Praia da Vitória	4	18	0	1	1

Fonte: SREF, Estatísticas da Educação 2010/ 2011

Os valores de formação de nível superior (10,2% da população residente com mais de 15 anos), comparam com 10,0% na RAA e 13,8% do Continente, sendo uma limitação a adesão a novos desafios e implementação de novas actividades. Por outro lado, a existência de um pólo da Universidade dos Açores em Angra do Heroísmo é um potenciador da existência de recursos humanos locais mais qualificados. No entanto, os investimentos realizados recentemente no parque escolar oferecem perspectivas de melhoria dos indicadores num futuro próximo.

No sistema escolar anglo-saxónico é usual a existência de programas de tutoria “(mentorship)” oferecidos para apoiar os alunos na conclusão dos estudos, no acesso ao ensino superior ou na transição para a vida activa. Estes programas geralmente baseiam-se no voluntariado por colegas mais velhos (“peer mentoring”). Este tipo de programas poderá ser uma oportunidade a explorar na Terceira, eventualmente com uma abrangência a outros sectores da população onde o apoio de um mentor poderá trazer benefícios na resolução de problemas sociais.

O Projecto “Hear Me”, financiando pela Comissão Europeia, tem implementação na Dinamarca, reino Unido, Espanha, Holanda e Finlândia. Este programa é uma referência exemplar de um processo de “mentoring” inter-geracional, aproveitando a colaboração voluntária de reformados com elevado nível de habilitações escolares para apoio a estudantes em risco de abandono do sistema escolar. O projecto baseia-se na formação dos mentores que actuam na orientação e apoio ao desenvolvimento da carreira escolar dos alunos com que trabalham.

O “mentoring” é um processo de interacção que visa acelerar o progresso escolar e desenvolvimento de carreira dos jovens com o apoio de pessoas mais experientes, com base numa relação de confiança. Geralmente desenvolve-se em três etapas: partida (incluindo formação e sensibilização dos mentores), operação e encerramento.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Renovação do parque escolar com inclusão de novas valências nos 	<ul style="list-style-type: none"> Baixo nível geral de formação escolar

equipamentos escolares • Elevado nível de formação superior (especialmente em Angra do Heroísmo), relativamente à média da RAA, associado à existência de pólos da Universidade dos Açores	
Oportunidades	Ameaças
• Programas de tutoria para apoio escolar • Expansão da rede de creches/“jardins de infância” associada a política de atracção de residentes externos	• Aumento do abandono escolar relacionado com a conjuntura socioeconómica adversa

Formação Profissional

Os principais institutos de formação profissional da ilha Terceira são:

- Escola Profissional da Praia da Vitória
- Escola Profissional da Sta. Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo
- Escola Profissional Inetese Açores

Estes institutos dedicam-se à formação profissional em várias actividades, desde a informática à restauração, passando por um conjunto de formações em actividade sociais, tecnológicas, gestão e outras.

As medidas preconizadas na Agenda da Competitividade perspectivam um mercado desenvolvimento da actividade de formação profissional. Por este motivo, é fundamental os institutos de formação profissional estarem capacitados para a implementação destas medidas, nomeadamente, na disponibilidade de formadores qualificados para a realização destas acções de formação profissional.

As Orientações e Médio Prazo 2013-16 prevêem a realização de mais de 4.000 estágios na RAA até 2016 no âmbito do programa “ESTAGIAR”. Adicionalmente, a execução dos programas “INTEGRA”, “PIIE” e “CPE Premium” prevê a criação de mais 2.000 postos de trabalho. Também os programas “ Agir Agricultura” e “Agir Indústria” ajudarão a potenciar a colocação de desempregados, num total de 850 durante o próximo quadriénio, em estágios propiciadores de operarem a reconversão profissional. Como medidas fomentadoras do aumento dos níveis de escolaridade e de qualificação encontra-se a leccionação de cursos profissionais e a implementação do sistema DUAL na Região os quais permitirão abranger cerca de 4000 jovens. Outros sistemas de ensino de dupla certificação por exemplo os cursos do sistema de Aprendizagem, o Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ) ou os Cursos de Especialização Tecnológica (CET).

Estima-se que 1.500 pessoas possam ser abrangidas pelo programa “PROSA”. O programa FIOS, pretende até 2016 colocar no programa 2.000 desempregados. Noutra frente, mas não menos relevante, importa manter o fomento da ocupação de

desempregados subsidiados - Programa CTTS, cerca de 1 500 desempregados deverão beneficiar desta medida até 2016.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de estruturas dedicadas à formação profissional • Nova Escola Profissional da Praia da Vitória 	<ul style="list-style-type: none"> • Interligação entre as instituições de formação profissional e as estruturas de realização de formação profissional das actividades predominantes da Terceira (agricultura, pecuária e pescas)
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Formação de formadores para a implementação dos planos de formação previstos pelas instituições do GRA para a Terceira • Formação de supervisores de estágios, especialmente para os novos programas de estágios 	<ul style="list-style-type: none"> • Conjuntura económica poderá dificultar a colocação de estagiários

Habitação e Urbanismo

A cidade de Angra do Heroísmo foi considerada uma das melhores cidades portuguesas para viver, a 3ª na lista no estudo da Deco de 2012 das “Melhores Cidades para Viver”. Neste estudo, efectuado com base num inquérito às populações, foram identificados os factores de “Segurança e Criminalidade” como o mais positivo e o factor “Emprego” como o mais desfavorável em Angra do Heroísmo. A outra cidade do arquipélago também classificada na lista, na 5ª posição, foi Ponta Delgada, onde os aspectos de “Segurança e Criminalidade” são os mais negativos e as condições de “Habitação” os mais positivos.

O valor de habitação na Terceira, relativamente às habitações transaccionadas com recurso ao crédito, não se afasta muito dos valores praticados no restante território nacional, portanto, o custo da habitação não é factor de atractividade da região. Este indicador deve ser considerado conjuntamente com o facto de existir abundante parcela de habitação rural, associada às explorações agrícolas e pecuárias, que atribui uma escassa procura a outro tipo de oferta habitacional.

Tabela 54 – Valor Médio da Habitação

Valor médio dos prédios urbanos hipotecados em propriedade horizontal	2011
Portugal	112.514 €
Região Autónoma dos Açores	118.072 €
Ponta Delgada	133.527 €
Angra do Heroísmo	112.698 €
Vila da Praia da Vitória	128.773 €

Fonte: SREA

Relativamente ao mercado de arrendamento, considerando que existe reduzida informação oficial sobre este mercado, existem indícios de que a oferta é muito reduzida em número mas em condições comparativamente mais económicas, especialmente no caso da Praia da Vitória. Por este motivo, é frequente na Terceira a existência de zonas mais procuradas para habitação afastadas das localidades onde a população exerce actividade laboral.

Habitação anunciada para venda e arrendamento	Venda		Arrendamento	
	Unidades Oferta	Preço Médio (m2)	Unidades Oferta	Preço Médio (m2)
Lisboa	19.206	1.821,2 €	5.484	10,11 €
Ponta Delgada	187	1.232,9 €	14	6,62 €
Angra do Heroísmo	56	1.158,7 €	2	6,67 €
Praia da Vitória	3	1.275,5 €	1	4,55 €

Fonte: BPI Imobiliário (<http://aeiou.bpiexpressoimobiliario.pt>), Janeiro 2013

Assiste-se na Terceira à existência de um parque residencial inabitado, sobretudo relacionado com residências de emigrantes que usam estas residências em períodos de férias de deslocação à Terceira. Por outro lado, durante um longo período os efectivos americanos da Base das Lajes residiam em habitações fora da base, o que desde há cerca de uma década veio a reduzir-se substancialmente, libertando um parque habitacional nas freguesias próximas da base hoje devoluto, com conseqüente perda de rendimento das populações locais por esta meio e sem perspectivas de ocupação na conjuntura actual. Situação que tenderá a gravar-se com a redução de efectivos da Base das Lajes.

Um conjunto de projectos e iniciativas municipais em curso, com a participação da CCAH e das autarquias, pretende desenvolver a reabilitação urbana, com o objectivo de dinamizar o comércio local, as condições de habitação e revitalização dos centros urbanos e propiciar a eficiência energética das instalações. Ao encontro destas necessidades, vem a estratégia da Agenda da Competitividade, no capítulo dedicado a “Reabilitação Urbana”, com um conjunto de medidas específicas para esta área.

As Orientação de Médio Prazo da RAA para 2013-16 definem, para os sector de habitação e urbanismo uma “mudança de paradigma que aposta na reabilitação em detrimento da construção nova e ainda em favor de uma política de arrendamento e aproveitamento do edificado.”

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade de vida 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo da habitação urbana
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Exploração do parque habitacional devoluto e promoção do arrendamento • Novos programas de reabilitação urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da poluição de efectivos estrangeiros da Base das Lajes

Desporto

O sector do desporto possui uma ampla adesão na população da ilha Terceira e deverá ser visto enquanto veículo de integração e interacção social, contribuindo para o desenvolvimento social. Por outro lado, as actividades desportivas são por si também fonte de desenvolvimento económico, espacialmente por via da animação turística local.

O parque desportivo, entre outros, compreende as seguintes instalações:

- Campo Desportivo Municipal de Angra do Heroísmo
- Pavilhão Multiusos Luis Bretão de Angra do Heroísmo (2003)
- Pavilhão Desportivo de Angra do Heroísmo (1991) - O Pavilhão tem capacidade para 1326 pessoas e está preparado para a prática das seguintes modalidades:
 - Futebol de Salão
 - Basquetebol
 - Hóquei em Patins
 - Voleibol
 - Andebol

A tabela seguinte apresenta a lista de entidades locais reconhecidas pela Direcção Regional do Desporto:

Tabela 55 – Associações Desportivas

Associações Desportivas	Modalidade	Concelho
A. Andebol da Ilha Terceira	Andebol	Angra do Heroísmo
A. Atletismo da Ilha Terceira	Atletismo	Angra do Heroísmo
A. Basquetebol da Ilha Terceira	Basquetebol	Angra do Heroísmo
A. de Dança Desportiva da Região Autónoma dos Açores	Dança	Angra do Heroísmo
A. de Futebol de Angra do Heroísmo	Futebol	Angra do Heroísmo
A. de Golfe dos Açores	Golfe	Angra do Heroísmo
A. de Judo da Ilha Terceira	Judo	Angra do Heroísmo
A. de Karaté dos Açores	Karaté	Angra do Heroísmo
A. de Patinagem da Ilha Terceira	Patinagem	Angra do Heroísmo
A. de Voleibol da Ilha Terceira	Voleibol	Angra do Heroísmo
A. Gímnica dos Açores	Gímnica	Angra do Heroísmo
A. Regional De Canoagem dos Açores	Canoagem	Angra do Heroísmo
A. Regional do Desporto Equestre dos Açores	Equestre	Angra do Heroísmo
A. de Kickboxing/Muay-Thai dos Açores	Kickboxing	Praia da Vitória
A. De Ténis de Mesa da Ilha Terceira	Ténis	Praia da Vitória

Fonte: DRD

Tabela 56 Praticantes Desportistas

Desporto (2011)	Praticantes	%	Treinadores	%	Árbitros/Juízes	%	Dirigentes	%	Outros Agentes Desportivos	%
-----------------	-------------	---	-------------	---	-----------------	---	------------	---	----------------------------	---

Região Autónoma dos Açores	23.283	-	1.124	-	1.049	-	1.527	-	204	-
São Miguel	10.115	43%	475	42%	432	41%	591	39%	44	22%
Terceira	6.928	30%	335	30%	349	33%	524	34%	85	42%

Fonte: DRD

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Elevada participação da população local em actividades desportivas • Capacidade dirigente e organizativa de eventos desportivos local 	<ul style="list-style-type: none"> • Menor expressão desportista em Praia da Vitoria relativamente a Angra do Heroísmo
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de equipamentos para organização de eventos desportivos • Formação de competências em gestão • Mentoring de dirigentes desportivos 	

Ciência

Parque Tecnológico da Terceira

Esta infra-estrutura tecnológica, a desenvolver em parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo e a Universidade dos Açores, reunirá unidades científicas de I&D, empresas, associações e serviços públicos. O PCTT terá uma área de implantação aproximada de 100.000 m2.

BioTech – Centro de Biotecnologia dos Açores

A BioTEch exerce actividade de investigação em biotecnologia nas componentes alimentar, animal e vegetal. Ensino curso de licenciatura em Biotecnologia.

O centro possui cerca de 20 investigadores, sendo 8 doutorados.

Centro de Investigação e Tecnologia Agrária dos Açores

O CITA-A é uma unidade pluridisciplinar de investigação e prestação de serviços na área das ciências agrárias e do ambiente. Ao CITA-A são atribuídas várias funções, entre as quais o fomento da realização de investigação científica fundamental e aplicada, a organização e promoção de actividades de prestação de serviços à comunidade, assim como a realização de seminários, conferências, colóquios e outras actividades similares, congressos, semanas de

estudo e outras reuniões, no âmbito das actividades de investigação desenvolvidas ou com elas relacionadas, e ainda, participar nas actividades congéneres promovidas por outras entidades. As principais áreas de actuação do CITA-A são: Modelação e Estudos Ambientais; Sistemas de Produção e Tecnologia Alimentar.

Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores

O IBBA é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como associados fundadores o Governo Regional, o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, as Entidades Públicas Empresariais “Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.” e o “Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.” e a Universidade dos Açores.

Tem como objectivos gerais o exercício e a promoção da investigação científica e tecnológica nas áreas da Biotecnologia e Biomedicina nos Açores, com o intuito de contribuir para a produção de conhecimento e para o desenvolvimento económico da Região, potenciando as políticas públicas regionais, incluindo a dinamização do sector privado empresarial e a prestação de serviços públicos.

O IBBA será instalado no Parque Tecnológico da Terceira

Tabela 57 – Unidades de Investigação e Desenvolvimento

<i>Unidade</i>	Localização	Número de Investigadores
Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos	Ponta Delgada	30
Centro de Investigação de Recursos Naturais	Ponta Delgada	46
Centro de Estudos em Economia Aplicada do Atlântico CEEAPLA	Ponta Delgada	34
Centro de Estudos Sociais CES-UA	Ponta Delgada	23
Centro de Investigação e Tecnologia Agrária dos Açores CITA-A	Angra do Heroísmo	37
Centro de Biotecnologia dos Açores	Angra do Heroísmo	23

Fonte: FCT; Univ. Açores

PARQUE TECNOLÓGICO DA TERCEIRA

Esta infra-estrutura tecnológica, a desenvolver em parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo e a Universidade dos Açores, reunirá unidades científicas de I&D, empresas, associações e serviços públicos e nele ficarão sediadas as instalações centrais do recentemente criado Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores.

O PCTT terá uma área de implantação aproximada de 100.000 m². Trata-se de um projeto complexo que envolve edifícios que irão conter áreas técnicas funcionais e operacionais igualmente complexas e onerosas.

Por este motivo, foi concebido um plano estratégico de desenvolvimento para o PCTT, no sentido de gerir da melhor forma a complexidade técnica e financeira associada a este projeto. Estima-se um horizonte temporal de desenvolvimento deste empreendimento em 20 anos.

Para além da componente técnica e funcional, este projeto visa igualmente contribuir para requalificar a zona onde vai ser implantado.

Já está concluído o projeto de loteamento e desenho urbano do Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, aprovado pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Dos treze lotes, para além do Edifício do IBBA, o Parque contará com um Centro de Inteligência Competitiva que terá como principal função prestar serviços de informação direcionados para a comunidade científica, académica e empresarial em áreas como a Indústria farmacêutica, Biotecnologia / Biomedicina e Vigilância Tecnológica.

Está também contemplada a Criação de uma Academia para as Crianças a “Talentus Kid” direcionada para o público jovem pensada para despertar competências indispensáveis para o sucesso pessoal, social e profissional, através de atividades lúdico-pedagógicas indoor e outdoor. Um biotério, uma Guest House, Zonas desportivas e de Lazer, espaços destinados a Serviços administrativos, auditório, salas de conferência, espaços de exposição entre outros estão igualmente contemplados neste projeto.

Foi igualmente concluído o Projeto de infraestruturas de loteamento Urbano do Parque e autorizado o Alvará de loteamento nº 4/2011 em nome da Região Autónoma dos Açores.

Neste momento estão criadas as condições necessárias ao processo de negociação de lotes a empresas que manifestem interesse em sediar-se nesta infraestrutura.

Um dos lotes já está consignado à empresa Isopor – Isótopos para Diagnóstico e Terapêutica, SA, projeto que obteve a classificação de PIR, atribuído pelo Governo Regional.

INSTITUTO DE BIOTECNOLOGIA E BIOMEDICINA DOS AÇORES

O Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores (IBBA) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída como consórcio de I&D (associados fundadores o Governo Regional, o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, as Entidades Públicas Empresariais “Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.” e o “Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.” e a Universidade dos Açores), e tem como objectivos gerais o exercício e a promoção da investigação científica e tecnológica nas áreas da Biotecnologia e Biomedicina nos Açores, com o intuito de contribuir para a produção de conhecimento e para o desenvolvimento económico da Região, potenciando as políticas públicas regionais, incluindo a dinamização do sector privado empresarial e a prestação de serviços públicos.

No âmbito do seu objecto o IBBA pode, designadamente:

- a) desenvolver investigação científica conducente à aquisição de novo conhecimento e à criação de novos produtos, processos e serviços nas suas áreas e domínios de intervenção;
- b) apoiar a criação e/ou o desenvolvimento de empresas, públicas ou privadas, assistindo-as na introdução ou aperfeiçoamento de biotecnologias;
- c) dinamizar a cooperação científica com outras entidades, procurando parcerias nacionais ou internacionais de alto nível em torno de objectivos comuns e tendentes ao desenvolvimento de pólos científicos e tecnológicos coerentes;
- d) coordenar, promover e participar em estudos, projectos e programas científicos;
- e) colaborar na formação especializada de quadros científicos e técnicos, incluindo na organização e leccionação de cursos de segundo e terceiro ciclos universitários;
- f) coordenar, promover e participar em cursos e acções de formação dirigidos para o aperfeiçoamento e a especialização de quadros científicos e técnicos, nacionais e estrangeiros;
- g) promover a discussão e a divulgação, ao nível regional, nacional e internacional, dos resultados obtidos com a investigação científica e tecnológica nas suas áreas de intervenção;
- h) prestar serviços a entidades, públicas ou privadas, assim como a particulares, nas matérias da sua especialidade.

www.ibba.pt/

Ver plano estratégico do IBBA aprovado em 2011.

ISOPOR – ISÓTOPOS PARA DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA, SA,

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL Resolução do Conselho do Governo n.º 100/2011 de 25 de Agosto de 2011

Considerando que a Região Autónoma dos Açores é proprietária de um lote de terreno, identificado como lote 9, sito na freguesia da Terra Chã, concelho de Angra do Heroísmo, com a área de 3.600m², tendo sido objecto de Despacho Conjunto dos Secretários Regionais da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e do Ambiente e do Mar, de 16 de Maio de 2011, a respectiva operação de loteamento (Parque Tecnológico da Ilha Terceira), lote de terreno esse que se encontra em fase de inscrição matricial e de registo;

Considerando que a empresa Isopor – Isótopos para Diagnóstico e Terapêutica, SA, manifestou interesse na cedência definitiva e onerosa do referido lote de terreno, com vista à construção dos edifícios e infra-estruturas necessárias à implantação e desenvolvimento do projecto Isopor - Açores, o qual obteve a classificação de PIR, atribuída pelo Governo Regional;

Considerando o interesse para a Região Autónoma dos Açores do projecto em causa e uma vez que, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º

11/2008/A, de 19 de Maio, é permitida a cedência definitiva de imóveis do património da Região Autónoma dos Açores por motivos de interesse público e que este é um investimento com relevância na área da saúde;

Assim, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos artigos 6.º a 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de Maio, o Conselho do Governo resolve:

1 - Autorizar a cedência, a título definitivo e oneroso, do lote de terreno, denominado por lote 9, sito à freguesia da Terra Chã, concelho de Angra do Heroísmo, com a área de 3.600 m², que se encontra em fase de inscrição matricial e de registo, à empresa Isopor – Isótopos para Diagnóstico e Terapêutica, SA com vista à construção dos edifícios e infra-estruturas necessárias à implantação do Projecto Isopor – Açores, o qual obteve a classificação de PIR, atribuída pelo Governo Regional;

2 - A presente cedência é efectuada pelo valor total de 75.000,00€, cujo pagamento será efectuado em três fases, a saber: 25.000,00€ no acto da assinatura do auto de cessão, 25.000,00€ no prazo de dois anos a contar da assinatura do auto de cessão e os restantes 25.000,00€ no prazo de três anos também a contar da assinatura do mencionado auto de cessão;

3 - A cedência ora autorizada fica sujeita às restrições ao direito de propriedade previstas no artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de Maio, as quais deverão constar do respectivo auto de cessão, que será lavrado pelos serviços competentes da Direcção de Serviços do Património e que constitui título bastante para efeitos de registo;

4 - A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, na Vila do Corvo, em 13 Julho de 2011. - O Presidente do Governo Regional, Carlos Manuel Martins do Vale César

MEDICINA NUCLEAR INSTALA-SE NO PARQUE TECNOLÓGICO DA TERCEIRA

2011-10-06

A ISOPOR, empresa de investigação sobre medicina nuclear, "será a primeira a instalar-se, no próximo ano, no Parque Tecnológico da Terceira", revelou hoje o secretário regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, José Contente.

Ficará "numa área de grande relevância na investigação e aplicação prática, esperando o governo por outras para dinamizar os processos de biotecnologia", afirmou José Contente à margem da abertura do 3.º Workshop de Biotecnologia, promovido pelo Centro de Biotecnologia dos Açores, do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores.

Para o secretário regional, trata-se de uma "área de alto valor estratégico", que gerou no ano passado negócios superiores a 160 mil milhões de euros a nível mundial. Nesse sentido, salientou que as enzimas capturadas no mar dos Açores podem "ser transformadas em

produtos medicinais ou de beleza", permitindo o "desenvolvimento de uma indústria local com valor acrescentado".

"O futuro está na biotecnologia", frisou, acrescentando que o governo tem vindo a apoiar a universidade "em projectos, funcionamento, infra-estruturas e investigação", num investimento que ascendeu a "44 milhões de euros entre 2005 e 2010".

José Contente defendeu ser necessário "garantir um espírito universitário empreendedor, passando-o para as empresas", tendo em vista gerar "postos de trabalho e produtos de valor acrescentado".

"Passou o tempo em que o governo regional financiava projectos de estante e sem aplicação prática", frisou, defendendo que o mundo actual exige "propostas que sirvam para aplicar à realidade".

MEDICINA NUCLEAR CHEGA AOS AÇORES

Lusa / AO online / Regional / 19 de Jan de 2010, 15:13

Um projecto inovador na área da Medicina Nuclear vai ser desenvolvido nos Açores, num investimento de 17 milhões de euros que inclui uma fábrica de isótopos que cobrirá as necessidades locais e estará também vocacionada para a exportação.

"Os Açores têm uma posição privilegiada para atacar o mercado dos EUA", afirmou Luís Metelo, presidente da ISOPOR, admitindo que a exportação é um dos factores importantes para garantir a viabilidade económica da futura ISOPOR/Açores, empresa que deverá ter 40 por cento de capital local.

Segundo Luís Metelo, que falava esta terça-feira em Ponta Delgada na apresentação deste projecto, três anos depois do início da actividade, a exportação de isótopos deverá garantir "um terço da facturação".

A unidade de produção e distribuição de isótopos emissores de protões vai ser construída em Angra do Heroísmo e, além de produzir para exportação, será também responsável pelo abastecimento dos dois centros de diagnóstico por imagem que serão criados em Angra do Heroísmo e em Ponta Delgada.

"Vamos disponibilizar a mais moderna medicina nuclear", assegurou Luís Metelo, salientando que "a ligação que será mantida à investigação permitirá estar sempre na crista da onda".

Nesse sentido, frisou que a ISOPOR/Açores "disponibilizará uma tecnologia que não existe actualmente nos Açores, permitindo um diagnóstico mais precoce ao nível molecular, ainda antes da patologia provocar alterações morfológicas".

Em causa está a Tomografia Computadorizada por Emissão de Fóton Único e a Tomografia por Emissão de Positrões, cuja existência nos Açores evitará a deslocação de doentes ao continente para diagnóstico.

Segundo Luís Metelo, a unidade assistencial de Ponta Delgada, que deverá ser criada em terrenos do hospital local, deverá estar a funcionar num prazo de seis meses, mas apenas com medicina nuclear clássica.

A tecnologia mais avançada apenas estará disponível quando estiver a funcionar a fábrica de isótopos que será construída em Angra do Heroísmo, estimando Luís Metelo que possa ocorrer num prazo de 18 meses.

Em simultâneo com a produção e exportação de isótopos e a assistência aos utentes, a “investigação por encomenda” será a terceira vertente deste projecto, especialmente vocacionada para a indústria em áreas como a farmacêutica, a cosmética ou a alimentar.

“Estou convicto que a ISOPOR/Açores será um pólo de excelência no desenvolvimento do conhecimento em Medicina Nuclear”, afirmou Vítor Santos, presidente do Instituto Politécnico do Porto (IPP), de onde é originária a ISOPOR.

Por seu lado, o presidente da Agência para a Promoção do Investimento dos Açores (APIA), Gualter Couto, salientou o “potencial” deste projecto enquanto “agente catalisador de desenvolvimento”, frisando que permitirá introduzir no arquipélago “tecnologia de ponta que não encontra paralelismo no país”.

Oportunidades na Ciência e Tecnologia na Terceira poderão estar relacionadas com a investigação em sistemas energéticos, onde se enquadram as actividades do projecto “Green Islands” e o novo centro de investigação e desenvolvimento em sistemas energéticos da REN.

As Orientações de Médio Prazo do RAA 2013-16 definem com principais orientações estratégicas da Ciência nos Açores:

- Apoio às unidades do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores com capacidade de projecção internacional, de modo a melhorar a respectiva integração no Espaço de Investigação Europeu, não esquecendo o interesse da colaboração com os Estados Unidos;
- Orientação à investigação aplicada, contribuindo para aumentar a competitividade económica e industrial e para enfrentar os desafios sociais que se colocam à Região no quadro global.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Competências e experiência em áreas científicas como a vulcanologia, a oceanografia, biologia, biotecnologia e do ambiente. • Relação histórica com os USA e o Canadá. • Infra-estruturas já existentes ou programadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida dimensão do mercado local. • Baixo nível de interacção entre a Universidade, as empresas, o Governo e a sociedade civil (ausência de uma estrutura de integração). • Dificuldades na integração em redes internacionais de investigadores e especialistas. • Reduzido investimento das empresas regionais em I&D.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Características geográficas únicas do arquipélago dos Açores. • Interesse e valorização crescente do conhecimento, a nível internacional, em áreas como as ciências do mar, do ambiente e da terra. • Existência de vários programas internacionais, nacionais e regionais tendo em vista suportar as actividades de I&D. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concorrência nacional e internacional por fundos destinados às actividades de I&D.

Mobilidade e Transportes

Transporte Interno – Rodoviário

Na ilha Terceira, o serviço de transporte colectivo rodoviário de passageiros é assegurado pela Empresa de Viação Terceirense, Lda (EVT). A EVT cobre o território da ilha com um conjunto de 20 percursos. As carreiras cobrem os principais locais de actividade económica e social da ilha, como sejam as zonas comerciais e administrativas, escolas e hospitais.

Tabela 58 Passageiros transportados Transportes Terrestres Urbanos e Interurbanos

Passageiros Transportados	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Número de Passageiros (milhares)	1.989	1.880	1.950	1.939	1.629	1.629	1.623	2.035
Variação Anual		-5,5%	3,7%	-0,5%	-16,0%	0,0%	-0,4%	25,4%

Fonte: SREA

Nota: Para efeitos estatísticos, desde 1-Abr-2012 o serviço “Minibus” de Angra do Heroísmo foram convertidos em carreiras urbanas

Transporte Externo – Aéreo

O transporte aéreo de passageiros inter-ilhas é assegurado pela empresa SATA Air Açores. O transporte aéreo entre os Açores, o Continente e a Madeira é assegurado, em regime de code-share, por duas empresas: a SATA Internacional e a TAP Air Portugal.

As obrigações de serviço público de transporte aéreo impõem a realização de 22 frequências de semanais na rota Ponta Delgada-Terceira, nos meses de Inverno e 26 nos de Verão, com um mínimo diário de 2 ligações. Na rota Terceira-Graciosa 7 ligações no Inverno e 8 no Verão, para São Jorge 8 e 9, respectivamente; 7 ligações semanais para o Pico durante todo o ano; para o Faial 11 e 14, respectivamente; para as Flores 2 e 4, respectivamente. Para o continente existem cerca de 9 voos semanais no Inverno. Os

Os voos são operados a partir do Aeroporto das Lajes, gerido pelo Governo Regional dos Açores. O projecto de expansão e requalificação do aeroporto prevê o aumento de capacidade para 750 mil passageiros /a no e 360 passageiros / hora, bem como a expansão de instalações para a actividade dos operadores e agentes de transporte aéreo. Os voos de ligação ao continente, geralmente ocorrem com uma frequência de 9 voos semanais no Inverno e até 22 voos semanais no Verão.

Tabela 59 Passageiros transportados transporte aéreo

<i>Passageiros Transportados Modo Aéreo (Embarcados)</i>	2008	2009	2010	2011	2012
InterIlhas	120.501	116.874	116.211	126.018	111.905
Internacionais	13.168	10.942	11.036	14.006	13.554
Territoriais	86.211	86.396	86.919	90.081	79.796
Total	219.880	214.212	214.166	230.105	205.255
Var.		-2,6%	0,0%	7,4%	-10,8%

Fonte: SREA

Transporte Externo – Marítimo

O transporte marítimo de passageiros entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores é assegurado por dois armadores: Transmaçor,Lda e Atlânticoline,S.A. Na ilha Terceira opera unicamente a Atlânticoline no transporte de passageiros e viaturas por via marítima, unicamente no período de verão.

Tabela 60 Passageiros transportados transporte marítimo

<i>Passageiros Transportados Modo Marítimo (Embarcados)</i>	2008	2009	2010	2011	2012
Total	25.709	24.955	25.383	22.554	20.231
Var.		-2,9%	1,7%	-11,1%	-10,3%

Fonte: SREA

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade de meios de mobilidade interna e conectividade com o exterior 	<ul style="list-style-type: none"> Custo dos transportes aéreo inter-ilhas e ligações ao continente
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> O Governo tem como objectivo aumentar o comércio inter-ilhas e reduzir as importações de produtos para os quais existe uma produção local. 	<ul style="list-style-type: none"> A reduzida dimensão do mercado não permite gerar economias de escala.

Protecção Civil e Bombeiros

O Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA), os corpos de bombeiros e os serviços de emergência médica são instituições fundamentais para combate aos cataclismos e apoio às populações. Os Açores estão sujeitos a riscos naturais, que acrescem aos riscos gerais das actividades humanas (incêndios, acidentes e outros), especialmente os relacionados com: ciclones, enxurradas, erupções e sismos.

Na Terceira existe um conjunto de corporações de bombeiros: Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo; Bombeiros Voluntários de Altares; Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória; complementarmente existem corpos de bombeiros com funções específicas na Base das Lajes e no Aeroporto das Lajes.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none">• Corpos de bombeiros especializados• Estruturas preparadas para catástrofes naturais	<ul style="list-style-type: none">• Distância/tempo de reacção de afectação de meios externos à ilha em caso de catástrofe
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Participação externa em suporte a situações de emergência onde os meios humanos e técnicos existentes na Terceira/Açores possam contribuir para a eficácia das operações (ONU ou outros)• Complementaridade com estrutura de comunicação, em caso de contingência, para mitigação de danos de notoriedade (especialmente efeitos adversos de longo prazo no turismo em caso de catástrofe)	<ul style="list-style-type: none">• Território expostos a situações de catástrofe natural (sismos, vulcões e outras)

Análise da Estrutura Ambiental

Ordenamento do Território

Nos Açores, em geral e na ilha Terceira, em particular, não se registam significativas pressões urbanísticas sobre o território (7% da ocupação do solo). Grande parte do território (61%) é dedicada a produção agrícola e pastagens, ao que acresce 30% de território florestal e vegetação natural o que propicia uma abundante paisagem natural. O quadro normativo de ordenamento do território cobre os requisitos do PNPT (Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território), enquadrando os vários domínios de ocupação do território incluindo o ordenamento da orla costeira.

Principais instrumentos de gestão territorial da Região Autónoma dos Açores, com incidência na ilha Terceira:

- Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPT) - DGOTDU/MAOTDR
- Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)- SRAM/DROTRH
- Plano de Ordenamento Turístico da RAA (POTRAA) - SRE/DRT
- Plano Sectorial para a Rede Natura 2000 na RAA - SRAM/DRA
- Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA) - SRAM/DRA
- Plano Regional da Água (PRA) - SRAM/DROTRH

Os principais instrumentos reguladores do ordenamento do território específicos da ilha Terceira são:

- Plano Director Municipal de Angra do Heroísmo (PDM-AH)
- Plano Director Municipal da Praia da Vitória (PDM-PV)
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha Terceira (POOC-Terceira)

Estes instrumentos permitem estabelecer as principais regras de utilização do solo, preservando o património cultura e natural da ilha Terceira. Entre estes, destacam-se as principais zonas condicionadas do território:

- Reserva Agrícola Regional
- Reserva Ecológica Regional
- Base Aérea das Lajes
- Zona Classificada de Angra do Heroísmo
- Reserva Natural Geológica do Algar do Carvão
- Reserva Florestal do Biscoito da Ferraria
- Paisagem Humanizada e Protegida dos Biscoitos
- Zona Condicionada de Porto Martins
- Zona Histórica e Frente Marítima da Praia da Vitória
- Outras reservas florestais e naturais
- Imóveis classificados

O POOC-Terceira prevê a necessidade de especial defesa do litoral, de modo a garantir condições de segurança, tendo em conta a concentração da maioria da população na faixa costeira. O POOC-Terceira identifica 14 zonas balneares na ilha Terceira (7 em cada um dos concelhos da ilha).

Percentagem da Ilha Terceira ocupada pela Rede Regional de Áreas Protegidas: 12%. Área da “Rede Natura 2000” na Ilha Terceira: 5,1ha

Tabela 61 – Espaço Ocupado

<i>Unidade</i>	Espaço Ocupado (ha) (aprox.)	%
Urbano	3.000	7%
Industrial	---	0%
Agrícola	9.000	22%
Pastagem	16.000	39%
Florestal	6.000	15%
Vegetação Natural	6.000	15%
Incultos	---	0%
Áreas Descobertas	1.000	2%
Lagoas	---	0%
Total	41.000	100%

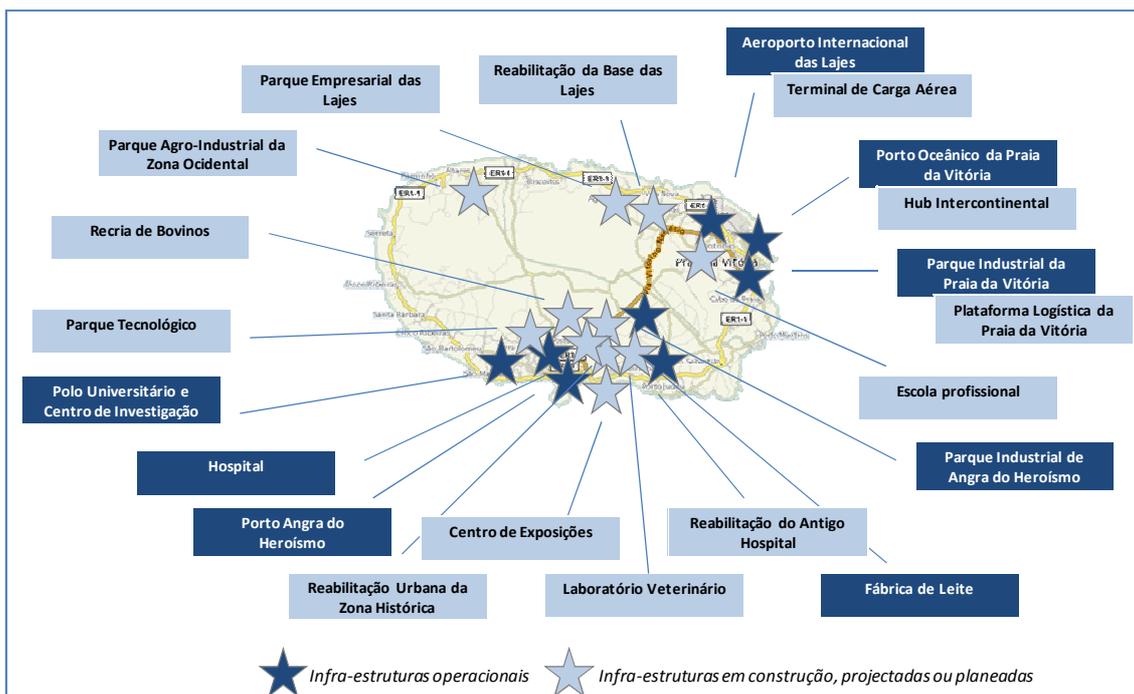
Fonte: SREM Relatório do Ambiente 2010

Principais infra-estruturas na ilha Terceira

- Complexo do Aeroporto Internacional e Base das Lajes
- Porto de Praia da Vitória
- Porto de Angra do Heroísmo
- Via Vitorino Nemésio (VR1)
- Parques industriais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória
- Estrada Regional (ER1)
- Rede de estradas secundárias que cruzam o território da ilha, interligando os principais locais de actividade económica e social

Infra-estruturas em construção ou projectadas:

- Terminal de Carga Aérea
- Parque Tecnológico
- Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores
- Unidade de Recria de Bovinos
- Centro de Exposições
- Laboratório Veterinário



Nas Orientações de Médio Prazo da RAA 2013-16 são definidos, como princípios pilares no ordenamento do território:

- Conservação da natureza e sensibilização ambiental;
- Ordenamento do território;
- Recursos hídricos;
- Qualidade ambiental e património mundial;
- Gestão de resíduos;
- Requalificação da orla costeira;
- Monitorização, promoção, fiscalização e acção ambiental marinha.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas portuárias e aeroportos de suporte a transportes intercontinentais • Rede de estradas de qualidade e com cobertura ampla do território • Instrumentos regulamentares de ordenamento do território abrangentes e actualizados 	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração das principais infra-estruturas na zona oriental da ilha Terceira, contribui para o desequilíbrio interno da ilha e promovendo a fixação de populações nas zonas urbanas
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Expansão e/ou rentabilização de infra-estruturas para serviços de transporte, aéreos e marítimos, potenciados de uma vertente exógena da economia 	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa do litoral

Mar e Recursos Oceânicos

Zona Económica Exclusiva

A Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa compreende um território marítimo em torno dos Açores com cerca de um milhão de quilómetros quadrados, incluindo uma extensão de 23 mil quilómetros quadrados de águas territoriais (limite de 12 milhas).

A riqueza e diversidade de recursos vivos do mar dos Açores é, simultaneamente, um património a explorar e a sustentar, não podendo deixar de ser um meio de desenvolvimento local. Sendo a preservação deste recurso salvaguardado regulamentarmente através do “Parque Marinho dos Açores” (Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de Novembro), nomeadamente no que se refere aos habitats associados às fontes hidrotermais de grande profundidade, aos montes submarinos, às planícies abissais e aos prados de corais de águas frias.

O mar açoriano é caracterizado pelas potencialidades de pesca, no entanto, condicionadas pela profundidade das águas, corretes fortes e pela irregularidade dos fundos. A pesca realizada pela frota local é, geralmente, realizada na proximidade das ilhas, nos bancos de pesca e nos montes submarinos.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none">• Dimensão e riqueza dos recursos naturais marinhos disponíveis economicamente na Terceira• Elevada qualidade das águas costeiras	<ul style="list-style-type: none">• Reduzida actividade de exploração dos recursos marinhos, para além da pesca tradicional
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento da aquacultura• Desenvolvimento de actividades ligadas à captura e transformação de plantas marinhas	<ul style="list-style-type: none">• A exploração intensiva de recursos e o surgimento de novas explorações marítimas poderá por em risco o equilíbrio do ecossistema e a exploração tradicional de recursos do mar

Gestão de Resíduos

As entidades gestoras de resíduos urbanos na ilha Terceira:

- Teramb, empresa municipal de gestão e valorização ambiental, EEM
- Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo

- Praia Ambiente, E.M. - Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos

A ilha Terceira possui um aterro intermunicipal, gerido pela TerAmb, que satisfaz os requisitos de deposição de resíduos em aterro da Terceira, não se prevendo constrangimentos de espaço para construção de futuras células, já previstas. Considerando os planos de investimento da TerAmb de instalação e uma central energética de valorização de resíduos, considera-se que não existem constrangimentos de operação futura do aterro sanitário.

Os resíduos produzidos na ilha Terceira, segundo registos dos produtores, apresentados no Relatório do Sistema Regional de Informação de Resíduos de 2010, indicam que foram produzidas 94.562,31 toneladas de resíduos, sendo que neste volume predominam as “Terras e Pedras”, “Betão”, “Solos e Rochas” e outros resíduos associados às actividades de construção/demolição.

Tabela 62 – Recolha de Resíduos Urbanos

<i>Recolha de Resíduos Urbanos (2011)</i>	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg)	Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente
Portugal	487	15 %
Região Autónoma dos Açores	533	10 %
Ponta Delgada	559	13 %
Angra do Heroísmo	730	8 %
Vila da Praia da Vitória	464	15 %

Fonte: SREA

Tabela 63 - Resíduos Urbanos na Ilha Terceira 2010

<i>Operação de Destino</i>	Quantidade (ton)	%
Deposição (D1)	25.967,36	85,66 %
Reciclagem	4.163,79	13,74 %
Armazenagem	154,30	0,51 %
Produção de Energia	19,82	0,07 %
Tratamento Físico-Químico	9,52	0,03 %
Total	30.314,79	

Fonte: Relatório SRIR Terceira 2010

Tabela 64 – Retoma de Resíduos de Embalagens na Terceira

<i>Materiais</i>	Quantidade (ton)
Papel/Cartão	1.605,1
Vidro	1.569,3
Plástico	373,7
Madeira	211,5
Metais	36,1
Total	3.795,7

Fonte: Relatório SRIR Terceira 2010

A valorização de resíduos tem pouca expressão na ilha Terceira, podendo existir um potencial de valorização por reciclagem e especialmente por valorização energética... (desenvolver em função de área energética e fileiras agro-industriais).

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Estruturas de recolha em aterro sanitário • Sistema de recolha selectiva e encaminhamento para reciclagem 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de resíduos urbanos recolhidos selectivamente, especialmente em Angra do Heroísmo • Elevada taxa de deposição em aterro • Capacidade local de reciclagem devido à escala, o que obriga a expedição de resíduos para o Continente
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização energética de resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> • A redução de resíduos de construção poderá diminuir as receitas de aterro sob risco de propagar custos para outros resíduos, aumentando as tarifas

Qualidade da Água

Na Terceira a captação de água para abastecimento público é exclusivamente proveniente de águas subterrâneas. Assim, este é um recurso de importância estratégica para o desenvolvimento da Terceira, a qualidade de vida das populações e o suporte às diversas actividades económicas realizadas na ilha.

Segundo os estudos ambientais realizados, a disponibilidade de água para consumo e actividades económicas não apresenta constrangimentos ou obstáculos ao desenvolvimento na ilha Terceira. No entanto, a pressão sobre este recurso tem sido crescente e importa preservar o equilíbrio ambiental bem como a capacidade de captação e distribuição de água em quantidade e qualidade.

Tabela 65 Disponibilidades e Necessidades de Água

Água (2010)	Estimativa de disponibilidades hídricas exploráveis (milhões m ³ /ano)	Necessidades de água (milhões m ³ /ano)
Região Autónoma dos Açores	952,8	
São Miguel	221,8	12,7
Terceira	115,9	5,6

Fonte: SRAM Relatório do Ambiente 2010

Em consequência da dispersão geográfica dos aglomerados populacionais na ilha e da sua fragmentação, os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais apresentam uma

implantação dispersa, procurando satisfazer isoladamente as populações e as actividades económicas, diminuindo a capacidade de integração/optimização dos sistemas.

As condições de investimento em sistemas colectivos de drenagem e de tratamento de efluentes através da implantação de fossas sépticas é a opção alternativa utilizada para o tratamento de águas residuais domésticas e industriais em aglomerados de pequena dimensão.

Tabela 66 Drenagem e tratamento de águas residuais

<i>Equipamentos (2009)</i>	Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)	Fossas Cépticas Colectivas
Região Autónoma dos Açores	16	150
São Miguel	9	132
Terceira	3	7
Angra do Heroísmo	2	7
Praia da Vitória	1	0

Fonte: SRAM Relatório do Ambiente 2010 (Não existem dados sobre todas as ilhas)

Na ilha Terceira, a população servida por água tratada, 92% foi abastecida por água tratada, metade é por estações de tratamento de água (ETA) e a outra metade por água tratada em postos de cloragem (PC).

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Boa qualidade da água de consumo • Não existem constrangimentos relevantes ao crescimento do consumo • Infra-estruturas de tratamento de águas 	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência de fontes subterrâneas
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da rede de ETA's 	<ul style="list-style-type: none"> • Variabilidade da pluviosidade e períodos de seca

Qualidade do Ar

A monitorização da qualidade do ar realiza-se na Região Autónoma dos Açores através da única estação em tempo real integrada na rede nacional, localizada na ilha do Faial, ao que acrescem instalações de monitorização em vários locais da RAA. Os dados de monitorização, segundo os relatórios de ambientais publicados pela Secretaria regional do Ambiente e do Mar, os valores médios dos indicadores de qualidade do ar ficam muito aquém dos limites estabelecidos legalmente, sendo a classificação geral da qualidade do ar de “Bom”, o que atesta a qualidade do ar nos Açores.

Por outro lado, o índice de qualidade do ar, tem vindo a apresentar valores que representam uma melhor classificação (estes níveis de classificação foram alterados anualmente no sentido de reduzir progressivamente as margens de tolerância até ao ano de 2010, o que reforça a evolução positiva), que comparam de forma bastante vantajosa com a generalidade das regiões nacionais. (Nota: a monitorização da qualidade do ar não cobre a totalidade dos dias do ano).

Tabela 67 – Índice de Qualidade do Ar

Índice de Qualidade do Ar (Dias)	2011					2007				
	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau
Área Metropolitana Lisboa Norte	21	239	78	25	0	9	208	115	33	0
Funchal	2	159	25	10	0	41	243	53	28	0
Açores	45	276	1	0	0	10	194	0	0	0

Fonte: INE

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Elevado índice de qualidade do ar 	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de medição da qualidade do ar local (ilha Terceira)
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Valorização turística deste factor Protecção da qualidade do ar pela promoção de utilização de veículos não-poluentes 	<ul style="list-style-type: none"> A qualidade do ar pode vir a ser ameaçada por factores exógenos não sendo, no entanto, previsível a existência de ameaças relevantes

Biodiversidade

De acordo com as listas atuais o número de espécies e subespécies terrestres existentes nos Açores é de 6164, sendo 452 endémicos. A vegetação açoriana conta com várias comunidades constituídas por espécies de plantas existentes, cerca de 1110 espécies, conhecendo-se 73 endemismos.

Tabela 68 – Protecção da Biodiversidade e da Paisagem

Despesa dos Município por 1000 habitantes (2010)	Despesa
Portugal	11.874 €
Região Autónoma dos Açores	4.199 €
Ponta Delgada	6.031 €
Angra do Heroísmo	2.581 €
Vila da Praia da Vitória	1.193 €

Fonte: SREA

As condições climatéricas, geográficas e geológicas deram origem a uma grande variedade de biótopos, ecossistemas e paisagens que propiciam um elevado número de habitats e uma interessante diversidade de espécies, algumas delas endémicas. Na Terceira estão identificadas (SRAM, Relatório do Ambiente 2010) 168 espécies animais endémicas, 63 espécies de plantas endémicas. Algumas espécies invasoras revestem-se de especial ameaça para a biodiversidade e equilíbrio do ecossistema local, quer animais quer vegetais.

De especial relevância para a manutenção da biodiversidade tem sido a recuperação de zonas húmidas da região. Estas zonas configuram como áreas relevantes para o desenvolvimento local, pelo seu papel educativo, recreativo e valorização do território na atracção de visitantes para observação de aves, plantas e outras espécies e como locais de lazer. A Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, conhecida como Convenção Ramsar, inclui 33 regiões classificadas em Portugal, sendo 13 destas localizadas nos Açores. Na Terceira são classificadas como zonas Ramsar as "Furnas do Enxofre e Algar do Carvão", a que recentemente se juntou o Paul da Praia da Vitória. Estes sítios são reconhecidos a partir de critérios de representatividade do ecossistema, de valores faunísticos e florísticos e da sua importância para a conservação de aves aquáticas e peixes, com vista à sua utilização sustentável e à conservação de zonas húmidas e de aves aquáticas, estabelecendo reservas naturais e providenciando a sua protecção apropriada.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Zonas classificadas de protecção ambiental e da biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade local de investimento na protecção da biodiversidade
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização turística, escolar, social e recreativa das zonas espécies na observação e conhecimento do património biológico da ilha Terceira 	<ul style="list-style-type: none"> • Espécies invasoras ameaçam o equilíbrio do ecossistema local • Espécies invasoras são uma grande ameaça, especialmente às edificações no caso das térmitas

Riscos de Alterações Ambientais

As observações confirmam o aumento global das temperaturas do ar e dos oceanos, o derretimento generalizado da neve e do gelo, assim como a subida dos níveis dos mares. As alterações climáticas constituem uma pressão suplementar para o meio ambiente, pondo em risco a agricultura, a floresta, a produção de energia, o turismo e as infra-estruturas em geral. As alterações ambientais, com aquelas que são relativas a alterações do clima em predominância, constituem uma das nossas maiores ameaças globais e com especial preocupação para um território insular como é a Terceira.

Apesar destes indícios, por outro lado, é muito difícil efectuar previsões substanciais de alterações climáticas a longo prazo e de identificar os impactos que poderão cada uma delas possuir sobre o globo, em geral, e sobre os Açores e a Terceira em particular.

Considerando a importância emergente que as alterações climáticas constituem para a sustentabilidade do planeta e consequentemente para a Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional criou pela resolução do Conselho do Governo n.º 109/2009, de 30 de Junho, a Comissão para as alterações climáticas na Região Autónoma dos Açores (ComClima), sendo um dos seus objectivos a elaboração de uma proposta de uma Estratégia Regional para as Alterações Climáticas (ERAC), que veio a ser aprovada em Maio de 2011.

A partir do documento da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas podemos realçar os seguintes aspectos a considerar no desenvolvimento da Terceira, relativamente a riscos de alterações climáticas:

- Apesar dos riscos, **algumas circunstâncias atenuam a amplitude da alteração** expectável para determinados indicadores climáticos, como no caso da temperatura que beneficia do efeito termorregulador do oceano, **não devem ser confundidos ou minimizados os impactes resultantes** da alta dependência que estas regiões apresentam face ao seu clima e à sua evolução futura;
- Atendendo às características geográficas e morfológicas dos territórios insulares de origem vulcânica, **mesmo num cenário de menores amplitudes da variação climática expectável, podem corresponder à escala regional impactes ambientais e socioeconómicos mais problemáticos;**
- O incremento da virulência dos episódios meteorológicos extremos, designadamente a ocorrência de períodos prolongados de seca ou a concentração dos fenómenos da precipitação, terá **implicações nas reservas hídricas**, nos processos de escoamento e nos riscos associados à ocorrência de cheias e de movimentos de massa dos solos
- A **elevação do nível médio do mar** atribuível ao degelo e ao empolamento térmico oceânico, que se estima poder vir a atingir valores próximos de 1 metro até finais do século, constituindo uma pressão circundante aos territórios insulares a alteração dos regimes sazonais das temperaturas, da precipitação e do aumento da concentração do CO2 atmosférico, terão implicações nos mecanismos biológicos, designadamente através da **alteração dos ciclos fenológicos e acidificação oceânica, com implicações previsíveis nos ecossistemas e na produtividade dos recursos em terra e no mar.**
- Uma **maior “irregularidade” do regime sazonal do clima com implicações significativas nos ciclos fenológicos e produtivos;**

A consideração de factores de protecção ambiental é uma condição necessária ao desenvolvimento sustentável, contribuindo para a qualidade de vida, atracção de investimento, evitar riscos das alterações climáticas e permitir os benefícios do desenvolvimento no longo prazo.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida densidade populacional e pressão das actividades económicas sobre os recursos locais • Moderação dos impactos ambientais pelo efeito termorregulador oceânico 	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência económica de condições edafo-climáticas potencialmente ameaçadas por alterações ambientais • Maioria dos aglomerados populacionais na orla costeira

	<ul style="list-style-type: none"> • Períodos de seca prolonga poderão ameaçar as reservas de água
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria das condições propícias à atractividade turística • Sensibilizar as populações para as mudanças climáticas, monitorização e medidas mitigadoras (p.ex. programa Sandwatch UNESCO) 	<ul style="list-style-type: none"> • Subida das águas do mar poderá ser um risco para as reservas de água doce para consumo (bacias subterrâneas) • Irregularidade do clima ameaça actividades agrícolas • Alterações climáticas podem vir a afectar a protecção ambiental, quer na vertente biológica quer na vertente territorial • Necessidade de preservação do equilíbrio entre a protecção ambiental e o desenvolvimento de turismo (especialmente vertente natural)

Factores de Desenvolvimento

Organização Institucional para o Desenvolvimento

A estratégia de desenvolvimento é, cada vez mais, um processo dinâmico de concepção estratégica, implementação e monitorização, ciclicamente, para, se voltar a realizar, adaptando-se continuamente às alterações do contexto económico, social e ambiental e satisfazendo novas aspirações da comunidade.

Desde modo, a participação das entidades representativas dos agentes impulsionadores e das partes interessadas no desenvolvimento, é um factor crítico de sucesso de qualquer plano estratégico.

Se, por um lado, a existência de instituições capazes de interagir, nomeadamente no âmbito de “clusters” de actividade económicas, são fundamentais para o desenvolvimento integrado e sustentável destes “clusters”, por outro, não menos relevante, impõe-se a existência de organismos de concertação estratégica local.

No território da Terceira, encontra-se um conjunto de organismos que compreendem, no âmbito das suas funções, uma vertente de influência da estratégia de desenvolvimento local, podendo categoriza-los em 4 vertentes:

- Organizações colectivas dos agentes económicos, nomeadamente a CCAH, ART, Agespi e AAIT;
- Organismos que contribuem activamente para a implementação de políticas de desenvolvimento local, como a GRATER;
- Autarquias locais e organismos de intervenção local dos municípios;
- GRA e organismos de intervenção local do GRA, especialmente os gestores de infra-estruturas (porto e aeroporto), financiamento e Universidade.

Estes “stakeholders” do desenvolvimento local podem ser parceiros num espaço de diálogo e definição estratégica concertada na ilha Terceira, num espaço que sustente a visão partilhada entre todos da estratégia de desenvolvimento local, facilitador da implementação e monitorização e avaliação das medidas estratégicas adoptadas localmente.

Este modelo de articulação dos “stakeholders” locais, baseado no paradigma da triple hélice expandida, poderá contar também com a valorização da participação de entidades externas que contribuam com experiência e conhecimentos relevantes para a estratégia de desenvolvimento local, quer sejam nacionais ou internacionais.

Este conjunto de entidades pode ser, por si próprias, contribuindo para a promoção, divulgação e publicidade dos produtos, serviços e valorização local, no âmbito da actuação das suas missões específicas. Por outro lado, poderão também ser impulsionadores da procura de produtos locais, dando preferência nas suas acções de procurement/compra, sendo assim um impulsionador dos produtos e serviços locais, quer tradicionais quer nos produtos mais

inovadores, sendo parceiros na experimentação, instalação de versões de demonstração e instalações-piloto.

As Orientações de Médio Prazo 2013-16 do RRA definem a importância da organização institucional para o desenvolvimento através da “ existência de instituições fortes e eficientes são uma das condições para o crescimento e a competitividade. Para mais, na actual envolvente, a retoma económica implica uma boa coordenação das políticas públicas e a sua aplicação no território requer a cooperação, das diferentes instituições, a coordenação dos níveis de administração pública, despidando-se desperdício de recursos, conflitos e ineficácia, por contraponto à obtenção dos efeitos desejados e a criação de sinergias.”

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Rede de organismos associativos, empresariais e governamentais, experientes e capacidades para impulsionar o desenvolvimento local • Experiência de associativismo e gestão colectiva relevante 	<ul style="list-style-type: none"> • Fragmentação de representação de agentes económicos locais • Fraca representatividade local de entidades sociais, perante as autoridades decisoras,
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de organismo de concertação estratégica local • Implantação de canais institucionalizados de comunicação entre organismos associativos participantes num “cluster”/fileira comum • Preferência institucional aos produtos locais (tradicionais e inovadores) • Divulgação institucional dos produtos locais e valorização da ilha Terceira no exterior 	<ul style="list-style-type: none"> • A inexistência de estruturas de decisão estratégica local, aumento a coesão e força estratégica, permite e facilita a intrusão de estratégia externa, de origem regional e/ou nacional

Empreendedorismo

Com base no estudo sobre o empreendedorismo nos Açores “GEM Açores 2010”, promovido pelo GRA, podemos caracterizar a situação geral de empreendedorismo na região:

- Em 2010, a Taxa TEA na Região Autónoma dos Açores foi de 3,5%, o que significa que, nos Açores, por cada 100 indivíduos em idade adulta, 3 a 4 estão activamente envolvidos em start-ups ou na gestão de novos negócios. A Taxa **TEA nos Açores (3,5%) revela-se mais baixa** do que a de Portugal Continental (4,4%), estando também abaixo da média registada nas economias orientadas para a inovação (5,5%) e nos países membros da UE (5,2%). (TEA - Total Early-Stage Entrepreneurship Activity)
- Nos Açores, o sector onde se regista uma **maior percentagem de actividade empreendedora early-stage é o sector orientado ao consumidor** (que inclui todos os

negócios direccionados para o consumidor final, como o retalhista, bares, restauração, alojamento, saúde, educação e lazer, entre outros), com 35,2%. A este seguem-se, por ordem decrescente, o sector orientado ao cliente organizacional (que inclui finanças, seguros, imobiliário e todas as actividades onde o cliente primário é outro negócio), com 28,0%, o sector da transformação (que inclui construção, manufactura, transporte, comunicações, utilidades e distribuição grossista), com 21,0%, e o sector extractivo (que inclui agricultura, silvicultura, pescas e extracção de matérias brutas), com 15,8%. Esta distribuição da actividade empreendedora early-stage pelos diferentes sectores revela-se mais uniforme do que em Portugal Continental, nas economias orientadas para a inovação e na UE.

- Nos Açores, o número de empreendedores early-stage do sexo masculino corresponde a 6,0% da população adulta masculina e o **número de empreendedores early-stage do sexo feminino a 1,0% da população adulta feminina** (valor mais baixo registado no universo GEM 2010). Nos Açores, o número de empreendedores do sexo masculino é, assim, cerca de 6 vezes superior ao número de empreendedores do sexo feminino. Esta discrepância é mais acentuada do que em Portugal Continental e, em termos médios, do que nas economias orientadas para a inovação e na UE.
- Pouco mais de um terço (34,2%) dos **negócios açorianos integrados no tipo de actividade empreendedora earlystage não apresenta quaisquer clientes fora de Portugal**. Adicionalmente, 51,0% desses negócios apresentam uma quantidade de clientes em mercados externos de 1% a 25%, enquanto 10,1% dos empreendedores afirmam ter 26% a 75% de clientes internacionais. Somente os restantes 4,7% dos empreendedores açorianos possuem uma quantidade de clientes em mercados estrangeiros acima de 75% do total. Nos Açores, a proporção de negócios early-stage com clientes internacionais é maior, quando comparada com a de Portugal Continental e com a média das economias orientadas para a inovação e da UE.

A Agenda para a Competitividade vem promover, no ponto “3.4 – Start Up Azores - Programa de Atracção de Empreendedores Qualificados”, a criação de novas empresas e potenciação do espírito empreendedor dos açorianos. Esta estratégia pretende dar prioridade à instalação de empresas nas áreas tecnológicas e científicas, com uma visão internacional e global, que possam ter nos Açores a sua base de actuação.

Complementarmente, encontra-se definido noas Orientações de Médio Prazo da RAA 2013-16 o desenvolvimento do programa “Incuba Açores”, direccionado para a instalação de novas empresas de base tecnológica e das indústrias criativas, devidamente articulado com o Business Innovation Center (BIC) Azores, a instalar nos parques tecnológicos, nomeadamente no parque tecnológico previsto para ilha Terceira.

A Terceira poderá implementar os apoios destas medidas no desenvolvimento de projectos empreendedores emanados da universidade e seus centros de investigação e desenvolvimento, bem como, por outro lado, na implementação de meios tecnológicos avançados de suporte a indústrias criativas com negócios de colocação internacional das suas criações.

Pontos Fortes

Pontos Fracos

<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento de novas empresas, especialmente de empresários jovens • Historial de dinâmica empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de estruturas locais de ninhos de empresas • Fraca ligação do meio I&D na criação de empresas (“startups”) • Falta de espaços adequados à criação de empresas de indústria ligeira e/ou oficinais
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de ninhos de empresas • Dinamização do empreendedorismo feminino • Promoção de novas actividades com vocação exportadora (bens e/ou serviços) • Inserção de zona de novas actividades oficinais/artesanais nos parques industriais 	<ul style="list-style-type: none"> • Conjuntura económica adversa e envelhecimento populacional

Universidade e Conhecimento

A universidade é um factor de desenvolvimento económico e social, pela geração de conhecimento, aplicação do saber gerado e qualificação de agentes dinamizadores da sociedade. A Universidade dos Açores, sendo uma universidade de vocação regional, é um recurso valiosa a que a Terceira recorre para sustentar o seu desenvolvimento em várias áreas.

O polo universitário de Angra do Heroísmo encontra-se vocacionado para a as ciências agrárias, contribuindo para a qualificação local de quadros nos sectores de actividade fundamentais da Terceira.

A acrescentar às áreas técnicas (como a biotecnologia, as engenharias e outras) a Universidade poderá vir a contribuir com o seu saber e capacidade de investigação aplicada, nos sectores das ciências sociais.

Modelos de gestão, inovadores, serão necessários para a resolução de alguns problemas de organização das actividades económicas locais, que removam constrangimentos de sectores onde a articulação entre várias entidades ao longo da cadeia de valor requer a aplicação de modelos de gestão colaborativos. Modelos que ainda não se encontram claramente definidos e não está estudada a sua implantação eficaz. Por exemplo, modelos que tem sido aplicados com sucesso na Terceira, como articulações em duas camadas na cadeia de valor para algumas fileiras económicas (por ex. Fruter/Frutercoop, Unicol/Pronicol), poderão ser desenvolvidos e/ou aplicados com idêntico sucesso em actividades económicas que ainda não encontraram o seus modelos de gestão que assegurem o sucesso das suas iniciativas (por ex. turismo/indústrias culturais/actividades tradicionais/artesanato; saúde/turismo; finanças/ciência/empreendedorismo).

Na verdade, a Universidade dos Açores possui um amplo espectro de competências e capacidades que lhe conferem um lugar privilegiado para o desenvolvimento da Terceira, através de diversas actividades potenciais, a crescer ao ensino e investigação, nomeadamente:

- Promoção do empreendedorismo científico (spin-offs);
- Projectos colaborativos com as empresas em investigação e inovação;
- Prestação de serviços de elevado valor acrescentado às empresas (laboratoriais e outros);
- Colocação de especialistas nas empresas, por exemplo através de estágios ou trabalhos de projecto de investigação;
- Gestão de infra-estruturas de incubação de empresas científico-tecnologias;
- Concursos de ideias e planos de negócio inovadores;
- Investigação sobre desenvolvimento local aplicado à Terceira.

A orientação estratégica do desenvolvimento da Terceira deverá procurar promover a participação da Terceira nas Redes de Conhecimento e Inovação como uma comunidade onde serão experimentadas soluções, tirando partido dos laboratórios naturais existentes na ilha para o desenvolvimento de actividades, nomeadamente as ligadas à economia azul.

A economia azul resulta numa melhoria do bem-estar humano e da equidade social ao mesmo tempo em que reduz de forma significativa os riscos ambientais e a escassez ecológica. Na economia azul as comunidades locais têm vantagem sobre as grandes empresas. As comunidades locais, com base no espírito empreendedor e dinamismo dos jovens, tem condições para oferecer produtos de elevado valor a preços mais reduzidos. As grandes empresas seguem modelos de negócio estandardizados e não têm a flexibilidade necessária para esse tipo de actividades.

A Ilha Terceira deverá posicionar-se nas Redes de Conhecimento e Inovação de forma a tornar estratégica a sua posição, isto é tirando partido de nichos de conhecimento (por exemplo, a biologia marinha e a biotecnologia) e locais únicos de experimentação, nomeadamente no mar dos Açores.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Polo universitário local, qualificador da população local e atractor de talentos e novos residentes jovens • Capacidade de I&D prestigiada nível internacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca transposição e conhecimento científico para a estrutura produtiva local
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da estrutura de ensino superior por meio da integração internacional e atracção de valências através de parcerias externas, p.ex. EUA • Promover a participação da Terceira nas Redes de Conhecimento e Inovação 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da população académica

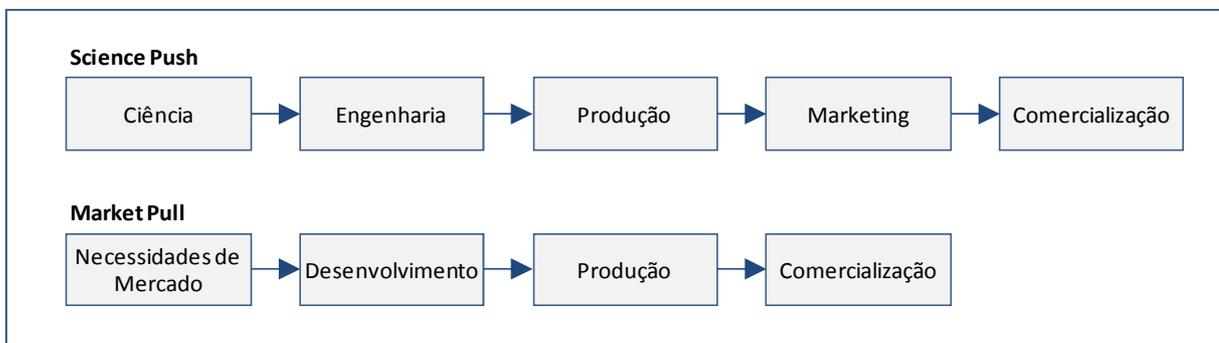
<ul style="list-style-type: none"> • Articulação/comunicação mais integrada entre estruturas locais de I&D e estrutura económica • Potenciar os laboratórios naturais existentes na ilha (biotecnologia azul, energias e outras) • Colaboração da universidade no desenvolvimento de modelos estratégicos locais de integração e gestão empresarial em “cluster”/fileira • Atração de população académica oriunda de países em desenvolvimento • Atração de actividade universitária dinamizadora de eventos nacionais/internacionais potenciadores de actividade turística (conferências, congressos e outros) • Promoção do empreendedorismo científico de base I&D 	
---	--

Inovação e Marketing

A inovação, enquanto geradora de competitividade, é um factor fundamental de desenvolvimento económico. A inovação é o processo que permite gerar novos produtos ou melhorar produtos existentes, bem como a criação ou melhoria de processos produtivos de modo mais eficiente.

Podemos considerar dois processos básicos de inovação, e encontramos exemplos de ambos na Terceira. Inovação gerada a partir de desenvolvimento científicos que chegam até ao mercado e, por outro lado, necessidades de mercado que são satisfeitas por desenvolvimento de produtos ou serviços para responder a estas necessidades.

Ilustração 2 - Modelos Tradicionais de Inovação



Apesar da simplicidade conceptual atractiva destes modelos, na realidade a inovação não ocorre de modo tão linear, sendo geralmente recursivos e cíclicos nesta execução. Adicionalmente, constata-se que nem todas as iniciativas de inovação concluem com sucesso

no mercado, ou sequer atinjam esse patamar. Além de novos produtos ou serviços, o processo inovador gera também novas competências e conhecimentos nas organizações, aumentando por esta via a competitividade dos recursos.

Assim, as organizações individualmente têm mais dificuldade em serem inovadoras de sucesso em sectores altamente especializados e num contexto de elevada incerteza. Pelo contrário, o ambiente mais fértil para **a inovação tende a envolver redes de agentes** económicos que participam em processo colaborativos de longo-prazo em meios de comunicação intensa entre as partes com vista o prosseguimento de objectivos comuns.

A inovação cada vez mais deriva da interacção de entidades ligadas em rede, com modos de interacção mais complexos, o que acarreta maiores exigências na capacidade de as organizações gerirem a teia de relações, estando as empresas inseridas em redes de investigação, marketing ou produção em simultâneo. Na economia do mundo moderno, a cooperação em rede muitas vezes é o modelo organizacional mais eficiente e inovador.

O apoio a uma política de desenvolvimento da inovação local, pode ser efectuado através de:

- Investimento em infra-estruturas: centros de investigação, parques tecnológicos ou incubadoras;
- Apoios às empresas para a inovação, financeiros ou não, através de aplicação de “design”, elaboração de protótipos, patentes, capital-semente;
- Transferência de conhecimento: formação, bolsas de estágios científicos, projectos conjuntos universidade-empresa, consultoria;
- Suporte dos organismos locais, através de políticas de compras focalizadas em produtos/serviços inovadores locais, suporte a eventos/feiras de divulgação da inovação local, suporte a aplicações-piloto/demonstrações de novos produtos/serviços nos organismos locais, externalização (outsourcing, concessão ou outros modelos de aquisição externa de serviços e produtos locais)

Nas fileiras da carne e do leite, que tão importantes são para a economia dos Açores e da ilha Terceira em particular, é possível desenvolver produtos Premium, para o que é importante o contributo colaborativo de todos os intervenientes na cadeia de valor.

Utilizando a Investigação científica é possível desenvolver, a partir de tratamento de produtos básicos ou através de novos processos de criação/produção, produtos com características que se traduzem em elevado valor (preço) no mercado.

Está em crescimento em todo o mundo uma classe de consumidores, com elevado poder de compra, que por razões de protecção contra os perigos para a saúde dos produtos massificados, ou de prestígio, está disposta a pagar preços elevados por produtos com as características atrás indicadas:

- Em primeiro lugar, há que conhecer bem os consumidores, no caso presente os da carne e do leite e seus derivados, nos mercados alvo. A segmentação dos consumidores permitirá descobrir nichos de necessidades não satisfeitas ou insuficientemente correspondidas.

- Em segundo lugar, os investigadores/cientistas serão contactados no sentido de procurar nos produtos existentes, que no caso dos Açores eles já conhecem bem, as características distintivas que podem ser gerados por métodos que garantam a qualidade e originalidade dos produtos.
- Em terceiro lugar, os produtores devem estar permanentes informados das oportunidades que vão surgindo de forma a incentivar a inovação nos métodos de criação/produção.
- Por último, estes produtos são trabalhados por gestores de marca associando as suas características aos Açores e porque não á ilha Terceira.

Estes quatro grupos de especialistas (Estudos de Mercado, investigadores/cientistas, produtores e gestores de marca) não podem trabalhar individualmente mas inseridos em redes nacionais e internacionais (institutos de I&D, associações e organizações de produtores e outras instituições nacionais e internacionais).

Investigações que estão a ser realizadas a milhares de quilómetros de distância (por exemplo na Nova Zelândia) podem encontrar nos Açores condições naturais óptimas para o desenvolvimento de produtos.

O desenvolvimento de um novo produto de forma isolada numa única instituição pode levar vários anos. Num exemplo, que se apresenta em baixo, a carne com Omega-3 foram necessários 10 anos de investigação para preparar as condições para a comercialização do produto.

Os investigadores/cientistas que trabalham nos Açores podem não ter todos os meios necessários para efectuar um trabalho daquele tipo mas nada os deve impedir de participar com o seu conhecimento num processo que esteja a decorrer por exemplo na Nova Zelândia, dando como contrapartida a utilização das condições naturais que possuem nos Açores para trazer para a Região investimentos em projectos de I&D e em projectos de produção.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização recente da inovação de produtos (especialmente derivados do leite, fileira da carne e serviços turísticos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraco nível de comunicação entre geradores de inovação (conhecimento), produtores e comercializadores, espacialmente no sector primário onde existem capacidade e valências desenvolvidas em todos os 3 âmbitos • Fraca gestão dos canais de comercialização externos, apesar de esforços governamentais na implementação de estruturas promotoras da exportação, que ainda não produziram os efeitos desejados
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Projectos de I&D em meios de produção (agrícola, pecuária e outros) • Articulação tripartida entre produtores, 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de comunicação entre intervenientes com culturas e linguagens distintas (meio académico, sectores

<p>investigadores e comercializadores/gestores de canais de mercado</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de espaços institucionais de comunicação entre os intervenientes na cadeia de valor (investigação, produção, comercialização) com especial foco no relacionamento inter-fileiras / clusters (leita, pesca, carne e outras) 	<p>produtivos, administração pública, instituições financeiras)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de iniciativa e liderança entre os participantes que mobilize os “stakeholders” para a acção
--	--

Novas Tecnologias

A aplicação de novas tecnologias às actividades económicas é um factor de desenvolvimento e aumento da competitividade local face à concorrência. A Terceira tem um espaço amplo de aplicação de novas tecnologias que não se tem observado como contributo para a competitividade, inclusive numa perspectiva de comparação com outras ilhas do arquipélago. No futuro, pretende-se que a aplicação de novas tecnologias possa desenvolver a economia local em duas vertentes:

- Inovação de produtos e processos nas actividades tradicionais – aplicação de novas tecnologias como meio de desenvolvimento das actividades tradicionais, na criação de novos produtos, novos processos produtivos e novas formas de organização mais eficientes; nesta área, a aplicação de novas tecnologias em indústrias culturais e criativas é um factor de potenciação dos talentos locais numa perceptiva de exportação de produtos e serviços culturais;
- Implantação de novos sectores de actividade tecnológicos – implantação de actividades de base tecnológica, aproveitando as vantagens locais para o desenvolvimento de novos serviços de base tecnológica, p. ex. call-centers, data-centers, estações de monitorização e rastreio e outras);

As novas tecnologias aportam uma capacidade de divulgação à escala global dos produtos e potencialidades locais, oferecendo um enorme espaço de oportunidades que ainda está por explorar na ilha Terceira. Por exemplo, existe o potencial de exploração do canal web para a difusão de actividades culturais, bem como suporte à actividade empresarial, numa perspectiva de comercialização internacional.

Acresce às capacidades tecnológicas a existência de amplo domínio da língua inglesa pela população activa, fruto do relacionamento com familiares no exterior, elevação do nível de escolaridade com componente de línguas estrangeiras e desenvolvimento profissional no sector turístico.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade implantada das redes de 	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de riscos naturais pouco

<p>comunicação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de quadros qualificados em novas tecnologias • Amplo domínio da língua inglesa pela população 	<p>propícias à implementação de instalações tecnológicas com elevados requisitos de segurança física</p>
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Satisfação da procura de recursos humanos instalações de serviços com base em infra-estruturas de comunicações (p.ex. call-centers, data-centers) • Plataforma electrónica global de divulgação cultural da Terceira • Marketplace de comercialização de produtos locais via “web” 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de novas competências técnicas e de marketing

Eficiência Logística

Existem importantes constrangimentos logísticos actualmente nos Açores, fruto de um sistema de abastecimento “fechado” – desajustado em frequência, serviços e custo face aos requisitos da economia.



Fonte: Estudo Plano Açores Logístico (2010)

Cadeias transporte (transporte aéreo)

- Tempo de ciclo: baixo (correio, perecíveis)

- Abastecimento: correio, produtos farmacêuticos, encomendas urgentes
- Mercados alvo de exportação: Nacional e Europa
- Exportação - Produtos de alto valor acrescentado (peixe, flores, produtos lácteos)

Cadeias transporte (transporte marítimo)

- Tempo de ciclo: mais elevado (mas espera-se redução do tempo de transporte actual)
- Abastecimento: produtos de grande consumo, equipamento, materiais de construção
- Mercados alvo de exportação: Predominantemente nacional
- Exportação - Produtos de médio valor acrescentado (leite, conservas, carne)

Principais constrangimentos do sistema logístico:

- Quase inexistência de ligações aéreas internacionais para exportação directa de mercadorias para os mercados de destino e mercados potenciais
- Inexistência de ligações marítimas internacionais
- Frequência do transporte marítimo inter-ilhas insuficiente para escoar os produtos no mercado interno dos Açores
- Ausência de agentes/operadores logísticos de suporte ao controlo de canais de comercialização avançados
- Ausência de sistemas logísticos modernos de armazenamento e distribuição com controlo de qualidade apertado e sistemas de rastreabilidade dos produtos e traceabilidade ao longo da cadeia de exportação

Requisitos essenciais:

- Investimento na cadeia de frio vocacionada para o transporte marítimo e aéreo de suporte às exportações e importações
- Aumento da frequência do serviço de transporte (marítimo e aéreo) para satisfazer as necessidades dos mercados alvo
- Desenvolvimento de um sistema de transporte inter-ilhas rápido e frequente para o abastecimento e escoamento das exportações
- Assegurar níveis adequados de escoamento por via aérea e com disponibilidade para a carga de valor acrescentado, dentro das frequências mínimas requeridas pelos mercados de exportação

A resolução dos constrangimentos actuais dos transportes com o Continente e Inter-ilhas poderá vir a atrair cadeias de retalho para a região (aumento valor das importações – maior portefólio), promove as exportações das industriais actuais e o comércio no mercado interno regional:

- Os novos posicionamentos dos sectores exportadores – no sentido da produção e comercialização de produtos de alto valor acrescentado – interligado com a aposta num turismo mais sofisticado, implica uma logística mais rápida e sofisticada (com reforço do modo aéreo), que dê suporte à necessidade de exportação para mais destinos

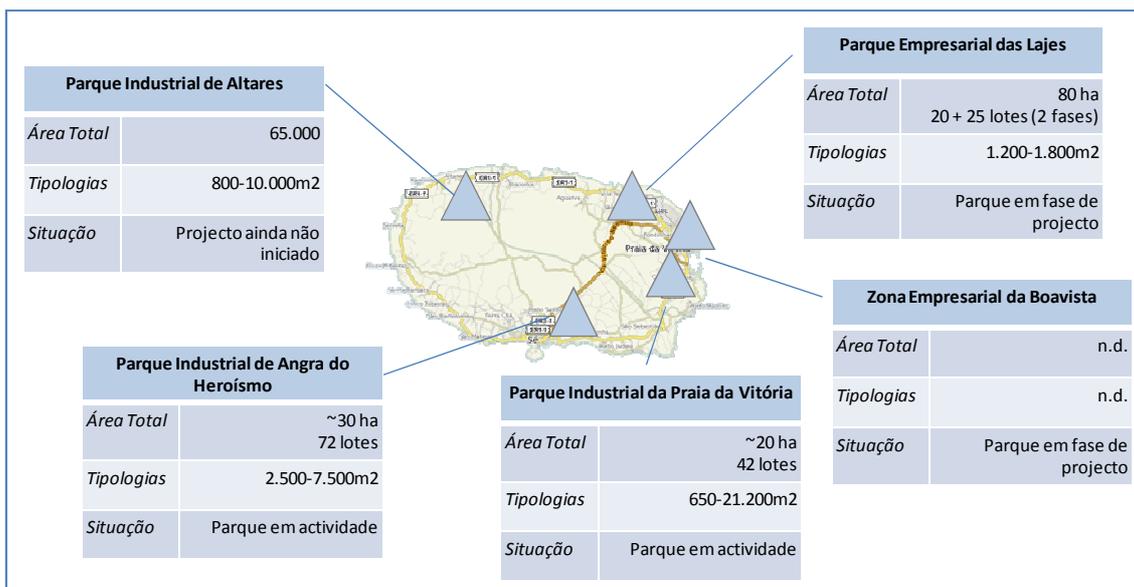
- Surgimento de agentes logísticos de suporte ao controlo de canais de comercialização avançados
- Aumento da carga transportada (com o continente e mercado regional) – aumento da frequência de transporte

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas de transporte (porto e aeroporto) • Os novos posicionamentos dos sectores exportadores – no sentido da produção e comercialização de produtos de alto valor acrescentado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida capacidade de rede logística de frio, constringedora da capacidade de exportação de produtos alimentares de maior valor • Dificuldade na interacção comercial com restantes ilhas (mercado interno)
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de actividades económicas relacionadas com as operações logísticas, especialmente as relacionadas com cadeia de frio e controlo de qualidade dos produtos alimentares ao longo das cadeias logísticas. • Implantação de actividade de operadores logísticos por constituição de novas empresas ou reconversão de transitários ou empresas de transportes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de ligações ou reduzida expressão das ligações marítimas e aéreas internacionais para a exportação de mercadorias.

Parques Empresariais

Os parques empresariais são um veículo de apoio ao desenvolvimento local, contribuindo para o adequado ordenamento do território, promovendo o investimento e satisfazendo a procura de espaços necessários à actividade económica, oferecendo como principais vantagens a qualidade das infra-estruturas, localização, acessibilidades, oferta de serviços e de apoios que permitem às empresa potenciar as suas actividades.

Existe um conjunto de parques empresariais nos concelhos da ilha Terceira, instalados ou em projecto. Os parques existentes ou em fase de projecto concentram-se na região oriental da ilha, junto das principais infra-estruturas de transportes e dos principais aglomerados populacionais.



O plano de expansão de parques da ilha Terceira, onde a Agespi possui um papel fundamental, pretende satisfazer as necessidades de desenvolvimento da ilha, numa perspectiva de balanceamento territorial das infra-estruturas de suporte à actividade económica na Terceira, privilegiando as zonas rurais na expansão e assegurando uma complementaridade de funções e perfis empresarias entre os diversos parques empresarias existentes e projectados para a Terceira.

A análise económica efectuada à Terceira determina, como necessidade de curto-prazo, o apoio às actividades da indústria agro-pecuária, que se encontram numa fase de expansão e deparam-se dificuldades na obtenção de espaços industriais apropriados.

Numa perspectiva de médio e longo prazo, encontra-se outras necessidades a satisfazer, nomeadamente: reestruturação dos parques existentes e das condições de utilização dos mesmos; realocação de unidades nos parques existentes com libertação de espaços para actividades de maior valor-acrescentado; ampliação e articulação da oferta de espaços oficiais nos parques já projectos para implementação; realocação de unidades logísticas de grande tráfego em articulação com o Plano Açores Logístico; espaços para ninhos de empresas; estudo das necessidades de espaços empresariais organizados para comércio e serviços.

No quadro de planeamento do desenvolvimento da ilha Terceira, perspectiva-se novas funções da AGESPI na gestão de parques empresariais, implementando um novo modelo de gestão e uma reestruturação da organização associativa da AGESPI, numa perspectiva de execução de uma nova função da AGESPI como veículo de financiamento e apoio ao investimento das actividades económicas locais e regionais.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Estrutura de gestão profissional de parques empresariais/industriais com larga experiencia adquirida 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade das actividades instaladas rentabilizarem imóveis actuais e dificuldade de obtenção de novo

	financiamento
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de parque de suporte à indústria agro-pecuária • Função da Agespi enquanto veículo de apoio e financiamento ao investimento • Suporte à relocalização de actividades • Sinergias dos parques empresariais/industriais com o desenvolvimento do porto da Praia da Vitória /Hub intercontinental • Implementação de organismo de gestão de parques de âmbito regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Conjuntura económica adversa na implantação de novas actividades • Dificuldades de obtenção de financiamento

Estudo de Casos

Estudo de Caso: “Óbidos – Creative Clusters in Low Density Urban Areas” (Portugal)

Este caso evidencia a aplicação de estratégias de desenvolvimento baseadas nas actividades culturais em áreas urbanas de baixa densidade populacional. Óbidos tem uma população de cerca de 10 mil habitantes e tem vindo desde 2002 a implementar uma estratégia de desenvolvimento baseada na cultura, turismo e economia local, sendo já uma referência exemplar de implementação de uma estratégia cultural criativa.

O programa financiado pelo FEDER/URBACT decorreu entre 2008-2011 com um orçamento de 710.000€, cobrindo um vasto âmbito de actuação desde o património edificado ate ao desenvolvimento de formação nas artes contemporâneas.

A mudança social em Óbidos tem vindo a demonstrar que é possível em pequenos meios a criação do ambiente propício ao desenvolvimento de economias com suporte em aspectos culturais, com apoios e incentivos adequados. Pessoas criativas podem ser persuadidas a instalarem-se em ambientes fora dos grandes centros populacionais se existirem as condições apropriadas de natureza, serviços, contexto cultural e histórico, bom nível de qualidade de vida e as condições de infra-estrutura para as actividades criativas e gestão das actividades económicas associadas.

No entanto, constata-se que o acesso a redes de contactos e mercados alargados são factores críticos de sucesso para o desenvolvimento de comunidades baseadas nas industriais culturais e criativas.

A estratégia implementada em Óbidos teve como pilares fundamentais:

- O ponto de partida de consciência que o desenvolvimento local teria que passar por pela exploração do património cultural, a localização e as aptidões disponíveis para poder determinar a estratégia de futuro
- Elaboração de uma agenda cultural a cobrir todo o calendário anual
- Alinhamento dos eventos e actividades culturais com um grande apoio ao investimento nas instalações turísticas e no golf resort.
- Parque tecnológica exclusivamente dedicado às indústrias criativas, com uma incubadora de negócios
- Promoção imobiliária de instalações para actividades empresariais
- Apoio à formação profissional vocacionada para a satisfação das necessidades do sector criativo, incluindo a Escola Superior de Artes e Design.

Em consequência da estratégia que Óbidos tem vindo a implementar, o município possui uma taxa de actividade empresarial cultural (“Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas”) de 2,3% que compra com a média nacional de 0,5% e a média da ilha Terceira de 0,2% (Fonte: Pordata, 2010).

Fontes: “Study on the contribution of culture to local and regional development – Evidence from the Structural Funds” (http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc2942_en.htm); “From creative industries to the creative place” (http://urbact.eu/fileadmin/Projects/Creative_Clusters/documents_media/LE_CCfinalreport.pdf)

Estudo de Caso: “Counting on Creativity” (Inglaterra)

Este caso evidencia o impacto dos fundos estruturais da União Europeia no aumento do emprego, desenvolvimento da actividade económica e crescimento do valor acrescentado através do desenvolvimento de projectos orientados para os sectores culturais e criativos.

Cornualha é um pequeno distrito no extremo sudoeste da Grã-Bretanha, composto por uma península e um arquipélago (Scilly), possui uma área de aprox. 3.500 km² e uma população de cerca de 530 mil habitantes, com um rendimento per capita de cerca de 80% da média da EU em 2004, sendo a principal fonte de rendimento o turismo (24%).

No final dos anos 90 a região tinha sofrido um declínio económico acentuado devido à diminuição de actividade industrial e das actividades tradicionais de agricultura e pescas.

Na Cornualha foi desenvolvido um programa de desenvolvimento regional dos sectores de actividade culturais e criativas entre 2000-2006, com o objectivo de apoiar as PME e micro-empresas, apoiar investimento estratégico e desenvolver as características económico-culturais distintivas da região.

A região possuía alguma actividade no sector criativo com boa notoriedade nas artes visuais e artesanato, relacionados com um legado de uma distintiva cultura celta.

Este programa iniciou-se pela constituição de uma “task-force” que definiu a estratégia de desenvolvimento do sector criativo, desenvolveu redes de contactos e ainda permitiu o alinhamento entre o contexto intelectual e criativo das artes com a implementação de um modelo orientado à actividade económica.

A “task-force” desenvolveu:

- Apoio à elaboração de planos de acção por cada subsector de actividades criativas
- Desenvolvimento das funções de suporte à actividade, especialmente marketing e desenvolvimento de competências profissionais
- Constituição de uma agência de desenvolvimento para representar estrategicamente o programa e gerir a distribuição de apoios financeiros provenientes dos fundos estruturais

O programa acarretou um volume de investimento total de cerca de 65 M€ neste período, provenientes de fundos estruturais europeus, financiamento público e privado nacional.

Foram realizados 58 projectos de investimento em infra-estruturas e equipamentos sociais (especialmente na universidade local e espaços de exibição), investimento em projectos de

formação profissional, estudos de viabilidade e eventos locais, incluindo festivais, lançamento de campanhas promocionais.

Foram criados 560 novos postos de trabalho directos, o VAB do sector na região cresceu 34% com uma estimativa de média de VAB por posto de trabalho de cerca de 40.000€. Foram beneficiadas 350 empresas e 2.500 indivíduos, deste mais de 53% tinham mais de 36 anos de idade. 42% das empresas do sector estavam a obter mais de metade de das suas receitas de fora da região.

As principais razões que permitiram o desenvolvimento da actividade económica do sector foram:

- Coordenação de todos os intervenientes no sector e desenvolvimento de rede de contactos estabelecida
- Capacidade de alinhamento dos objectivos de cada organização com os requisitos dos fundos estruturais, para a obtenção de financiamento ao desenvolvimento da actividade
- Promoção e marketing
- Abordagem comercial e profissionalizada da actividade, especialmente nas componentes de marketing e finanças
- Estratégia que compreendeu componentes de investimento nas infra-estruturas com investimento no desenvolvimento da produção da capacidade criativa

Fontes: “Study on the contribution of culture to local and regional development – Evidence from the Structural Funds” (http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc2942_en.htm) ; “Counting on Creativity” (http://perfect-moment.co.uk/wb/media/download_gallery/pm_cc_report_download.pdf)

Estudo de Caso: “Na senda de um novo caminho para o Crescimento” (Islândia)

A Islândia, um país (uma ilha) como uma população de cerca de 318.000 habitantes, uma área total de 103.000 Km², estando entre os 20 países com maior PIB per capita a nível mundial, sofreu em cheio as piores consequências da crise financeira de 2008.

Em 2011, a consultora McKinsey foi contactada por entidades Islandesas para elaborar um estudo que permitisse, numa perspectiva independente e numa óptica de produção, desenhar uma estratégia para levar á prática o potencial e as ambições de crescimento económico da população da Islândia. No final de 2012 foi produzido o relatório sob o título “Charting a Growth Path for Iceland” cujas conclusões revelam aspectos interessantes para uma análise de benchmarking com a economia dos Açores.

A economia da Islândia tem como sectores estratégicos-chave, ou motores da sua economia, os sectores da Pesca, a Energia (incluindo o sector metalúrgico que depende largamente da energia) e o Turismo (vertente exportação), todos eles envolvendo actividades ligadas á

exploração dos recursos naturais. No seu conjunto os três sectores geram 80% das exportações, mas representam apenas 24% do PIB e não mais de 15% do emprego total. Por outro lado, são sectores capital-intensivos que ocupam cerca de 45% do capital total utilizado para investimento pelo sector público e privado (não incluindo infra-estruturas).

O sector de Serviços Internos (incluindo o sector de distribuição por grosso e retalho, a construção, o sector de serviços públicos, os serviços financeiros, a componente interna do turismo e da logística e o sector privado de outros serviços) ocupa 64% do PIB e dá emprego a mais de 70% da população empregada. Este sector inclui actividades que produzem bens não transaccionáveis, na maior parte para o mercado interno, e está pouco sujeito a concorrência externa.

O sector de Serviços, tal acima identificado, desempenha um papel importante na performance da economia Islandesa mas revela, em termos comparativos com os países do mesmo ranking da Islândia, uma fraca produtividade. Em concreto, constata-se que os sectores bancário, de distribuição, de logística e de serviços públicos podem ter significativas melhorias de produtividade e libertar emprego (população escassa) para utilização nos sectores atrás identificados como motores da economia.

O driver mais eficaz para favorecer melhorias de produtividade no sector de Serviços é a concorrência. A concorrência conduz a adopção das melhores práticas técnicas e operacionais e facilita o sucesso das empresas mais inovadoras e produtivas. As empresas menos produtivas têm de melhorar o seu desempenho ou sair do mercado. Ao longo de um processo de mudança e de forma natural a mão-de-obra disponível desloca-se para os sectores com maior potencial de gerar emprego (por exemplo, as pescas, o turismo).

A concorrência advém da abertura do mercado. Na Islândia, o sector de distribuição a retalho melhorou significativamente a sua produtividade na sequência da queda de algumas barreiras alfandegárias e fiscais e da liberalização da venda de produtos de consumo (que era regulada).

O estudo da McKinsey revela que o sector de serviços públicos, o sector de transportes e o sector das telecomunicações apresentam um enorme potencial para melhorias de produtividade e de libertação de mão-de-obra.

Fontes:

- *“Charting a Growth Path for Iceland”, McKinsey Scandinavia, Autumn 2012, version 1.0.*
- *“Analyzing Iceland economy and trade”, Haraldur Níels Sigurjónsson, September 2011.*

Estudo de Caso: “Naval Air Station Keflavik” (Islândia)

A base aérea de Keflavik desempenhou um papel crucial durante a II Guerra Mundial e depois na Guerra Fria. A sua missão principal era a guerra anti-submarina e a defesa aérea. Na base estavam instalados o United States Air Force 's 85th Group , a Fleet Air Keflavik, o commando da US-provided Iceland Defense Force, o NCTS Keflavik, e o US Naval Hospital Keflavik.

A base nasceu durante a II guerra mundial os ingleses invadiram (de forma pacífica...) a Islândia para aí constituir uma base. Os USA instalaram uma base aérea que aí permaneceria até 1947. Em 1951 os USA voltaram para reinstalar uma base aérea (“military air terminal and refueling point for trans-Atlantic air service between the United States and Europe”) e iriam permanecer até 2006.

Em 2006, a base tinha 1.200 militares da US navy e da US Air Force e as respectivas famílias. Num total de **2.500 pessoas**. As actividades da base envolviam 900 trabalhadores islandeses, cuja carreira profissional se tinha iniciado na base.

Em 15 Março 2006 o embaixador Americano anunciou que os USA tinham decidido reduzir a dimensão da Iceland Defense Force. Durante um período de 6 meses, até 8 Setembro 2006, os militares e famílias foram transferidos para fora da Islândia.

Alguns comentários dos elementos envolvidos neste processo:

- *“I’ve been here 32 years. I don’t know anything else.”*
- *About one-third of Jonsson’s local employees are over 60 years old, and he said he worries for their futures.*
- *Few will be able to make as much money on the local economy as they do at the base.*
- *Still, Icelandic employees said the market in the area and around nearby Reykjavik is good at the moment, and those who received termination letters got them almost immediately after the announcement, allowing them time to search for work.*
- *“This base was a good employer,” Jonsson said. “Everybody’s been hoping this would last longer. We realize it’s a changing world.”*

Em Outubro 2006 o Governo Islandês converteu a base aérea num aeroporto internacional, hoje o Keflavik International Airport, que passou a ser gerido por uma empresa Estatal criada para o efeito. Desde então, em 2008, o aeroporto abrigou aviões da Nato em operações de policiamento (AWACS) e em 2012 foi anunciada a instalação de um “data center”, tirando partido da vantagem energética decorrente da utilização da geotermia (sem “carbon footprint”).

Desde esta altura, a Islândia tem vindo a tomar um novo posicionamento estratégico como “a coastal state in the Arctic”.

As relações comerciais com os EUA

Os EUA são o segundo maior país de destino das exportações da Islândia a seguir á UE. Os EUA são **um dos principais investidores estrangeiros**, com investimentos no sector do alumínio.

È necessário não esquecer que:

“The United States was the first country to recognize Iceland's independence in 1944 following Danish rule, union with Denmark under a common king, and German and British occupation

during World War II. Iceland is a member of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) but has no standing military of its own. “

E vejam também os **Chineses na Islândia**:

<http://www.nst.com.my/opinion/columnist/western-govts-suspicious-of-chinese-investments-1.210464>

Iceland, in November, rejected a Chinese bid **to acquire land ostensibly** to build a resort featuring hot-air balloon rides and a golf course.

Estudo de Caso: “Projecto Solwara 1 da Nautilus Minerals”

Duas empresas internacionais têm mostrado interesse sério na mineração dos fundos marinhos.

A **Neptune Minerals**, empresa com sede na Austrália que se candidatou a uma licença de mineração em 2008 para dois depósitos a cerca de 1.250 metros de profundidade perto das ilhas Kermadec ao largo da Nova Zelândia. Também lhe foram concedidas licenças de exploração em águas territoriais da Papua-Nova Guiné, nos Estados Federados da Micronésia e em Vanuatu. Mas não iniciou actividade comercial.

A outra é a **Nautilus Minerals**, com sede no Canadá, que iniciou o **projecto Solwara 1** nas águas territoriais de Papua Nova Guiné. A Nautilus Minerals Inc. é propriedade conjunta de várias das maiores empresas de mineração do mundo - Barrick Gold Corporation, a Anglo-American, a Teck Cominco, e Epion Holdings. O governo da Papua Nova Guiné reservou o direito legal de adquirir até 30% do capital próprio do projecto.

A empresa detém actualmente 51 licenças de exploração nos Mares das ilhas Bismarck e Salomão, no sudoeste do Pacífico, abrangendo 107.917 km², e efectuou 37 pedidos de licença de exploração, cobrindo mais 88.906 km². Por outro lado, possuem licenças de exploração em Tonga e as Ilhas Salomão, e têm pedidos pendentes em Tonga, Fiji e Nova Zelândia.

O projecto Solwara propõe-se extrair ouro e minério de cobre dos depósitos submarinos de sulfuretos maciços a 1.600 m - 1.200 m de profundidade no fundo do mar do Mar de Bismarck, província da Nova Irlanda, Papua Nova Guiné.

Os depósitos de sulfureto em montículos estão associados com sistemas hidrotermais profundos e às características únicas dos seus ecossistemas de quimiossíntese (baseados em químicos resultantes da ventilação dos fluídos em lugar da fotossíntese) que apenas recentemente se tornaram conhecidas pela ciência.

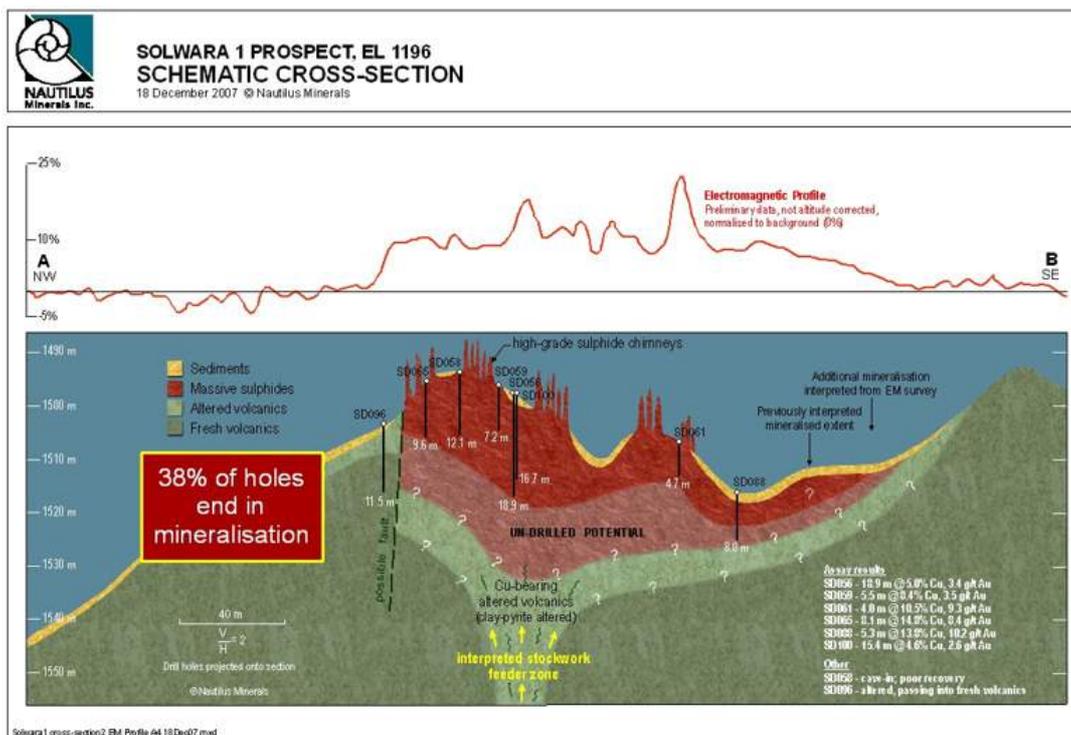
O projeto propõe-se extrair minério de um enorme depósito de sulfuretos maciços em fundos marinhos na zona Solwara 1, incluindo áreas de chaminés hidrotermais activas e inactivas e os ecossistemas a elas associados.



O depósito de sulfuretos em montículos localiza-se no noroeste da vertente activa do vulcão submarino North-Su, cerca de 200 m acima do fundo do mar que o rodeia e estende-se numa área de cerca de 2 km de diâmetro. A área abriga cerca de 40 mil chaminés hidrotermais.

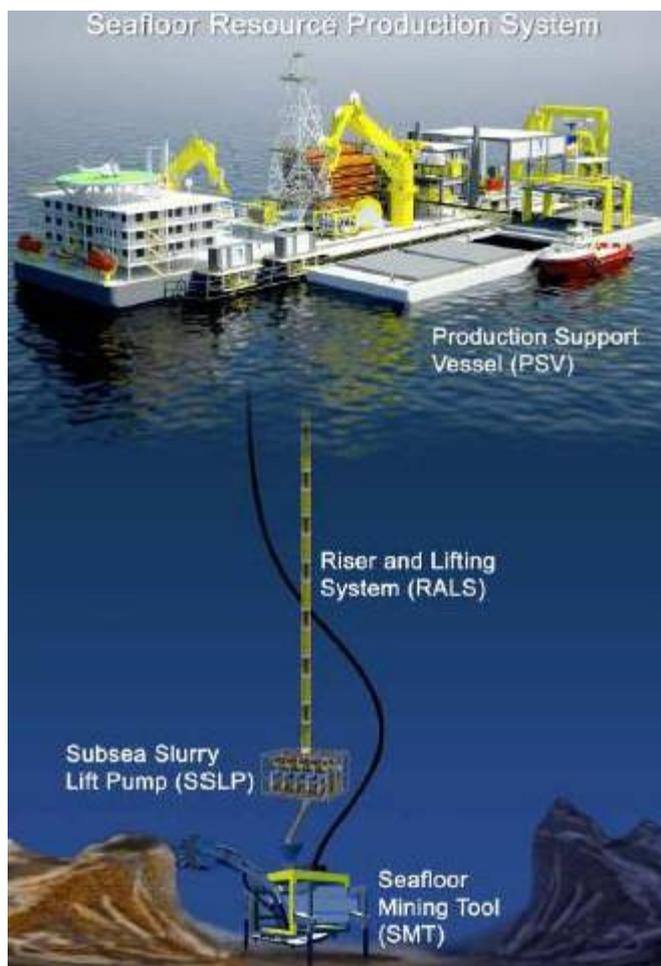
A Nautilus propõe-se explorar cinco áreas, cobrindo aproximadamente 11 hectares (110.000m²) do fundo do mar, extraíndo cerca de 2,17 milhões de toneladas de minério para produzir cerca de 435.000 onças de ouro e 157 mil toneladas de cobre.

A vida útil previsível da mina é de 30 meses (com um máximo de produção de 5.900 toneladas de minério por dia), mas poderá estender-se por mais 5 anos e mesmo para além desse período se entretanto tiverem lugar outras descobertas.



O perfil do projecto Solwara 1

Durante a operação de mineração, cerca de 130 mil toneladas de sedimentos não consolidados (uma camada de cerca de 6 m sobre os depósitos) e 115.000 toneladas de resíduos de rocha serão removidos e bombeados, encosta abaixo para áreas submarinas próximas.



O minério será escavado e recolhido através de um equipamento próprio para a mineração em fundos submarinos (em inglês um *Seafloor Mining Tool* - SMT), que fora de água pesa 250 toneladas, tem 8 m de altura, 17 m de comprimento e 13 m de largura, com um tambor cilíndrico de diâmetro de 2 metros que corta e suga o minério para a superfície através de sistema hidráulico.

O SMT, alimentado por 6 unidades de energia eléctrica, deslocar-se-á através da vala de mineração de 2,5 m a 3,5 m de altura, cortando, com a sua cabeça de corte, faixas de 2 metros na vertical e horizontal dos depósitos, até uma profundidade máxima de 220m abaixo da superfície do leito submarino. O minério escavado será recolhido por um tubo de sucção localizado na parte posterior do tambor da cabeça de corte.

Serão utilizados dois veículos operados remotamente (ROVs) para apoiar o processo, incluindo a remoção de sedimentos em excesso através de uma bomba de sucção e de tubagem de descarga.

O SMT vai ser operado remotamente através de um cabo eléctrico em fibra óptica ligado umbilicalmente a um navio de apoio (*Mining Support Vessel – MSV*) com 160 m de comprimento, que será mantido sobre o local da mina através de um sistema de posicionamento dinâmico (*Dynamic Positioning System - DPS*).

O minério em suspensão será bombeado para o navio MSV localizado á superfície, através de um sistema de levantamento e elevação (*Riser and Lift System - RALS*). Uma vez no navio ser-lhe-á extraída a água que depois de separada será descarregada para o leito do mar.

O minério será carregado em barças de transporte, 3 a 9 viagens de ida e volta (*shuttle*) por semana. Cada barça terá 85 m de comprimento, para o transporte a uma distância de 50 km para o sul para armazenamento temporário no Porto de Rabaul, ao norte da New Britain Island.

Na **Fase I** do projecto o minério será exportado de Rabaul com recurso a navios graneleiros (*bulkcarriers*) com 160 m de comprimento fora-fora (LOA) e 25.000 toneladas de porte bruto (*deadweight tonnage - DWT*), que efectuarão 3 a 6 viagens por mês com destino a portos estrangeiros, onde se localizam unidades de processamento e de fundição.

Na **Fase II** está prevista a construção em terra (*onshore*) na Papua Nova Guiné de um concentrador, e o minério concentrado será exportado para fundições no estrangeiro.

O projecto terá cerca de 140 trabalhadores, a maioria serão expatriados com qualificações técnicas específicas.

O projecto prevê contribuir com um total de \$41 milhões de dólares em impostos e *royalties*, um fundo de Desenvolvimento Comunitário de cerca de \$1,5 milhões de dólares, e benefício económico directo para Papua Nova Guiné de \$142 milhões de USD.

O arranque estava previsto para o 4.º trimestre de 2010, mas foi adiado devido à situação financeira global e á instabilidade nos mercados de exportação.

Em Dezembro de 2008, a Nautilus suspendeu os contratos e encomendas, incluindo a encomenda do MSV, e demitiu cerca de 30% de seus funcionários.

A preços de 2010, as estimativas de venda do projecto Solwara 1 eram de \$370 milhões dólares de ouro e 530 milhões de cobre, um total de **\$900 milhões**.

Situação actual do projecto Solwara 1

As disputas recentes entre o Governo da Papua Nova Guiné e a Nautilus Minerals ameaçam fazer colapsar o projecto que constitui a primeira experiência mundial de extracção industrial de ouro e cobre do fundo do mar.

Em 2011, face á grande necessidade de captar investimento estrangeiro, o Governo tinha acordado pagar 30% dos custos de instalação do projecto Solwara 1, custos que de acordo com a Nautilus Minerals já atingiram os \$80 milhões de dólares. Mas em Junho a empresa instrumental do Governo para esse tipo de investimentos, a Petrofin, comunicou que iria rescindir o contrato. Sem o financiamento do Governo, a Nautilus afirma que não pode dar continuidade ao projecto e o assunto está agora em arbitragem através de um tribunal Australiano.

Em meados de Novembro 2012 as acções da Nautilus caíram 60%, face ao anúncio de que iria despedir 60 trabalhadores e parar os trabalhos de montagem do projecto para poupar capital. O Director Executivo da empresa ameaçou com nova vaga de despedimentos até ao fim do ano caso não se chegue a um acordo.

No entanto, todas as partes manifestam esperança na continuidade do projecto.

As preocupações ambientais

No entender de um grupo ambientalista da Papua Nova Guiné as preocupações sobre o impacto do projecto devem ser a possibilidade de:

- perda do *habitat* e a degradação da qualidade da água,
- perda de espécies endémicas ou raras,
- um decréscimo na diversidade de espécies (níveis taxonómicos).

Segundo o mesmo grupo, a pegada ecológica da operação normal do projecto será significativa. Uma área de 11 hectares de montículos de sulfureto, todos os organismos a eles associados, e dezenas de milhares de chaminés de ventilação serão removidas e destruídas durante o processo de mineração, numa profundidade máxima de 220m abaixo do fundo do mar.

Os sedimentos em suspensão resultantes das operações de mineração e o despejo de desperdícios afectarão uma área extensa do fundo submarino.

O ruído debaixo de água será audível a 600 Km e poderá afectar o comportamento das baleias.



Fontes:

- Governo dos Açores, comunicado de 14 de Setembro 2012, “Governo pretende atribuir direitos de prospecção e pesquisa em cinco zonas da Zona Económica Exclusiva”.
- Revista “The Economist”, 14 May 2009, “The unplumbed riches of the deep”
- Reuters, 12 Dezembro 2012, “Canadian underwater miner gets sinking feeling in Papua New Guinea”
- Estudo “Independent Review of the Environmental Impact Statement for the proposed Nautilus Minerals Solwara 1 Seabed Mining Project”, efectuado para o Bismarck-Solomon Seas Indigenous Peoples Council, Madang, Papua Nova Guiné, 2009.

- “Os Campos Hidrotermais e a sua Biosfera”, Ricardo Serrão Santos, Departamento de Oceanografia e Pescas, Universidade dos Açores, Conferência Fórum do Mar, Exponor – Matosinhos, 17 de Junho 2011.
- “Governo Oceânico, bases estratégicas para o desenvolvimento do mar dos Açores”, tese doutoramento, Maria Luz Paramio Martin, Universidade dos Açores, 2012.
- Website da empresa Nautilus Minerals: www.nautilusminerals.com

Estudo de Caso: “La Reunión” (França)

La Réunion é uma Região Ultraperiférica da União Europeia (departamento de França desde 1948, região administrativa), localizada a cerca de 9.500 da capital de França. É uma ilha vulcânica localizada no Oceânico Índico, 700 Km a Leste de Madagáscar e a 200Km a Oeste das Maurícias. Tem uma superfície de 2.512 Km² dos quais 25% são terra arável.

Em 2011, a população estimada era de 839.480 habitantes. Uma população jovem, resultado de uma taxa de natalidade elevada. A densidade populacional é de 327 hab/Km².

O PNB *per capita* situa-se nos USD 18.000. Os sectores económicos mais relevantes são por ordem de importância em termos de valor acrescentado: o turismo, a agricultura, as pescas e as indústrias agro-alimentares.

Uma taxa de desemprego é da ordem dos 33%, mas na faixa etária dos 18-25 anos atinge os 60%.

Do ponto de vista cultural há que ter conta que no passado regiões como a África do Sul, Moçambique, Guiné, Índia e China participaram no povoamento da ilha (período escravagista no final do séc. XVII, e período de recrutamento de mão de obra “por contrato” nos meados do séc. XVIII). No período escravagista predominava a cultura do café e no séc. XVIII até aos dias de hoje a cultura da cana de açúcar. Trata-se de uma terra de mestiços, aberta a diferentes culturas mas com uma coesão social notável.

O Estado Francês definiu para a Reunião um desafio de abertura regional e marítima. Na ilha viveram-se tempos de desinteresse pelo mar e a dependência da metrópole era quase total. O objectivo é que a ilha venha a desempenhar um papel de relevo no Oceano Índico no plano económico, científico e cultural.

A administração local definiu cinco prioridades estratégicas:

- Proporcionar a La Réunion um modelo de desenvolvimento equilibrado.

Através da criação de zonas francas os poderes públicos definiram com os parceiros locais os sectores económicos prioritários com capacidade para mais contribuir para o desenvolvimento da ilha: as energias renováveis (tendo em vista a autonomia energética da ilha), as indústrias agro-alimentares (com suporte no sector agrícola tradicional), o turismo (com grande potencial de criação de emprego), as tecnologias de informação e as comunicações, a investigação e desenvolvimento ligada aos sectores tradicionais (agricultura e pescas).

- Acompanhar de perto a abertura da ilha ao Oceano Índico

Reforço da cooperação e do intercâmbio com países da região. As ilhas do Índico (Comores, Madagáscar, Maurícias e Seicheles) representam um mercado de 30 milhões de habitantes mas são origem de apenas 1% das importações e 10% das exportações de La Réunion.

- Preservar a coesão da sociedade de La Réunion

Através de políticas de solidariedade (construção de casas sociais), sucesso educativo (formação profissional para os jovens) e apoio á vida associativa, desportiva e cultural.

- Proteger a população de La Réunion

Proteger a população face aos riscos naturais (ciclones, sismos e erupções vulcânicas), tecnológicos, sanitários e delinquência (violência familiar e violência contra as mulheres).

- Dotar a ilha de um modelo de governação exemplar

Num contexto de contenção orçamental do Estado Francês La Réunion está sob vigilância e os agentes do Estado devem ser exemplares, virtuosos, actuar estrategicamente e serem abertos aos parceiros sociais e económicos.

São estas prioridades que enquadram a programação dos fundos europeus no período 2007-2013.



O Porto de La Réunion

O porto de La Réunion é um porto multifuncional envolvendo valências nas áreas comercial, pesca, marina e militar, e constitui um dos principais activos da ilha. Está localizado na costa Nordeste. Foi considerado pelo Estado Francês um porto de interesse nacional e é uma concessão do Governo à CCIR (Câmara de Comércio e Indústria de Reunião).

O porto estende-se por dois locais distintos: o porto comercial e industrial a **Leste** e o porto histórico (Pointe des Galets) a **Oeste**, junto ao centro a cidade.



Desde 2004, o Porto de Reunião tem vindo a por em prática um programa de expansão e modernização das suas instalações, de forma a adaptá-lo ao aumento da dimensão dos navios e aos volumes de tráfego, permitindo-lhe ambicionar vir a desempenhar um papel fundamental no tráfego marítimo regional. Para o porto histórico o aspecto mais relevante é desenvolver-se de forma consistente com o desenvolvimento do próprio Município, criando novos serviços e actividades de lazer, mas mantendo as actividades ligadas à pesca, a marina e aos cruzeiros.

Em 2008, foi inaugurada no Porto Oeste uma zona de expansão de 5 hectares no East Port tendo como vocação ser uma plataforma *transshipment*.



O Navio MS Laura em Port Réunion,
com 300m comprimento, 40m de boca e 6.732 TEU's

Em 2010, o tráfego anual do porto foi de 4,2 milhões de toneladas. O tráfego em contentores atingiu os 220.000 TEU's dos quais cerca de 7.000 são de *transhipment* (3.500 de entrada e 3.500 de saída). A taxa de contentorização (retirando as cargas a granel) na entrada é de 94,8% e á saída de 99,5%.

Em 2008, o terminal de contentores atingiu os 21.000 Teu's no segmento de *transhipment*.



Pórticos no terminal de contentores

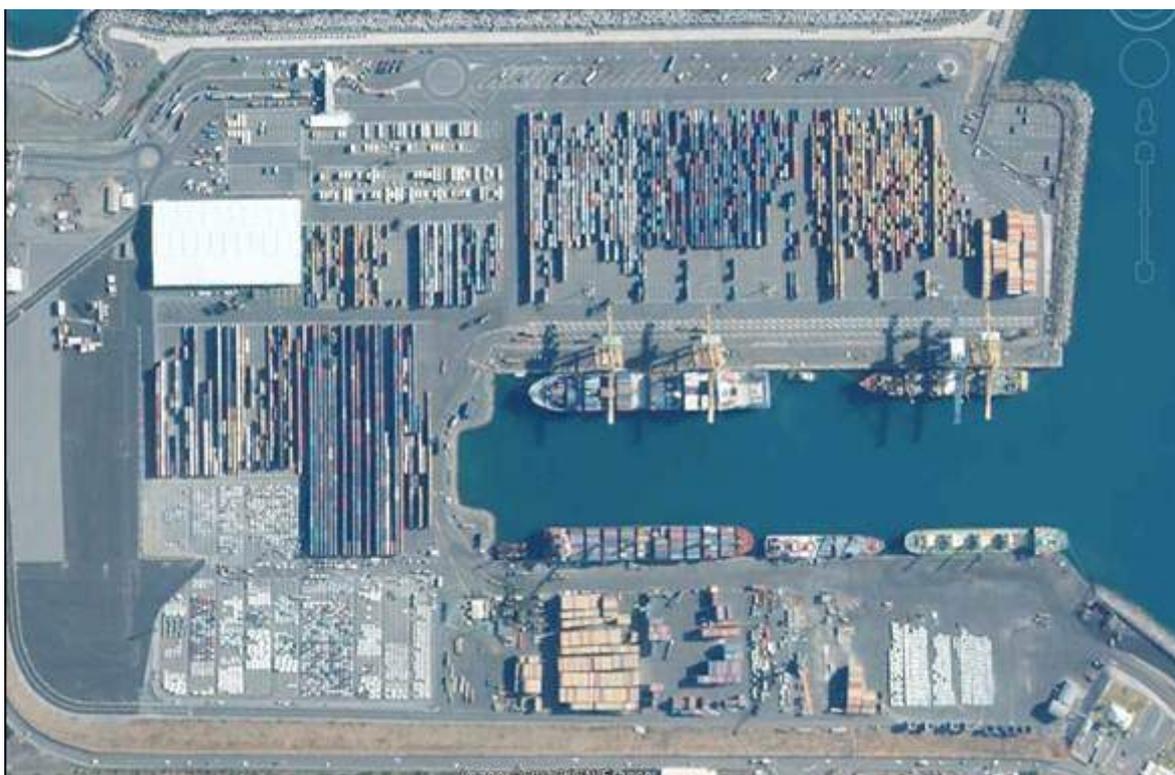
Em Abril 2012, a CCIR assinou um acordo financeiro com a AFD (Agence Française de Développement), no valor de €11 milhões de Euros para financiar os investimentos de extensão e aprofundamento da bacia do terminal de contentores, de forma a aumentar a sua capacidade e criação de uma bacia para a marina.

O financiamento foi atribuído porque se espera promover a integração da ilha no comércio marítimo internacional e regional através da redução dos tempos de espera dos navios e dos fretes através do aumento da taxa de rotação dos stocks.

O Porto de Reunião tem uma actividade centrada nas importações (86% do tráfego total em toneladas) no contexto da satisfação das necessidades do mercado nacional.

A actividade de *transhipment* é ainda reduzida mas espera-se que venha a aumentar tendo em conta as vantagens do porto em termos de custos e áreas de armazenamento de carga e parqueamento de contentores.

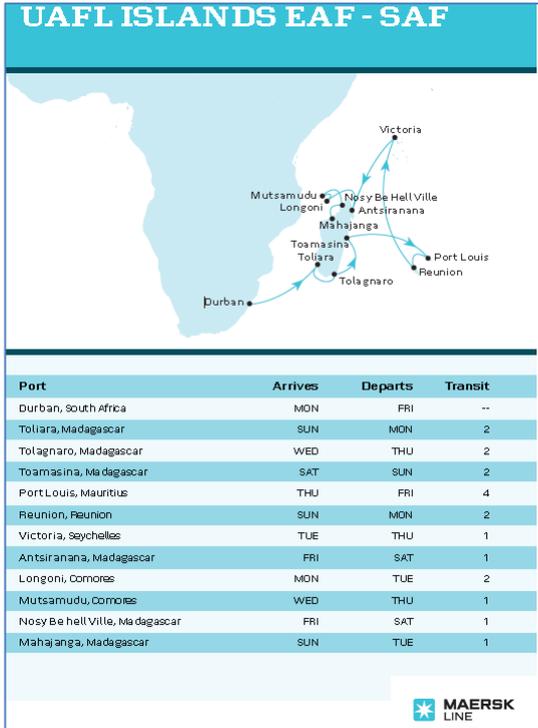
O principal objectivo do plano de investimentos em curso é aumentar a capacidade de atracação, particularmente no terminal de contentores, e reduzir os tempos de espera. A extensão dos cais tornará possível a atracação em simultâneo de dois navios porta-contentores (hoje apenas pode atracar um navio).



West Port, terminal de contentores

O objectivo para o porto de pesca é desenvolver a oferta local do sector. As obras na bacia do porto de pesca terminaram em 2009, mas os trabalhos nas infra-estruturas (oficinas, armazéns frigoríficos, etc.) estão por concluir.

Espera-se um incremento da actividade marítima regional decorrente do aumento do comércio entre África e Ásia e, apesar das Maurícias terem a ambição de serem tornarem um *hub* na zona, **Porto Reunião** procura complementar o papel de **Port-Louis**. Em baixo, apresentam-se os itinerários de dois principais operadores de serviços de contentores na Região.



Fontes:

- Project d' Action Stratégique e l'État (La Réunion) 2011-2013
- Port Reunion Trafics 2010 (Ministère des Transports)
- Site www.reunion.gouv.fr

Estudo de Caso: “Finlândia – Transformation of the innovation system: A network approach”

Enquadramento

O caso de transformação do sistema de inovação da Finlândia, com base numa abordagem das redes, apresenta um modelo de recuperação económica ocorrido durante um período de mudanças profundas a nível global.

A Finlândia conseguiu ultrapassar profundos desafios com que a sua indústria se deparou, efectuando um ajustamento estrutural para manter a sua posição competitiva na economia global.

A experiência de crescimento do pós-guerra da Finlândia assemelha-se aos milagres de crescimento contemporânea do Japão e da Alemanha Ocidental do pós-guerra. A seguir à perda da Segunda Guerra Mundial e das grandes reparações de guerra, a economia finlandesa rapidamente se industrializou com base em grandes investimentos em indústrias pesadas orientadas para a exportação, como papel e celulose, metais básicos e produtos químicos. Com base nesta aposta, a Finlândia, no final dos anos 80 era já um dos países mais ricos do mundo em PIB per capita.

No entanto, no início da década de 90, a desregulamentação dos mercados financeiros (aumento das taxas de juros reais) e o colapso da União Soviética, revelaram as ineficiências estruturais da economia finlandesa e a Finlândia colapsou numa profunda recessão.

As empresas finlandesas realizaram despedimentos massivos, reorganizaram os processos produtivos, melhoraram substancialmente a produtividade e competitividade, e tudo isto quase sem recurso a financiamento adicional. O governo fez cortes drásticos nos gastos públicos, a competitividade das exportações de empresas finlandesas foi valorizada como um objectivo político fundamental. Além disso, os cidadãos mudaram seus padrões de comportamento: as pessoas começaram a pagar as dívidas, trabalharam mais afincadamente e muitos procuraram novas oportunidades de formação para melhorar as suas competências.

Estratégia de Desenvolvimento

A estratégia de desenvolvimento da Finlândia baseou-se na procura de aumento da competitividade em geral, com especial enfoque no desenvolvimento tecnológico. Com base em 7 factores de competitividade a Finlândia desenvolveu um programa de crescimento económico:

- Recursos produtivos – desenvolvimento de “venture capital”, formação de recursos humanos qualificados, desenvolvimento da investigação, desenvolvimento das infra-estruturas de comunicações;
- Tecnologias – capacidade de produção de inovação tecnológica através de investimento em I&D, reflectido na produção de patentes tecnológicas, difusão social das novas tecnologias;

- Estrutura organizacional – promoção da participação feminina na actividade laboral, desenvolvimento da motivação nas organizações e programas de incentivos, gestão por processos, coordenação da eficiência;
- Mercados dos produtos – mercado de elevado nível de sofisticação dos consumidores, cooperação tecnológica entre as empresas e exigente regime de responsabilidade do produto;
- Actividades de negócios internacionais – incrementos do investimento directo estrangeiro, especialmente na participação em fusões e aquisições, abertura aos mercados externos,
- Quadro institucional – quadro regulamentar competitivo,
- Papel do governo no novo paradigma tecno-económico – investimento em I&D, despesa em educação,

Apesar de o caso finlandês ser essencialmente um processo colectivo com ampla adesão da sociedade ao processo de mudança, os mecanismos de coordenação sociais, especialmente os relacionados com o sistema de inovação, desempenharam um papel crítico para o sucesso do modelo de desenvolvimento.

Dois factores-chave tem destaque especial:

- **Definição de uma visão sistemática partilhada**
A visão sistémica, conjunto de ideias gerais de como criar crescimento económico, o desenvolvimento de estruturas económicas de forma eficiente, e reestruturar os processos de produção. A grande vantagem de uma visão sistémica é permite a comunicação entre os atores sociais, mesmo que tenham diferentes interesses e preferências. Durante os anos 90, a "sociedade do conhecimento" tornou-se a nova visão sistémica na Finlândia, que orientou os vários intervenientes no processo de reestruturação.
- **Coordenação dialogante**
Numa coordenação dialogante, a actividade económica é coordenada através de uma comunicação contínua, rica e com ajustamento mútuo das partes. O diálogo sistemático funciona como uma plataforma para a criação conjunta e troca de informação entre os agentes económicos. A coordenação dialogante não se destina à criação de consensos entre os participantes, mas pretende iniciar processos de aprendizagem comum. Neste aspecto, o Conselho Finlandês da Política Científica e Tecnológica, presidido pelo Primeiro-ministro e participado por instituições de investigação, associações empresariais e representações dos empregadores e trabalhadores, desempenhou um papel fundamental na definição do caminho em direcção ao desenvolvimento económico pela criação de nova visão sistémica da "sociedade do conhecimento".

Os principais desafios que ainda se podem encontrar no desenvolvimento da política de inovação da Finlândia passam por:

- reestruturação técnico-organizacional e desenvolvimento de competências ao nível da empresa;
- modernização das indústrias de baixo nível tecnológico;
- desenvolvimento de serviços de aplicação de conhecimento intensivo;
- apoiar a formação de redes inter-organizacionais;
- fortalecer a investigação básica;
- adaptação do sistema educativo;
- prevenção de segmentação social e da exclusão social;
- promoção da cooperação inter-regional;
- desenvolvimento instrumentos de para apoiar a promoção da política de inovação.

Entre outros aspectos, realça-se na análise efectuada as actividades com menor aplicação de novas tecnologias, onde ainda predominam as actividades na Terceira, identifica-se que as empresas neste sectores necessitam de **maiores apoios relacionados com a concepção e marketing dos seus produtos** para atingirem maiores níveis de inovação nos mercados em que actuam. Outro desafio encontrado por estas empresas é a necessidade de integrarem novas tecnologias como forma de transformação e renovação das áreas tradicionais.

A Finlândia possui um sistema de inovação complexo, estruturado em níveis nacionais, sectoriais e regionais, interessa aqui caracterizar melhor o sistema regional como modelo de referência para os Açores. Ao nível regional, geralmente, é mais fácil a mudança de especialização dada a existência de interesses económicos comuns, tirar partido de sinergias e ligações de proximidade e uma coordenação mais acessível.

A nível regional, a inovação encontra-se apoiada por uma rede de institutos politécnico de vocação local e por uma rede de centros de especialização (Centre of Expertise Programme – OSKE, 13 a nível nacional e 21 regionais). Os centros de especialização pretendem focalizar recursos e actividades locais para áreas de desenvolvimento de elevada relevância nacional contando com a participação de um conjunto amplo de entidades: universidades, institutos de ensino superior, centros de investigação, centros tecnológicos e de várias fontes de financiamento (municípios, conselhos regionais, centros de emprego, centros de desenvolvimento económico e governos regionais).

Conclusão

Com base numa forte orientação para a engenharia, a estratégia de criação de valor na Finlândia foi baseada principalmente na inovação tecnológica. A Finlândia era o segundo país mais competitivo depois dos Estados Unidos no final da década de 90. Esta estratégia de ajustamento económico, permitiu elevar substancialmente a competitividade e o crescimento económico verificado no final da década de 90 na Finlândia. Os resultados obtidos deste ajustamento sistémico foram claramente reflectidos em altas taxas de crescimento da produtividade

Do caso Finlandês podemos deduzir que uma região culturalmente homogénea pode ser uma vantagem competitiva no ajuste sistémico exigido pela transformação da economia mundial. Os objectivos do desenvolvimento podem ser mais facilmente alcançados quando os principais decisores, das várias áreas envolvidas, podem ser reunidos em torno de uma mesa e, com base nas suas redes de relacionamentos e de confiança mútua, podem facilitar a coordenação de políticas complementares no desenvolvimento.

Fonte: “Transformation of the Finnish innovation system: A network approach”, SITRA (Finnish Innovation Fund), 2001

Diagnóstico Estratégico

Factores Distintivos

O diagnóstico estratégico possibilitou a identificação de um conjunto de factores distintivos da ilha Terceira. Estes factores são a base de partida para a definição da estratégia de desenvolvimento, através da sua valorização enquanto factores de competitividade das actividades locais.



- **Localização Geoestratégica** – a localização Atlântica da Terceira, no espaço do arquipélago dos Açores, é uma forte característica distintiva, dando uma perspectiva cultural e económica da intermediação deste espaço entre os continentes Europeu e Americano.
- **Infra-estruturas de Transportes Intercontinentais** – as infra-estruturas portuárias e aeroportuárias permitem distinguir a Terceira enquanto ponto de ligação dos transportes intercontinentais e potenciar a ligação da Terceira, por via aérea ou marítima, aos mercados a nível mundial.
- **Agro-indústrias e Condições Edafo-climáticas** – a Terceira distingue-se pela sua preservação da riqueza natural sem constranger a iniciativa empresarial nas actividades tradicionais de agro-indústrias.
- **Cultura e Património Edificado e Imaterial** – a Terceira, enquanto partilha um espaço cultural comum dos Açores, também preserva uma tradição cultural própria, coroada pela classificação do centro da cidade de Angra do Heroísmo como Património da Humanidade.
- **Qualidade Ambiental** – característica que valoriza a Terceira enquanto criadora de produtos naturais de elevado valor, destino turístico de oferta baseada na qualidade e riqueza do meio ambiente e, também, característica que oferece elevada qualidade de vida aos seus habitantes.
- **Mar** – imensidão de espaço que acresce ao território terrestre da Terceira, onde podem desenvolver-se actividades económicas tradicionais mas também actividades

que ainda constituem nos dias de hoje novas fronteiras de exploração do conhecimento (biologia marinha e mineração submarina).

Sectores de Actividade de Elevado Potencial

O estudo sobre os sectores de actividade económica da Terceira permitiu a identificação daqueles onde a focalização do investimento poderá trazer maiores retornos para a competitividade e emprego na Terceira, enquanto contributo para uma estratégia de desenvolvimento local sustentável.

Actividades Tradicionais



- **Turismo** – o turismo é um sector fundamental na estratégia de desenvolvimento da Terceira, que justifica uma aposta continuada no seu investimento, enquanto actividade de valorização económica, promoção do emprego e sustentação do desenvolvimento económico, social e cultural da Terceira, com uma estratégia de oferta turística distintiva destinada a segmentos especializados e mercados de elevado valor, articulando-se com outras actividades locais de elevado valor-acrescentado.
- **Fileira do Leite** – sector tradicional de actividade económica da Terceira em fase de reconversão, encontrando-se num momento em que a definição estratégica para o futuro terá fortes implicações na população local no emprego, bem como na oportunidade de gerar actividade de maior valor-acrescentado com base na inovação e aplicação de novos conhecimentos científicos, incluindo os oriundos das competências locais.
- **Fileira da Carne** – sector de implantação recente, com elevado potencial de expansão, inovador e comercialmente dinâmico, quer a nível nacional quer com o estrangeiro.
- **Pescas** – sector de actividade tradicional, que tem passado por diversas alterações ao longo da história da região, com grande contributo para a capacidade exportadora e com elevado potencial de exploração dos recursos marinhos locais.
- **Floresta** – sector tradicional com nova estratégia a nível da região, com competências locais tradicionais ainda não completamente exploradas e com potencial de suporte a instalação de novas unidades operativas na transformação dos produtos da floresta.
- **Logística e Transportes** – potencial de desenvolvimento e remoção de constrangimentos ao crescimento económico local e regional, potenciação das exportações e desenvolvimento do mercado interno regional.

Novos Sectores de Actividade



- **Diversificação Agricultura** – as condições edafo-climáticas da Terceira permitem a produção de uma grande variedade de produtos agrícolas, podendo esta vertente ser explorada na perspectiva de valorização dos produtos agrícolas com vista à sua exportação, bem como a substituição de produtos importados por produtos da actividade local.
- **Novos Recursos Naturais Marinhos** – a exploração de recursos naturais submarinos, quer da natureza biológica quer mineral, oferece uma ampla oferta de exploração por realizar no mar da região dos Açores, a Terceira poderá ter uma função central nas actividades de apoio à exploração deste recursos, na perspectiva de apoio logístico, transformação e actividades de suporte.
- **Serviços Pessoais (saúde, alojamento sénior)** – as condições naturais da Terceira, associadas à crescente procura de serviços de saúde pessoal, promovem a emergência de uma oferta de serviços pessoais, que complementam os serviço de saúde com serviços turísticos e de alojamento que fará emergir uma nova actividade na Terceira, com potencial de elevado valor-acrescentado e empregabilidade de elevadas qualificações.
- **Actividades Culturais, Criativas e de Animação Turística** – o património cultural imaterial da Terceira apresenta um potencial de exploração de animação turística que importa desenvolver, preservando a autenticidade da expressão cultural local, mas potenciando o desenvolvimento dos talentos artísticos locais e a implementação de indústrias criativas, com base cultural e com sustentação tecnológica e ampla difusão global.
- **Ciência e Tecnologia** – a existência de capacidade científicas de excelência na Terceira associada às condições específicas naturais e geográficas propícias à experimentação natural, tornam a Terceira um palco de investigação e local de encontro do debate científico.

Oportunidades de Melhoria e Constrangimentos

Melhorias a Implementar



- **Sistema de Transportes e Logística** – a implementação de redes logísticas modernizadas, com suporte de cadeias de frio, potenciadores da exportação de produtos locais de mais elevado valor, incremento do mercado interno da região e potenciação das interligações aos principais mercados externos de destino dos produtos locais, o desenvolvimento de economia endógena dos transportes com eixo intercontinental na Terceira, são factores contributivos para o desenvolvimento da Terceira.
- **Enquadramento Político-Administrativo no Financiamento e Investimento** – a arquitectura de sistemas de financiamento ao desenvolvimento e investimento local, bem como o desenho do futuro quadro financeiro plurianual da União Europeia no período 2014-2020, determinam as oportunidades de investimento da Terceira, pelo que urge, primeiro sensibilizar as estruturas decisórias para as necessidades locais, segundo preparar a implementação dos mecanismos de financiamento orientados com base no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Terceira.
- **Sistema Energético** – a necessidade de possuir um sistema energético com capacidade produtiva baseada em fontes alternativas que reduzam os encargos com a energia, um sistema de distribuição de elevado nível de serviço para suporte as actividades económicas e populacionais, bem como a utilização de energias que permitam assegurar a protecção ambiental da Terceira são aspectos que sustentam a necessidade de implementar melhorias no sistema energético da Terceira.

Modificação de Orientação Estratégica



- **Concertação entre Agentes Culturais e Turísticos** – constituição de organismo de representação dos agentes culturais locais, perante instituições, agentes económicos, parceiros de actividade homólogos, financiadores e autoridades político-administrativas, potenciador dos talentos locais, da promoção da animação turística e das actividades emergentes das indústrias culturais e criativas.
- **Integração I&D, Marketing e Sectores Produtivos** – integração das funções de concepção, produção e comercialização, na perspectiva de potenciação da actividade produtiva local com base na inovação gerada pela satisfação de requisitos de mercado e geração de novos conhecimentos científicos de origem local.
- **Rejuvenescimento e Potenciação do Envelhecimento Populacional** – o envelhecimento populacional da Terceira é uma ameaça que deve ser combatida através dos principais vectores estratégicos de desenvolvimento, potenciando a valorização do envelhecimento e procurando rejuvenescer a população através do incentivo à natalidade e a atração de populações jovens do exterior.
- **Mitigar Impacto das Alterações na Base das Lajes** – a Base das lajes, pelo impacto profundo que possui na sociedade e economia da ilha Terceira requer a existência de medidas que procurem transformar esta contingência numa oportunidade de desenvolvimento, desde logo na procura de contrapartidas mas também na busca de novas valências para os recursos disponibilizados pela redução de actividade da base.

Principais Riscos no Desenvolvimento

Neste quadro sintetizam-se os principais riscos identificados no diagnóstico estratégico, nas vertentes naturais e sociais, em função da origem do risco local ou global, procurando-se antecipar medidas de mitigação que deverão ser objecto de aprofundamento na fase de elaboração do plano de acção estratégico.



SWOT

Com base na análise sectorial descrita ao longo deste documento, pretende-se neste capítulo resumir os principais aspectos do diagnóstico estratégico através de uma lista de síntese SWOT (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças).

Pontos Fortes

- Elevado valor paisagístico e acervos históricos e culturais de grande riqueza, com adesão da população a manifestações de expressão cultural e à valorização do património cultural.
- Potencial turístico emergente da conjugação dos atributos naturais, sociais (autenticidade, hospitalidade) e patrimoniais (património edificado cultural, geológico/vulcanológico).
- Disponibilidade de infra-estruturas de transportes (portuárias e aeroportuárias).
- Posição geoestratégica no Atlântico Norte com potencialidades a explorar para o euro-atlantismo.
- Posição geoestratégica perante os grupos central e ocidental do arquipélago.
- Condições edafo-climáticas propícias à agro-pecuária, a química fina e biotecnologia.
- Fileira do leite estruturada, com uma indústria modernizada e com peso ao nível da fileira nacional, com produtos de qualidade reconhecida.
- Existência de Identificação Geográfica Protegida (IGP) e Denominação de Origem Protegida (DOP) – “Carne dos Açores”.
- Ligação às comunidades da diáspora através de laços familiares, institucionais e económicos (EUA, Brasil, Canadá e outros).
- Amplo domínio da língua inglesa pela população local.

- Elevados níveis de participação social e cívica de populações e empresas.

Pontos Fracos

- O modelo de transporte de mercadorias do arquipélago é desfavorável à Terceira, quer na vertente de interligação interna (retirando-lhe capacidade competitiva no mercado regional) quer na vertente de ligação aos mercados externos (limitando o potencial exportador).
- Reduzida escala populacional.
- Baixa cobertura de exportações pelas importações na ilha Terceira.
- Predominância de produtos de baixo valor acrescentado e reduzido grau de inovação.
- Reduzida disponibilidade de terra para a produção agrícola
- Debilidades na rede de distribuição eléctrica.
- Fraca dinamização comercial e de marketing, quer nos sectores de serviços quer na produção.
- Grande desequilíbrio na criação de VAB entre os concelhos de Angra de Heroísmo e Praia da Vitória.

Oportunidades

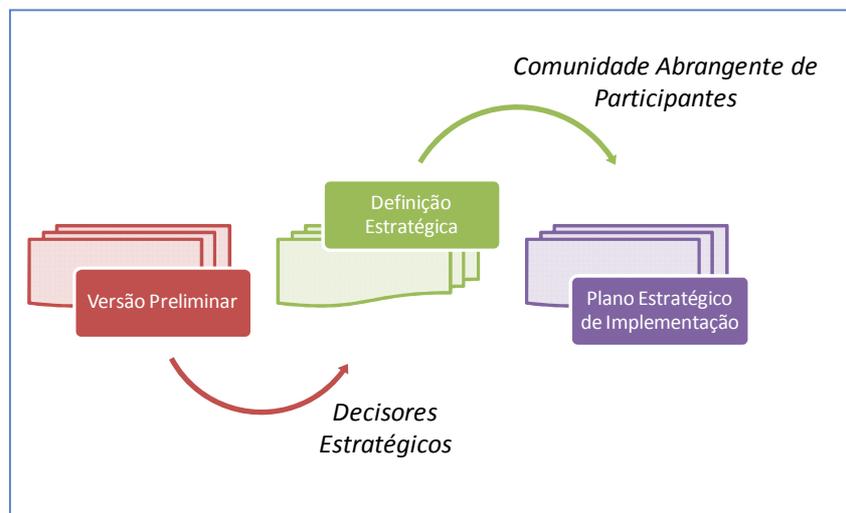
- Uma procura crescente a nível internacional para o turismo da natureza, ecoturismo e “wellness” especialmente em mercados emergentes que, pela sua oferta poderão ser atraídos pela proposta de valor do turismo dos Açores.
- Projecto de expansão do porto da Praia da Vitória/Hub Intercontinental.
- Novos programas de reabilitação urbana e exploração do parque habitacional devoluto.
- Potencial de valorização da marca Açores demonstrada por experiências recentes.
- Intensificação da actividade de pesca artesanal como impulsionadora de exportações, aumento do emprego e diminuição da dependência alimentar local.
- Desenvolvimento de projectos de aumento de produção de energia por fontes renováveis.
- Sistema logístico de conectividade inter-ilhas para distribuição de produções locais.
- Suporte logístico e industrial de futuras actividades de exploração de recurso subaquáticos (minerais e biotecnologia azul).
- Participação da Terceira nas redes de conhecimento e inovação internacionais
- Desenvolvimento de canais web de divulgação cultural local e promoção da comercialização de produtos locais.
- Dinamização das actividades de animação turística.
- Redução da dependência alimentar externa por aumento da auto-suficiência.
- Articulação sustentada entre interesses de desenvolvimento da actividade turística com o potencial de atractividade da actividade cultural, especialmente as artes do espectáculo, musica e produtos culturais.
- Expansão da rede de instalações de apoio à infância associada a política de natalidade e atracção de residentes externos.
- Formação de formadores e supervisores de estágios para a implementação dos planos de formação previstos pelas instituições do GRA.

Ameaças

- Envelhecimento populacional.
- Riscos naturais (sismos, furações e vulcões).
- Alterações climáticas.
- Emigração.
- Tendência de concentração regional da população em São Miguel.
- Evolução da política da PAC após 2015 com impacto nas quotas leiteiras (concorrência acrescida).
- Alterações climáticas e irregularidade do clima podem afectar as principais actividades económicas da Terceira (agrícolas e turísticas).

Estratégia de Desenvolvimento

A estratégia de desenvolvimento apresentada neste documento pretende ser uma abordagem preliminar com base no diagnóstico estratégico realizado. No entanto, o processo de desenvolvimento estratégico da ilha Terceira deverá passar por uma fase subsequente de análise e concertação comum da visão estratégica por todos os elementos intervenientes localmente no processo de desenvolvimento.



Visão de Desenvolvimento

A Terceira reúne as condições para ser um local de progresso económico, elevada empregabilidade e qualidade de vida, baseando o seu desenvolvimento na valorização dos seus elementos distintivos. Neste quadro, para a concretização dos objectivos de desenvolvimentos será necessária a implementação de uma estratégia de desenvolvimento:

- Concertada entre os principais impulsionadores e decisores neste processo.
- Promotora de um clima propício ao investimento em actividades empresariais.
- Desenvolvimento dos meios de suporte às actividades económicas (infra-estruturas logísticas e organizações de potenciação e gestão de canais comerciais internos e externos).

A definição de uma visão de desenvolvimento representa a expressão das aspirações e do posicionamento diferenciador face ao desenvolvimento da Terceira.

Assim, a visão estratégica assenta em:

- Valorização da actividade económica, através da concertação interna e integração nas redes externas de actividades empresariais, culturais e científicas.

Para assegurar esta evolução é fundamental a implementação de novas estruturas organizativas, ainda que assentes sobre algumas das já existentes na Terceira e que caracterizam a vivência associativa da comunidade da ilha Terceira, que permitam a gestão

estratégica de longo prazo, articulada com as autoridades governativas, económicas e sociais com as quais a Terceira interage nestes âmbitos.

Alinhando os factores distintivos, a visão preconizada para a Terceira pode ser sinteticamente expressa:

Ilha Terceira, um ponto de conexão na Região Autónoma dos Açores para parcerias Transatlânticas, plataforma para o comércio marítimo internacional de mercadorias, centro de busca de soluções de compromisso entre a economia tradicional e a tecnologia e investigação e desenvolvimento a ela aplicados, uma sociedade coesa, uma tradição e cultura sólidas que, a par da paixão pela natureza, constituem atractivos distintivos para o turismo de elevada qualidade.

Objectivos Estratégicos

Os objectivos estratégicos exprimem os aspectos fundamentais a atingir com a implementação de um plano estratégico de desenvolvimento para a ilha Terceira, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável:

- Promover o emprego
- Apoiar o crescimento económico
- Aumentar a atractividade e competitividade da região
- Dinamizar a cooperação entre agentes locais no desenvolvimento
- Promover o contributo dos parques empresariais para o desenvolvimento

Linhas de Orientação Estratégica

Com base na avaliação do diagnóstico estratégico, identificando vectores de mudança de suporte ao desenvolvimento, potencialidades, debilidades, oportunidades internas e externas, ameaças e bloqueios, bem como os factores críticos de sucesso, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira propõe a definição das seguintes linhas de orientação fundamentais para a definição do plano de implementação da estratégia preconizada:

- Valorização do posicionamento geoestratégico da região enquanto local de encontro das culturas dos continentes Europeu e Americano.
- Aposta continuada no sector do turismo como actividade promotora do desenvolvimento, numa perspectiva de equilíbrio sustentável com o ambiente, gerador de oportunidades de emprego e promotor do desenvolvimento social e cultural da ilha Terceira.
- Desenvolvimento das actividades do sector primário na potenciação das exportações de produtos de maior valor acrescentado e no abastecimento local de produtos de qualidade, garantindo maiores níveis de auto-suficiência alimentar que as condições naturais da Terceira propiciam.
- Criação de redes de produção cultural, em articulação com a actividade turística, geradora de animação turística, tirar proveito das oportunidades emergentes nas

industriais culturais e criativas e, também, fomentadora da promoção e integração social.

- Valorizar o potencial local no desenvolvimento dos transportes e logística a nível regional e intercontinental com suporte nos parques industriais, logísticos e empresariais locais.
- Posicionamento da ilha Terceira como território privilegiado de localização de actividades científicas de investigação e desenvolvimento, nomeadamente nos sectores biotecnológico e energético.
- Desenvolvimento das condições sociais de vida na Terceira numa perspectiva de retenção e atracção de residentes, com especial incidência nas camadas jovens da população.

Investimento

O sucesso da implementação de medidas para o desenvolvimento da ilha Terceira requer o apoio a investimentos que proporcionem um equilíbrio apropriado entre impacto económico e social e o retorno esperado.

O processo de desenvolvimento local, sendo um processo de longo prazo, abrange a um número extenso de destinatários locais e exteriores, numa perspectiva de investimento conjunto de entidades públicas, privadas e requer uma abordagem de partilha e cooperação nos investimentos, nos resultados e nos riscos do esforço de desenvolvimento.

Existe um conjunto de meios de financiamento de novos investimentos disponíveis para a implementação de medidas estratégicas na ilha Terceira.

Podemos categorizar as fontes de financiamento ao investimento nos seguintes grupos:

- Programas operacionais de desenvolvimento regional
- Organismos nacionais, regionais e municipais
- Instituições financeiras
- Fundações e Organizações não-Governamentais Nacionais e Estrangeiras
- Empresas Locais, Nacionais e Estrangeiras

Próximos Passos / Orientação para o Plano de Acção

Após a fase de diagnóstico e orientação estratégica do desenvolvimento da ilha Terceira, é proposto neste capítulo final, uma orientação para a organização da fase subsequente, relativa à mobilização de parceiros e definição de plano de acção para a implementação do plano estratégico.

Em especial, pretende-se ter em consideração o quadro de definição estratégica no plano político-administrativo a que a ilha Terceira está subjacente em múltiplos patamares, nomeadamente do Governo Regional dos Açores, do Governo da República e da orientação das políticas de apoio ao desenvolvimento regional da União Europeia. O contexto de incerteza e elevada variabilidade da conjuntura actual implica que a estratégia de desenvolvimento da Terceira seja abordada numa perspectiva dinâmica, que acompanhe as mudanças de contexto que ocorrem nos patamares referidos.

Constituição de Associação de Coordenação do Desenvolvimento da Ilha Terceira

A **Associação de Coordenação do Desenvolvimento da Ilha Terceira** terá por missão divulgar o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira, mobilizar os potenciais intervenientes para a acção e implementação, acompanhar a implementação das iniciativas estratégicas para o desenvolvimento da ilha Terceira, reunir as entidades locais que intervêm nas acções de desenvolvimento da ilha Terceira, representar a Terceira perante as entidades externas neste âmbito, medir a implementação do plano estratégico e os resultados atingidos, rever e adaptar periodicamente o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira.

A organização das entidades orientadas para o apoio ao desenvolvimento possuem múltiplos modelos, variando em função da cultura e ambiente de cada local. Em Portugal têm predominado as associações com missões que complementam as actividades autárquicas, geralmente as principais dinamizadores do desenvolvimento local, apoiando-se nos programas comunitários de financiamento ao desenvolvimento local. Por outro lado, existem modelos mais orientados para a dinamização empresarial, promoção da inovação e articulação em meios públicos e privados; entre estes realçam-se os modelos da organização norte-americana, por exemplo o “MassEcon” de Massachusetts (“Massachusetts Alliance for Economic Development”), procurando estes articular múltiplos parceiros em redes de cooperação orientadas para o apoio ao desenvolvimento, geralmente contando com a participação das entidades governativas estaduais ou local, organizações empresariais, universidades e entidades financiadoras.

Para a realização da sua missão, a Associação deverá contar com a participação associativa dos principais organismos locais com acção e capacidade decisória relevante no desenvolvimento da ilha Terceira. Deverá a Associação procurar a participação de organismos e individualidades externas (nacionais e estrangeiras) de modo a aportarem visão de valor-acrescentado e contribuir para a disseminação externa das oportunidades propiciadas pelo desenvolvimento local.

Fase 2 – Plano de Acção

A concretização dos objectivos estratégicos deverá ser atingida com base na realização de um conjunto de acções de participação directa de “stakeholders” do desenvolvimento da Terceira, realizadas no conceito de Forum/Workshop, e da elaboração de um plano de acção constituído por um conjunto de projectos e iniciativas estratégicas.

Cada projecto será caracterizado em:

- Denominação
- Descrição
- Objectivos a atingir
- Áreas de impacto estratégico
- Calendarização
- Promotor/responsável
- Entidades Participantes
- Indicadores de monitorização e sucesso
- Orçamentação
- Fontes de financiamento

Para acompanhamento e monitorização do sucesso de implementação e possibilidade de tomada de medidas de ajuste estratégico, deverá ser definido um conjunto de indicadores de avaliação periódica do alcance das metas a atingir.

Indicadores para monitorização do plano:

- Identificação
- Valor de partida
- Meta a atingir
- Fonte / meio de obtenção/medição

O desafio para o desenvolvimento da ilha Terceira é imenso, no quadro de incerteza e volatilidade dos tempos que vivemos à escala global. No entanto, o caminho para o sucesso do desenvolvimento começa pela vontade, aspirações e objectivos que os terceirenses definam para si próprios: uma estratégia. O futuro começa aqui!

Anexos

Abreviaturas

AGESPI	Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha da Terceira
ART	Associação regional de Turismo
BEI	Banco Europeu de Investimento
CAE	Classificação de Actividade Económica
DOP	Denominação de Origem Protegida
EDA	Electricidade dos Açores, S. A.
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
EU	European Union (União Europeia)
EUA	Estados Unidos da América
GRA	Governo Regional dos Açores
HACCP	Hazard Analysis and Critical Control Points (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo)
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGP	Indicação Geográfica Protegida
INE	Instituto Nacional de Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
PDM	Plano Director Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PORTATA	Base de Dados de Portugal Contemporâneo / Fundação Francisco Manuel dos Santos
POTRAA	Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RAA	Região Autónoma dos Açores
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SRAM	Secretaria Regional dos Recursos Naturais (antiga Secretaria Regional do Ambiente e do Mar)
SREA	Serviço Regional de Estatística dos Açores
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)
TCMA	Taxa de Crescimento Média Anual
TCO	Trabalhadores por Conta de Outrem
TERAMB	Empresa Municipal Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira EEM
UCDR	Unidades Comerciais de Dimensão Relevante
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto

Entrevistas Realizadas

Entidade	Pessoa Entrevistada	Data da Entrevista	Local
AAIT - Associação de Agricultores da Ilha Terceira	Dr. Manuel Jorge	17-Jan-13	Angra do Heroísmo
Academia Juventude e Artes	Prof. Rogério Sousa	17-Jan-13	Praia da Vitória
AçorCarnes/Quinta dos Açores	Sr. Francisco Barcelos + Drª Helga Barcelos	20-Fev-13	Angra do Heroísmo
ART - Associação Regional de Turismo	Sr. Sandro Paim	02-Abr-13	Lisboa
Azorina	Engª. Conceição Rodrigues	17-Jan-13	Praia da Vitória
BioTech (Univ. Açores)	Prof. Dr. Artur Machado	17-Jan-13	Angra do Heroísmo
CCAH - Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo	Drª. Antonieta Canto	20-Fev-13	Angra do Heroísmo
CGD - Caixa Geral de Depósito	Drª. Ana Bettencourt	16-Jan-13	Angra do Heroísmo
Emater	Dr. Jorge Leiria	17-Jan-13	Angra do Heroísmo
Estabelecimento de Papas Grossas	Sr. Luciano Borges	17-Jan-13	Angra do Heroísmo
Fruter/Frutercoop	Prof. Fernando Siuve	17-Jan-13	Angra do Heroísmo
GlobalEda	Eng. Paulo Menezes (ex- Dir. Reg. Ciência e Tecnologia)	19-Abr-13	Ponta Delgada
Junta de Freguesia das Lajes	Sr. Elmano Vieira Nunes	20-Fev-13	Angra do Heroísmo
Lotaçor	Sr. Luís Pires	21-Fev-13	Praia da Vitória
Pereira & Filhos Artesanato	Sr. João Pereira	21-Fev-13	Angra do Heroísmo
Restaurante Cais	Sr. Márcio Silva	17-Jan-13	Angra do Heroísmo
SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores	Drª Lara Martinho	7-Jun-2013	Angra do Heroísmo (teleconferência)
Teramb+Grater	Dr. Hugo Rosa + Drª Carmen Toste	21-Fev-13	Angra do Heroísmo
Unicol	Eng. Óscar Henriques	21-Fev-13	Angra do Heroísmo

Principais Fontes de Informação Estatística

INE – Instituto Nacional de Estatística

<http://www.ine.pt/>

PORDATA (Fundação Francisco Manuel dos Santos)

<http://www.pordata.pt/>

SREA – Serviços regional de Estatística dos Açores

<http://estatistica.azores.gov.pt/>